

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXV



1974

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



VOLUME XXV



1974

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro
NEY BRAGA

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

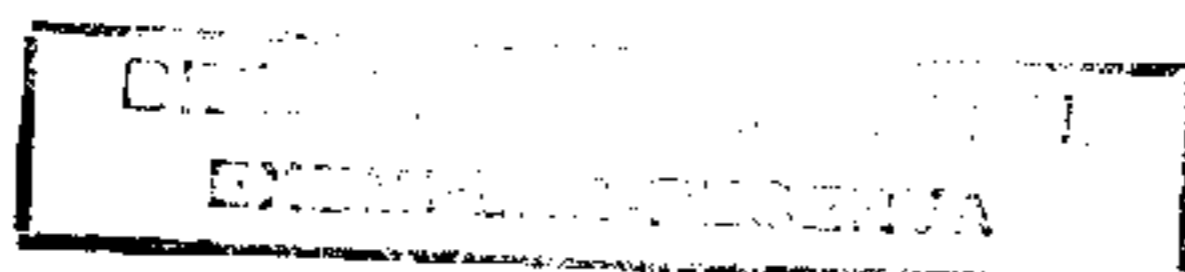
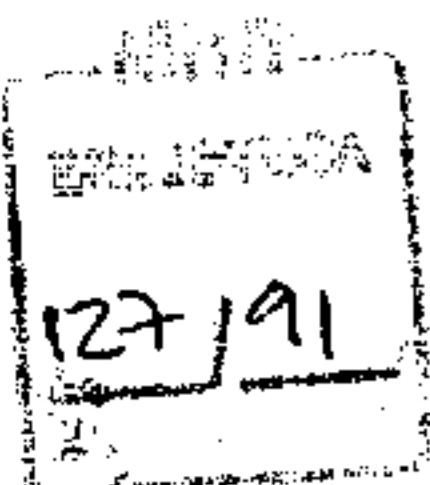
Diretor
Manuel Diêgues Júnior

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Diretor
Gerardo Britto Raposo da Câmara

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Chefe
Herculano Gomes Mathias



ÍNDICE

A Imprensa Periódica no Brasil — Herculano Gomes Mathias	5
A Documentação Literária e Paraliterária do Museu Histórico Nacional — Fábio Freixieiro	17
Louça de D. Pedro II — Jenny Dreyfus	65
Breve Roteiro da Numismática Brasileira — Dulce Ludolf	89
Militares Escritores no Brasil — Umberto Peregrino	101
Um Monumento à Memória de Dom Pedro II — Maria Bernardete Fernandes Gonçalves	107
Caminhos de Sofrimento — Affonso Celso Villela de Carvalho	113
Escolas Municipais — São Sebastião — A Primeira — Augusto Maurício	127
Pedro II e os Partidos Políticos — Lauryston Guerra	137
A Bandeira de Fernão Dias Pais e a Integração Nacional — Waldemar de Almeida Barbosa	149
Moedas do Brasil — República — 1889-1942 — Luiz Marques Poliano	159

A IMPRENSA PERIÓDICA NO BRASIL

HERCULANO GOMES MATHIAS

Chefe da Divisão de Documentação e
Divulgação do Museu Histórico Nacional

As primeiras notícias sobre o Brasil foram enviadas a Portugal em cartas manuscritas da autoria de Pero Vaz de Caminha e do Mestre João. As partes oficiais, a cargo do Capitão-mór da frota, Pedro Álvares Cabral e demais comandantes dos navios não se encontraram até hoje.

Uma publicação alemã — *Cópia da Nova Gazeta do Brasil* — contém notícias de nossa terra colhidas até o ano de 1515.

Em Portugal não havia imprensa periódica no século XVI. A arte da impressão ainda engatinhava e as primeiras oficinas tipográficas eram toscas e acanhadas.

A ocupação do litoral maranhense por La Ravardière foi amplamente noticiada, em 1617, pelo periódico francês *Mercure françois*. O Museu Histórico Nacional possui um exemplar.

Durante o período colonial a única tentativa séria do estabelecimento da imprensa no Brasil deve-se a Antônio Isidoro da Fonseca, com oficina montada na cidade do Rio de Janeiro, em 1746, no governo de Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela, que lhe permitiu a instalação dos apetrechos. Infelizmente uma proibição régia fulminou o empreendimento e os trabalhos tiveram de ser interrompidos logo a seguir. Restaram alguns impressos que constituem hoje preciosidades bibliográficas.

Alguns autores sustentam a afirmação da existência de uma tipografia no Recife durante a ocupação holandesa. As provas exibidas não são suficientes para que se possa aceitar como válida essa suposição. Fala-se, também, numa outra tentativa feita no ano de 1706, naquela cidade, onde teriam sido impressas letras de câmbio e orações devotas. Resta a comprovação dessa afirmativa com a apresentação de serviços executados.

Caso diferente é o das cartas de jogar, que constituíam privilégio real. Ao que tudo indica foram fabricadas em mais de um

CORREIO BRAZILIENSE



ARMAZEM LITERARIO.



LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Folha de rosto do 1.º Volume — do *Correio Braziliense* — de
Hipólito da Costa, editado em Londres.

local no Brasil, com matrizes de madeira. Conhece-se um despacho real a um dos governadores de Minas Gerais ordenando uma investigação severa e autorizando a prisão dos padres que se tinham atrevido a transgredir ordens do Reino.

Na falta de imprensa periódica no Brasil, as notícias sobre o nosso país, já no século XVIII, eram publicadas na *Gazeta de Lisboa*.

Quando os acontecimentos justificavam, apareciam publicações especiais, impressas em Portugal, com o relato dos fatos. Assim aconteceu, por exemplo, com a procissão narrada no *Triunfo Eucarístico*, de Simão Ferreira Machado, descrevendo solenidades realizadas no dia 24 de maio de 1733 em Vila Rica, capital das Minas Gerais. Anos mais tarde, em 1748, uma nova publicação — o *Aureo Trono Episcopal* — dava conta da solene posse de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, diocese criada em 1745.

Com esplêndida quantidade de informações úteis saíram, em manuscrito, os *Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro*, para os anos de 1792 e 1794, já publicados nos *Anais* de nossa Biblioteca Nacional e o *Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799*, da autoria de Antônio Duarte Nunes, editado meio século depois na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil foram publicados, desta vez impressos, vários outros almanaques que se constituíram em documentário de valor inestimável para os pesquisadores de nossa história política e administrativa. O primeiro deles intitulou-se *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811*. No tempo do Império surgiria, entre outros, o famoso *Almanaque Laemmert*, que duraria quase um século e constitui preciosa fonte de consulta.

As *Cartas Chilenas*, que circularam na Capitania de Minas Gerais às vésperas da Inconfidência, podem ser consideradas, até certo ponto, como uma espécie de jornal satírico da época. Foram divulgadas em cópias manuscritas das quais o nosso Instituto Histórico possui quatro apógrafos. O problema da autoria parece definitivamente resolvido, principalmente depois dos magníficos estudos de Afonso Pena Júnior e de Manuel Rodrigues Lapa, que as atribuem ao poeta Tomás Antônio Gonzaga. A introdução, ao que tudo indica, coube à pena irreverente de Cláudio Manuel da Costa.

Na Conjuração Baiana de 1798 os conspirados afixaram volantes manuscritos nas portas de algumas igrejas, concitando o povo à revolta.

Em 1807 surge um trabalho do padre José Joaquim Viegas de Meneses, morador em Vila Rica (Ouro Preto). Improvisando

N.º 1.

IDADE  D'OURO



DO BRAZIL.

Terça feira 24 de Maio de 1811.



Fallai em tudo verdadees
A quem em tudo as deveis.

Sã, e Miranda.

GRAMBRETANHA.

Londres 10 de Fevereiro de 1811.

Quarta feira 6 do corrente teve lugar a Ceremonia da installação do Principe de Galles em Regente da Gram-Bretanha por virtude de hum acto do Parlamento, que em consequencia do estado de molestias do Rei seu Pai Declarou que aquelle Principe pertencia a Regencia dos Reinos Unidos em Nome, e com o consentimento de SUA Magestade Britanica.

Na folha = *The Courier* = de Sabbado 16 de Fevereiro se leem dois interessantes artigos da tomada de *Batavia*, e da *Ilha de Banda* estabelecimento Holandezes na *Asia*, que ainda perturbavão a tranquillidade absoluta da *Gram-Bretanha* naquelles mares. O primeiro he huma conjectura deduzida de hum Officio do General *Abercromby* o Conquistador da *Ilha de França*; mas o segundo he Official confirmado até pela sahida do Governador, e Magistrados da *Ilha do Principe de Galles* para a conquistada *Ilha de Banda*.

H E S P A N H A.

Cadix 5 de Março.

Nas Gazetas extraordinarias da Regencia deste dia vem insertos hum Officio de *D. Manuel Lopez* General em Chefe interino do quarto Exercito, em que participa ao Chefe do Estado Maior General a tomada pelo Exercito do seu Commando do interessante ponto de *Casas Viejas*, e a de *Beguer* pelo Coronel *Aymerich*; Hum aviso do *Telegrapho de Sancti Petri* de se ter tomado sem disparar hum tiro; E a participação verbal da derrota do Exercito Francez com perda de 5 peças d'artilheria, bastantes prizioneiros, e hum General, mandada pelo General em Chefe *D. Manoel Lopez* ao Conselho da Regencia.

Em huma Carta fidedigna da mesma Cidade com data de 6 de Março se endividuão algumas circumstancias deste successo, entre

Número 1 da *Idade d'Ouro do Brasil* — editado na Bahia em 1811.

matrizes conseguiu a impressão de um poemeto da autoria da Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos, no qual era homenageado o governador de Minas Gerais, Pedro Xavier de Ataíde e Melo. O trabalho, do qual se conhecem alguns exemplares traz, além dos versos, uma gravura representando o governador e sua mulher. A Biblioteca Nacional e o Arquivo Público Mineiro possuem-no em suas coleções.

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo à invasão das tropas francesas que haviam transposto a fronteira luso-espanhola, veio no navio *Medusa* uma certa quantidade de material tipográfico, que se destinava à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A compra desse material fora determinada pelo ministro Antônio de Araujo e Azevedo, futuro Conde da Barca. Aconselhado por este o Príncipe Regente criou, no dia 13 de maio de 1808, a Impressão Régia. Na mesma data publicava-se o primeiro trabalho gráfico executado por esse estabelecimento no Brasil — a *Relação dos Despachos Publicados na Corte*.

Os periódicos não tardariam a surgir. No dia 10 de setembro daquele ano aparecia o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que teve como diretor Frei Tibúrcio José da Rocha.

Seguir-se-ia, três anos depois, a *Idade d'Ouro do Brasil*, em 1811, na Bahia, com o apoio do Conde dos Arcos, último Vice-Rei do Estado do Brasil, que governava, então, a Capitania.

Na Bahia instalara-se, em 1811, a tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva. Pernambuco viu funcionar seus primeiros prelos em 1817, na época da Revolução e o Maranhão, em 1821.

Estava aberto o caminho.

A imprensa periódica do Rio de Janeiro destacou-se, depois de alguns anos, pela importância e quantidade de seus jornais.

Deve chamar-se, também a atenção para o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa que, embora editado em Londres, de 1808 a 1822, era dedicado quase exclusivamente ao exame de assuntos brasileiros e portugueses na época em que a Corte aqui estava sediada. O governo real assustou-se e fez publicar as *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, impresso em Lisboa e, mais tarde, o *Investigador Português em Inglaterra*, redigido este em Londres e visando ambas as publicações dar combate ao ardoroso redator do *Correio Braziliense*.

Com a volta de D. João VI a Portugal, em 1821, acelerou-se o movimento em prol de nossa Emancipação política. A imprensa tomou importante participação nos acontecimentos, a partir do episódio do Fico, (9 de janeiro de 1822). Aparecem novos jornais.

SEGUNDA FEIRA
1 DE OUTUBRO.



SEXTO ANNO
DA INDEPENDENCIA.



JORNAL DO COMMERCIO.



CCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCC

De hoje por diante continuará ter a publicação deste JORNAL DO COMMERCIO.

Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes cunha diariamente tudo o que diz respeito ao Commercio, tanto em Anuncios, como em Vencos Correntes exactos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações, etc., etc.

Os Proprietarios tem ao facto de todos os ramos mercantis desta Capital não proprio nem despesas nem solo para fazer esta empresa digna da acção publica, e reger para melhor desempenho dos seus deveres a protecção e assistencia do honrado Corpo do Commercio.

As Anunciativas se fazem na Rua d'Alfândega, N.º 47, onde igualmente se recebem, antes do meio dia, todos os Anuncios mercantis, que devem ser feitos no mesmo dia seguinte. O preço da Anunciativa he de 600 reis por tres pagas adiantadas.

CCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCCC

NOTICIAS MARITIMAS.

PARA SANTA CATHARINA.

O Bergantin Nacional **ALLIANÇA**, Capitão **MARTINHO JOSE CALLADO**. — Saheza no proximo Cambal. Quem quizer carregar dirija-se a bordo de dito Bergantin que se acha ancorado do fronto da Dique, no private em casa do Soubor Balbuzar José Martins Inza de Ferraguz, Costa de S. Pedro.

PARA MONTEVIDEO.

O Brigas Estiva Nacional **PIGILANTE**, sobri- ta no primeiro Cambal. Quem se mesmo quizer carregar dirija-se a Praia dos Mineiros N.º 91.

PARA SANTA CATHARINA.

O Bergantin Nacional **BOM SUCCESO**, an- chora actualmente no proximo Cambal. Quem quizer carregar dirija-se a Rua dos Pescadores N.º 4.

PARA ANGOLA.

O Bergantin Nacional **COMMERCIAUTE**, Comandante de Cabre a mais veloz, saheza por todo o proximo Cambal, quem nelle quizer carregar se dirija ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA SANTA CATHARINA.

A Soveza **JUZE TRIUNFO**, sobri- ta no proximo Cambal. Quem quizer carregar ou hir de passagem dirija-se ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA PONTO ALEGRE.

O Bergantin Nacional **CONCEIÇÃO SUPE- RIOR**. Quem nelle quizer carregar se dirija ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA BENQUELLA.

O Bergantin Nacional **BRIHANTE**, que an- chora no private das, quem nelle quizer carregar, dirija-se a Rua dos Pescadores N.º 4.

PARA ANGOLA.

Saheza com toda a brevidade o Bergantin Portu- guez para **PARACRUZ TRIUNFO**, Capitão **J. DA FONSECA LIZ**. Quem no mesmo quizer carregar, dirija-se ao Largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA BAHIA.

O Bergantin Nacional **TRES AMIGOS** quem quizer carregar dirija-se a Rua dos Pescadores N.º 4.

PARA SANTOS.

A mais veloz Encana Nacional **TRINDADE** quem quizer carregar se dirija ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA GIBRALTAR.

O Bergantin Americano **ARCOS**, Capitão **J. BANTER**. — He de boa marcha sobri- ta por toda a distancia para o dito porto, tem grande parte de sua carga prompta, quem quizer carregar se dirija ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA LIVERPOOL.

A Soveza Inglesa **UNDINE**, Capitão **CHARLES HENDERSON**. — Saheza com brevidade para o dito porto, quem nelle quizer carregar, se dirija ao largo de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA LISBOES.

Para Passageiros somente. O Superior Bergantin Ingles **GEORGE e WILLIAM**, Capitão **GEORGE NICKLESON**. Trazendo a bordo de sua bordo de passageiros convenientes para Passageiros. Quem quizer hir de passagem dirija-se ao Comandante Samuel Phillips e C. no seu Corretorio de Navios Holandes e Wagonaria, Rua Direita N.º 136.

PARA VENDER.

A Soveza Nacional **HARMONIA**, chegada proximo de Santos e se acha prompta de carregar as mercancias para seguir viagem. He de forte de 3,000 arrobas pouco mais ou menos, e de boa construcção, quem a quizer comprar dirija-se ao Comandante C. H. Meibert, Rua de S. Pedro N.º 93, ou a bordo de mesmo.

PARA VENDER.

A Soveza Nacional **CONCEIÇÃO**, de forte de 2,000 arrobas, chegada proximo de Rio de Janeiro, muito boa de vela e prompta a carregar, quem a quizer comprar procure na Praia de S. Pedro N.º 93, ou a Largo de mesmo, que se acha ancorado no pa- do Largo de S. Pedro.

PARA O PORTO.

O Bergantin Portuguez **FLOR DE SAO JOSE**, Capitão **JOAQUIM JOSE BERNARDES**. Trazendo a bordo de sua bordo de passageiros convenientes para Passageiros. Quem quizer hir de passagem dirija-se ao Comandante Samuel Phillips e C. no seu Corretorio de Navios Holandes e Wagonaria, Rua Direita N.º 136.

N.º 1 do Jornal do Comercio — do Rio de Janeiro — fundado em 1.º de outubro de 1827. É o mais antigo jornal em circulação no Rio de Janeiro.

O *Espelho*, do Rio de Janeiro, transcreveu os acontecimentos da jornada gloriosa de 7 de setembro de 1822.

O Primeiro Reinado e as Regências marcam uma época em que não havia diques que contivessem a torrente de jornais e de pasquins. Alguns se caracterizavam pelos títulos curiosos e extravagantes, tais como *A Arca de Noé*, *O Caolho*, *A Babosa*, *O Martelo*, *O Lagarto*, *O Macaco ou o Palhaco da Oposição*, *O Esbarra*, *O Ladrão*, *A Barriga*, *A Mutuca Picante*, etc.

A primeira revista publicada no Rio de Janeiro foi *O Patriota*, em 1813, que, segundo as palavras de Gondim da Fonseca, "não tem equivalente no Brasil de hoje e tratava de assuntos diversos tais como agricultura, matemática, hidrografia, física, química, literatura, história e artes". Antes dessa editara-se, na Bahia, outra revista, denominada *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, cujo fascículo inicial é de 1812.

Em 1825 saía, no Recife, o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal do país ainda em circulação e, dois anos mais tarde, em 1827, no Rio de Janeiro, fundado por Pierre Seignot Plancher, o *Jornal do Comércio*, o decano dos periódicos cariocas. Das revistas existentes em nossos dias a mais antiga é, sem dúvida, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, iniciada em 1839, com o título inicial de *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* — editado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi impresso na tipografia dirigida por J. M. da Rocha Cabral. Acaba de ser distribuído este ano o Vol. nº 300 da *Revista do IHGB*.

Nomes a destacar no jornalismo da primeira fase são os de Januário da Cunha Barbosa, Luís Augusto May, Cipriano Barata de Almeida, Evaristo Ferreira da Veiga, Frei Sampaio, Joaquim Gonçalves Ledo, Líbero Badaró, José da Silva Lisboa, os irmãos Andradas e outros. May possuía *A Malagueta*; Evaristo, a *Aurora Fluminense* e os Andradas colaboravam no *Tamoio*.

As divergências políticas manifestavam-se com virulência nos jornais. Não se poupavam insultos nem palavras envolvendo, até mesmo, a vida particular dos adversários. Às vezes largavam-se os prelos e passava-se às cacetadas e navalhadas. Valia tudo.

Com a terminação do período das Regências e a investidura de D. Pedro II acalmaram-se um pouco os ardores políticos e o país entrou numa fase mais tranqüila. Em 1848 ocorreu em Pernambuco a última revolução do Segundo Reinado. Volantes impressos circularam naquela província na forma de proclamações ao povo.

As campanhas mais importantes, a partir dessa época, receberam sempre ampla cobertura jornalística. As guerras externas

N.º 41.

DIÁRIO
DE
PERNAMBUCO.

DIAS SÁBADO 24 DE DEZEMBRO E 358 DIAS DO ANNO DE 1825.

S. GREGORIO M.

Publicação á tarde e 30 minutos de tarde.

Vendas.

S Vende-se humo verde de sapo para Eugenio de Aguiar, vindo ultimamente de Inglaterra para particulares de mesma direção e Doutor em Hartman, e Comp., Rua da Sautella-nova n.º 1.

Fugas de Escravos.

I No dia 9 do corrente desapareceram humas negrinhas de 10 e 11 annos de idade, de nome Barcheta, crioula, e com os signaes seguintes: unhas pretas; olhos grandes, hums cílios no beigo inferior, e tres nas costas que parecem de grandes talhos, e nos junctas dos pés, e n'ellos muitas marcas de sarros, quem a apprehender, ou souber quem a tem, dirija-se a casa de Jose de Souza Mattos no Padre de S. Jose n.º 662, que recubera generosas recompensas.

I No dia 20 do corrente fugio de casa de seu senhor morador na Rua da Vigia n.º 26 humo escravo por nome Manoella, seida de estatura mediana, e grossa de corpo; quem a pegar leve a mesma casa, que se recubra a paga de seu trabalho.

Vistos.

I Para o Maranhão em o Brigue Elizabeth do dia de Janeiro de 1826, quem nelle quizer carregar dirija-se a Attalido Jose Vieira de Brito, ou a Manoel Severino d'Atalido, no Forte do Blasco, Com. da Visua Miranda, n.º e 3.º andar.

I Para o Parahibe em o principio de Janeiro o Brigue Inglez Malvina, Capitão Henry Armstrong, muito velho, e forrado de cobre: quem n'elle quizer carregar dirija-se aos seus Assignatarios Damos Hardua e Comp; Rua da Sautella Nova n.º 1.

Diário de Pernambuco — o mais antigo jornal em circulação no Brasil. Exemplar n. 41 — de 1825, ano de sua fundação.

e, em particular, a do Paraguai, foram objeto de extensos noticiários. As revistas ilustradas, tendo como principal expoente a *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiuss, editada no Rio de Janeiro, publicava desenhos onde se representavam os principais acontecimentos militares e os retratos dos mais destacados chefes das forças imperiais.

Depois da Guerra do Paraguai foram explorados amplamente pela imprensa os episódios relacionados com a Questão Religiosa, iniciada em 1871; a campanha pela Lei do Ventre Livre, votada no mesmo ano e as lutas pela Abolição definitiva da escravidão no Brasil.

Fundou-se, no Rio de Janeiro, então Município Neutro, em dezembro de 1870, o jornal *A República*. O primeiro número transcreveu o célebre Manifesto do Partido Republicano. Esse jornal foi atacado e depredado na noite de 27 para 28 de fevereiro de 1873 por ter manifestado ostensivamente seu regosijo pela proclamação da república na Espanha.

Em janeiro de 1875 surgia, em São Paulo, um novo jornal — *A Província de São Paulo*, sob a direção de Rangel Pestana e Américo de Campos, que, a partir de novembro de 1889, mudaria o título para *O Estado de São Paulo*.

Embora não tenham sido publicados no Brasil é justo que se faça menção aos nomes de dois periódicos que eram escritos em português e tratavam amplamente de assuntos relativos ao nosso país — *O Novo Mundo*, editado nos Estados Unidos da América, sob a direção de José Carlos Rodrigues, com excelente colaboração de jornalista e escritores patricios entre os quais Machado de Assis e, em Londres, o *Eco Americano*, que também se dedicava, como o próprio nome indicava, à divulgação de notícias de nosso continente e, em particular, do Brasil. Numa época em que não possuíamos órgãos públicos de propaganda externa justo se torna salientar a importância dos serviços prestados por esses dois periódicos.

Sancionada a Lei de 13 de maio de 1888, que mereceu o apoio quase unanime da imprensa, intensificou-se uma campanha de importância capital em nossa vida política — a luta pela Proclamação da República. Um jornal, de David Moreira Caldas, no Piauí, vaticinara muitos anos antes, em seu próprio título — *O Oitenta e Nove* — que a decisão seria tomada nesse ano.

A jornada de 15 de novembro mereceu ampla cobertura da imprensa brasileira. Vários jornalistas famosos estavam comprometidos com o movimento, destacando-se, entre eles, Quintino Bocaiuva, Rangel Pestana e José do Patrocínio. Rui Barbosa, que pugnara pela Federação, nos seus artigos publicados no *Diário de Notícias*, aderira, quase às vésperas do movimento republicano.

O *Corsário*, de Apulco de Castro, reminiscência dos pasquins da época das Regências, que funcionou de 1880 a 1883, teve existência agitada e acabou custando a vida de seu proprietário e redator, assassinado no dia 26 de outubro de 1883.

Nos primeiros anos da República tivemos, no Rio de Janeiro, um outro jornal de combate — *O Jacobino* — de Deocleciano Mártir, órgão lusópho e florianista. Seu diretor se viu em grandes apuros por ocasião do assassinato do Marechal Bittencourt, ocorrido a 5 de novembro de 1897 em frente ao prédio do Arsenal de Guerra.

O novo regime instalado em 1889 gozou de paz durante pouco tempo. Em 1893 a Revolta da Armada dividia a opinião pública já agitada pelo movimento federalista no Rio Grande do Sul. A luta foi sangrenta e só iria terminar em 1895, sob o governo de Prudente de Moraes que, embora alcunhado *O Pacificador*, seria forçado a ordenar, tempos depois, o combate aos fanáticos de Canudos em campanha que custou a vida a milhares de brasileiros.

Com a passagem do século os jornais e revistas entraram numa fase de desenvolvimento e de modernização. Os principais órgãos passaram a seguir, de certa forma, o modelo de seus congêneres europeus. Depois da abertura da Avenida Central, durante o governo de Rodrigues Alves, aí se instalaram, em magníficos prédios, o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio* e *O País*. Anos mais tarde *A Noite* inauguraria, em 1930, o famoso arranha-céu da Praça Mauá.

Em São Paulo, *O Estado de São Paulo*, *A Gazeta* e o *Correio Paulistano*; em Minas, *O Estado de Minas*; na Bahia, *A Tarde*; em Porto Alegre, *O Correio do Povo* e, no Recife, o *Diário de Pernambuco*, entre outros, acompanharam o progresso de seus congêneres cariocas.

O *Jornal do Brasil* contara, em seu início, com a colaboração preciosa de Rui Barbosa. No *Jornal do Comércio* pontificava o experimentado José Carlos Rodrigues e *O País* obedecia à orientação da figura exponencial de João Laje.

O *Correio da Manhã* destacava-se por notável influência política e tinha a dirigi-lo Edmundo Bittencourt. Entre as revistas ocupava posição especial o grupo das que pertenciam à Sociedade Anônima *O Malho* e, ao lado destas, o *Fon-Fon*, a *Revista da Semana*, a *Careta*, etc.

Das revistas infantis nenhuma alcançou o renome do famoso *O Tico-Tico*, editado pela Sociedade Anônima *O Malho*. No gênero publicaram-se, ainda, *O Fafazinho* e a *Revista Infantil*.

Os acontecimentos políticos e, em particular, as campanhas sucessórias dividiam a imprensa em dois grupos poderosos e antagônicos, sustentando, cada qual, as virtudes e as qualidades de seus candidatos e não poupando críticas nem defeitos aos adversários.

Grandes assuntos na imprensa da chamada República Velha foram a campanha de saneamento da cidade do Rio de Janeiro e a decretação da vacina obrigatória, no governo de Rodrigues Alves; o movimento civilista, chefiado por Rui Barbosa, visando a sucessão de Nilo Peçanha; o noticiário da Primeira Guerra Mundial, da qual viríamos a participar em 1917; a Reação Republicana, de 1921/1922, que pugnava pela eleição de Nilo Peçanha à Presidência; os movimentos revolucionários de 1922 e de 1924 e, finalmente, a formação da Aliança Liberal, em 1929, que iria resultar na revolução iniciada a 3 de outubro de 1930 e vitoriosa a 24 desse mesmo mês.

O Rio de Janeiro contava, desde 1925, com o vespertino *O Globo*, fundado por Irineu Marinho, que deu apoio, nas eleições presidenciais, ao candidato Getúlio Vargas e a revista *O Cruzeiro*, fundada em 1928, sob a direção de Carlos Malheiros Dias. O triunfo da revolução de 1930 foi marcado pelo empastelamento das redações dos jornais e revistas que defendiam o governo de Washington Luís, tais como *A Noite*, *A Crítica*, *A Vanguarda*, *O País*, *A Sociedade Anônima* *O Malho* e outros. Alguns deles desapareceram para sempre.

Em novembro de 1930 assumiu o poder Getúlio Vargas, na qualidade de Chefe do Governo Provisório. Inaugurava-se um novo ciclo político em nosso País. A imprensa deu grande destaque aos acontecimentos desses dias e edições extraordinárias eram disputadas pelo povo.

Em julho de 1932 rebentou em São Paulo e no sul de Mato Grosso a Revolução Constitucionalista. Amplo noticiário foi publicado sobre a marcha das operações que só terminariam em outubro, com a rendição dos revoltosos.

Daí por diante pode fazer-se uma breve enumeração dos acontecimentos principais de nossa vida política que mereceram destaque especial no noticiário dos periódicos: a instalação da Constituinte, eleita em 1933, e a promulgação da Constituição no ano seguinte; a revolta comunista de novembro de 1935; o golpe integralista de maio de 1938; a Segunda Guerra Mundial, da qual iríamos, mais uma vez, participar; a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945; a normalização democrática a partir da posse do Presidente Dutra, em 31 de janeiro de 1946; a volta de Getúlio Vargas ao poder, eleito pelo voto popular, a 31 de janeiro de 1951; o suicídio do presidente, em 24 de agosto de

1954, conseqüência da crise iniciada nos primeiros dias desse mês; a deposição de Carlos Luz, em 11 de novembro de 1955, e o impedimento, a seguir, do Presidente João Café Filho; a instalação da capital do país em Brasília, a partir de 21 de abril de 1960; a eleição e a renúncia de Jânio Quadros; a instituição do regime parlamentarista no Brasil com João Goulart; a revogação do referido regime, por plebiscito, e, finalmente, a Revolução de 31 de março de 1964 marcando um período de transição da nossa história republicana.

Também as grandes datas da nacionalidade mereceram particular atenção da imprensa. Podemos destacar os números especiais que serviram para comemorar o Primeiro Centenário da Independência do Brasil, solenemente festejado a 7 de setembro de 1922; o amplo noticiário dedicado, em 2 de dezembro de 1925, ao transcurso do centenário de nascimento do Imperador D. Pedro II; a cobertura jornalística do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1954, e da Cidade do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1965.

Jornais e revistas organizaram edições especiais por ocasião da transferência da capital brasileira para o Planalto Central, no dia 21 de abril de 1960 — data em que Brasília passou a ocupar o lugar do Rio de Janeiro como sede do governo da República.

Em setembro de 1972 circularam, em várias cidades do país, números comemorativos do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Infelizmente a imprensa mundial vem atravessando uma crise profunda da qual resultou o desaparecimento de inúmeros periódicos que, em outras épocas, gozaram da preferência de grande número de leitores. Somente no Rio de Janeiro, por exemplo, deixaram de circular, nos últimos anos, jornais de substancial penetração popular, tais como *A Noite*, *O Jornal*, o *Diário da Noite*, *A Nota*, *A Manhã*, o *Diário Carioca*, *A Vanguarda*, além das revistas *O Malho*, *Paratodos*, *Revista da Semana*, *Vida Doméstica*, *Careta*, *Domingo Ilustrado*, *Carioca*, *Vamos Ler*, *Revista do Rádio*, *Cinelândia*, *Radiolândia*, *Jornal das Moças*, *Fon-Fon*, o *Tico-Tico*, *Ilustração Brasileira* e outras cujos nomes não nos ocorrem no momento.

A DOCUMENTAÇÃO LITERÁRIA E PARALITERÁRIA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

FÁBIO FREIXIEIRO

Exclusive a parte compacta dos códices de Alencar, formados de manuscritos e recortes em letra de forma jornalística (muitos com emendas do punho do próprio escritor) — pode-se dizer, a “grosso modo”, que é esparsa a documentação literária e paraliterária que se encontra arquivada em nossa Casa, ou na “Casa do Brasil”, como a preferia denominar Gustavo Barroso.

Introduzimos “documentação literária e paraliterária”, pois que, sendo este Museu eminentemente um depositário, dinâmico embora, da História Pátria, tinha que guardar, ao lado do acervo *literário* propriamente dito, no sentido estético do termo, uma grande cópia de material relacionado à Literatura de alguma forma, sem sê-lo, entretanto, de maneira rigorosa. Entra aqui o conceito tradicional de Literatura, conjunto de produção escrita, em mais de um setor de especialização, desde que a língua usada nesse conjunto tenha o mínimo desejável de bom gosto e acabamento. Não se pode negar esse mínimo a uma carta do Barão de Rio Branco, ou a um documento subscrito por Clóvis Beviláqua, embora nada contenham, intrinsecamente, de literatura. E estamos certos de que esse mínimo, muitas vezes, é de longe ultrapassado.

Podemos classificar a documentação que nos ocupa em várias categorias, e isto nos dará uma visão de conjunto — com os espécimes citados e analisados — do que é o material disponível, das preciosidades aos simples documentos formais, cujo sabor às vezes nos delicia, na sua malícia, na sua indiscrição, etc.

I. *Correspondência formal*. Aqui vão muitas das ditas trivialidades, cartas de apresentação, pedidos de proteção e interferência, sem maior profundidade, cartões contendo parabéns, votos natalinos, abraços a aniversariantes... Algumas vezes, o avesso dos grandes homens fica à mostra, e então nos gratificamos com sua sempre-humanidade.

II. *Correspondência político-jurídica*. Um candidato declina de sua candidatura; uma missiva exalta o aspecto útil de um

livro, obra de estadista a estudar civilizações; outra pede que seu signatário não fique na "cauda da chapa". Uma carta anexa projeto de tratado com uma república vizinha, modificando a nossa fronteira...

III. *Teatro*.

IV. *Poesia*.

V. *Correspondência literária*. Aqui incluímos o material, quer por tratar de assunto intrinsecamente literário (por ex., a definição do que seja *verso*), de assunto extrinsecamente literário (por ex. a discussão em torno de candidaturas à Academia Brasileira de Letras, votos dados etc.), quer por realizar a *literariedade*, primordialmente.

VI. *Letras político-jurídicas* — pareceres e memoriais; documentos de cartório; documentos políticos e jurídicos em geral, exclusive, é claro, a Correspondência contida em II.

VII. *Ficção*.

VIII. *Critica e análise literária*.

IX. *Correspondência historiográfica*. Parcela importante da totalidade do acervo, incluindo missivas válidas pelo conteúdo histórico que versam e, não raras vezes, pelo português lapidar.

X. *Documentos diversos*. Os que não conseguimos capitular em alguma das rubricas acima.

XI. *Artigos e reportagens* (recortes de periódicos, jornais, revistas).

XII. *Iconografia* (postais, fotografias, reproduções de fotografias, algumas em recortes de revistas e jornais etc.).

XIII. *Revistas e livros*.

Esclarecemos que vamos apresentar, subordinada à classificação supra-explicitada, uma série de exemplares documentais significativos, sem a intenção de esgotar, como *tombamento* (essa série não o é, em absoluto), o *material* de nosso acervo literário e paraliterário.

I. Começemos pela *Correspondência formal*.

O historiador Afonso de Taunay, numa carta sem data, diz a Wanderley Pinho do prazer produzido pelas "linhas amigas" enviadas pelo destinatário; elas recordam, inclusive, ao missivista, a amizade, saudosa para ele, e que o unira ao sogro ilustre do historiador baiano. (Documento nº 84, lata 2.)

Em 12/agosto/1916, Alberto Torres escreve carta a Nilo Peçanha, pedindo proteção para um morador fluminense de S. Pedro de Aldeia, voluntário da Guerra do Paraguai. (Documento nº 39, lata 1.)

Alcântara Machado, Cláudio de Souza, Padre Leonel Franca S. J. escrevem cartões formais ou íntimos a Wanderley Pinho,

respectivamente em 7/1/41, 1940/1941, 3/XI/938. (Documentos de nº 67, lata 2.)

Alcindo Guanabara envia carta a Nilo Peçanha, em 14/1/1903, pedindo-lhe que acolha a proposta de Paschoal Segreto, entre as propostas para a Loteria do Estado do Rio de Janeiro. (Documento nº 37, lata 1.)

Augusto de Lima escreve a Nilo Peçanha, em 17/6/1909, felicitando-o e à Nação pelo advento de seu governo, embora lamentando a morte de Afonso Pena. (Documento nº 57, lata 2.)

Em fotografia de manuscrito, de que o M. H. N. tem negativo, lê-se, assinado por Cláudio Manuel da Costa: "V. Mercê terá a bondade de mandar dar a arroba de ferro, em que falei, e tudo se satisfará." (Documento nº 197, lata 4.)

Em 1/X/09, Coelho Neto envia cartão, com suas iniciais impressas: "Aos bons amigos d'O Paiz Coelho Netto felicita".

Dias de Barros dirige carta a Nestor Massena, em 27/5/1916, apresentando-lhe Jackson de Figueiredo, "sobre quem alguma vez tive ensejo de fallar-lhe e cujo nome lhe é suficientemente conhecido". O apresentado é portador de uma carta para ser publicada no 'Imparcial', publicação esta que conta com os bons officios do destinatário. (Documento nº 257, lata 6.)

Domício da Gama, em 7/6/1917, escreve ao recém-empossado Ministro de Estado das Relações Exteriores e, de maneira formal, promete serviços a este e ao Presidente da República, as "impressões de fora", de quem está na Embaixada do Brasil em Washington. Noutra carta, diz, escreverá sobre nossas relações internacionais. Trata-se de uma carta de cumprimentos, sobretudo. (Documento nº 26, lata 1.)

Hermes Fontes a Nilo Peçanha, em 19/1/1915: trata-se de um apontamento (não tem rigorosamente a forma de carta) em que o poeta declara pleitear, junto a N. P., nomeação para um dentre seis mencionados cargos, com as devidas implicações. (Documento nº 42, lata 1.) Curioso manuscrito, que patenteia o caráter do referido literato.

Em 9 de janeiro de 1862, José de Alencar argumenta, em forma de carta, em benefício de José Smith de Vasconcellos, negociante matriculado no Ceará, talvez um dos que mais tem promovido o comércio de exportação direta para o estrangeiro, e que requereu a S. M. Imperial, em 1857, uma condecoração. A argumentação realça os serviços pios do sr. Smith de Vasconcellos. Este documento foi oferecido ao M. H. N. pelo Dr. Alvaro Pinto Dantas de Carvalho, em 1964. O destinatário de Alencar (por informação, fora do texto) é o Conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos (Ministro do Império). (Documento nº 127, lata 3.)

O mesmo Alencar, dias depois, em 14/1/1862, reitera ao Conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos, a necessidade de uma comenda ao comerciante José Smith de Vasconcellos. Entre outras coisas, diz o missivista que a caridade, que tantos frutos tem produzido em toda a parte, precisa de um incentivo do Governo. E que o interessado manifesta preferência pela comenda da rosa. Tudo submetido, entretanto, ao alto discernimento do Governo Imperial. (Documento nº 129, lata 3.)

Júlio Dantas, em 28/4/1910, escreve a Guilherme da Rosa, apresentando D. Maria Pia d'Almeida, de partida para o Rio, "por quem, como o meu amigo sabe, tenho a maior consideração e a maior estima." (Documento nº 276, lata 6.)

Uma fotografia de cartão formal revela os dizeres: "MACHADO DE ASSIS deseja mto. boas festas. 1908. 18, Cosme Velho." *Observação*: apenas antropônimo e o endereço, em letra impressa. (Documento nº 174, lata 4.)

Machado de Assis, a destinatário de nome ilegível, em 30 de junho de..., acusa recebimento de um cheque no valor de 200\$000, como pagamento de um artigo literário publicado no periódico *Novo Mundo*, de que o destinatário é representante no Rio de Janeiro. (Documento nº 119, lata 3.)

Machado de Assis, a firma não identificada, já sabedor de uma resposta dela, em 26/V(?) /1875 envia-lhe carta. Machado declara esperar as ordens de Suas Senhorias, bem como esclarece seu domicílio (Rua das Laranjeiras, nº 4). (Documento nº 61, lata 2.)

Octávio Mangabeira a Wanderley Pinho, em 24/12/57, envia um cartão formal, escrito de Nova Iorque, desejando votos de feliz Ano Novo. Subscvem o cartão Esther e Octavio. Destinatários: D. Stela e José. (Documento nº 263, lata 6.)

Olavo Bilac, a João do Rio (Paulo Barreto), envia carta apressada, de bordo do navio "Amazon", remetendo "a cousa, alinhavada no tumulto de bordo, por mar grosso, e com uma dor de cabeça infernal." Conclui Bilac: "É preciso escrever as perguntas." (Documento nº 121, lata 3.)

Raul de Leoni escreve a Nilo Peçanha, em 26/9/1919, pedindo ao estadista, de quem é afilhado, a atenção para um diplomata, de admirável conceito no Ministério das Relações Exteriores, por seus "notáveis serviços, em defeza dos interesses brasileiros". (Documento nº 16, lata 1.)

O Barão de Rio Branco escreve a Nilo Peçanha, em 3/1/1909, agradecendo-lhe o quanto fez para que tivesse pronto andamento e decisão favorável no Senado o projeto que autorizou a matrícula do sobrinho do missivista na Escola Naval. (Documento nº 7, lata 1.)

Rocha Pombo a Nilo Peçanha, em 2 de agosto de 1909, agradece o socorro oficial à empresa editora da *História do Brasil*, sem o qual seria interrompida a publicação da obra. A lápis, talvez com a letra de Nilo Peçanha (?), está: "Escrever ao Dr. Rocha Pombo dizendo que o Presidente terá praser em recebe-lo". (Documento nº 1, lata 1.)

Rui Barbosa aos Srs. Gondolo & Laboriau, em 3/2/1917, envia carta formal, agradecendo o obséquio da carta dos destinatários, "de 31 do corrente", bem como o da remessa de 'The World's Court League'. (Documento nº 232, lata 5.)

Rui Barbosa escreve a Wenceslau Braz, em 21/1/1918, pedindo-lhe o favor de contemplar num dos lugares de primeiro oficial do Tribunal de Contas o Sr. Antônio Airosa, seu genro, desempregado desde o início do Governo Hermes da Fonseca. (Documento nº 146, lata 3.)

Uma carta impressa e manuscrita, tarjada de preto, agradece, em nome da Viúva Rui Barbosa, manifestações de pesar por ocasião do falecimento do ilustre brasileiro. Março de 1923. (Documento nº 76, lata 2.)

Um rascunho de telegrama ao Dr. José Maria Whitacker, no Banco do Brasil, é dirigido pelo Dr. Vicente de Carvalho. *Observ.* — o manuscrito diz: "Firmino eleito. Abraços." (Documento nº 167, lata 4.)

II. Eis alguns espécimes expressivos da *Correspondência politico-jurídica*.

Em 8/10/1909, Afonso Arinos envia carta a Nilo Peçanha, de Paris, a respeito de nossa propaganda no exterior, e em que põe em dúvida os frutos da Missão, com este fim, sediada na capital da França. "[...] a propaganda não deve ser feita em forma de *réclame* [...] Ela deve ser feita disfarçadamente, mas com toda a actividade, não directamente por nós, mas por estabelecimentos e casas estrangeiras ganhos à nossa causa nos principaes paizes da Europa. Os inconvenientes da propaganda official e directa são evidentissimos para que se possa um momento pol-os em duvida." (Documento nº 4, lata 1.)

Numa missiva sem data, Afrânio Peixoto, companheiro de chapa eleitoral de Wanderley Pinho, pede-lhe ajuda para não vir na cauda da chapa e ter, assim, de suportar as contestações. "Sei que é pedir demais, a quem cuida de si; mas, você virá facilmente no 1º lugar, e pode, alem disto, muito para que eu não venha distante... Sim?" (Documento nº 88, lata 2.)

Em 13/1/1927, Afrânio Peixoto, confidencialmente, pede a intervenção de Wanderley Pinho no sentido de elevar a 4 000 o número de assinantes baianos de *O Jornal*. O complemento seria de 2 200 assinaturas, obtidas entre amigos, nos 140 municípios baianos. "Você sabe que Chateaubriand não é só a solar inteli-

Confidencial 36

Paris, 8 de outubro de 1909
24, rue du Boccador

Exmo. Amigo Sr. Dr. Nilo Peanha

Seo permissão a V. Excia. para dirigir-lhe a presente carta, a respeito da nossa propaganda no exterior, cuja necessidade indubitável levou o Congresso federal a dotar o Governo de recursos suficientes para a criação de um serviço permanente na Europa, confiado à Missão com sede em Paris.

A minha longa estada na Europa e o conhecimento, adquirido na observação dos factos, do que aqui se pode e deve fazer em bem do nosso país, me animam a intervir no assumpto.

Acho que o meu dever de brasileiro não me permite obra indifferente para os erros praticados

Afonso Arinos aborda o tema de nossa propaganda no exterior, mostrando os inconvenientes da autopromoção oficial.

gencia de minha admiração, é um caracter e um coração que me envaidecem." (Documento nº 103, lata 3.)

Afrânio Peixoto a Wanderley Pinho, em 25/agosto/1934: cartas (uma formal, outra confidencial) em que o missivista declina da "próxima futura investidura de representante" do E. da Bahia. "Não sou candidato; não o podia ser: não deverei ser." Nota — vale sobretudo a carta confidencial, por deixar transparecer um profunda desilusão política. (Documentos nº 60, lata 2.)

Alcindo [Guanabara] a [João] Lage, numa carta sem data, ligeira, pede-lhe um favor e uma opinião: se o "nome do Trovão pode ser com vantagem opposto ao *penetra* do Salles Filho". (Documento nº 120, lata 3.)

Antônio Carneiro Leão escreve a Nilo Peçanha, em 27/7/1912, sobre o livro deste, *Impressões da Europa*. A carta realça, não o lado literário que a obra apresenta, mas o seu aspecto útil, italiana e para o sentido regionalista do povo que, apesar de por ser trabalho de estadista que estuda civilizações várias como estímulo de um país promissor. (Documento nº 56, lata 2.)

Carlos Magalhães de Azeredo a Nilo Peçanha (este destinatário não está explícito no texto), em 26/5/1911. De Roma, o missivista considera justas e finas as apreciações de N. P. sobre Florença, que testemunham o sentimento do belo ao lado do temperamento do administrador. Daí a carta parte para a unificação tudo, sente vincular-se a uma antiga metrópole, como Florença, Nápoles, Bolonha, Milão, Turim. Ao contrário da centralização francesa em Paris... (Documento nº 31, lata 1.)

Em 1869, José de Alencar dirige carta a Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, comunicando-lhe a fundação, na Corte, da folha "Dezesseis de Julho", para defender a idéia conservadora no Brasil. «O partido conservador, depositário de tão respeitáveis tradições deve ao paiz este exemplo moralizador de sustentar sua imprensa com o simples concurso individual de seus membros, sem nenhum subsidio do governo. [Abrindo parágrafo] Este facto será mais uma revelação da força da idea conservadora no Brasil e sobretudo da moralidade da situação.» (Documento nº 130, lata 3.)

Miguel Calmon dirige-se por carta a Wanderley Pinho, em 23/7/1925, transmitindo-lhe apelo em favor de subvenção ao Hospital dos Pobres, ora em construção, por iniciativa particular, em Esplanada, no Estado da Bahia. (Documento nº 81, lata 2.)

Em 5 de outubro de 1934, Octávio Mangabeira e Simões Filho dirigem carta política ao Dr. Francisco Borges, distribuindo candidatos da chapa da Concentração Autonomista da Bahia. (Documento nº 71, lata 2.)

Nilo

Um abraço pela apothose!

Além de doente sinto-me tão fatigado das vigílias a que me tem forçado a grave enfermidade de minha mulher que não saio de casa. Daqui mesmo, porém, faço o que posso. A minha pena não tem dado (nem dará) tréguas a' camarilha. Pelo que aqui te mando verás que não foi alguma coisa na minha terra e continuarei em accão. O artigo que escrevi para "O Diário de Y. Luiz" não foi publicado. É bem possível que o tenham sonegado no correio: a minha terra é tão sonhecida no Maranhão...! Enfim... Prosigamos! A victoria é certa!

Amigo e dedicadissimo correccionario

Coelho Neto

7-xi-920

A letra de Coelho Neto, tão característica, teria possibilitado sonegação de sua correspondência no Maranhão. Disso se queixa o Escritor a Nilo Peçanha.

Olavo Bilac, em 13/2/1917, endereça carta ao Dr. Ferreira de Araújo Pinho. Com timbre da Liga de Defesa Nacional, a missiva comunica ao referido destinatário sua eleição para o cargo de Membro do Diretório Regional do Estado da Bahia, pedindo-lhe que aceite esta patriótica incumbência. (Documento nº 45, lata 1.)

Em 29/9/1899, Osório Duque Estrada escreve a Nilo Peçanha, estranhando que 'O Paiz' tenha comentado favoravelmente o «estabelecimento de grades na Assembléa do Estado, ao mesmo tempo ã noticiava a ida a palacio de uma commissão composta de Mauricio, Sebastião Lacerda e Miguel.» (Documento nº 20, lata 1.)

Em 4/11/1921, Raimundo Moraes endereça carta a Nilo Peçanha, dizendo urgir que o *Correio*, o *Imparcial*, a *Noite*, e a *Rua*, tenham, em Belém, correspondentes da confiança do destinatário. E que o missivista poderá ser correspondente do *Imparcial*, função que já exerceu. Há também, no texto, outros comentários sobre jornalismo político-partidário. (Documento nº 2, lata 1.)

O Barão de Rio Branco envia carta a Nilo Peçanha, em 5/10/1909, anexando o projeto de Tratado com a República Oriental do Uruguai, que modifica a nossa fronteira na Lagoa Mirim e Jaguarão, e dá a esse Estado limítrofe os mesmos direitos de navegação, comércio e trânsito fluvial, reconhecidos por nós, nas nossas demais fronteiras, aos outros ribeirinhos. (Documento nº 9, lata 1.)

Em 8/10/1909, o Barão de Rio Branco envia carta a Nilo Peçanha, levando-lhe ao conhecimento o telegrama do Governo da República Oriental do Uruguai, em que se manifesta o reconhecimento ao nosso Presidente pelo projeto de Tratado de fronteiras com a referida República. (Documento nº 8, lata 1.)

De Holland Park Gardens, Rui Barbosa escreve a José Carlos [Rodrigues], em 1º/6/1895, comentando a noticia veiculada sobre a doença de Prudente de Moraes, bem como a de que o Ministro português no Rio sofreu insulto no Congresso, tendo recebido explicações do Governo. Sobre o Presidente, lera o seguinte: "Prudente is ill, and will most probably resign." (Documento nº 255, lata 6.)

Vital Soares escreve a Wanderley Pinho, em 22/XII/1931. O missivista mostra desilusão do momento político, em linguagem irônica: "Houve ingenuos na platéa que o [o epílogo] suppuzeram proximo, com o episodio retumbantemente anunciado da 'reconstitucionalização'. Eis, porém, que os sorprehende na téla, pondo-lhes a cara a banda, o distico desenganador 'tapeação final'. Nanja eu me tivesse deixado engodar. Se nunca me illudi a respeito! Já é tempo para estarmos acostumados com

GABINETE DO MINISTRO
DA
RELAÇÕES EXTERIORES

Rio Janeiro, 5 de Setembro de 1909.

Excm. Sr. Dr. Nilo Peçanha,
Presidente da República

13.041.

Tenho a honra de submeter a
vossa V. Ex. o encerrado projecto de tra-
tado com a República Oriental do Uru-
guay modificando a nossa fronteira
na Lagoa Mirim e Jaguarão e dando
a esse Estado limítrope os mesmos di-
reitos de navegação, commercio e tran-
sito fluvial que nas nossas demais
fronteiras reconhecemos aos outros
ribeirinhos e selamâmos a obte-
remos, em beneficio nosso nos rios
Uruguay, Paraná e Paraguay.

Remetto igualmente a V. Ex. uma
planta da Lagoa Mirim com o traçado
da nova linha em azul. Como V. Ex. sa-
be, pelos tratados vigentes, toda a água
da Lagoa Mirim e do Jaguarão, Jaguarão

O Barão de Rio Branco, em carta, anexa projecto de tratado com a
República Oriental do Uruguay.

esse regimen de 'quando digo que digo, digo que não digo'. Do meu canto, voto apenas por que, ao fim da funcção, ainda reste algo a que possamos chamar, com orgulho, o nosso Brasil." O missivista lamenta, também, que o destinatário fosse atingido por um dos últimos coices do "santo officio" revolucionário. (Documento nº 117, lata 3.)

III. Não é, de modo nenhum, rico ou valioso nosso acervo no tocante ao *Teatro*. Destacamos dois exemplares.

Um libreto de Antonio Ghislanzoni, intitulado *Carmosina — drama lirico in tre atti di /.../, musica di João Gomes de Araujo*. Trata-se de um folheto, com dedicatória impressa, do músico, ao Imperador do Brasil D. Pedro II. Publicação de: Milano, G. Ricordi & C., 1888. (Documento nº 230, lata 5.)

O outro exemplar, já agora de autor brasileiro, é *O Galho Seco*, peça em três atos de Cláudio de Sousa. Trata-se de uma cópia datilografada, com emendas manuscritas que a valorizam. Não tem data. Duvidamos de que a peça tenha sido publicada em seu texto ou encenada. O vol. 6 da 2a. edição de *A Literatura no Brasil*, Direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana S. A., 1971 — na pág. 26 — não registra *O Galho Seco* sequer como inédito, na bibliografia de Cláudio de Sousa. De qualquer forma, a obra não parece representar nenhuma possibilidade de sucesso semelhante ao que bafejou *Flores de Sombra*, do mesmo autor, na estréia paulistana de 1916. Cfr. Sábato Magaldi, *Panorama do Teatro Brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, [1962] — pp. 178-179. (Documento nº 46, lata 1.)

IV. Embora conte com alguns manuscritos ou impressos muito significativos, também não é numerosa e variada a coletânea de nossa Documentação no *Setor Poético*.

Surge um poema de Afonso Celso, intitulado 'Maria e Martha' em octossílabos isorrítmicos, com cesuras na 4a. e 8a. sílabas. O poema é vazado em quadras com rimas alternadas. Nele se distingue uma anáfora com o nome de "Martha...", no início da 1a., 2a. e 3a. quadras. (Documento todo manuscrito, nº 150, lata 4.)

Afonso Lopes de Almeida comparece com o soneto 'Templo em ruínas' em decassílabos. No estilo entre neoparnasiano e neo-simbolista, chamam a atenção uma sinérese intravocabular, "crian/ças", uma expressão consagrada por Raimundo Correia, "bimbalhar de sinos", e uma maiúscula alegorizante, "Verdade". Data: 1909 (Rio). (Documento nº 124, lata 3.)

Um dos pontos altos de toda a Documentação do M. H. N., já exibido em exposições itinerantes desta Instituição, é sem dúvida

Virente visivo

Luzir-se no ar, qu'ora inquieto vagalame:
" Quem me dera que fosse aquella loura estella,
Que ande no etere aral, como uma eterna vela!"
Mas a estella, fitando a lua, com ciumme:

" Fudiste em copiar-te o transparente luzir,
Que da grega columna a gottica jansella;
Contemplar, suspirar, a fronte unida e bella!"
Mas a lua, fitando o sol, com ardeume:

" Misero! tirame em aquella enorme, aquella
Claridade immortal que toda a lua ressume!"
Mas o sol, inclinando a rubila capella:

" Posa-me esta brilhante aureola de nome...
Empara-me esta, aul a desvendada nu bella...
Porque não nasceu em um simples vagalame?"

Machado de Assis.

Pelo primeiro verso, vê-se qual era a versão primitiva do famoso soneto machadiano.

'Mocidade e Morte.'| O Phtysico', de Antônio de Castro Alves. O manuscrito, que está completo, exhibe desta forma a epígrafe de Dante: "Lasciate ogni speranza, ó voi qui /emendado che'/ entrate". Ao lado da epígrafe, à esquerda, em letra escrita a lápis: "Alerta!" possivelmente como alusão aos erros em italiano. A exclamação deve ser de algum íntimo do Poeta, atento aos seus pequenos senões. *Nota* — é característico do poema o verso "Eu sinto em mim o borbulhar do gênio", cujo sentido iludiu o arguto Mário de Andrade, e em que há, de fato, a célebre metáfora coletiva definida no trabalho de Fausto Cunha. Cfr. Fausto Cunha, *O Romantismo no Brasil; de Castro Alves a Sousândrade*. [Rio de Janeiro], Paz e Terra, [1971] — p. 88 ss.

Num impresso do início do século, aparece a *Canção de Mignon*, em tradução de Carlos Magalhães de Azeredo. Valoriza ao folheto uma dedicatória do tradutor ao Barão de Rio Branco, manuscrita. A edição procede de: Roma, F. Centenari & C. — Tipografos, 1906.

Nota: o poema de Castro Alves está arquivado sob o nº 118, lata 3; a tradução de Magalhães de Azeredo, sob nº 229, lata 5.

De Filinto de Almeida nossa Coleção possui o soneto "Amontoem-se auroras e poentes", em decassílabos. Nele chamam a atenção duas sinéreses intravocabulares, "des/trui/dor" e "per/pe/tuan/do", além da forma "despareçam" em vez de "desapareçam". Data: 1909. (Documento nº 123, lata 3.)

Francisca Júlia da Silva comparece com um famoso soneto parnasiano, à Heredia, manuscrito sem data, denominado 'Os Argonautas'. (Documento nº 48, lata 1.)

Em recorte de jornal, datado de 24/10/1959, há um poema de Jorge de Sena, com dedicatória manuscrita a Manuel Bandeira. (Documento nº 15, lata 1.)

Outro dos pontos altos da documentação do M. H. N. é o manuscrito de Machado de Assis, integralmente com sua letra, do 'Circulo Vicioso'. Está em perfeito estado de conservação e não tem data. Sua peculiaridade é ter, logo no primeiro verso, "Luzindo" em vez de "Bailando". Tomando por base as *Poesias Completas*, onde originalmente é apresentado o livro *Occidentaes*, depois das *Chrysalidas*, *Phalenas* e *Americanas* (tenho em mãos a ed. Garnier com data de 1901 ao fim, e 1902 na folha-de-rosto) — e conferindo a sua página 292 — pode-se praticamente concluir que "Luzindo" foi uma forma que Machado de Assis chegou a repudiar, em vida, para o seu famoso soneto, desde sua definitiva publicação, em livro pelo menos, no corpo das *Occidentaes*. (Documento nº 55, lata 2.)

De Múcio Teixeira, temos a 'Profissão de fé', soneto, sem data. (Documento nº 49, lata 1.)

L.3 N.º 118

Acidua e Norte.

Physica

Lumina ege e puzgo, e'ra puzo. ^{de}
Dante.



Oh! e queo vera baba puzomes
Na flos puzo, e'ra puzo, e'ra puzo
Ve murchalona puzo, puzo, puzo
Cual baba, e'ra puzo, e'ra puzo
No ter e'ra murchalona puzo, e'ra puzo
No ter e'ra murchalona puzo, e'ra puzo
Arab e'ra murchalona puzo, e'ra puzo
A murchalona puzo, e'ra puzo, e'ra puzo



Acidua e Norte.
Dante e murchalona puzo, e'ra puzo.

O subtítulo primitivo do poema de Castro Alves não aparece nem mesmo na ed. original de *Espumas Flutuantes* (1870).

Finalmente, mencionemos, de Pedro Fernandes Pereira Corrêa, um poema inominado, em sextilhas formadas de redondilhas maiores. Começa e termina pela mesma estrofe: "Não sei se poeta eu sou,/Se o Eterno me dotou/De divina inspiração;/Só sei que n'alma constricta/Bem resoante palpita/A lyra da criação." (Documento nº 278, lata 6.)

Eis aqui, para a língua portuguesa, o material poético mais expressivo.

Em língua francesa, temos, importantes, dois poemas manuscritos de Paul Fort. Trata-se de 'La Ronde autour du Monde' e 'La France'. Ao primeiro, não falta a rima, inclusive a equívoca (*main/main*) ou a consoante (*ronde/l'onde*). O segundo poema tem a peculiaridade de ser monorrímo (*gâté/pommiers/agilité/pigeonniers*, etc.). Nem tudo lembra nesses dois poemas, que não estão datados, o poeta que tanto impressionara Oswald de Andrade quando de seu regresso da Europa em 1912. "O que lhe seduz em Paul Fort, antes de mais nada, é o fato de o poeta príncipe ser, acima de tudo, 'o mais formidável desmantelador da métrica de que há notícia' e, apesar de jamais ter escrito 'quadrinhas nem sonetos', não constituir isto obstáculo à sua coroação e nem ao elogioso pronunciamento de seus contemporâneos como Frédéric Mistral, Émile Faguet (que Oswald considera o 'representante mais sisudo da cultura conservadora'), Maurice Maeterlinck e Romain Rolland. Mais Paul Fort do que Marinetti, por esse tempo, influencia Oswald de Andrade." Cfr. Mário da Silva Brito, *História do Modernismo Brasileiro. I. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. São Paulo, Edição Saraiva, 1958 — pp. 26-27.

Como curiosidades históricas e como exercícios poéticos sem maior valor, lembramos finalmente versos manuscritos de D. Pedro II, escritos em agosto de 1888, às vésperas da República, a bordo do "Paquebot Congo". Trata-se de traduções, de originais do comandante do navio, o que é declarado explicitamente pelo Imperador, com relação a um dos textos. Transcrevamos a este:

"Paquebot Congo
"A. S. M.

qui daigne signer son portrait
comme Membre de l'Académie
des Sciences

"Le premier sur le trône il plaça la science;
De ses nobles desseins réglant l'Impatience,
Il a brisé des fers; et de son peuple heureux
Il fonde savamment l'avenir lumineux."

[Agora entra a letra, a lápis, do Imperador.]

“Versos feitos pelo commandante. Traduzi-os logo passeian-
do [sem pontuação]”

[Volta a letra, à tinta, do Comandante.]

“Em mer
19 août 1888.”

[Entra a tradução do Imperador, a lápis.]

“Primeiro sobre o throno assentou a sciencia;
De seus nobres designios regrado a impaciencia,
Quebra os grilhões, e do povo ditoso
Sabio funda o futuro luminoso [sem pontuação]”

O *segundo texto* contém a tradução de Pedro II nas entrelinhas do original. Vamos transcrever apenas o português, escrito a lápis:

“Dous dias mais, e ao clarear; perto do continente.
Ante nós deitado o petreo gigante ingente
Sobre a agua tranquila estará a descansar
Sua cabeça; a Gavea, as naus a encaminhar
Seus pés; o Pão d’Assucar; massa que assignala
A entrada, e com o pico altivo a avassalla.

“Outrora a esse genio um rei ao seu chegar[.]
João sexto ousava dizer: Gigante[.] levantar!
Mas certo do futuro, o seu sonho é constante
E se lhe gritardes também que se levante[.]
Responderá: Porque meu somno perturbar[?]
Ainda não chegou o dia de accordar[.]
A que louco inimigo [?] grite eu: quem vem lá!
Que tenho inda a fazer? Dom Pedro chegará[!]
“Congo — 20 août 88.”

O *terceiro texto* é um exercício tão elementar, tão cheio de vaivéns e emendas, que não merece nenhuma transcrição.

Os supratranscritos versos, improvisados por D. Pedro como traduções, encontram-se arquivados no *Arquivo 7*, gaveta 1, pasta M-5, nº 13.

V. *Correspondência literária*, de acordo com a conceituação que já foi explicitada.



Rua do Ouvidor, 13 de Fevereiro de 1917.

Exas Sr. Dr. João Ferreira de Araujo Pinho.
M.D. Membro do Directorio Regional do Estado da
Bahia.

Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, em sessão realizada no dia 21 de janeiro do corrente anno, com a presença e a direcção de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, tambem Presidente da Liga da Defesa Nacional, fostes eleito pelo Directorio Central para o cargo de membro do Directorio Regional desse Estado, tendo sido o vosso nome aclamado pela assembleia.

Em nome da Liga da Defesa Nacional, peço-vos que, vos digneis aceitar, com o vosso alto patriotismo, esta incumbencia, acrescentando mais este grande servico aos que já prestastes ao engrandecimento do Brasil.

Apresento-vos, com o mais vivo prazer, a segurança da minha mais distincta consideração e estima.

Oliveira

A Liga de Defesa Nacional, vinculada ao nome de Bilac, marca uma "abertura" nos limites estreitos e convencionais de seu primitivo Parnasianismo.

Afrânio Peixoto escreve a Francisco de Goes Calmon, em 14/out./1928. A carta é escrita em viagem, a bordo do "Avila"; carta saudosa, sentimental, vazada nestes termos: "Meus queridos Amigos, aceitem o coração triplice de seus amigos, que os precedem no caminho de nossa terra, coração cheio de vocês, pelo que lhes quer e pelo que lhes deve. Meu Chico, teu, do coração, irmão e amigo Peixoto". Às vezes a missiva é algo brincalhona: "Até aqui, bôa viagem. O navio jogou bastante, uma noite, na Biscaia, menos porêm do que se joga no Casino de Copacabana. Fez-me lembrar o meu celebre compadre Candido Cocá, de Canavieiros, apreciando um inquieto fundo de pratos, o 'Manuel Victorino', que fazia carreira na Companhia Bahiana, e jogava como um vicioso. — 'Mal empregado nome, seu compadre, para este navio: isto se devia chamar mas era Cesar Zama!'" (Documento nº 262, lata 6.)

Afrânio Peixoto a Francisco (Chico) de Goes Calmon e sua esposa Julieta (Ju), em 19/12/? O autor de *A Esfinge* defende-se da suspeita de ingratidão, apesar de todas as evidências em contrário. Carta sobretudo *amável*, em que o missivista declara: "Depois V. V. são um canto azul de minha vida e só esquecendo-a — o coração tem memoria — eu poderia mudar. Eu seria outro e desprezível. Culpem antes à minha vida estonteada e vária, mas fiquem certos que separados, vendo-nos de lonje em lonje, quasi nem nos sentindo mais, eu não sei se alguém ha que apesar do tempo e da distancia guarde com mais fervor as suas caras lembranças..." Sobre Ju, Afrânio intimamente a diz "melhor que bonita". (Documento nº 86, lata 2.)

Alceu Amoroso Lima escreve a Wanderley Pinho, em 7/2/947. Assunto da carta: eleição, na Academia Brasileira de Letras, para a vaga de Afrânio Peixoto. Diz-lhe Alceu que justamente o "compreensível escrúpulo" do historiador, deixando passar algum tempo sobre a morte do conterrâneo, sem cuidar de eleição, permitiu que Alceu se compromettesse com a candidatura Afonso Pena Jr. Diz-lhe também Alceu que a maioria acadêmica já tem compromisso com Afonso Pena Jr., "e seria temeridade expor-se a um novo fracasso". "Tanto mais quanto, [no caso do historiador] não se trata de pronunciar apenas o elogio de Afrânio. Trata-se de ocupar uma cadeira onde poderá fazer mais de um elogio dele e dos políticos baianos". T. de A. é incisivo: "A primeira vaga será sua. Sua obra aí está [...]" (Documento nº 43, lata 1.)

Bernardo Guimarães a J. Belarmino numa carta sem data. Recém-restabelecido de doença, o missivista reenceta articulações para trabalhos literários. Pede ao destinatário o ponto em que ficou de certa tradução, para continuá-la prontamente. Pro-

mete enviar-lhe o artigo sobre a Paixão de Cristo. "Não tenho o ultimo nº do Mosaico; queira envial-o pelo portador." (Documento nº 256, lata 6.)

Carlos Magalhães de Azeredo escreve a Manuel Bandeira, em 12/março/1945. Azeredo, sobre os escombros da Guerra, em Roma, escreve a M. B. sobre assuntos acadêmicos (ABL). Diz-lhe não poder comprometer-se com a candidatura Sousa da Silveira, por estar ligado à candidatura de seu amigo Osório Dutra e, também, por uma questão de consciência — não conhece as obras do mencionado filólogo. A carta satisfaz pedido do antigo Presidente da ABL, Múcio Leão, e, ao mesmo tempo, revela que o missivista ignora o atual. Expressa o desejo de "ver reatadas as relações regulares entre mim e a Academia". (Documento nº 29, lata 1.)

Em 3/julho/1909, escreve Coelho Neto a Nilo Peçanha, justificando um escrúpulo louvável de Euclides da Cunha, não querendo dar sentido de interesse a uma visita ao destinatário, na hora presente. Por isso é o missivista que traz a Nilo "uma das obras fortes do nosso Euclides da Cunha". Noutra letra, em nota subscrita por T. Bastos: "Attendido, o Sr. Euclides da Cunha foi nomeado lente de logica do Gymnasio Nacional". (Documento nº 32, lata 1.)

Coelho Neto, ao Cônsul Geral do Brasil em Montevideu, em 1/1/1907. De Bagé, escreve C. N. expondo-lhe a idéia de, passando por Montevideu para Buenos Aires, naquela cidade pronunciar uma conferência sobre a "poesia oriental". Diz dos elementos de propaganda de que dispõe e dá algumas impressões da cidade brasileira em que está. (Documento nº 10, lata 1.)

Fernando Magalhães a Wenceslau Braz (sem menção explícita), em 29/4/1926. Carta sobre o apoio a Augusto de Lima em eleição para a Academia Brasileira de Letras. Anexa cartão de Antônio Carlos (de 24/3/1926), a F. M., dizendo-lhe que agirá em favor de A. de Lima, e pedindo-lhe que disso dê ciência a W. Braz. (Documento nº 141, lata 3.)

Num fac-símile, confundível à primeira vista com o original, o M. H. N. tem uma famosa carta de Gonçalves Dias a A. Henriques [Leal], datada de 23/ago./1862. O Poeta, de Paris, glosa e "goza" a notícia de sua própria morte, veiculada por jornais do Rio, Bahia e Pernambuco. "É mentira! não morri! nem morro, nem hei de morrer nunca mais — Non omnis moriar! — como dis o mestre Horacio." (Documento nº 274, lata 6.)

Goulart de Andrade a Fagundes, em 5/10/1927. Cartão íntimo, danificado numa de suas extremidades. Um testemunho de si mesmo: "Fico em casa para escrever, pois sabes que não sei improvisar, que orador não sou, conforme é notório." (Documento nº 92, lata 2.)

Jorge de Sena a Manuel Bandeira, em 13/1/1960. Carta dizendo de sua expectativa pela *Literatura Hispano-Americana* de Bandeira, volume este cuja oferta desde já agradece. Diz de sua ida ao Ceará para ministrar curso e pergunta pela representação do *D. João*, cuja tradução, está certo o missivista, sairá em volume. (Documento nº 6, lata 1.)

Manuel Bandeira ao Dr. Taunay, em 24/1/1947. Carta dando-lhe informações sobre o movimento na Academia Brasileira de Letras com a vaga aberta pela morte de Afrânio Peixoto. Sobre tudo informa sobre a candidatura Afonso Pena Jr. (Documento nº 62, lata 2.)

Mário de Alencar a Gustavo Barroso, em 17/8/1914. Carta a propósito da ereção de uma herma a José de Alencar em Fortaleza, idéia de Gustavo Barroso, com a qual se congratula o filho do grande romancista. "A José de Alencar devia o Ceará esta homenagem de admiração e de gratidão. Elle amou verdadeiramente a terra natal, e não só como poeta, creador de sua lenda selvagem, mas tambem como cidadão; o homem politico ficou ao nivel do escriptor admiravel." Como contribuição para a herma, toma o missivista a liberdade de remeter a G. B. quinhentos exemplares do folheto *Si eu fosse politico...* a fim de que o *Diário do Estado* o exponha à venda, pelo preço que achar conveniente. (Documento nº 126, lata 3.)

Mário de Andrade a Manuel Bandeira, em carta sem data. Numa missiva datilografada, M. de A. envia-lhe o poema 'Brazão' e diz-lhe de como se iniciou sua feitura, no Gabinete da Diretoria do Departamento de Cultura, a partir da lição de uma revista sobre estudos genealógicos: "numa bruta de impulsão /.../ me botei escrevinhando este poema". (Documento nº 11, lata 1.)

Octávio Mangabeira a Wanderley Pinho, em fevereiro de 1942. O missivista fala da imensa tristeza pela perda da irmã, companheira da infância; elogia trabalhos do historiador e diz das suas reservas contra o pessimismo, após ter assistido a duas quedas de regime no Brasil (30 e 37) e ao desmoronamento francês... (Documento nº 44, lata 1.)

Octávio Mangabeira a Wanderley Pinho, em 4/2/1943. Por esta carta, O. M. remete a W. P. o seu voto (com recomendação do caráter secreto...), para eleição do historiador à Academia Brasileira de Letras, na vaga de Xavier Marques. O. M. está exilado em Nova Iorque e é sensível a nostalgia e o inconformismo de seu afastamento da Pátria. *Observ.* — anexa, a carta seguinte (em cópia datilografada), da autoria de Wanderley Pinho, datada de 11/3/1943. (Documento nº 70, lata 2.)

Paulo Barreto (João do Rio) a Belisário [de Sousa] (Diretor de 'A Gazeta de Notícias') — sem data. Bilhete enviando um artigo sobre Belo Horizonte, para o qual recomenda cuidado de revisão. O artigo "é todo feito de frases literárias sobre Bello Horizonte e de uma poesia q. o pastel deve ainda mais enfeiar. Mando também dois Pall-Mall. Estou cá, 2a.-feira, pela manhã. Do coração/Paulo." (Documento nº 241, lata 5.)

Ribeiro Couto a Manuel Bandeira, em 13/abril/1958. Carta dizendo das virtudes das cartas freqüentes, melhores que as intervaladas. Fala sobre o ensaio de Bandeira sobre A. Nobre, ao qual trabalho considera excelente. Pede-lhe a fonte de uma consideração de Pessoa sobre Nobre, referida por Bandeira. E emenda a este, dizendo-lhe que Nobre não foi aprovado em concurso para Cônsul, ao contrário de Alberto d'Oliveira, que, este sim, obteve sucesso no concurso citado. Critica a *Antologia Obras-primas da poesia brasileira*, da Livraria Martins, que, em preparo, traz poemas do missivista, cuja seleção ele desaprova. (Documento nº 13, lata 1.)

Ribeiro Couto a Manuel Bandeira, em 23/?/1958. Carta de Belgrado, em letra quase ilegível. Logo à testa da missiva, desabafa R. C.: «Não posso reler por falta de luz em casa. É preciso muita paciência para viver neste país». Confessa que já fez duas operações no mesmo olho, e está em vias de fazer uma terceira, não tão importante. «De resto, já me estou habituando com estas descidas ao fundo do mar — na imobilidade, no escuro e no silencio...» Queixa-se de não ter «disponibilidade» — «necessária à elaboração de textos inspirados na imaginação ou na lembrança lírica» — por causa do tempo gasto com a correspondência. Sobre tradução, R. C. se convence de que *poesia não se traduz*. «É preciso um poema novo — muito mais penoso de escrever-se, se quisermos guardar um certo número de 'valores' do original.» (Documento nº 3, lata 1.)

Rodrigo José F. Bretas a José Honorato da Silveira (José Eduardo), em 12/7/1859. Carta acusando a recepção de dois opúsculos do destinatário: *Pensamentos, Maximas e reflexões e Deveres Civis do Parocho*, este último uma tradução literal de um discurso de Alphonse de Lamartine. (Documento nº 144, lata 3.)

Théo-Filho a Nilo Peçanha (sem data; 1918?): carta pedindo-lhe enviá-lo mais uma vez a Paris, onde já fora correspondente da *Gazeta de Notícias*, agora como *attaché do Consulado*. Promete ao destinatário conseguir, em Paris, a publicação de uma obra, em francês, sobre a sua obra fecunda como Chanceler. Seria o preito de gratidão pela ajuda recebida. Carta com veleidades literárias, mas inegavelmente bem escrita. (Documento nº 5, lata 1.)

Not. para relever poeta de lumen carum o que se
me dá
a
mãe
AMBASSADE DU BRÉSIL Belgrado, 23. 1875
BELGRADE

Manuelzinho
Bom dia, luz de casa velha e bem
de final. Mas, como é domingo e estou
com sono na Du Basset, não quero
desperpear por outros dois outros livros.
Recabi sua carta de 24 de fevereiro
de carta anterior e fizemos a entrega
de um olho. A operação (deu certo, em
meu olho) e o povo o que me dá
é tão importante quanto os dois anteriores
de resto, já me estão trabalhando com
estas lentes de fundo de mar - na
mobiliário e as escuras e as lentes...
Com isso não há corrente elétrica,
difícil em o primeiro e trêcho de sua
carta de meu passado em que - em de
ou mandando a terra (o Dr. Palmitas) e
deve-se a gente a seu cargo. Pode
ser que sua intenção fosse a de se referir
na a respeito das formas, por exemplo
Em interpretações suas sendo a publicação.
Um volume em 150 exemplares, em 150
para remeter a campo de valores gerais.
Fizemos compra antecipada de 150 e 200
exemplares, para serem de base aos cal-
culos de um editor estrangeiro - mesmo
e cobrando 20 20 lentes de vidro de
Rafael Galhy. Não posso - para
reagir, a para livros novos. Mas
a minha correspondência a meus
você se me absorve o tempo de me

De Belgrado, Ribeiro Couto, ao mesmo tempo que diz de seus problemas
oculares, queixa-se da falta de luz em casa, aduzindo que "é preciso muita
paclência para viver neste país".

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho, em 5/3/1926. Cartão parabenizando o sogro do destinatário, «pela lição que deu aos adutores da Acad. de Letras da Bahia e a tantos pobres de espirito, academicos e candidatos da Ac. de Lett. do Rio.» Pede que o destinatário não se esqueça do pedido a respeito das *Memórias* do Accioli, cuja reimpressão não foi terminada, bem como de outras coisas congêneres que foram pedidas. (Documento 267, lata 6.)

Victorino Alves Sacramento Blake a José Joaquim Fernandes Torres, em 10/3/1867. Carta solicitando o despacho ao qual faz jus desde 1863. «V. Exa. [consultor] dos documentos que exhibi, verá q tenho completado vinte annos de muitos bons serviços, nunca remunerados, ao Estado, assim à Humanidade em diversas épocas, gratuitamente, e economisando aos coffres pubcos. alguns contos de reis, — e finalmente as Letras do meu pais.» «Só meu ultimo trabalho litterario — *Estudos militares* — [...] deve merecer a attenção do Governo Imperial.» (Documento nº 148, lata 3.)

VI. *Letras politico-jurídicas.*

Num memorial de 6/6/1899, Aluísio Azevedo discorre, largamente, sobre as relações comerciais emergentes do Brasil com o Japão, correntes imigratórias japonesas, e a necessidade de acioná-las. Realça sobretudo a indústria nipônica e seu preço de custo bem mais barato que o da indústria européia. Historia o surgimento da Legação e Consulados no Império do Sol Nascente e sua posterior extinção; propõe a substituição do Consulado honorário, exercido por negociante estrangeiro radicado no Japão, por função exercida por brasileiro. (Documento nº 30, lata 1.) Trata-se, pela sua clarividência, de um dos textos mais importantes da Coleção do Museu Histórico Nacional, escrito, como era de esperar, num estilo sóbrio mas de alto nível.

Data de 23 de março de 1788 um autógrafo — confissão de dívida —, do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa. Dado em Vila-Rica, o documento está hoje arquivado em nosso acervo, sob o nº 14, lata 1.

Parecer de Clóvis Beviláqua, de junho de 1909, proclama os direitos do 2º vice-governador do Maranhão ao cargo, aliás confirmados pelo Congresso Estadual quando impetrara licença para ausentar-se do Estado, e mais tarde negados por um decreto do Executivo, julgado inconstitucional pelo eminente jurista. (Documento nº 23, lata 1.)

Clóvis Beviláqua a Nilo Peçanha, em 27/10/1909. Parecer subscrito por Clóvis Beviláqua declara-se favorável a que Rodrigues Dória permaneça na Presidência de Sergipe, não sendo validada uma suposta renúncia, uma vez que o documento de sua de-

Confissão de dívida do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa.
 Confesso a dívida de Cláudio Manuel da Costa
 de 4272587 réis.
 São Paulo, 28 de Maio de 1788.
 Cláudio Manuel da Costa

Confissão de dívida do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa.

Memorial

Quando o Japão, graças à inteligente e energica politica do illustre Marquez Ito e do Conde de Inuzé, conseguiu ver consolidada definitivamente a sua restauração imperial ou mitkadoal, tratou logo, para melhor occidentalizar o fôrro do Estado, de alargar as suas relações internacionais até aos mais longinquos paizes do Occidente, e solicitou então do Brasil, por duas vezes, um tratado de amizade e de commercio, servindo de intermediario na primeira dessas tentativas o Vice Almirante Arthur Jacquoy, e da segunda o ex-ministro Collado, ambos encarregados nessa occasião de uma Embaixada Extraordinaria perante o fôrro da China.

Era então o Brasil império; a situação politica pertencia ao partido Liberal e o Gabinete Simões fú estava no poder.

Do nosso fôrro inimis,

Aluisio Azevedo discorre largamente sobre as emergentes relações commerciaes do Brasil com o Japão e a necessidade e vantagem de acioná-las.

claração foi publicado sem a autorização do Presidente, «por quem tinha interesse em vel-o fóra do Governo». Acresce, ao Parecer, a concordância exarada por Lafayette Roiz Pereira, em 30 de outubro de 1909. (Documento nº 21, lata 1.)

De José Martiniano de Alencar, em 24/2/1866. Parecer do Consultor dos Negócios da Justiça, nº 195, sobre aposentadorias: «A contagem do tempo de empregado de que se trata já foi julgada pela Resolução de Consulta de 10 de Dezembro de 1864 e Decreto de 13 do mesmo mez e anno que lhe concedeu a gratificação addicional.» (Documento nº 128, lata 3.)

De Lafayette Roiz Pereira, em 26/agosto/1903. Parecer sem título, mas em forma de Resposta. Conclui que, «segundo a doutrina da maioria das Constituições escriptas, o poder legislativo é limitado e portanto não tem faculdade para modificar, alterar ou derogar a lei constitucional salvo delegação de poderes competentes dada em forma legal. [Parágrafo] «À vista do exposto parece-me que a actual assemblea legislativa do Estado do Rio tem competencia para votar a reforma proposta pelas Câmaras municipaes e que a approvação por ela dada communicará a reforma a natureza de lei constitucional.» (Documento nº 18, lata 1.)

Oswaldo Gonçalves Cruz a Nilo Peçanha, em 22/IV/1916. Carta apresentando as bases e orçamentos para a organização do serviço de extinção das saúvas no Estado do Rio de Janeiro. Em apenso, vem o Orçamento, com a mesma data. «Quanto ao modo pratico de se levar a efeito o empreendimento, poderá ser adotado o que foi seguido no Estado do Pará para a profilaxia da febre amarela». «O Orçamento seria o constante do quadro anexo, segundo o qual a extinção completa das formigas saúvas no Estado do Rio de Janeiro se fará no praso médio de 3 anos e importará na soma total de 1.524:600\$000 calculada em orçamento folgado, que dá a despesa annual de ± 508 contos de réis». (Documento nº 77, lata 2.)

O M. H. N. possui uma comunicação sem data, rascunhada por Rui Barbosa, em nome da Convenção Estadual do Povo Bahiano, como seu Presidente. (Documento nº 65, lata 2.)

Também possui uma significativa fotografia de manuscrito de cartório, acompanhada de negativo. A assinatura do documento é de Tomás António Gonzaga (doutor). Diz o manuscrito, no inicio: «Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto aos sete dias do mes de Dezembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e seis annos.» (Documento nº 196, lata 4.)

VII. *Ficção (e crônica)*. O mesmo que dissemos de Teatro, afirmamos agora desta secção: é pobre. Nela também vamos lembrar dois exemplares, ambos, é bom dizer, expressivos.

Ami. e Sr. J. Belarmino ..

Não me foi possível nesta semana, que está a expirar, fazer coisa alguma, por que não me permitiram que eu escrevesse e nem mesmo ler durante 3 dias a contar de terça-feira; assim o proveu a natureza o medico. Hoje felicemente acho-me completamente restabelecido; mas é tarde, e mesmo não sei a quantas horas de mais trabalho. A continuação da traducção não me lembra um que prometo fiqui; mas de certo não pode se aproveitar p.^o o n.^o de amanhã; mas se julga, que isso é possível, mande-me a ultima tira, que a tarde lhe mandarei a obra.

Para o n.^o seguinte lhe enviarei o art.^o sobre a Paixão de Christo, e o mais q.^o for possível. Não tenho o ultimo n.^o do Aboráico; queira enviar-o pelo portador.

Na 1.^a volume da Ithra maldita.

Seo ami. Obs.^{mo}.

B. Guimarães.

O autor da *Escrava Isaura*, já restabelecido de doença, reenceta suas atividades literárias.

De toda a produção escrita por Gustavo Barroso, de que o Museu H. N. tem um armário abarrotado de manuscritos e cópias datilografadas, em geral relativos a pesquisa ou trabalho de divulgação histórica, podemos distinguir os autógrafos da última obra do Diretor-fundador de nossa instituição. Trata-se de um romance, *Mississipi*, datado de 1959, ano da morte de seu autor. Após uma epígrafe introdutória de Pierre Benoit — “Alberte” — *Lettre Liminaire*, transcrita em francês, G. B. propõe a curiosa e corajosa ‘Advertência’: «Os personagens deste romance saíram da vida real, de modo que a semelhança de qualquer um deles com personagens de ficção não passa de mera coincidência accidental. As pessoas que se julgarem por este ou aquele motivo retratadas nas paginas deste livro não devem se sentir ofendidas, porque, se isto se deu, é que enterraram uma carapuça até as orelhas. A culpa, portanto, não será do autor, mas delas mesmo. *Il n’y a que la verité que blesse.*» Segue-se uma ‘Justificativa’, em que descreve, em estilo apreciável, o curso de um rio até o mar, predominando os tons românticos. Mas conclui, o autor de *Terra de Sol*, a sua ‘Justificativa’ em termos quase inesperados: «Um romance é como um rio, imita a vida que se perde num mar desconhecido: a morte. [Parágrafo] «Mas não é por isso que este romance tem o nome dum grande rio: Mississipi.»

Vale a pena transcrever ainda, do *Mississipi*, as várias epígrafes introdutórias que se seguem: «Não é a gente que faz o que quer com a vida; é a vida que faz o que quer com a gente. Pensamento de João Mississipi, o Cabeça d’Água. / «A gente neste mundo vê as coisas que menos espera. Pensamento da negra Chica Donga. / «Mãe é mesmo o perdão a todas as horas do dia e da noite. Pensamento de D. Totonia.»

O espírito do livro já está, assim, ligeiramente caracterizado, no seu aspecto metafísico e popularesco a um tempo. Lembremos que em 56, três anos antes do *Mississipi*, Guimarães Rosa, num nível excepcionalmente bem mais alto, já nos brindara com obras de aspectos semelhantes aos mencionados — *Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas*.

O manuscrito se distribui por 15 capítulos e a numeração das páginas tem a peculiaridade de começar e recomeçar várias vezes, isto em regra no início de capítulos, o que torna mais difícil ou demorado contar o total de folhas do códice.

Um exemplo de crônica, cheia de aspectos de mofa e risíveis vezes isto em regra no início de capítulos, o que torna mais difícil borboletas», e embarcara do Rio para o Norte, a 26 de janeiro de 1859. Tinha seções de Botânica, Mineralogia, Zoologia, Astronomia e Geografia, Etnografia, seção esta cujo competente

membro era Gonçalves Dias, também incumbido de narrar a viagem. O ridículo e a infecundidade, e até casos policialescos que cercaram a Comissão, geraram reações diversas, na Província do Ceará e na Corte. O Barão de Capanema colocou-se ao lado de G. Dias, contra o Presidente daquela província, e escreveu o famoso e ferino 'Zig-zag da secção geológica da comissão científica do norte', de que o M. H. N. tem as provas tipográficas, e que, segundo Renato Braga (*História da Comissão Científica de Exploração*, Imprensa Universitária do Ceará, 1962 — pp. 77-78), foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. A autoria da alongada crônica, ferina, já o dissemos, é atribuição do citado Renato Braga; também ele nos diz da publicação no *D. do Rio de Janeiro*, embora não mencione o nº ou n.ºs em que a publicação foi feita. Nas provas tipográficas de que dispomos, figura uma data: 13 de julho de 1861; e o autor escreve, de Fortaleza, ao "Sr. *Diario*."

Finalmente, digamos que o 'Zig-zag' em nosso poder contém 58 folhas de provas tipográficas, impressas de um lado e de outro, e exibindo a singularidade, diante da técnica usualmente empregada hoje, de um imenso espaço em branco sistematicamente à direita da composição. (Material arquivado in 'Impressos Diversos', nos. 30 e 31.)

VIII. *Crítica e Análise Literária*. Apesar da ligeireza e superficialidade de tantos espécimes, contamos com certo material curioso, pelo menos, quando lhe faltem outras virtudes.

Afonso Taunay, em 17 de junho de 1949, emite parecer para conferição do prêmio Visconde de Taunay, da Academia Brasileira de Letras, no Concurso instituído em 1945. Os concorrentes versam o assunto do Brasil na Guerra. O elemento literário parece contar pouco para o julgamento. (Documento nº 25, lata 1.)

De Joaquim Thomaz, temos *Espelho de Anchieta — O P. Jose de Anchieta (Apóstolo espanhol do Brasil) por /.../* Núm. 458. Col. "Temas Espanhóis". Madrid, Publicações Espanholas, 1965. Trata-se de folheto de 38 pp., em que o juízo literário de Anchieta também interfere pouco. *Observação — «Apóstolo» [sic]*. (Documento nº 235, lata 5.)

De Olavo Bilac, temos *Bocage*, conferência realizada no Teatro Municipal de S. Paulo em 19/3/1917. Porto, ed. da «Renascença Portuguesa», [1917]. Folheto de 50 pp. (Documento nº 143, lata 3.)

Olegário Mariano, num texto manuscrito sem data, analisa superficialmente, às vezes deslumbrado, a poesia de Gustavo Barroso. No livro já esperado, «nessa hora angustiante de envelhecer, quando as coisas perdem seus contornos». (Documento nº 17, lata 1.)

La Ronde autour du Monde :

Si toutes les filles du Monde voulaient s'donner la main
tout autour de la mer elles pourraient faire une ronde.

Si tous les gars du Monde voulaient bien être marins, ils
feraient avec leurs barques un joli pont sur l'onde.

Alors on pourrait faire une ronde autour du Monde, si tous
les gens du monde voulaient s'donner la main.

La France :

Ah! quelle vie! quelle fraîcheur, quelle gaieté!
La France court les bois et court sous les pommiers.
Hi! Dieu! quelle souplesse et quelle agilité!
La France court les airs et court les pigeonniers
Quelle fougue de voir, quel désir de monter!
La France court le ciel, est-ce un paradisier?
Quelle joie de sonder l'abîme et d'exister!
De tout l'esprit du Monde elle est seule hantée.
Quelle âme, quel amour, quel feu, quelle clarté!
La France court l'espace et court l'éternité.

Paul Fort.

Paul Fort foi uma poderosa impressão sobre Oswald de Andrade.

Silva Ramos a Nilo Peçanha, em 3/7/1912. Carta sobre o livro deste, *Impressões da Europa*. O missivista exalta o sentimento da natureza e da arte, e a meditação, com lucidez, «nos phenomenos da vida intima dos povos» — virtudes que devem ser reconhecidas ao Autor. (Documento nº 36, lata 1.)

Em torno de Tobias Barreto, o M. H. N. possui um folheto contendo elogios, material iconográfico, páginas de saudade, etc., a propósito da estátua do grande sergipano, cuja inauguração «deverá» ocorrer em 24 de outubro de 1920. A iniciativa da ereção da estátua é da responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Trabalho impresso, de 59 pp., publicação de Aracaju, Estab. Graphico — de F. Sampaio & C. *Observ.* — há dedicatória manuscrita, na capa, de Costa filho ao Museu Histórico Nacional. (Documento nº 233, lata 5.)

IX. *Correspondência historiográfica.*

Afonso Taunay a Wanderley Pinho, em 13/1/1943. O missivista diz nada poder informar sobre as causas da ruptura [do Visconde de Taunay] com os conselheiros Diogo Velho e Thomaz Coelho. Diz também que houve ruptura [de seu pai] com todo o Gabinete, mas não com o Duque de Caxias; para prová-lo, há trechos que publicou, no ano corrente, dos discursos relativos a esse período agitado, havendo sempre ressalvas quanto às relações com o Duque. Sobre a endocardite, afirma que foi diagnosticada pelos médicos militares da expedição de Mato-Grosso. Sobre o encontro com Inocência, informa que não foi nos Morros de todo que ele se deu e que isso está perfeitamente explicado nas *Visões do Sertão* a que se reporta um trecho das «Viagens de Outrora». (Documento nº 102, lata 3.)

Afonso Taunay a Wanderley Pinho, em 3/2/1943. O missivista revela-se penalizado pela morte de Max Fleiuss; reconhece que prestou grandes serviços ao Instituto; «penso que sem ele teria a velha instituição sossobrado». «A sua ação de presença, continua, foi a mais eficiente e util, isso lhe será descontado das faltas acaso cometidas.» (Documento nº 101, lata 3.)

Afonso Taunay a Wanderley Pinho, em 1º/2/1944. Carta acusando recebimento de discurso de W. P. em que se tecem considerações sobre o pai do missivista. «Está lindo e como se acha bem trabalhado!» [Parágrafo] «Só há uma coisa seria a corrigir: os passeios de meu Pae nos relvados de Petropolis[.] coisa que nunca se deu. Esta historia foi inventada por um gaia-to ou talvez mais propriamente, por um maledicente. Esta anec-dota burlesca é positivamente fantasiosa e malevola.» (Documento nº 80, lata 2.)

Afrânio Peixoto a Manoel Murias, em 20/1/1940. Apresenta, à boa amizade do destinatário, o Dr. Wanderley Pinho, que

talvez precise de algumas cópias do rico Arquivo Histórico Colonial (à Junqueira, Lisboa), que M. M. dirige. (Documento nº 265, lata 6.)

Afrânio Peixoto a Wanderley Pinho, numa carta sem data. O missivista lembra ao historiador originais ou cópias sobre Mauá, conforme o prometido ao sogro dele, Afrânio, e diz que tudo «será religiosamente guardado e restituído». (Documento nº 79, lata 2.)

Afrânio Peixoto a Wanderley Pinho, em ?/dez./1927. Expressa o missivista seus desejos de ter vivido no século XVIII, aos quais correspondem os 'Aspectos da vida romantica do seculo XVIII na Bahia' de W. P., recém-lidos pelo autor de *A Esfinge*. «A historia politica ou administrativa, de Frei Vicente, ou Rocha Pita ou Varnhagen ou Tobias ou Rocha Pombo, é feita com escumadeira e não dá imagem da vida que viveram os nossos maiores. Uma historia, toda como esse capitulo que V. ora publica, seria uma evocação, uma ressurreição, como disse Michelet. Portanto, continue.» «Seu estudo me deu mais a Bahia desse tempo, que tudo o que lera antes. Mto. obrigado.» (Documento nº 89, lata 2.)

Alberto de Faria a Wanderley Pinho, em 3/4/1925. Carta agradecendo o fornecimento, em original, das cartas de Mauá a Cotegipe, acrescidas do valor de notas pelo punho deste. Manifesta divergência em relação ao destinatário, em mais de um ponto — por ex., nas relações Mauá-Rio Branco, em que o destinatário vê *despeito* deste para com aquele. Há também pedidos de informações que se prendem a Mauá, objeto das preocupações do missivista. (Documento nº 69, lata 2.)

Alberto de Faria a Wanderley Pinho, em 8/2/1925. Carta consultando sobre dados e informações para a vida de Mauá em notas ou correspondência de Cotegipe. Há ainda o pedido de dois outros favores, um deles também relativo ao relacionamento Mauá-Cotegipe. (Documento nº 68, lata 2.)

Alberto Rangel a Wanderley Pinho, em 20/9/1938. Escrita de Bourg de la Reine, a carta responde ao pedido de certas cópias de documentos conservados no Castelo de Eu. Disso se escusa o missivista, pela insolubilidade do problema de encontrar quem copie português e vá ao departamento do Sena inferior, onde se acha a cidade de Eu, realizar esse trabalho. Realça a prestimosidade de D. Pedro, que pessoalmente se prestou «a ligeiras sondagens no oceano da papelada» — em algumas oportunidades, a pedido do missivista — mas que, agora, S. A. se encontra no Brasil, e não se acha mais ninguém para indicação de documento arquivado no referido Castelo de Eu. Aponta o missivista, para o trabalho do destinatário, os documentos assinalados sob as cotas 812, maço XXIII, e 907, maço XXV. (Documento nº 91, lata 2.)

Cartório paroquial de Leiria (Portugal) a Herculano G. Mathias (s/menção explícita), em 12/2/1963. Carta subscrita por assinatura ilegível e em que se declara não se encontrarem em poder do Cartório os livros de registro de batismo dos anos 1756-1755, onde possam ser encontrados dados referentes a Joaquim Silvério dos Reis, nem na Biblioteca da cidade. (Documento nº 54, lata 2.)

Escragnolle Dória a José Wanderley de Araújo Pinho, em 9/10/1917. Carta dizendo-lhe da tristeza pelo passamento do pai do destinatário. «Vejo que lhe aprazem os estudos históricos», diz-lhe também E. Dória; «Venham as pesquisas sobre Cotegipe, como espero as referentes a Saraiva. *Araujo Pinho oblige*. V. Exa. tem a quem sahir e quem sae aos seus não degenera». (Documento nº 74, lata 2.)

Escragnolle Dória ao Dr. Araujo Pinho, em 21/7/1917. E. D., à testa do Arquivo Nacional, escreve ao dr. A. P., que se congratulara por vê-lo naquela posição; deseja-lhe melhoras de saúde e faz votos para «dizer mais e ainda melhor sobre Côtégipe». (Documento nº 73, lata 2.)

Hélio Vianna a Herculano Gomes Mathias, em 27/6/1969. Carta enviando correções ao folheto de propaganda série *Grandes Personagens da Nossa História* e seu primeiro fascículo, *Tiradentes*. A carta pede, outrossim, as correções do destinatário que não coincidirem com as do missivista, e envia, também, a resposta de Sérgio Buarque de Holanda. (Documento nº 52, lata 2.)

José Wanderley de Araujo Pinho a Josué Montello, em 10/9/1964. Carta-convite para as comemorações de caráter cultural do IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, realizadas na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Documento nº 82, lata 2.)

Norbertino Bahiense a Gustavo Barroso, em 1º/2/1950. Carta agradecendo a retificação prometida sobre Cavendish. E acenando com a possibilidade de ser ela feita no próprio «O Cruzeiro», o que seria interessante. Ao mesmo tempo que o missivista envia fotografias, em apenso, do Convento [de Vitória — E. Santo], transcreve-lhe a inscrição em latim, no portão da ladeira, mandada colocar em 1864. (Documento nº 47, lata 1.)

Rodrigo Melo Franco de Andrade a Herculano Mathias, em 7/agosto/1968. Carta enviada do Rio, para o destinatário então num estágio em Portugal. Pede-lhe dois obséquios — um dos quais a prova da formação profissional de Antônio Francisco Pombal e Manuel Francisco Lisboa: «se [...] terão tirado carta de exame dos respectivos ofícios em Lisboa». Elogia a colheita de material, cumprida por H. Mathias em relativamente

pouco espaço de tempo. E aventa a possibilidade de ajuda, às pesquisas do destinatário, pelo Conselho Federal de Cultura. (Documento nº 51, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro ao Dr. José Pinho, em 30/6/1918. O missivista manifesta desejo de ter uma cópia da carta da Princesa [Isabel a Cotegipe], para melhor julgar a intervenção de S. A. na queda do Gabinete Cotegipe. Mas diz que só utilizará daqui a anos, quando puder escrever a obra que espera um dia compor acerca da vida do Imperador e do seu reinado. «Não tenho pressa de escrever» [...] «Apenas receio de perder o que sei existir. Anima-me a esperança de que, se resolver não utilizar-se da carta brevemente, tenha a bondade de mandar-me uma copia. Eu tenho innumerous doccs., preciosissimos e ineditos, entre elles a carta de Caxias, queixando-se do Gabe. Zach., origem da queda futura deste, a que Nabuco tanto se refere; mas não tenho empenho algum em divulgá-la a não ser em livro.» (Documento nº 96, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro ao Dr. José Pinho, em 15/agosto/1918. O missivista, estudando a vida do Imperador e o que há de característico no II Reinado, deseja ter idéia nitida dos tipos de mandões, entre os quais Cahyba lhe parece o melhor representante baiano. O importante para o missivista: «quando começou a ter influênciã, se desde o 1º Reinado, e como andou nos dias agitados da Regencia» [...] «O principal é saber como elle exercia o poder e onde; e os factos característicos com amos., adversarios e escravos e também com a fam?» [sic] O missivista pede o esclarecimento sobre episódios pitorescos da vida de Cahyba. (Documento nº 95, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro ao Dr. José Pinho, em 22/11/1918. O missivista fala de sua conversa recente, solicitada pelo destinatário, com o Conselheiro J. Alfredo. Sumarizando: «Quanto mais achei, durante a conversa, que a memoria só não basta para enfrentar testemunho escripto de seu avô. Portanto venho dizer-lhe que será bom cuidar do seu trabalho como se não me tivesse incumbido de ouvir o Conselheiro. Acho as suas hypotheses, (do Snr.) ou antes as suas deducções, bem fundadas e as divergencias accentuadas não são extraordinarias [?]. A grande questão é aprofundar a direcção de espirito do Imperador para a lei 28 set.» Ao fim: «Em resumo: o seu trabalho sahirá sem refera., á ma. visita ao Consº J. Alfredo». (Documento nº 97, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro ao Dr. José Pinho, em 17/5/1919. Carta de grande importância, em que o missivista indaga do conhecimento, por parte do destinatário, do Arquivo Cotegipe. «Por exemplo: Encontrou lá algo que leve a crer que a Princesa tinha consciencia de arriscar o throno, fazendo a abolição? Ella

tentou algo de radical junto a seu avô? Quer parecer-me que, ao contrário, ella acreditava fortalecer [sic] o throno.» [Parágrafo] «Espero o concurso das suas luses pa. este e outros pontos, não desesperando de ter a carta da Princeza a MacDowel. antes de faser minha obra.» (Documento nº 93, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho, em 4/2/1925. Pelo primeiro avião que vai voar do Rio até Natal, com o fim de estudar, nessa parte de nossa costa, o estabelecimento de uma linha aérea (correio aéreo) entre a Europa e os países do Atlântico Sul, — por tão auspicioso sucesso —, o missivista envia afetuosos cumprimentos e parabéns. (Documento nº 258, lata 6.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho, em 11/2/1925. Cartão pedindo ao destinatário que interceda, junto ao dr. Calmon, para completar-se por conta do Estado a publicação da obra de Rocha Pita, iniciada pelo Presidente Homem de Mello (1º vol.) e da obra de Accioli *Memórias Históricas*, anotada pelo dr. Braz Amaral. Aduz ser uma pena que a Bahia tenha deixado em meio tão útil iniciativa. (Documento nº 280, lata 6.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho (sem menção explícita), em 9/4/1926. Carta pedindo com empenho que o destinatário veja se há na Bahia retrato do general Madeira, uma vez que, do General Labatut, o missivista está certo que há. A certa altura da carta: «Haveria netos e bisnetos bahianos de Labatut?» Por documento citado por Tobias R. M., uma filha do Gal. Labatut é dita casada, sendo o documento de 1866, e tendo informado que o pai a levara para a Bahia quando voltou em 1848. (Documento nº 94, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho (sem menção explícita), em 27/VI/35. O missivista diz do clima de Roma, que, de dia, arde numa temperatura acima de 30, refrescando de noite, como em Petrópolis no verão. Afirma ter-se metido nos Arquivos Secretos do Vaticano, lá se absorvendo. A despeito disso, já viu quase todas as ruínas, 2 museus e algumas igrejas. Mas aduz que só o Vaticano vai tomar-lhe muitos dias, como Nápoles lhe tomou uma semana. E, ganhando algumas forças, verá depois cidades como Piza, Bolonha e Veneza. (Documento nº 98, lata 2.)

«Última carta [10-4-1948] recebida [por Wanderley Pinho] de Tobias Monteiro, onde se acusa a esclerose cerebral que o inutilizaria antes de o matar. Com que tristeza li esta carta, a me dar o espetáculo da decadência ou extinção de uma grande inteligência e de um grande estilista!» (Nota do destinatário.) (Documento nº 72, lata 2.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho, em 7/5/1932. O missivista renova pêsames pela morte do sogro do

destinatário. Declara ter recebido o nº 57 da Rev. do Instit. Hist., onde vem um discurso do destinatário cuja parte principal é a respeito do avô deste (Cotegipe). «No citado nº da Rev. vejo uma lista de theses pa. serem apresentadas ao Inst. das quaes me interessam as de nos. 26, 27, 28, 42, 47, 48, 58, 59, 60 e 61. A proposito dessa ultima pergunto-lhe eu: Não conviria publicar as cartas principaes do arch. Ferraz, pelo menos as que esclareçam certos assumptos ou personagens? Taes theses já estão publicadas. Desejo muito ver como foram versados os seus assumptos.» (Documento nº 113, lata 3.)

Tobias do Rego Monteiro a Wanderley Pinho, em 29/4/1932. Carta escrita de Petrópolis, rogando o favor de copiar as cartas do missivista a Severo. Vieira, então no Instituto Histórico [da Bahia], e trazê-las, o próprio destinatário, já de viagem programada para o Rio. (Documento nº 261, lata 6.)

Observação que se impõe — como daqui para diante não versaremos, em geral, só por exceção o fazendo, material epistolográfico, cumpre-nos dizer que as cartas seleccionadas foram-no, numerosas vezes, dentre as correspondências passivas de Nilo Peçanha e Wanderley Pinho, dois dos acervos mais importantes com que conta a Divisão de Documentação do Museu Histórico Nacional.

X. *Documentos diversos.*

Depara-se-nos, de início, o Programa da representação de *O Contractador dos Diamantes*, drama em 3 actos e 1 quadro, da autoria de Afonso Arinos. A representação foi realizada no Teatro Municipal de S. Paulo, em benefício do Asilo dos Inválidos e da Sociedade de Cultura Artística, aos 12 e 14 de maio de 1919. O referido Programa contém os autógrafos dos participantes; na capa, um retrato autografado do Autor; também contém uma apresentação da peça, por Artur Azevedo. (Documento nº 231, lata 5.)

Afrânio Peixoto a Francisco (Chico) de Goes Calmon, em 17/nov./1920. Diz o missivista de sua preocupação com a doença do destinatário, pertinaz e perigosa. Anima-o, retemperando-lhe as forças morais. A carta está encimada por algumas linhas de conforto a Ju (Julieta), mulher de Chico. (Documento nº 85, lata 2.)

Antônio Carlos (Presidente de Minas Gerais) ao Deputado Vital Soares, em 9/11/1927. Cardápio e Orquestra do Banquete oferecido pelo Presidente [...] ao Deputado Vital Soares. (Documento nº 58, lata 2.)

De Antônio Menotti Buja, temos o resumo do libreto em um ato, intitulado *Jupyra*, de sua própria autoria. *Observ.* — o libreto foi cedido para uma ópera de Francisco Braga, e o resumo é em italiano. (Documento nº 140, lata 3.)

Antonio Menotti Buja e Francisco Braga. Contrato de cessão de propriedade do libreto em um ato, *Jupyra*, de autoria do primeiro. Preço da cessão: cento e vinte liras, além da obrigação, imposta a F. B., de fazer assistir, ao poeta, à primeira representação da ópera, em qualquer cidade, inclusive da América, a expensas dele, Francisco Braga. Dado em Nápoles, 1898; *observ.* — em italiano é o texto. (Documento nº 139, lata 3.)

De Coelho Neto, o M. H. N. possui um texto manuscrito, em uma página, das *Passionárias*. Colado em forma de escudo numa página, em cima da qual se lê, impresso, AUTOGRAFO DE COELHO NETO. Sem data, com letra impecável, em razoável estado de conservação. (Documento nº 269, lata 6.)

De Gonçalves Dias, autógrafo em recorte. (Documento nº 273, lata 6.)

De Gustavo Barroso, possuímos «O Almirante de Bronze» — discurso pronunciado na presença do Presidente da República, do Ministro da Marinha e de outras autoridades. Sem data, em 11 pp. manuscritas. (Documento nº 83, lata 2.)

Do Instituto Literário Luizense, o Museu tem uma Comunicação, subscrita pelo 1º Secretário da referida Agremiação, Braz Odorico de Freitas, e dirigida ao Conselheiro Barão de Cotegipe, informando-o de ter sido aceito como sócio honorário. (Documento nº 275, lata 6.)

De Júlia Lopes de Almeida, temos pequeno texto manuscrito: «A felicidade tem azas fugitivas; quando julgamos tel-as agarrado verificamos logo a illusão: só nos resta entre os dedos um punhado de pennas...» Abaixo, uma dedicatória manuscrita a Madame e Monsieur P. H. Labouriau, assinada por A Moret e Suze C. Moret, datada de 7/setembro/1927 (Rio). (Documento nº 125, lata 3.)

De Júlio Dantas, possuímos pequena 'plaquete', de elogio, sobre o desenhista e caricaturista Hippolito Colomb, que ilustrou, com seu lápis cintilante, muitas das crônicas do eminente escritor português. (Documento nº 271, lata 6.)

Machado de Assis: homenagem em 3/4/1909. Convite familiar para a Festa da Intelectualidade Brasileira, sob a presidência de Anatole France, da Academia Francesa, com palestra de Charles Richet, conferência de Oliveira Lima e recitação de versos machadianos pelos Artistas dos Grandes Teatros de Paris. Sorbonne. Anfiteatro Richelieu. *Observ.* — texto em francês. (Documento nº 53, lata 2.)

«Letras e recibos de diversos devedores ao Exmo. Sr. Consº Mayrinck, a saber [...]» Entre os discriminados deve-

1.2.33
N. 77

408. PRAIA DE BOTAFOGO,
21.7.99. RIO.

Ex. Sr. Presidente

Ex. Sr. Deputado

De acordo com o que ficou combinado na entrevista que V. Ex. se dignou de me conceder a 18 de corrente, tenho o prazer de V. Ex. as bases e orçamento para a organização de serviço de extinção das saúvas no Estado do Rio de Janeiro.

O serviço consistirá em uma brigada que opere exclusivamente em pontos diversos do Estado, assolados pela praga das formigas e que se fará sentir de modo que as formigas sejam completamente extintas.

Consistirá a brigada, além de organizar o serviço, em 1 Chefe geral, 4 Chefes de distrito, 9 Chefes de turma e 100 trabalhadores.

Para o serviço de agosto destinamos haverá misto de maquinistas e, para o trabalho de levantamento topográfico e locação de terrenos de 1 cartógrafo-desenhista e 1 fotógrafo. Na parte administrativa haverá 1 administrador, 1 almoxarife e 1 secretário.

O serviço será inteiramente autônomo e se fará sob a direção e orientação única de seu organizador ao qual, todos os meses, comparecerá a acatada de jornal, com seu livro de trabalho, sendo-lhe dada a mais absoluta autonomia técnica e administrativa. — A duração do serviço será mais ou menos de 3 anos, podendo após esse prazo, uma segunda turma ser enviada a continuar os trabalhos abertos.

Quanto ao modo preferido de alocar

Oswaldo Cruz propõe plano e orçamento para a extinção das saúvas no Estado do Rio de Janeiro.

SORBONNE + AMPHITHÉÂTRE RICHELIEU

ENTRÉE: 17, Rue de la Sorbonne

Le SAMEDI 3 AVRIL, 1909, à 8 h. 1/2 du soir

Fête de l'Intellectualité Brésilienne

SOUS LA PRÉSIDENTIE DE

M. ANATOLE FRANCE, de l'Académie Française

Causerie du Dr. CHARLES RICHET, Professeur à l'École de Médecine
sur l'Influence Intellectuelle Française au Brésil

CONFÉRENCE de M. le Dr. M. de OLIVEIRA LIMA

MINISTRE DU BRÉSIL A BRUXELLES ET MEMBRE DE L'ACADÉMIE BRÉSILIENNE
sur l'Œuvre du grand Écrivain Brésilien MACHADO D'ASSIS

Des Vers de Machado d'Assis, traduction de Victor Orban, seront dits
par des Artistes des Grands Théâtres de Paris

Entrée pour une Famille

A 'Fête de l'Intellectualité Brésilienne', na Sorbonne, em 1909, contou com a prestigiosa presidência de Anatole France, o grande nome literário da 'belle époque'.

dores, vêm nomes como os de Olavo Bilac, Paula Ney, Eduardo Salomond e outros. Bilac deve 500.000; Paula Ney, 2.000.000. Trata-se de folha manuscrita. (Documento nº 237, lata 5.)

De Rui Barbosa, o cartão com a imagem, em relevo, do grande publicista e político brasileiro. Com a letra de Rui, «Campinas, 19, 12, 09 Ruy Barbosa». (Documento nº 243, lata 5.)

Cartão-convite para a homenagem do Partido Federalista ao «eminente patriota Ruy Barbosa». Realizar-se-á, no Politeama Bahiano, no dia 7 de fevereiro (do ano?), às 7 horas da noite. *Observ.* — o ingresso é dado como intransferível pela Comissão Organizadora. (Documento nº 238, lata 5.)

XI. *Artigos e reportagens.*

De Afonso Taunay, guardamos 'Washington Luís' — 3 artigos longos, em três ou quatro colunas, suscitados pela morte do eminente estadista em agosto de 1957. Sem data e sem qualquer referência que permita identificar, nos recortes, o nome do jornal. (Documento nº 108, lata 3.)

De Brício de Abreu, «Êsses populares tão desconhecidos» — «Centenário de Arthur Azevedo» — Reportagem em 'O Cruzeiro', 22/set./1956, incluindo fotos do arquivo particular de Brício de Abreu. (Documento nº 105, lata 3.)

Sobre Cecília Meireles: 'Cecília Meireles: não tem mágoas e ama o silêncio' — reportagem-entrevista na seção 'Ping-pong' da 'Revista da Semana', 30/4/55. Texto de Maria Natália Rodrigues; fotos de Arnaldo Vieira. (Documento nº 158, lata 4.)

«O Centenario de Alvares de Azevedo — Ha cem annos, no dia de hoje, nascia em São Paulo o grande poeta romantico»: reportagem comemorativa, em três colunas, publicada em 12/9/1931, no 'Correio da Manhã' (?) (Documento nº 107, lata 3.)

«Uma velha página de Eça de Queiroz sôbre Guilherme II» — «Palpitante necrológio por antecipação». Correio da Manhã', 6/6/1941. «Pareceu-nos interessante reproduzi-la a título de necrológio, com a singularidade rara de a isto prestar-se apesar de escrita cinquenta anos antes de consumar-se a morte de Guilherme II.» (Documento nº 109, lata 3.)

Em 3 colunas, notícia detalhada em torno de Afonso Arinos, por ocasião de sua morte e chegada de seu corpo, embalsamado, a S. Paulo. 'Estado de S. Paulo', em 2/4/1916. (Documento nº 106, lata 3.)

De George P. Elliot, 'Censura e Pornografia' — artigo, em quatro colunas, no Cad. B. do *Jornal do Brasil*, domingo, 6/11/1966. Define a pornografia e apresenta os seis argumentos pela abolição da censura, sendo, a seu ver, os três primeiros válidos, e os três restantes menos convicentes. Um dos tópicos mais importantes: «Censura não faz falta». (Documento nº 111, lata 3.)

Entrevista com o poeta acadêmico Guilherme de Almeida, poeta da Revolução de 32: 'Revista da Semana', 22/10/55. Com duas fotos, uma de G. de A. e a «Bandeira de treze listras», que lhe inspirou tantos versos. (Documento nº 157, lata 4.)

De Gustavo Barroso temos a reprodução em jornal, de 21/8/40, do artigo 'Lixo Internacional' publicado originalmente em Lisboa, em 26 de julho de 1940. Colado junto está o 'Comentário' de Sérgio D. T. Macedo, publicado quinta-feira, 22/8/1940. Sobre o problema dos *refugiados* (grifado, sic) judeus, que se evadem da Europa conturbada. (Documento nº 250, lata 5.)

José Lins do Rego concede a reportagem 'O Nordeste é a Rússia do Brasil'. In 'Revista da Semana', 30/1/54. A reportagem está a cargo de Medeiros Lima, com fotos de Alberto Ferreira Lima; distribui-se por 3 pp. (Documento nº 251, lata 6.)

José Lins do Rego motiva a reportagem 'Só a morte pôde com José Lins do Rego'. In 'Revista da Semana', 21/9/1957. Repórter: Clarimundo Ferro; fotógrafos: V. Vasconcelos e A. Vieira. (Documento nº 153, lata 4.)

De Josué Montello, conservamos a reportagem 'Ainda uma vez Adeus', publicada em 'O Cruzeiro', 23/1/1965, sobre Gonçalves Dias, incluindo fotografias, entre as quais uma em que Ana Amélia Ferreira do Vale segura sobre o consolo a edição alemã dos *Cantos do Poeta*, onde foi dada a lume, pela primeira vez, a poesia que confere título à reportagem. (Documento nº 104, lata 3.)

De Leoncio Correia, temos um artigo sobre Paula Ney, em pouco mais de duas colunas, no *Correio da Manhã*, domingo, 17 de janeiro de 1932. Contém fatos pitorescos sobre a vida de Paula Ney, transcreve-lhe 4 sonetos, bem como trechos de um discurso. (Documento nº 112, lata 3.)

'Casquinho, no canto do muro' — entrevista na 'Revista da Semana', 15/3/58, com fotografias. (Documento nº 155, lata 4.) A referência, obviamente, é a Luiz da Câmara Cascudo.

'Machado de Assis, vivo'. Texto de Renard Perez; fotos de Hélio Polito. 'Revista da Semana', 4/10/1958. O referido e outros títulos, numa seqüência de reportagens a propósito do cinquentenário do escritor. (Documento nº 154, lata 4.)

Reportagem, sob a forma de respostas, por Margarida Lopes de Almeida, a cinco questões. 'Revista da Semana', 19/9/53. (Documento nº 152, lata 4.)

Reportagem, com ilustrações e fotografias, publicada na 'Revista da Semana', 10/11/1956, de autoria de Nelson Vainer — sobre uma carta que Monteiro Lobato escreveu na cadeia. (Documento nº 151, lata 4.)

'Olavo Bilac passado a limpo' — reportagem de Esdras Passaes, fotos de Arquivo Particular e A. Trindade. Focaliza o livro-

-bomba de Fernando Jorge, *Vida e Poesia de Olavo Bilac*. In 'Manchete'; as referências de data e nº da Revista não foram conservadas. (Documento nº 176, lata 4.)

'Morreu o enamorado da vida' — reportagem, com ilustrações fotográficas, a propósito da morte do poeta das cigarras, Olegário Mariano. 'Revista da Semana', 20/12/1958. (Documento nº 156, lata 4.)

XII. Quanto à *iconografia*, remetemos o leitor, pedindo-lhe alguma paciência, para o trabalho especializado que vai ser escrito e publicado no ano vindouro nos *Anais*, pelo colega, altamente abalizado, Dirceu Pinho França, documentarista e Chefe da Seção de Arquivo da Divisão de Documentação do M. H. N.

XIII. *Revistas e livros.*

REVISTAS E PERIÓDICOS.

Revista Brasileira — jornal de sciencias, letras e artes dirigido por Candido Baptista de Oliveira. Publicação trimensal. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857. Tomo 2, 1859. Tomo 3, 1860. (Guardada no Armário 1, nº 39, 40, 41.)

Revista Brasileira — Primeiro anno. Tomo I. Rio de Janeiro, N. Midosi, Editor, MDCCCLXXIX. Tomo I a X Tomo (oitubro a dezembro de 1881). (Guardada no Armário 1, nº 28 a 37.)

Revista Brasileira — Primeiro Anno, Tomo Primeiro. Rio de Janeiro, S. Paulo, Laemmert & C. — Editores, 1895. Volumes I a XIX (1899). (Guardada no Armário 1, nº 6 a 24.)

Revista Contemporanea de Portugal e Brazil — Primeiro anno. Abril de 1859. 2ª edição. Lisboa, Escriptorio da *Revista* [...], 1861. Tomo I (abril de 1859) a Tomo V (Quinto anno. Abril de 1864). (Guardada no Armário 1, nº 42, 43, 44, 45, 46.)

Revista de Portugal — Eça de Queiroz Director. Volume I. Porto, Editores, Lugan & Genelioux, 1889. Volume I a Volume IV (1892). (Guardada no Armário 1, nº 47, 48, 49, 50.)

Revista Kósmos — Revista artistica, scientifica e litteraria. Director Mario Behring, Editor-Proprietario Jorge Schmidt. Anno I, janeiro 1904. Vol. I 1904; vol. II 1905; vol. III 1906; vol. IV 1907; vol. V 1908. (Guardada no Armário 1, 1 a 5.)

Revista Renascença — revista mensal de Letras, Sciencias e Artes. Directores: Rodrigo Octavio, Henrique Bernardelli. Editores — Proprietarios: E. Beviláqua & C. Anno I, Agosto 1904, Num. 6. Vol. 2 — 1904 (agosto-dezembro); vol. 3 — 1905 (janeiro-junho); vol. 4 — 1906 (julho-agosto; nov.-dezembro). (Guardada no Armário 1, nº 25, 26, 27.)

Guanabara — revista artistica, scientifica e litteraria; redigida por uma associação de literatos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Ma-

cedo. Datas limitrofes: 1850/1856. Observ. — a data mais recente do volume pertencente ao Acervo do M. H. N. é 1852 (dentro do volume). (Guardada no Armário 1, nº 61.)

Revista do Livro. Órgão do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura. Desde os números 1-2 (Ano I, junho de 1956) até o 43 (Ano XIII, 4º trimestre de 1970). Coleção completa até o último número publicado. (Pertence ao Acervo Fábio Freixieiro = A. F. F.)

Littera. Revista para professor de Português e de Literaturas de Língua Portuguesa. Grifo Edições Ltda. Diretor Evanildo Bechara. Desde o nº 1 (janeiro-abril, ano I, 1971) até número 9 (setembro-dezembro, ano III, 1973). Coleção completa até o momento. (A. F. F.)

Iberida. Revista de Filologia. Rio de Janeiro, Livraria São José. Diretores: Celso Cunha, Antônio Houaiss e, posteriormente, I. S. Révah. Desde o nº 1 (abril de 1959) até o nº 6 (dezembro de 1961). (A. F. F.) Cremos tratar-se de todos os n.ºs publicados.

Revista de Letras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Comissão de Redação — Antônio Cândido, Antônio Soares Amora e outros. Desde o vol. 1 (1960) até o nº 15 (1973). Observ. — a Comissão de Redação evoluiu a partir do vol. 3. (A.F.F.)

Colóquio/Letras. Directores: Hernâni Cidade e Jacinto do Prado Coelho. Propriedade da Fundação Colouste Gulbenkian. Desde o nº 2 (falta-nos o 1), de junho de 1971, até o nº 16, de novembro de 1973, o último publicado até o momento. (A. F. F.)

Atlântico. Revista Luso-brasileira. Directores: António Ferro e Lourival Fontes. Edição do Secretariado da Propaganda Nacional — Lisboa — e do Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro. Possuímos o nº 1 (1942, data do colofão) e o nº 5 (1944, data, também, do colofão). Observ. — houve mudança, ao longo do tempo, na composição da Diretoria. (A. F. F.)

Adendo à Revista Renascença, já capitulada. Possuímos, especificamente, o nº 1, Anno I, março 1904; também o nº 5, Anno I, julho 1904. Precioso é o exemplar do nº 55, Anno V, setembro de 1908, por noticiar a morte de Machado de Assis. Entre outros valiosos aspectos da iconografia deste número, há o de reproduzir, em fac-símile, pela letra do ilustre recém-falecido de então, o soneto 'Circulo Vicioso', com o «Bailando no ar» definitivo em voz do «Luzindo» provisório, que ainda aparece no autógrafo do Museu Histórico Nacional. (A. F. F.)

Barroco. [Na capa do nº 1] *Revista de Ensaio e Pesquisa*. Universidade Federal de Minas Gerais. Diretor Affonso Avila. Desde o nº 1 (Ano 1969) até o 5 (Ano 1973). (Acervo Herculaniano Mathias.)

Gazeta Judiciaria. Direção e Propriedade de Rolando Pedreira. Ano XXII. Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1949. Numero 333. 1849-1949. Edição comemorativa do Centenário de nascimento de Ruy Barbosa. Homenagem da «Gazeta Judiciária» (A. F. F.)

Bahia Illustrada. Número especial de [...], com retrato, na capa, do pai de R. B., Dr. João Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, agosto de 1918. Por ocasião do jubileu cívico do eminente brasileiro. (Guardada no Armário 1, nº 72.)

A Manhã. Suplemento em rotogravura *A Manhã*. Contribuição da Casa Rui Barbosa. Edição Especial. 1849 Edição comemorativa do centenário do nascimento do grande brasileiro 1949. (Guardada no Armário 1, nº 71.)

Minas Gerais. Suplemento literário. Belo Horizonte — sábado, 20 de dezembro de 1969. Ano IV, nº 173. Bicentenário de *O Uruguay*. «Neste número organizado por Rui Mourão, tôdas as fotos de monumentos, igrejas e imagens da terra de Basílio da Gama — Tiradentes — foram publicadas por especial gentileza da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.» (A. F. F.)

LIVROS RAROS OU VALIOSOS.

Literatura Brasileira.

ASSIS, Machado de. *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro — Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1906. Edição original. (A. F. F.)

ASSIS, Machado de. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier. — Livreiro-Editor, 1884. Edição original. (A. F. F.)

ASSIS, Machado de. *Poesias Completas. Chrysalidas, Phalenas, Americanas, Occidentaes*. Rio de Janeiro-Paris, H. Garnier, Livreiro — Editor, 1902. Deve ser a segunda edição, pois que a primeira traz na folha-de-rosto a data de 1901. (A. F.F.)

DIAS, A. Gonçalves. *Obras Posthumas de [...]* precedidas de uma noticia sobre sua vida e obras pelo Dr. Antonio Henriques Leal. 6 vols. encadernados em 3 tomos: 1-2, 3-4, 5-6. 1867-1869. A impressão foi feita em «São Luiz do Maranhão», por Bellarmino de Mattos, e a viúva de G. Dias se reserva todo o direito de propriedade «sôbre éstas e as obras ja impressas do auctor». (A. F. F.)

AZEVEDO, Arthur. *Contos Fóra da Moda*. Terceira edição revista pelo auctor. Rio de Janeiro-Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1908. (A. F. F.)

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho (novela)*. Rio de Janeiro, [Adersen-Editores], 1932. Edição original. (A. F. F.)

CARVALHO, Ronald de. *Pequena Historia da Literatura Brasileira*. Prefacio de Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Comp., Editores, MCMXIX. Edição original. (A. F. F.)

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarchal*. Rio, Maia & Schmidt L. tda, 1933. Edição original. (A. F. F.)

GAMA, José Basilio da. *Obras Poeticas de José [...]* *Precedidas de uma biographia critica e estudo literario do poeta por José Verissimo*. Rio de Janeiro-Paris, Livraria Garnier, s/data. (A. F. F.)

CARDOSO, Lucio. *A luta contra a morte. 1. A luz no subsolo (romance)*. Rio, Livraria José Olympio Editora, 1936. Edição original. (A. F. F.)

REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo (romance)*. Rio, Livraria José Olympio Editora, 1935. Edição original. (A. F. F.)

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Mana Maria*. Rio, Livraria José Olympio Editora, 1936. Edição original. (A. F. F.)

MATTOS, Gregorio de. *Obras de [...]* Publicações da Academia Brasileira. [A cargo de Afrânio Peixoto.] Rio de Janeiro, 1923 — 1933. 6 vols. I — Sacra. II — Lyrica. III — Graciosa. IV — Satirica. IV, vol. II — Satirica. VI — Última. (A. F. F.)

ARANHA, Graça. *A Esthetica da Vida*. Rio de Janeiro — Paris, Livraria Garnier, [1921]. Edição original. Os dados estão de acordo com os da *Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Graça Aranha*, [Rio], Biblioteca Nacional, 1968 — p. 10. Há numerosos livros de referência e publicações de outro tipo que dão a data de 1920, como a da primeira edição. Estamos também apoiados em José C. Garbuglio, *O Universo Estético-sensorial de Graça Aranha*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966 — p. 9 — para apresentar a data de 21 como a autêntica. (A. F. F.)

ARANHA, Graça. *A Viagem Maravilhosa*. Rio de Janeiro — Paris, Livraria Garnier, 1929. Edição original. Nosso exemplar está sem a folha-de-rosto, mas a última página, de nº 382, confirma a data de 29. Cfr., da Biblioteca Nacional, *op. cit.*, p. 11. Também a primeira página impressa do exemplar, em 'Obras

22

De noite. Preleto sobre a língua para hoje e fui pensando em quanto escrasa e ansioso me dá pra você toda a noite no meu pensamento. Mas uma coisa não dá auto de seu milidade. Anos de ver alguns livros e talvez a origem de definições e se, em certos casos, em certos momentos e de outros. Fiquem a respeito de mim, que sou o Deus.

Máximo

Batou respondendo: já a carta de você re-
calda a agitação. Francamente o que você
me pede, das circunstâncias em que a de-
finição tem de ser dada, isto é, pra alunos,
é uma coisa difícilíssima. Pra alunos creio
que pode-se fazer entender o que é o verso,
parem dar uma definição que a criança o
verso não sei, não. Fiqui essa definição tem
de adotar um critério psicológico, observar a
origem do verso e não a sua forma. ~~então~~
~~que~~ Daí a dificuldade. Primeiro
deixe-se fazer uma observação sobre o título
do ponto do livro da Silveira. "Formas da
língua, prosa e verso" você escreveu entre
aspas. É a mesma maneira que o seu amigo
põe: "me pare" e que já começa daí a atrapalha-
ção. Com efeito na linguagem corrente a gente
diz: «escrever em prosa», «escrever em verso» mas
isto é apenas uma dessas facilidades
da linguagem corrente, porém de exatidão muito
pouco didática. Prosa não é o oposto de verso, ou por
outro, a segunda das maneiras de linguagem que
há. Basta notar uma coisa. Prosa abrange todo o
discurso intelectual na sua totalidade. Verso não é um
todo, é um elemento do discurso ~~intelectual~~. Uma confu-
são me parece que veio de nenhuma língua ter um
nome de bater no prosaico, isto é, pro elemen-
to do discurso intelectual. Terminamente falando, a lin-
guagem oral tem dois meios de se manifestar: prosa
(e poesia (não verso)). Os elementos constituintes delas são:
da prosa a frase prosaica (não se é frase porque frase
se prestaria a confusão por causa do que em sintaxe
se chama frase. Parte do discurso que encerra um
juízo) e da poesia o verso. Não acha? Lembra-se pro
seu amigo e se ele explicar assim pro alunos já
o verso começa a se distinguir e a recordar o que
é. Agora vamos à definição do verso. Vamos a ver
se consigo dar a resposta pro. vou apontar.

Mário de Andrade tenta uma definição didática do que seja verso, e não omite as dificuldades da empresa que lhe foi solicitada

17. Holland Park Gardens

MEMORANDUM.

1 junho, 1895

Rui Barbosa
A. de A. Barros
A. de A. Barros

1895

Estimando vel o quanto antes
as condições de nos dar, como pro-
prietário, o prazo da sua frequência
nesta casa.

Chamo-me a atenção p^a o Standard
de honraria, que diz: "Prudente is
ill, and will most probably resign."

Contra-me, vobisim, q^o o ministro
portuguez do Rio foi insultado no con-
gresso, e fedia parqueteria, mas q^o o go-
verno deu explicação, com as gizes tudo
de sangue. N. sei a origem desta notícia.

Seu ant. obr

Rui Barbosa

Em 1895, no estrangeiro, Rui Barbosa lê notícia sobre uma provável renúncia de Prudente de Moraes, motivada por doença.

do Autor, corrobora, implicitamente, tratar-se de 1ª edição. (A. F. F.)

EÇA, Matias Aires Ramos da Silva de. *Reflexões sôbre A Vaidade dos Homens, ou Discursos Morais Sôbre os efeitos da Vaidade* oferecidos a El-Rei Nosso Senhor D. José I por Matias Aires Ramos da Silva de Eça. Introdução de Alceu Amoroso Lima. Ilustrações de Santa Rosa. São Paulo, Livraria Martins, [1942]. (A. F. F.)

MACHADO, Brasil Pinheiro. *4 Poemas*. [...] Com algumas palavras de Augusto Frederico Schmidt. Ponta Grossa-Paraná, Oficinas Graphics do «Diario dos Campos», 1928. Com dedicatória manuscrita do Autor. (A. F. F.)

ALENCAR, José de. *Iracema*. Introdução de Guilherme de Almeida. Ilustrações de Anita Malfatti. São Paulo, Livraria Martins, [1941]. (A. F. F.)

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Capa de Poty. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1956. 1ª edição. Importante, apesar do texto definitivo da obra ter sido atingido com a 2ª edição. (A. F. F.)

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia — Terceiras Estórias*. — Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1967. Primeira edição. (A. F. F.)

ROSA, João Guimarães. *Estas Estórias*. Nota Introdutória de Paulo Rónai. Capa de Poty. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1969. Primeira edição. Exemplar com dedicatória de Vilma G. Rosa a F. F. (A. F. F.)

MAGALHÃES, Domingos José GONÇALVES de. *A Confederação dos Tamoyos; poema por [...]* Rio de Janeiro, Empresa Typographica Dous de Dezembro, 1857. Deve ser a 2ª ed., conforme consulta à Secção de Obras Raras da Biblioteca Nacional (Sra. Iracema Rodrigues Monteiro) e a numerosas fontes de referência, apesar da informação de Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 2º vol., p. 219, que menciona 1857 como a data da edição original da obra. (A. F. F.)

ALCANTARA, D. Pedro de. *Sonetos do Exilio recolhidos por um Brasileiro*. Com dedicatória a «Sua Majestade a Senhora D. Isabel». Paris, 1898. Folheto com 27 pp., sem nenhum dado que identifique o impressor. (A. F. F., doação da colega Livia Paes Barreto, da Faculdade de Letras da U. F. R. J.)

Não é nossa intenção, com efeito, fazer um levantamento exaustivo da Documentação literária e paraliterária do M. H. N.

Tentamos, e cremos havê-lo conseguido, uma seleção, que dê idéia da qualidade das peças arquivadas. No tocante à rubrica de *Livros — Literatura Brasileira*, poderíamos prolongar esta subseção, e muito. Outras subseções importantes do nosso acervo seriam *Literatura Portuguesa, Literatura Latina, Literatura Grega*. Mas estas, se registradas mesmo nos seus pontos altos apenas, nos custariam um novo trabalho, especializado. O de agora já se vai crescendo muito, ultrapassando a paciência dos leitores... se os houver.

LOUÇA DE D. PEDRO II

JENNY DREYFUS

Conservadora de Museus e,
Professora do Curso de Museus

Atendendo solicitação do Diretor do Museu Histórico Nacional, não me pude furtar a tão honroso convite, uma vez que aposentada, nada o obrigava a tal gentileza.

*Em se tratando do trabalho sobre a figura do emi-
nente Imperador D. Pedro II, mais honrada me senti
prestando homenagem a quem tão sabiamente conduziu
nosso país durante o longo período de quase 50 anos.*

*Para tanto extrai de meu livro inédito «A louça da
Nobresa Brasileira», o capítulo referente ao grande
Monarca, cuja introdução é feita por um serviço «Ma-
cau», louça do Paço de S. Cristovão, que serviu a D.
João VI, atravessou todo o período Imperial, chegando
até o banimento de D. Pedro II.*

*Este tema por mim escolhido foi por saber o quanto
interessa em nossos dias conhecer a fundo todos os ser-
viços, e não foram poucos, que serviram desde os Vice-
-Reis até o fim do reinado do Império brasileiro.*

*Limitei-me apenas a esse Monarca atendendo ao
que me foi solicitado.*

PAÇO IMPERIAL DE S. CRISTOVAM — Prato, «louça de
Macau», borda com uma larga faixa azul e no centro, uma
paisagem peculiar aquele gênero de louça.

O «Jardim da Princesa» ainda conserva intacto em sua parede
um prato desse serviço.

Há pratos exatamente iguais a este que são atribuídos ao
Visconde de Inhaúma, aliás era louça muito comum na época.
Estes, porém, não são como muitos que vemos espalhados
nos antiquários; são de desenho muito mais ingênuo.

PAÇO S. CRISTOVAM — QUINTA DA BOA VISTA —
Morada construída pelo súdito português Elias Antônio Lo-
pes no sítio de S. Cristovam, segundo Paulo Barbosa, em
1803.



Era uma das casas mais aprazíveis daquela época, edificada no cimo de pequena colina, em um planalto, de onde partia um belo jardim inclinado.

Segundo Luiz Edmundo em «A Corte de D. João no Rio de Janeiro», como expressão arquitetônica, deixava muito a desejar «Três ou quatro corpos de construção que se ligavam sem beleza e sem graça».

Esta, porém, não foi a opinião de Debret que a classificou como uma das mais belas do momento. Descortinava-se daquele outeiro um panorama encantador.

Com a notícia da próxima vinda da Família Real, resolveu seu proprietário ofertar aquela magnífica residência ao Príncipe, para seu repouso nos dias cálidos de verão.

Para tanto, Elias Lopes mandou em 1808, fazer obras dignas de hospedar tão ilustre personagem. Foram decoradas as Salas do Conselho e do Trono e construído um belo portão com as armas reais, todo este trabalho executado por José Domingues Monteiro, arquiteto português.

Em 1816, novas modificações e acréscimos foram feitos para o casamento de D. Pedro Carlos (Príncipe espanhol) com a filha mais velha de D. João. Foi autor da nova ala lateral um arquiteto inglês, que executou o trabalho em estilo gótico. Em 1817, o mesmo arquiteto e ainda no mesmo estilo, construiu um dos quatro pavilhões acrescentados aos ângulos exteriores do edifício principal.

Para os festejos da Coroação, novas obras foram executadas e, como não estivesse mais no Brasil o engenheiro inglês, foi

1. Consta que a doação feita ao Rei como presente de ano novo foi, mais tarde, no Governo de D. Pedro I, cobrada por muito bom preço, pelo filho de Elias.

contratado o arquiteto Manuel da Costa, que iniciou os trabalhos destruindo tudo que seu antecessor havia feito, dando ao prédio um cunho português.

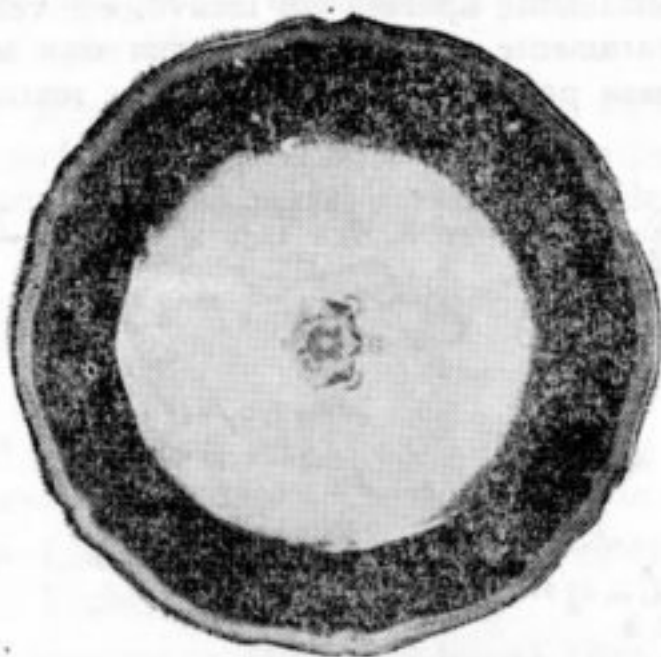
Manuel da Costa faleceu antes de terminar a reforma.

Em 1826, D. Pedro I chamou o jovem Pezerat; grande conhecedor de arquitetura e com um gosto muito apurado, reformou verdadeiramente o Paço da Quinta da Boa Vista. Terminou o novo pavilhão em 1829, construído em belo estilo. Pezerat estava executando obras no suntuoso parque o qual já apresentava aspecto encantador, quando D. Pedro abdicou e partiu, acompanhando-o o jovem arquiteto.

Daquela data em diante foram feitos alguns reparos e modificações, por arquitetos e engenheiros incertos.

Hoje, é aquele majestoso palácio o Museu Nacional, monumento de relevante cultura em nosso país.

Foi aquela a morada preferida do Rei, dos Monarcas assim como de toda a Família Imperial e guarda, através daqueles muros espessos, recordações vivas de dias gloriosos da nossa história pátria. Muito recentemente, em uma das alas do magnífico parque, foi instalado o «Jardim Zoológico».



*Theodore Haviland
Limoges
FRANCE*

*J. COBIN
18 rue du Paradis
PARIS*

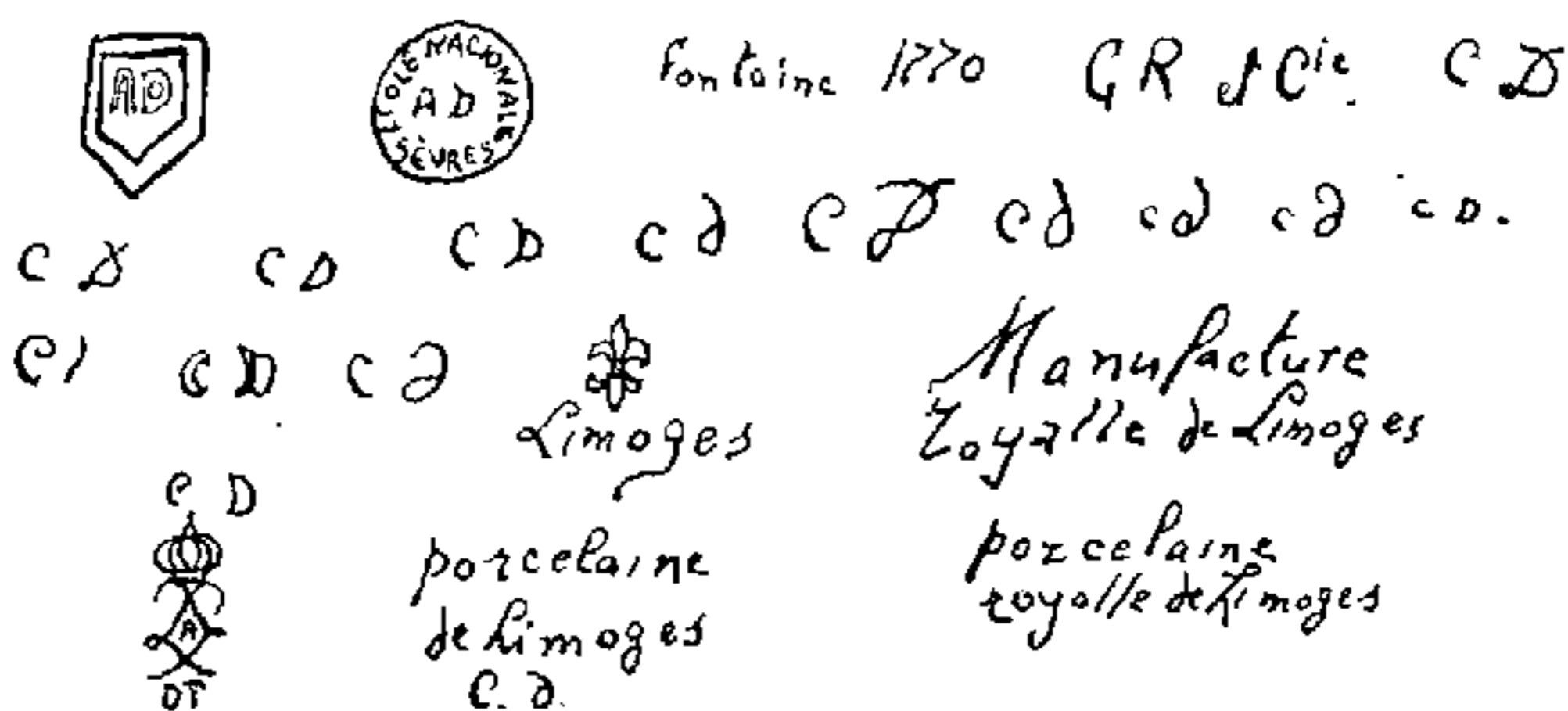
CASA IMPERIAL — Prato riquíssimo em porcelana branca de borda azul, de Sèvres, sobre a qual se acha uma larga renda dourada formando cantoneiras. Na beira, uma faixa do mesmo metal. No centro, o escudo completo das armas imperiais brasileiras em suas cores heráldicas. Marca de Limoges. **NOTA** — O interessante desse serviço é apresentar a marca relativa ao ano de 1892. Não sabemos, portanto, quando foi encomendado; presumimos que tenha sido no fim do Império

e só tenha chegado às mãos da Família Imperial no exílio. Vem comprovar nossa opinião, o pequeníssimo número de peças deste aparelho existentes no Brasil.

LIMÒGES — Merece essa manufatura um estudo especial, não só pela sua importância, como pelo grande número de serviços fornecidos para o Brasil Imperial.

Com a descoberta do caolim de St. Yrieux em 1768, por Darnet, o impulso dado à porcelana naquela região foi incontestável. As fábricas encorajadas por Turgot, intendente da localidade, começaram sua produção antes de Sèvres. Esta última iniciou verdadeiramente seu fabrico entre 1772 e 1774. A escola profissional de Limoges sob a direção de Lajolais conseguiu ótimos resultados. Em 1773, foi fundada a fábrica de Faubourg de la Route de Paris, por Grellet e Massié, e, em 1775, passou a ter a proteção do Conde de Artois, sendo finalmente vendida ao Rei em 1784 Allaud substituiu Grellet em 1788.

Inicialmente o estabelecimento adotara como marca a C D para o Conde de Artois conservando-a ainda algum tempo depois de adquirida pelo Rei época em que Limoges foi anexada a Sèvres. O C D geralmente aparece em incávo, em vermelho, em rosa, porém raramente em azul. A forma das letras é muito variada. Dessa primeira fábrica, temos as marcas que seguem:



2ª Limoges — (Couvent des Grands Augustins) — 1795-1808. Fundada por L. de la Monnerie e J. Joubert; foi cedida em 1808 a Allaud.

3ª Limoges — No mesmo local — 1797-1854. Fundada por Baignol, diretor da fábrica de Seyne.

4ª Limoges — (rue des Anglais). Fundada por Alland diretor do anexo de Sèvres e cedida a seu filho que mandou

construir em 1816 outra fábrica em local diferente fechando a primeira em 1824. Desta fábrica, algumas peças tem a marca F.A. em caractéres romanos e em vermelho.

5ª *Limôges* — (route de Paris) 1817 a nossos dias. Fundada por P. Tharaud e vendida em 1819 a Barbe Poncet, passando depois por várias mãos. A marca era uma libélula.



6ª *Limôges* — (Place de Tournay) 1819-1864. Também fundada por Tharaud, esta fábrica obteve o título de manufatura real.

7ª *Limôges* — (Route de Paris) 1822-1835. Fundada por Meyze que a cedeu a Monnerie.

8ª *Limôges* — (mesmo local) 1822-1837. Fundada por Logay que tinha uma sucursal em St. Leonard.

9ª *Limôges* — 1822-1882. Fundada por Imbert Nivet.

10ª *Limôges* — (Route de Paris) 1826 a nossos dias. Fundada por Michel e Niver.

11ª *Limôges* — (mesmo local) 1829-1879. Fundada por Ruaud, Nenert et Latrille. Algumas peças trazem um R por marca e outras nome Rueud em verde.

R . . R

12ª *Limôges* — 1833-1879. Michel e Valin; o primeiro se associou em 1846 a Ch. A Chalot, de Chantilly.

13ª *Limôges* — (Place des Carmes) 1834-1849. Fundada por Roche.

14ª *Limôges* — (Route de Paris) 1834... Fundada por Klostermann, que se associou a Besse e este por sua vez tomou por sócio Martin.

15ª *Limôges* — (mesmo local) 1835-1838. Michel Niver se associou a Behut e fundaram essa fábrica.

16ª *Limôges* — (Route de Saint-Junien) 1835 a nossos dias. Fundada por Chaminade, que teve por sucessor Rudeuil em 1836 e Deschamps de 1850 a 1883.

17ª Limoges — (Route de Paris) 1841-1879. Fundada por Charol.

18ª Limoges — (av. Garibaldi) 1842 a nossos dias. David Haviland proprietário de Foescy, veio com Louís André para Limoges em 1842, e teve por sucessores seus filhos.

Segundo Dubreuil em «La porcelaine». a casa Haviland foi fundada por um americano deste nome, negociante em Nova York, que, conhecedor perfeito das necessidades dos seus compatriotas, desconheedores dos fabricantes franceses, fundou aproximadamente em 1840 uma casa de exportação, cuja sede inicial foi em Paris. Estabeleceu-se em seguida em Foescy e finalmente em 1844, transferiu-se para Limoges, centro de seus negócios, instalando primeiramente oficinas de decoradores e, por fim, em 1856, estabeleceu a manufatura de porcelana que se tornou uma das mais importantes do grupo de Limousin, exportando prodigiosamente para toda a América.

Segundo Auscher em «Comment Recon. la Porcelaine». A fábrica de Limoges dirigida por Haviland, foi fundada por Alluand em 1797 e por morte do último filho deste, foi continuada por Ch. Field Haviland, isto de 1879 a 1883; depois por Gérard Dufressaix et Morel, e, finalmente, por Gérard et Morel & Cie.

Do período de Ch. Field-Haviland encontramos a marca seguinte:

F A 1819

De Gérard-Dufressaix et Morel vêmos esta:
FA 1819 em vermelho ocre e esta em verde:

$$\frac{C. F H}{G D M}$$

Bem mais tarde vamos encontrar a fábrica de Theodore Haviland (1892). Este, filho de David, separou-se de seu irmão Charles e se estabeleceu na Av. Poitiers. Deve ser desse período o prato acima descrito.

Na época de Charles Haviland aparecem as seguintes marcas:

Haviland
FRANCE

HAVILAND & CIE
LIMOGES

verde e vermelho

$\frac{H \ \& \ C^o}{L}$ $\frac{H \ \& \ C^o}{L}$ H & C^o

HAVILAND

$\frac{H \ \& \ C^o}{L}$	$\frac{H \ \& \ C^o}{L}$
FRANCE	FRANCE

Enfim para Theodore, as que seguem:

$\frac{Th \ H \ C^{ie}}{L}$	Theodore Haviland	
made in france	(verde)	Limoges
		FRANCE
		$\frac{Th \ H \ C^o}{L}$
		made in france

19^o *Limoges* — (Place des Carmes) 1842 a nossos dias. J. Pouyat, proprietário das jazidas de St. Yrieix, fundou esta fábrica, associando-se a Russinger. Seus sucessores conservaram a marca J. Pouyat em verde e acrescentaram a palavra France para a exportação. Foi o primeiro que empregou o esmalte translúcido na porcelana $\frac{J \ P}{L}$ e $\frac{J \ P}{L}$ rendada.

FRANCE

JEAN POUYAT

Limoges

(com ou sem a palavra FRANCE)

20^o *Limoges* — (Faubg. des Casseaux) e (Faubg Montjo-vis) — 1842 a nossos dias. Fundada por Gorsas, Montastiers et Ferrier.

Mudou várias vezes de proprietário. As marcas são:

21^o *Limoges* — (rue St. Junien) 1843-1879. H. Jouhannaud, fundador, associou-se em 1845 com L. Dubois. Os pro-

duros raramente são marcados; algumas vezes encontramos H J ou a assinatura

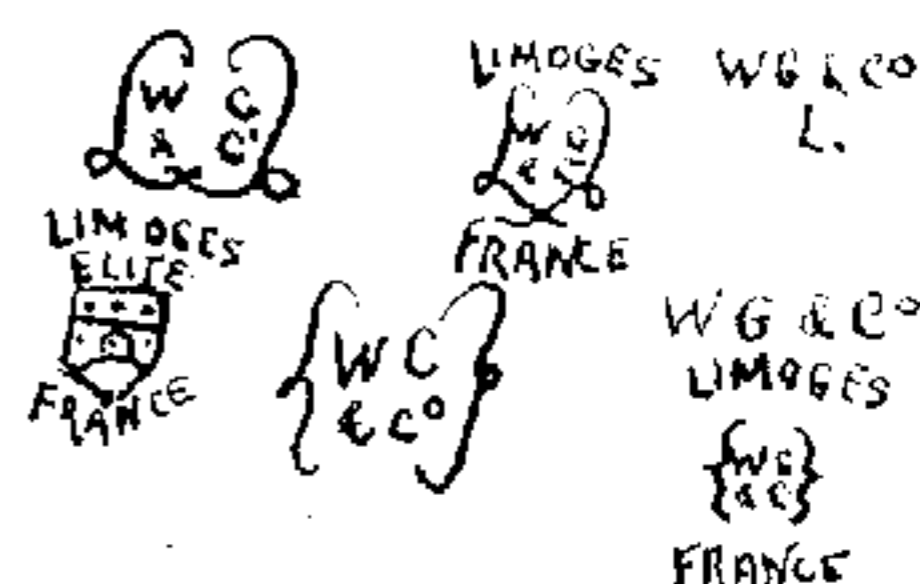
L. Dubois

 côr

INCAVO

22ª Limoges — (Rue du Petit Tour), pertencia em 1867 à casa Utschneides (de Sarreguemines) e foi dirigida por Leopoldo Dubois; depois em 1870, por William Guérin que se tornou seu proprietário em 1877.

As marcas em vinheta em verde indicam o nome da casa e encontramos ainda as outras que seguem.



Ainda encontramos algumas fábricas fundadas depois de 1850.

Temos em 1859, Tharaud, com a marca:

Em 1852 (ancienne Route d'Aixe) fundada por Thabard,

No mesmo local, em 1863, fundada por Massaloux-Delhomme. Em 1863



(Chemin de la Borie) aparece Guery Delinières com a marca: D & Cº
FRANCE

Petit Carmes) Soudanas-Touze.

Em 1896 Barjaud de Lafond, Bawo, Dotter, fundam uma fábrica na rua Hyacinthe-Faure.

Em 1881 (Impasse des Moineaux) Gerald Raby Mourier, Soulat, com a marca: J B G

L

Em 1850 (Faubg. Montjovis), fundada por Ricroch.

Em 1858, (Faub Montmallier), fundada por Labesse Allaud, Balleroy.

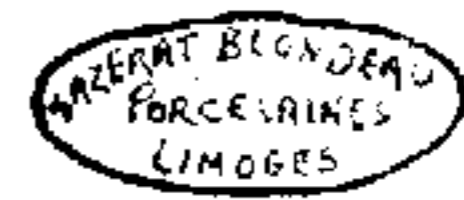
Em 1884 (r. Neuve des Carmes) outra sob a direção de Borsbertrand, Theilloud, Dorat.

Em 1873 (Route de Paris), Coiffé, Touronsimon, com marca:

Em 1883 (Faubg. de Paris), Laporte Ardant, Langle.

Com Ardant encontramos a seguinte marca:

Em 1852 (B. St. Maurice) Sazerat, Marty, montam uma fábrica; de Sazerat e Blondeau encontramos este relativo ao ano de 1862.



Ainda Boulv. St. Maurice, encontramos outra fábrica dirigida por Duchatelet, Barjoud de Lafond et Vultury.

E por fim vemos Limoges-Vierzon (Haute-Vienne et Cher) fundada por A. Jean em 1855 com a marca:

Jean

Temos ainda a registrar algumas marcas que não conseguimos localizar nas fábricas citadas acima nem tão pouco saber a data exata correspondente:

B R & L
LIMOGES
FRANCE

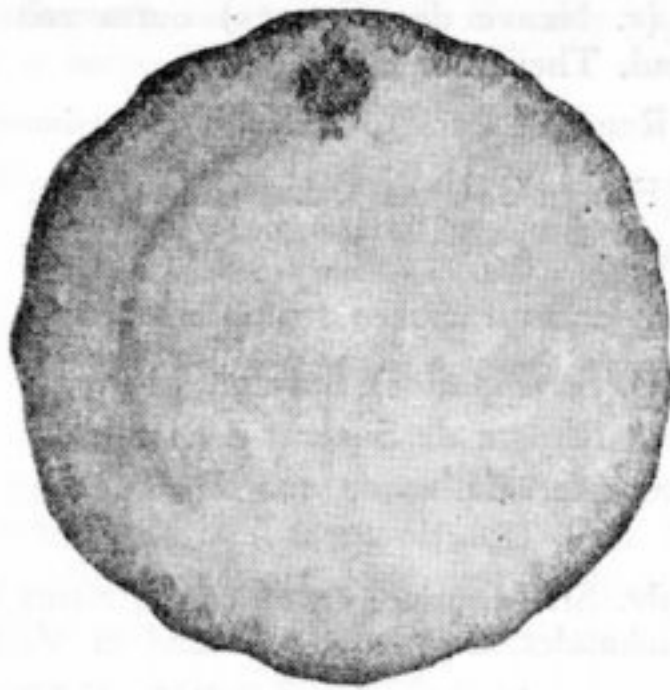


Limoges não se deteve no século passado; continua por nossos dias sempre com bons produtos e novas marcas. Nosso estudo, entretanto, aí se detêm; porquanto o século XX não está dentro de nossas cogitações.

Em tempo: A última hora encontramos indicação de uma fábrica do fim do século XIX. É a de *Ahrenfeld* que veio de 1896 a nossos dias.

Decorador de porcelanas em Paris, estabeleceu-se em Limoges produzindo bela porcelana, sobretudo ao fogo de mufla. Marca:

 verde



D. PEDRO II — Serviço conhecido como da "inicial pequena". Prato em porcelana branca, tendo na borda as armas imperiais e logo abaixo as iniciais P. II. Na beira, um friso verde terminado por uma renda estreita dourada.

Porcelana francesa s/m, possivelmente Limoges. Coleção do Museu Histórico Nacional.

D. PEDRO II — Imperador Constitucional do Brasil, filho de D. Pedro I e de D. Leopoldina, Arquiduquesa d'Austria. Nasceu a 2 de dezembro de 1825 no Palácio da Boa Vista (São Cristovam), no Rio de Janeiro.

Imperador Constitucional — Defensor Perpétuo do Brasil. Em consequência da abdicação de seu pai D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, aos cinco anos de idade. Não podendo governar com tão pouca idade, sucederam-se as Regências trinas de 1831 a 1835, a Regência do Padre Feijó, de 1835 a 1837 e por fim a de Pedro de Araújo Lima.

Continuando, porém, a agitação política e as guerras civis, resolveu o Parlamento encurtar de três anos a época legal para a maioria do jovem Monarca, dada a confiança que inspirava, tanto pela sua educação aprimorada, quanto pela cultura invulgar que já possuía. Foi então, declarado maior a 23 de julho de 1840, sagrado e coroado a 18 de julho de 1841, mantendo-se no poder até 15 de novembro de 1889, sendo naquele momento banido por força da Proclamação da República.

Casou-se por procuração, em Nápoles, a 30 de maio de 1843, com a Princesa D. Teresa Cristina Maria de Bourbon, 3ª Imperatriz do Brasil.

Possuía uma inteligência invulgar e conhecimentos vastíssimos, sendo considerado o monarca mais ilustrado de seu tempo. Visitou por várias vezes a Europa.

Conhecia grande número de idiomas, inclusive o hebraico e o sanscrito. Como cientista, dedicou-se particularmente à astronomia e foi o primeiro brasileiro que teve assento no Instituto de França.

Durante seu governo, teve que suportar a sangrenta guerra contra o Paraguai, entrando à frente das tropas na cidade de Uruguaiana.

Escreveu e traduziu várias poesias, deixou também suas impressões de viagem e vários outros assuntos.

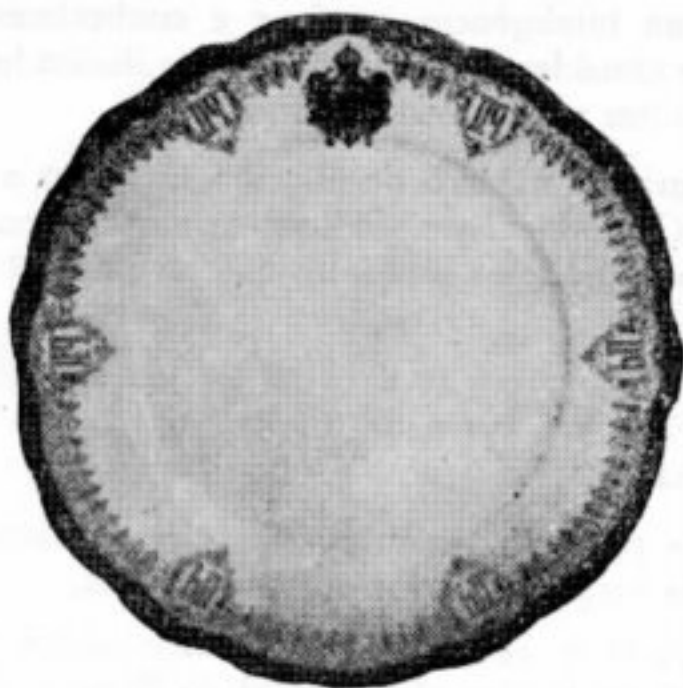
Banido e exilado, nunca deixou de amar acima de tudo o seu Brasil. Faleceu num modesto hotel de Paris a 5 de dezembro de 1891.

Hoje, seus restos mortais descansam na cripta da Matriz de Petrópolis, Estado do Rio.

Foram seus filhos: D. Afonso Pedro e D. Pedro Afonso, mortos em tenra idade; a Princesa Isabel — Herdeira Presuntiva da Corôa e cognominada "A Redentora" e mais uma filha, a Princesa Leopoldina.

Possuía a Grão-Mestrado de todas as Ordens Brasileiras e as de Cristo, S. Branto de Aviz, S. Tiago da Espada, Santo Estevam da Hungria, Leopoldo da Bélgica; Cavaleiro do Tosão de Ouro e da Ordem do Elefante da Dinamarca; Grão-Cruz de S. Fernando; S. Januário das Duas Sicílias; da Legião de Honra de França; de S. Salvador da Grécia; do Leão Neerlandês da Holanda; Cavaleiro da Jarreteira da Inglaterra; Grã-Cruz de S. João de Jerusalém e do Santo Sepulcro de Roma; da Imperial Angélica Constantiniana de S. Jorge de Parma; da Conceição de Vila Viçosa; da Torre e Espada; Grã-Cruz de todas as Ordens da Rússia; Cavaleiro da Ordem Anunciata da Itália; da Estrela do Norte e dos Serafins da Suécia, e da Ordem de Medjedié da Turquia.



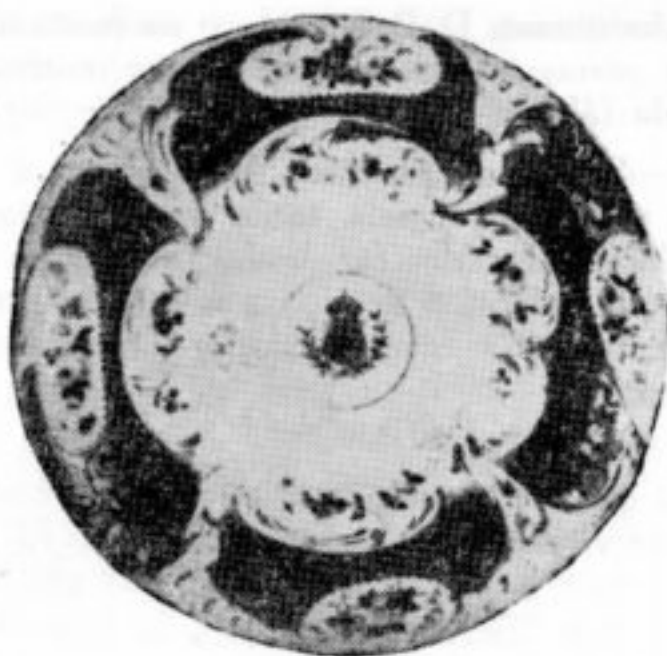


D. PEDRO II — Serviço conhecido por “louça do P grande” ou de “Inicial grande”. Prato em porcelana branca, tendo na borda o escudo completo das armas reais portuguesas e, na beira, uma faixa verde, terminada por uma renda dourada, formando cantoneiras, dentro das quais se lê “PII”, também em dourado. Porcelana francesa — Limoges já descrita.

Este serviço foi um presente de D. Luiz, Rei de Portugal, a D. Pedro II, quando de passagem por aquele país, regressando de sua viagem à Europa, motivada pelo falecimento de sua filha a Princesa Leopoldina. Esta é a razão de encontrarmos uma louça pertencente à Casa Imperial Brasileira com as armas reais portuguesas.

NOTA — Raras são as peças deste serviço que trazem a marca da fábrica, encontra-se, entretanto, algumas peças com a marca de William Guérin, que, em 1867, fundou uma fábrica em Limoges, cujos produtos se tornaram muito conhecidos. Apresentamos também a xícara do mesmo serviço.

REGÊNCIA DE D. PEDRO — Prato, porcelana verde com reservas dentro das quais, vemos flores em policromia e volutas douradas. No centro, dentro de um círculo, as armas Imperiais encimadas pela coroa e ladeadas pelos ramos de fumo e café. Na ligação da borda com o centro, volutas e ramos de flores em policromia. Este prato é um mixto de barroco e Luiz XVI.



Colocamos esta louça na Regência, pois, pouco depois, já no Reinado de D. Pedro II, vemos surgir o belo "serviço de caça", obedecendo em tudo ao mesmo estilo, porém, mais aperfeiçoado e mais rico.

Porcelana francesa. Este prato não traz marca, mas há outros que apresentam as seguintes marcas:

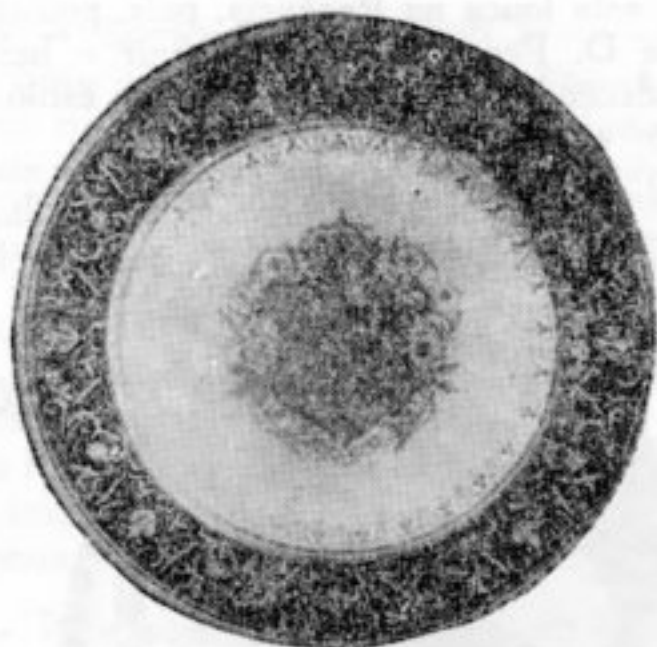


D. PEDRO II — Prato em porcelana branca de borda azul com arabescos dourados e quatro reservas, duas com faisões e duas com flores, tudo em policromia. No centro, volutas douradas e um apanhado de flores, também em policromia. É um aparelho muito rico de porcelana francesa, tendo algumas

delas com as iniciais D. P. em relevo na pasta o que tem dado margem a várias interpretações. Parece, entretanto, tratar-se de louça da fábrica de Fontaine-au-Roy.

NOTA — Segundo "Jeannick" esta marca é alemã; discordamos de sua opinião, pois, tanto o gosto como o estilo são próprios da fábrica francesa. Talvez o engano daquele autor, esteja em que a fábrica de Fontaine-au-Roy foi também chamada durante algum tempo "La porcelaine allemande", devido ao casamento de Loqué com uma alemã. Nesta fábrica, aparecem as marcas: DP

É possível que, posteriormente, tivesse aparecido DP conforme a que se vê em peças desse aparelho. 1772 B Esta fábrica existiu de 1771 a 1841. Dizem DP que este serviço, que é conhecido como "Serviço de Caça", foi oferecido por Napoleão III a D. Pedro II.



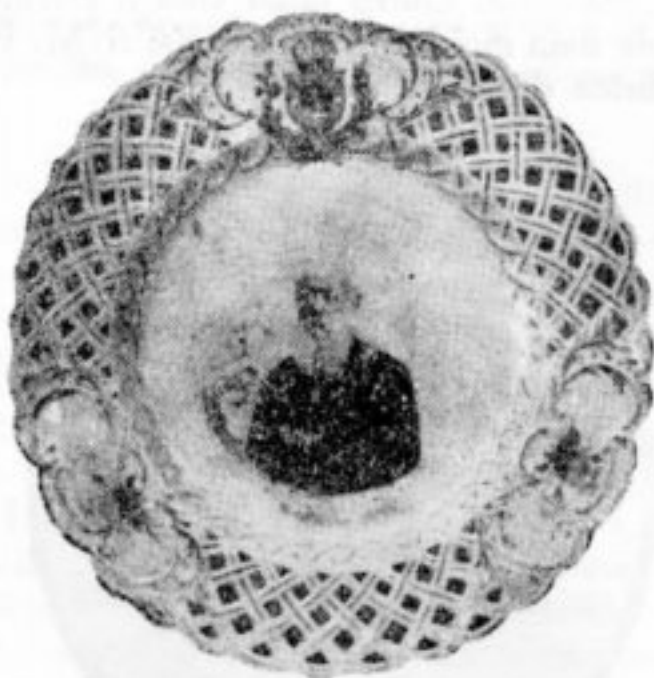
F & M

D. PEDRO II — Prato riquíssimo, borda azul de Sèvres completamente arabescado de dourado em relevo. Na beira, um friso dourado com bolinhas em relevo. No centro, dentro de uma cartela, a inicial P, sobrepujada pelo II em algarismos romanos; a cartela circundada por arabescos no mesmo estilo dos que se acham na borda, encimado por uma coroa Imperial. Termina este centro uma renda dourada. Porcelana Pirkenhammer.

Pirkenhammer — Perto de Carlsbad. A fábrica foi fundada em 1807, por Cristiano Fischer e Reichenbach. Em 1844, Rodolfo Fischer sucedeu a seu pai e por sua vez teve por sucessores Ludovic Meig e Otto Seiferheld. A proteção imperial lhes tinha sido concedida em 1820.

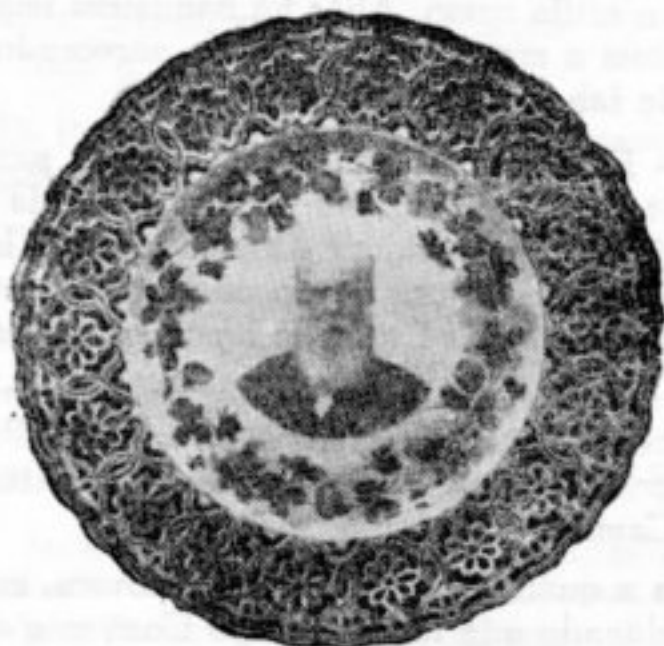
A pasta muito dura contem a maior quantidade de caolim de Sidlitz, muito afamado na época. Há marcas para Cristiano Fischer e para Fischer e Meig.

A marca deste serviço é deste último período.

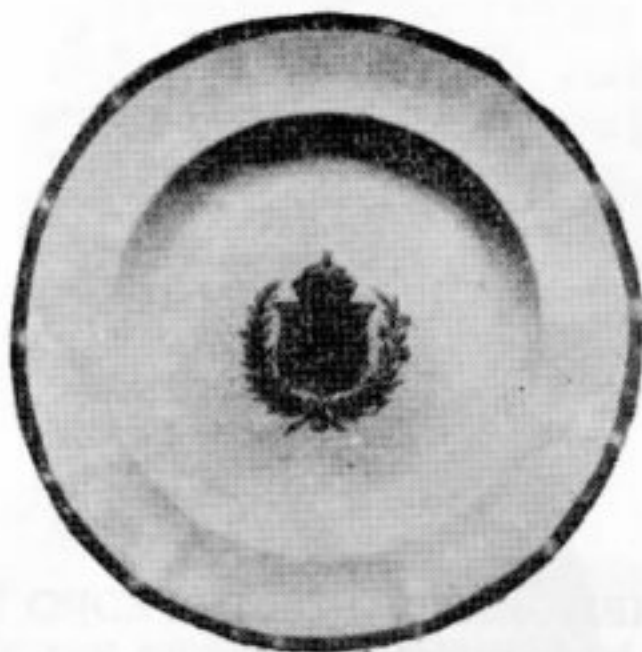


vermelho

PRATO COMEMORATIVO DE D. PEDRO II — Porcelana branca de borda vasada formando um trançado de palhinha, com três reservas, duas com flores e uma com o escudo das armas Imperiais, ladeado pelos ramos de fumo e café, encimado pela coroa Imperial, em suas cores heráldicas. No centro, o busto do Imperador, de três quartos, olhando à frente. Por baixo, o seu nome.



Parece tratar-se de louça austríaca. A marca que vemos não foi por nós encontrada nos repertórios das marcas de fábricas. Ainda há estes últimos mais ricos e mais trabalhados. Porcelana branca, de borda inteiramente vasada, formando margaridas, em dourado. No centro de uma moldura de violetas, o retrato do Imperador. Outro igual com o retrato da Imperatriz, dentro de uma moldura de miosotis. S/M. Possivelmente, louça da fábrica de Vista Alegre.



D. PEDRO II — Prato poligonal em louça branca tendo na borda um friso roxo e, no centro, as armas imperiais brasileiras, ladeadas pelos ramos de fumo e café e encimadas por uma coroa imperial. Todo o desenho é em roxo. A coroa não tem a habitual forma apresentada nas armas brasileiras; parecemos mais em estilo russo. Aliás há bandeiras imperiais da mesma época com a mesma coroa. S/M., parecendo-nos, contudo, tratar-se de fabricação inglesa.

NOTA — Este serviço figura em coleções particulares como do Paço de S. Cristovam, em outras, como da Real Fazenda de Santa Cruz. De qualquer forma tudo nos leva a crer que tenha sido serviço de uso diário dos imperantes ou mesmo de sua famulagem, por se tratar de louça por demais rústica.

Real Fazenda de Santa Cruz — Por dois caminhos se chegava àquela fazenda, partindo ambos da cidade. Pela estrada de Mata Porcos ou pela vereda do Mangue, o Aterrado, como se dizia, ou Caminho das Lanternas.

Localizada a quatro léguas de S. Cristovam, em uma fazenda semi-abandonada que fora o antigo Convento de Santa Cruz,

sombrio casarão dos padres jesuítas, construído sobre uma elevação de onde se descortinava magnífica paisagem.

Lugar deveras aprazível, de férteis terras e bom clima, foi escolhido para descanso da Família Real.

Feita a escolha, executaram-se com toda a urgência reformas no velho prédio, para que estivesse à altura de receber o séquito real.

Em 1817, por ocasião do casamento do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa d'Austria, D. Leopoldina, novas obras foram feitas, obras de grande vulto, dignas de atender àquela que seria mais tarde a primeira Imperatriz do Brasil.

Tornou-se hábito, daquela data em diante, toda a corte fazer uma estada de, pelo menos, seis semanas, regressando a S. Cristovam por ocasião das festas de S. João. No reinado de D. Pedro I, amiudaram-se as viagens para lá. Não havia mais as dificuldades de comércio e pouso da época real. Já existia um pequeno comércio ao longo da estrada, dispensando o transporte exagerado de fâmulos e mantimentos, o que tornava a viagem menos dispendiosa.

Em 1826, foi procedido pelo arquiteto Pezerat o levantamento geral daquelas terras, com o fim de organizar e explorar a Real Fazenda. Confiadas as obras ao jovem engenheiro francês, este empregou certos meios rápidos para a fabricação de telhas e de tijolos, o que veio dar grande economia para o real herário. Em seu trabalho, foi apenas auxiliado por um arquiteto francês e pelos escravos negros da própria Fazenda. Foi grande o gosto que o Imperador tomou em dirigir aquela propriedade, enchendo seus vastos campos de pastagens com animais de todo gênero.

Projetava D. Pedro a abertura de um canal navegável, quando se viu forçado a abdicar.

Ao ser D. Pedro II aclamado Imperador do Brasil, deu a liberdade a inúmeros escravos que lhe pertenciam como Príncipe Real e a cada um presenteou com pequeno lote de terra perto do Palácio de Santa Cruz, para ali construírem pequena casa para suas famílias. Assim, nasceu a aldeia que serviu muito tempo de pouso aos viajantes que vinham de S. Paulo.

Em nossos dias, aquele lugarejo se transformou em pequena cidade e onde foi o Palácio da Real Fazenda de Santa Cruz está instalado o 2º Batalhão de Caçadores.



49

INCÁVO

D. PEDRO II — Xícara em porcelana branca, casca de ovo, tendo na borda uma renda sobre filó em dourado e logo abaixo, circundando a peça, um ramo de flores em policromia, interrompido no centro, onde se vê a corôa imperial em dourado. A parte inferior da xícara é em azul forte. O pires obedece ao mesmo motivo e cores. Peça muito rica, não se sabendo a que fábrica pertence. Os caracteres que apresenta em incávo eram típicos das fábricas francesas daquela época; possivelmente peças decoradas por artistas de Sèvres.

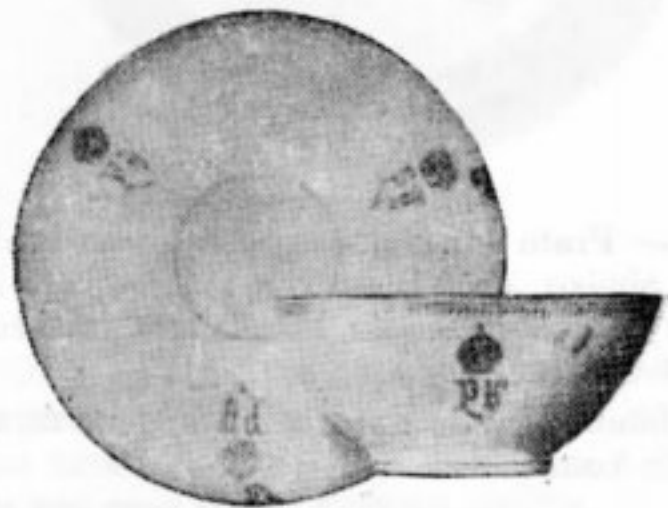
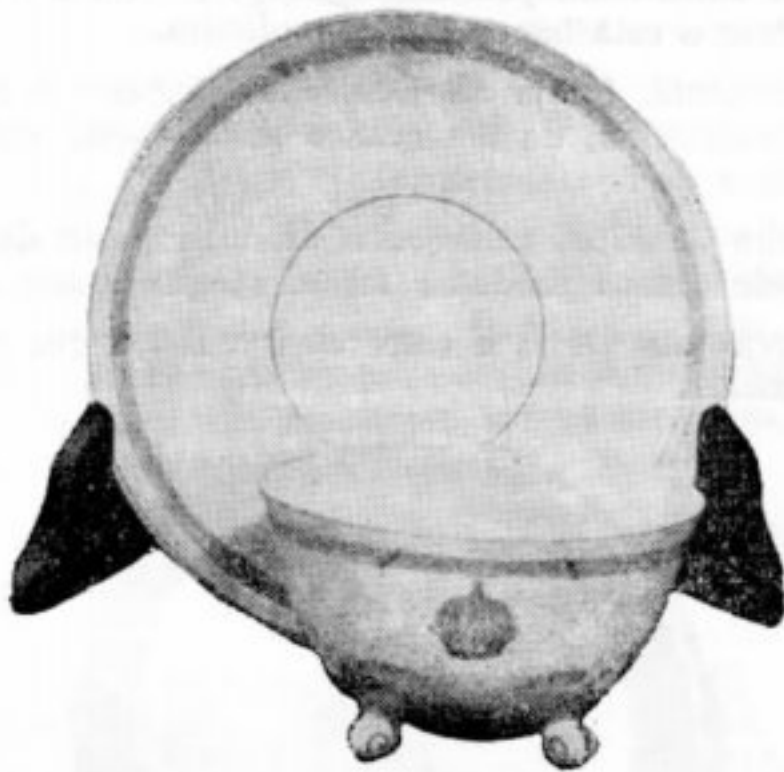
Há deste mesmo serviço, peças, em rosa, verde em dois tons, em vermelho, em amarelo e em salmão, assim como há chávenas, xícaras para café e tigelinhas.

D. PEDRO II — Xícara muito interessante. Porcelana branca, com filetes verdes, interrompidos por bastonetes também em verde.

No centro, a corôa imperial na mesma cor. O pires com os mesmos filetes. A xícara tem três pezinhos. Há marca incávo na pasta, porém não se sabe ao certo a fábrica, tanto pode ser francesa como portuguesa, pois os artistas franceses de Vista Alegre, também riscavam desta forma.

///

INCÁVO



GINORI

D. PEDRO II — Xicara em porcelana branca, com um entremeio dourado bem estreito, na beira. No centro, repetidas vezes, a cifra P II, encimada por uma corôa imperial em dourado. O pires repete em número idêntico a mesma cifra. Porcelana italiana, Ginori.

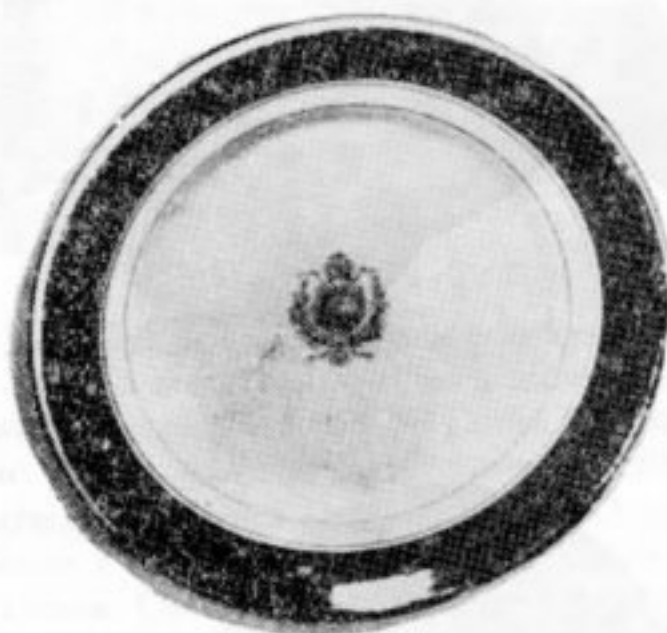
DOCCIA — (perto de Florença) — O Marquês Carlos Ginori fundou, em 1735, uma fábrica de porcelana que existe até hoje, em Doccia. Em 1737, Ginori mandou um navio à China, afim de trazer caolim para a sua fábrica. Em 1757, seu filho Lorenzo Ginori, sucedeu-lhe e, mais tarde, foi por

sua vez substituído por Carlo Leopoldo Ginori, que dirigiu muito tempo esta importante manufatura.

Primeiramente, foram ali fabricadas porcelanas brandas de pasta translúcida, de um branco acinzentado, cobertas bem vidradas e de boa aparência.

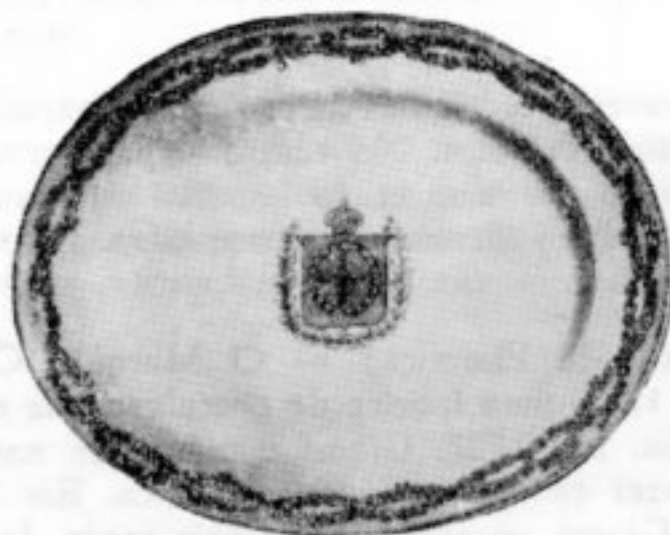
Por volta de 1757, começou a produzir pasta dura de bela qualidade e seus produtos foram sempre muito apreciados.

As marcas são várias e entre elas vemos a que se encontra nesta xícara.



D. PEDRO II — Prato em faiança grossa, branca, de borda verde, e mais abaixo, dois filetes na mesma cor. No centro, o escudo das armas imperiais brasileiras, também em verde. S/M., possivelmente louça inglesa.

Serviço da famulagem do Paço, relativamente rara, pois poucas são as peças conhecidas.



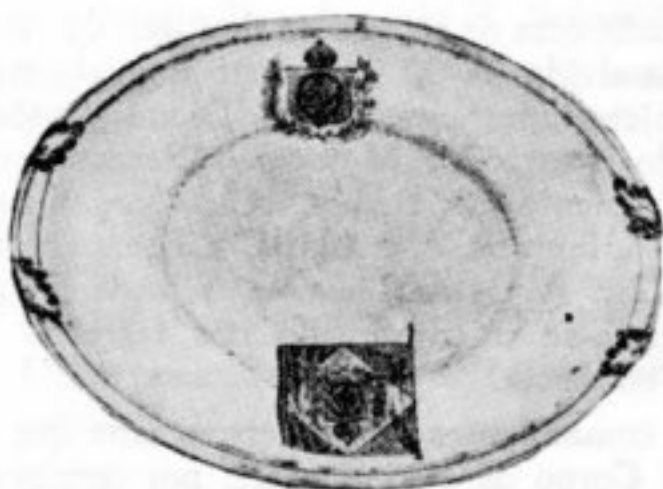
IV: Classe
S: Dia
10: Lete
R: Registro
C: Rio
H: Mês



D. PEDRO II — Travessa em faiança branca, tendo na borda, duas grinaldas de folhas entrelaçadas, em azul. No centro, as armas imperiais também em azul. Marca: inglesa, incerta, em basalto preto. Possivelmente do Staffordshire. A marca estranha que acompanha quer apenas dizer "Registrado".

NOTA: Este serviço durante muito tempo foi atribuído a uma família baiana que tivesse hospedado os Imperadores. Isto parece-nos inverossímil, pois ninguém serviria pessoas tão ilustres em louça tão comum. Parece-nos mais tratar-se de aparelhos encomendados para as forças militares ou policiais brasileiras, pois existem peças em várias cores, o que faz supor ter havido vários serviços.

Conhecemos do mesmo desenho nas cores negra, azul, vinho e sépia.



IV: Classic
4: Dia
S: Lote
R: Registro
C: Ano
R: Mes

CORPO POLICIAL DO RIO DE JANEIRO — Travessa em faiança creme, tendo, em um dos lados, as armas Imperiais, em suas cores heráldicas, e, do outro, a bandeira Imperial, também nas suas cores. Faiança inglesa, tendo apenas a marca que significa "registrada".

CORPO POLICIAL DO RIO DE JANEIRO — Ao tempo dos Vice-Reis, não houve necessidade de corpo de polícia nesta cidade. Os contingentes para a ronda noturna partiam dos diferentes regimentos, auxiliados pelos quadrinheiros, envolvidos em suas capas, de espadas desembainhadas, sob às ordens de um cabo de ordenanças, percorrendo as ruas, velando pelo sossego e bem-estar público. Não só a cidade era pouco povoada, como as medidas de repressão a qualquer distúrbio eram prontas e rigorosas.

Por ocasião da chegada da Família Real, a polícia, que então já existia, era chefiada por Miguel Nunes Vidigal, que sabia manter a ordem com severidade e rigor.

O alvará de 10 de maio de 1808 criou o lugar de Intendente de Polícia, passando a exercer esse cargo Paulo Fernandes Viana, que deu mostras de grande atividade e inteligência. Em 13 de maio do ano seguinte, foi estabelecida a divisão militar da Guarda Real da Polícia, composta de uma companhia de cavalaria e três de Infantaria.

A companhia de cavalaria instalou-se em um prédio da praça da Aclamação e as de infantaria, uma no Valongo, outra no local onde mais tarde foi erguida a Academia de Marinha e a terceira ficou no largo da Ajuda. Nessa época, foi seu comandante José Maria Rabelo de Vasconcelos e os seus policiais eram conhecidos por "morcegos" por só aparecerem à noite.

Por haver confraternizado com os sediciosos de julho de 1831, foi esta corporação dissolvida. A 30 de agosto daquele mesmo ano, por um projeto apresentado por Diogo Antônio Feijó, foi, então, criado o corpo de Municipais Permanentes, encarregados do policiamento da cidade, sendo organizado com duas companhias: infantaria e cavalaria, e nomeado seu Comandante o major Luiz Alves de Lima, mais tarde Duque de Caxias, estabelecendo-se a corporação nos terrenos da Ordem Terceira da Penitência.

Vários foram os seus comandantes nos diversos anos que se seguiram. Em 1842, o Corpo de Permanentes, por concessão Imperial, recebeu uma bandeira, que foi entregue ao Comandante pelo Ministro da Justiça.

Pelo decreto de 20 de fevereiro de 1858, a força policial recebeu o nome de Corpo Policial da Corte.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, o entusiasmo patriótico reinante contaminou a corporação, que solicitou do Imperador o favor de seguir para a campanha.

O Governo acedeu e, por Aviso de 6 de julho de 1865, ordenou que o corpo policial seguisse. Não se fez esperar aquele contingente tendo a frente o seu Comandante, Manuel José Machado da Costa. Cobriu-se de glórias aquela brava gente, sob a designação de 31º Batalhão de Voluntários da Pátria, não havendo escaramuça em que se não encontrasse. Vários foram os seus heróis, morrendo em combate, gloriosamente, o coronel Machado e muitos de seus comandados. Ficara no Rio de Janeiro, para o policiamento, a cavalaria,

auxiliada em sua tarefa pelo 1º Batalhão de artilharia da Guarda Nacional, além de cidadãos de todas as classes, que, levados por sentimento de grande patriotismo, se revezavam no penoso trabalho das rondas noturnas.

Por Decreto de 27 de janeiro de 1866, reorganizou-se a força policial, passando a ter seis companhias e recebeu o nome de "Corpo Militar da Polícia da Corte".

Desde essa época, o quartel dessa corporação foi levantado na rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, no antigo hospício de frades e quartel do Batalhão de Granadeiros. Vemos, portanto, que, no período Imperial, a força policial constava de dois corpos distantes, — um militar e outro civil, denominado "Guarda Urbana", esta última encarregada da vigilância das freguesias centrais, sendo que, no fim do Império, já se fazia sentir intensamente a necessidade do mais um acréscimo, conseqüente ao desenvolvimento e aumento de população da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Hoje, é uma grande corporação e funciona sempre no mesmo prédio da rua Evaristo da Veiga, grandemente aumentado.

NOTA: Pensamos que este serviço foi encomendado em 1842, quando a corporação recebeu das mãos do Imperador a sua bandeira. Vêmo-la reproduzida em todas as peças do serviço, como a querer perpetuar na dádiva Imperial.

Deste mesmo serviço, o Museu Histórico ainda possui um pequeno prato.

BREVE ROTEIRO DA NUMISMÁTICA BRASILEIRA

DULCE LUDOLF

Chefe da Seção de Numismática

Dinheiro, ouro, prata, cobre, níquel, arame, grana, gaita, tutu — a moeda brasileira nasceu exatamente em 1695.

Nas três décadas que sucederam ao descobrimento, em vista do estágio material e cultural em que se encontravam os habitantes da terra, só um tipo de comércio poderia ser estabelecido: *a troca de produtos*.

Assim, nosso primeiro dinheiro foi o *pau-brasil*, madeira nativa que integrava a paisagem brasileira e fornecia aos índios a tinta com que se pintavam. Essa característica de madeira tintorial foi a que a tornou famosa e cobiçada.

A árvore do dinheiro foi a *mina* que os portugueses e outros navegantes descobriram e serviu de motivação nos primeiros contatos entre europeus e índios.

Estes se encarregavam da derrubada, do corte e do transporte da madeira para as naus seiscentistas que a transportava para os portos onde era grande a sua procura. Em troca desse trabalho recebiam os nativos contas, anzóis, quinquilharias diversas.

Cerca de trinta anos o dinheiro seria aquele que brotava e crescia da terra.

Com os colonizadores chegaram, pouco a pouco, as moedas de Portugal que aqui começaram a circular.

Eram moedas de ouro, prata e cobre, de tipos e valores diferentes, destacando-se no ouro — o *português*, o *cruzado*, o *S. Vicente* e o *meio S. Vicente*; na prata — o *tostão*, o *meio tostão*, o *real*, o *cinquinho* e o *vintém*; no cobre — os *dez*, os *três reais*, o *real* e o *ceitil*. Cunhados em Lisboa e no Porto, foram os primeiros espécimes monetários do Brasil colonial.

Português, moeda de Portugal, cunhada pelos reis D. Manuel e D. João III. A excelente qualidade do ouro (23 3/4 de

quilate) fez com que penetrasse na circulação de vários países. *Cruzado*, designação originária da cruz gravada em uma de suas faces. *S. Vicente* deu o nome às moedas onde sua figura aparece estampada no anverso. *Ceítíl* — três torres banhadas pelo mar — é o tipo da moeda comemorativa da conquista de Ceuta, antiga Ceita, pelos portugueses.

Caravelas de patacas aportam ao Brasil

Em 1580 o Reino de Portugal é incorporado à coroa espanhola, refletindo-se aqui o domínio dos Filipes com a penetração da moeda espanhola na circulação, ao lado da portuguesa.

Pelo rio da Prata vinham as caravelas em direção ao Rio de Janeiro, Bahia de Todos os Santos e Pernambuco, pejudadas de patacas espanholas que traziam para comerciar. As patacas ou 8 reales ficavam no Brasil e, em troca, os peruleiros levavam fazendas e muitas outras mercadorias que aqui obtinham a bom preço.

No princípio do século XVII esse comércio adquiriu tal vulto que a moeda espanhola superou a própria moeda portuguesa. Em vista disso, para facilitar as transações e possibilitar a coexistência de moedas de procedências diferentes circulando juntas, foi estabelecida a correlação de valores entre os 8, 4, 2 reales, o real e o meio real e as moedas da metrópole. A pataca ou 8 reales correspondia a 320 réis ou sejam 16 vinténs e os submúltiplos, proporcionalmente, a 160, 80, 40 e 20 réis, isto é, o valor menor, o meio real, equivalia ao vintém.

Pipas cheias de conchas em troca de negros escravos

Nos primeiros tempos, o meio circulante constituído de moedas portuguesas e espanholas era deficiente para atender às crescentes necessidades da colônia. Como o pau-brasil, o açúcar, produto que marcou um ciclo econômico e social importante, foi muito utilizado no comércio.

Antes, como depois de 1695, a história monetária brasileira é um reflexo do processo histórico, político e social. Seu meio circulante é um misto de produtos e moedas, onde não falta até mesmo a concha.

O *zimbo*, *gimbre* ou *gimbongo* — conhecido e usado pelos africanos como moeda — foi encontrado na Bahia, onde também foi comercializado. Para Angola eram enviadas pipas cheias de *zimbo* e com elas compravam-se negros escravos que vinham reforçar a mão de obra nos trabalhos da lavoura.

Emissões ilegais criam um problema com a Holanda

Em Pernambuco, e nas outras províncias dominadas pelos holandeses, corriam as moedas dos Países Baixos. Mas, as remessas dos florins, soldos e xelins eram sempre insuficientes para atender aos compromissos do Alto Conselho, incumbido de gerir as finanças da Nova Holanda.

A permanente falta de recursos levou o Conselho a uma atitude extrema-cunhar moeda. E, para isso, usaram o ouro de um caixote vindo da Guiné e que deveria ser remetido à Holanda. Com esse ouro fizeram duas emissões de moedas de XII, VI e III florins, a primeira em 1645 e a outra no ano seguinte.

A apropriação e uso que se fez do ouro, causou indignação ao governo holandês que ameaçou suprimir o porto de Recife da escala dos navios procedentes da Guiné.

Essas moedas, chamadas *obsidionais*, foram as primeiras cunhadas no Brasil e são muito raras. A forma quadrangular e a pouca espessura faz com que se destaquem das demais. Na face principal, gravado em destaque, o monograma das Índias Ocidentais, encimado pelo valor. Um círculo de pontos envolve a inscrição. No reverso, em três linhas, ANNO/BRASIL/1645. (ou 1646) notando-se igual círculo de pontos. É a primeira vez que o nome do Brasil aparece gravado num disco monetário.

Baixelas dos Conselheiros salvam as finanças do governo

As crises financeiras continuavam no Recife onde, oito anos depois, é feita outra emissão.

No dia da capitulação dos holandeses e entrega da cidade aos vitoriosos, reunido o Alto Conselho, revelou o tesoureiro estarem vazios os cofres. À vista disso, e sendo urgente a liquidação dos débitos, ficou resolvida a cunhagem de moedas de prata, oferecendo para isso, dois membros do Conselho, suas baixelas.

Os *soldos* de prata são moedas de necessidade ou emergência. Assemelhando-se, quanto ao aspecto, às de ouro, são entretanto unifaces, isto é, têm o tipo gravado apenas num lado, o monograma das Índias Ocidentais, encimado pelo valor e tendo abaixo a data.

Andanças da Casa da Moeda

Já completávamos quase dois séculos de existência e ainda não tínhamos uma moeda própria. Apesar de todas as dificuldades decorrentes da imensidão do litoral a povoar, dos problemas com invasores franceses, ingleses e outros, com índios e

negros africanos, cujo tráfico se fazia regularmente, a colônia prosperava.

A conquista territorial firmava-se em decorrência de uma expansão demográfica registrada em níveis sempre crescentes, resultando a formação de uma sociedade de consumo que exigia padrões de vida semelhante a de outros povos. Nos recursos financeiros estavam o apoio e a garantia dessa mesma sociedade.

Uma análise do meio circulante nos permite aferir sua instabilidade e constatar as unidades heterogêneas que serviam, em todo o território brasileiro, como padrão monetário. Além das moedas portuguesas e espanholas, permutava-se o *pau-brasil*, o *açúcar* e, no Maranhão, onde o dinheiro ainda não havia chegado, o *açúcar*, o *fumo*, o *algodão* e o *cacau* eram produtos-moeda.

Essa situação prejudicava a tal ponto a vida da colônia que os administradores, os negociantes, o povo e os representantes das mais importantes classes — clero e nobreza — clamavam ao soberano português, D. Pedro II, a cunhagem de moeda especialmente para o Brasil.

As primeiras moedas brasileiras

Em 1694, na Bahia, então capital do Estado do Brasil, foi fundada a primeira Casa da Moeda que, devidamente aparelhada, começou a cunhar no ano seguinte.

Dois metais foram amoedados de 1695 a 1698. O *ouro* nos valores 4.000, 2.000 e 1.000 réis, conhecidos por *moeda*, *meia moeda* e *quarto de moeda* ou *quartinho*. A *prata* que, consagrando o uso da pataca, conservou essa designação, sendo cunhados os valores 640, 320, 160 réis correspondendo a *duas patacas*, *pataca* e *meia pataca*, e outros menores, 80, 40 e 20 réis, respectivamente, *4 vinténs*, *2 vinténs* e *vintém*.

No anverso das espécies de ouro e prata o tipo predominante é o escudo português coroado. A legenda, abreviada, refere-se ao soberano — PETRUS. II. DG. PORTUG. REX. — *Pedro II pela graça de Deus Rei de Portugal*, nos valores de ouro continua no reverso — ET. BRASILIAE. DOMINUS, ANNO. 1695 — *E Senhor do Brasil*, envolvendo a cruz de S. Jorge.¹ No reverso das moedas de prata destaca-se a esfera armilar sobre a cruz de Cristo, lembrando os valorosos portugueses com seu instrumento de navegação e a cruz estampada nas velas de suas embarcações. Entre os braços da cruz a inscrição SUBQ. SIGN. NATA STAB. — *Sob este sinal nasceu e permanecerá*.

1. A data varia conforme o ano da emissão.

Estes foram os tipos padrões adotados para as moedas provinciais alterando-se nos discos monetários apenas o nome do soberano, a medida que eles vão se sucedendo no trono português.

A partir de D. João V começa a ser cunhado também o cobre.

A Carta Régia que criou a nossa primeira Casa da Moeda, determinou que a ela fossem levados os dinheiros em circulação em todo o Estado do Brasil, para serem transformados nas novas espécies. Visava, o governo, com essa medida, dar uniformidade ao meio circulante colonial. Porém, não foi bem recebida. Rio e S. Paulo não se aventuravam a enviar seu numerário, com receio dos riscos que infestavam os mares, onde os atos de pirataria e apresamento de navios eram constantes. Pernambuco também não concordou.

Diante dessa resistência os representantes do povo deram conhecimento do fato ao Rei D. Pedro II, sugerindo, na oportunidade, que a Casa da Moeda, terminado seu labor na Bahia, fosse transferida para o Rio de Janeiro, o que ocorreu em fins de 1698.

Em 1699 já se encontravam instalados no Rio os engenhos de cunhar que em março desse ano e no seguinte lavrou os mesmos metais e valores da Bahia. Em fins de 1700, instalada em Recife, começava a transformar em provincial a moeda ali corrente, gravando-lhe no reverso um P, inicial de Pernambuco.

A descoberta de ouro, em diversas regiões de Minas, desvia o eixo da política colonial. Em consequência o Rio de Janeiro, dada a sua proximidade com as regiões mineiras, passa a ser o centro de maior importância, o que faz com que a Casa da Moeda seja transferida, em caráter definitivo, para o Rio, em 1703.

A oficina monetária, aqui instalada, tinha novo objetivo, transformar o ouro das Gerais em dobrões e escudos para Portugal.

Começava a fase áurea do Brasil e D. João V, rei desde 1706, manda reabrir a Casa da Bahia e cria outra em Minas Gerais, todas três transformando o precioso metal, que aflorava em diversos pontos do Brasil, em moedas do sistema nacional português.

Brasil troca o seu ouro pelo cobre português

Enquanto Portugal recebia moedas de ouro muito bem cunhadas, que podiam figurar ao lado dos mais belos exemplares europeus, o Brasil se ressentia com a falta de numerário.

Nessa fase começa a circular no Brasil, como dinheiro, o ouro sob diversas formas: em pó, grãos, palhetas, pepitas e até mesmo em barras. As Casas de Fundição, instaladas em pontos

estratégicos, para melhor controle do ouro, recebiam o metal que ali era levado, transformando-o em barras marcadas com o cunho das armas reais, trazendo as indicações de peso, toque do ouro, local de fundição e data. Essas barras eram acompanhadas de uma guia que registrava todas as suas características e são peças de grande valor numismático.

É evidente que a circulação do ouro no Brasil não se processava de maneira a estabelecer o nosso equilíbrio financeiro. Pelo contrário. O descuido da cunhagem da moeda provincial e as tributações que Portugal taxava em relação ao metal nobre deixavam a colônia em *deficit* de numerário, especialmente de moedas divisionárias que servissem às pequenas transações.

Em Lisboa a partir de 1715 são cunhadas moedas de cobre de XX e X réis para o Brasil e, em 1729 a Casa da Bahia amoe-dava os mesmos valores em cobre, completando assim a série provincial, que começou com o ouro e a prata.¹

Ocorre, entretanto, que as moedas vindas de Lisboa e as semelhantes cunhadas na Bahia, com a letra monetária B, eram insuficientes, não chegando a sair das províncias a beira-mar.

Minas, que se desenvolvia rapidamente, concentrando uma população mais numerosa com a exploração das jazidas auríferas, era a que mais se ressentia. Para atender a situação tão delicada D. João V ordenou, à Casa da Moeda de Lisboa, a cunhagem de moedas de cobre especialmente para Minas, com o mesmo pêsso das provinciais, mas de duplo valor, para que não saíssem da região.

Essas moedas, datadas de 1722, traziam no cunho de reverso uma legenda que interpretava o pensamento real em relação à colônia — + AES + VSIBVS + APTIVS + AVRO + — *O cobre para o uso é superior ao ouro.* Foi a primeira emissão local ou regional feita para o Brasil.

Com o JOTA COROADO o troco do ouro em pó

No reinado de D. José I novo incentivo se nota em relação ao numerário. Recomeça-se a cunhagem provincial nos três metais e, para Minas Gerais, é feita uma emissão especial de prata com novos valores — 600, 300, 150 e 75 réis — cujo tipo, um J (inicial do nome do soberano) coroadado, qualificou a série.

Essas moedas eram destinadas ao troco das frações do ouro não quintado, à razão de 1\$200 a oitava. Foram cunhadas nas casas do Rio e Bahia, uma vez que a oficina monetária de Minas já há muito estava extinta. Mesmo depois de D. José permane-

1. Anteriormente, a Carta Régia de 10 de fevereiro de 1704, mandava circular no Brasil moedas de cobre dos valores de XX e X réis, cunhadas na Casa da Moeda do Porto de 1693-1699, destinadas à Angola.

ceram em circulação recebendo, em 1809, um pequeno carimbo, chamado de *escudo* ou *escudete*, que lhes alterou o valor.

Da pataca ao patacão

Após a chegada da Côrte portuguesa, D. João Regente promoveu algumas alterações no meio circulante. São introduzidos dois novos valores, na prata o 960 réis ou três patacas ou simplesmente *patacão* e, no cobre, o LXXX réis ou quatro vinténs.

O valor 960 réis, a princípio, se concretizou em pequeno carimbo aplicado sobre pesos espanhóis de Carlos III, Carlos IV e Fernando VII, adquiridos para esse fim. Depois, pelo processo do recunho, tomou a forma da moeda provincial, adotando seus tipos e legendas, submúltiplo que era da *pataca*. Raros são os 960 réis em disco próprio.

A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves foi assinalada na numismática brasileira por uma emissão especial, com a data de 1816. A *peça* de ouro ou 6.400 réis trazia o retrato do Príncipe Regente e, no reverso, o escudo português oval, ornamentado. Os demais valores de ouro, prata e cobre conservam os tipos da moeda colonial.

Como Rei, D. João VI não alterou o sistema monetário brasileiro, mas modificou o aspecto das moedas, substituindo ou acrescentando novos elementos aos tipos, sendo emitidas com o seu nome e o título de Rei de Portugal, Brasil e Algarves até o ano da nossa independência.

A PEÇA DA COROAÇÃO, a vedeta da numismática brasileira

O perfil de D. Pedro I identifica o cunho mais raro da numismática brasileira — a *peça da coroação*.

Cunhada para o ato solene da Sagração e Coroação do nosso primeiro Imperador, cujo retrato é obra do gravador Zeferino Ferrez, essa moeda, por muitos considerada comemorativa, por vários motivos não agradou ao jovem soberano. Seu busto desnudo à semelhança dos imperadores romanos, a ausência, na legenda, das palavras **CONSTITUCIONAL** e **DEFENSOR PERPÉTUO**, títulos que lhe haviam sido conferidos e que, naquele momento, eram de grande significação e a coroa real, encimando o escudo das armas, que no mesmo dia da coroação fora substituída pela coroa imperial, foram as causas que determinaram uma reduzida emissão de 64 exemplares. Tornou-se, por esse motivo, a vedeta da coleção brasileira, disputada pelos grandes colecionadores e museus numismáticos.

Em 1823 começam as emissões regulares do primeiro reinado. Nas moedas de ouro modifica-se o tipo aparecendo o busto fardado de D. Pedro e a legenda completa, conforme seu desejo.

As armas imperiais brasileiras, encimadas pela coroa imperial, marcam o reverso de todos os valores nos três metais. Os exemplares de prata e cobre, envez da efígie do imperador, têm no anverso o valor, dentro de uma grinalda de tulipas.

D. Pedro II, o criador do sistema monetário brasileiro

O período regencial não aparece nos discos monetários. Nesta fase conturbada da nossa história política, continua a cunhagem dos mesmos metais e valores amoedados após à Independência. Em 1832, a efígie de D. Pedro I é substituída pela cabeça infantil do futuro Imperador.

As moedas de ouro demonstram, através a evolução do retrato, o longo reinado de D. Pedro II.

A cabeça de menino, sobre peças de 6.400 réis e moedas de 4.000 réis, traz a assinatura do gravador Azevedo. Mas, nem toda a série tem o nome do gravador, o que confere elevado valor numismático aos exemplares assinados.

Após a maioridade, a cabeça infantil é substituída pelo busto juvenil fardado de almirante que, em 1849, dá lugar ao perfil amadurecido do Imperador que tem o busto coberto pelo manto de papo de tucano. De 1851, em diante, apenas a cabeça e a longa barba que caracterizaram as emissões até a proclamação da República.

O reinado de D. Pedro II, na história numismática, está dividido em três períodos que correspondem aos três sistemas monetários que vigoraram. O fato marcante ocorreu em 1833, quando foi criado o sistema monetário brasileiro, com novos padrões e a cunhagem centralizou-se numa só Casa da Moeda, a do Rio.

Unificado o padrão ouro, passou-se a cunhar os valores 10.000 réis e 20.000 réis e, na prata, a série das patacas é substituída pela dos cruzados — 1.200, 800, 400, 200 e 100 réis.

Na vigência do 3º sistema monetário os valores da prata são alterados para — 2.000, 1.000, 500 e 200 réis, com quatro tipos diferentes.

O cobre, amoedado em 1831 e 1832 nos valores — 80, 40 e 20 réis, e nas Casas de Fundação de S. Paulo (1832), Goiás (1832-1833) e Cuiabá (1833), desaparece sendo substituído pelo bronze a partir de 1868, cunhado nas pequenas frações de 20 e 10 réis.

Um novo metal, o níquel, aparece pela primeira vez no meio circulante nacional, com os valores expressos — 200, 100 e 50 réis. Iniciada em 1871, a cunhagem do níquel vai até 1889, prosseguindo depois de proclamada a República com novos tipos e legendas.

A República e o Cruzeiro

Poucas alterações houve no sistema monetário após a proclamação, continuando a ser cunhados os mesmos metais, mudando-se apenas o aspecto externo da moeda.

O ouro foi amoedado até 1922 nos valores 20.000 e 10.000 réis, notando-se no anverso o busto da Liberdade com barrete frígio, na orla REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL e no exergo a data. Este anverso funciona com dois reversos diferentes. O valor maior apresenta a constelação do Cruzeiro do Sul, circundada por uma orla da mesma cor, com 21 estrelas de prata, (número dos Estados da Federação), encimada pelo lema * ORDEM E PROGRESSO * e na orla inferior 15 DE NOVEMBRO DE 1889. O valor menor tem as Armas completas da República, o mesmo lema na orla superior e, na inferior, o valor: 10.000 RÉIS.

A prata sofre gradativas alterações no título e peso, até ser substituída pela liga denominada bronze de alumínio.

Algumas séries comemorativas são cunhadas a partir de 1900:

- 4º Centenário do Descobrimento do Brasil
- 1º Centenário da Independência
- 4º Centenário da Fundação de São Vicente

E outras que lembram brasileiros ilustres:

— Duque de Caxias, Padre Anchieta, Regente Feijó, Marechal Floriano, Tobias Barreto, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, Carlos Gomes, Barão de Mauá, Almirante Tamandaré e outros.

Em 1942, concretizando um projeto que de muito vinha sendo estudado, instituiu o governo uma nova unidade monetária — o *cruzeiro* — correspondendo ao antigo *mil réis*.

Durante trinta anos de vigência do *cruzeiro* como nossa unidade monetária nenhum fato marcante ou especial foi registrado. Em 1972, Ano do Sesquicentenário da nossa independência, uma série comemorativa foi cunhada na Casa da Moeda do Brasil, em três valores e metais diferentes. Essas moedas têm representados, no anverso, os bustos conjugados de D. Pedro I e do Presidente Médici, sobre o símbolo do Sesquicentenário, à esquerda a palavra BRASIL, em posição vertical. No reverso o mapa do Brasil, com raios que partem de Brasília em várias direções, ligando o Distrito Federal a todo o território nacional, abaixo, em duas linhas, o valor e a palavra CRUZEIROS. Os tipos são os mesmos para todos os valores — 300 cruzeiros de ouro, 20 cruzeiros de prata e 1.000 cruzeiro de níquel.



Português-Ouro.
(Anverso)
36 mm



Português-Ouro.
(Reverso)



XII florins-Ouro.
18 mm



4.000 reis ou Moeda. Ouro.
27 mm



320 reis ou Pataca. Prata.
30 mm



160 reis ou 1/2 Pataca. Prata.
26 mm



640 reis ou 2 Patacas. Prata.
37 mm



Reverso das moedas de prata
da Série Provincial. Brasil.



600 reis. Prata. Série J
coroado.
35 mm



150 reis. Prata. Série J
coroado.
24 mm



960 reis ou 3 Patacas. Prata.
40 mm



6.400 reis. Ouro. "Peça da
Coroação".
32 mm



20.000 reis. Ouro. Última data da emissão de ouro no Brasil.
(ANVERSO) e (REVERSO).
30 mm

MILITARES ESCRITORES NO BRASIL VALORES EXPONENCIAIS

UMBERTO PEREGRINO

Em obra de pesquisa e de interpretação histórico-social, publicada na *Coleção Documentos Brasileiros*, da Livraria José Olympio Editora (1967), focalizamos a projeção cultural do Exército, através da formação brasileira. Ao longo desse estudo ter-se-á evidenciado, queremos crer, que madrugou e foi tão assídua e múltipla, quanto influente e fecundante, a presença das instituições culturais do Exército na vida do Rio de Janeiro e, verdadeiramente, na vida nacional, por força da liderança exercida, ontem e sempre, pela cidade de Estácio de Sá. Mas tudo, em última análise, produto da comunhão de interesses e de sentimentos das Forças Armadas com a vida brasileira. E daí, certamente, não terem faltado os nossos homens de pensamento, de todas as áreas, inclusive os ficcionistas, com as suas manifestações fixadoras.

Não se trata, como é óbvio, da chamada literatura de guerra, mas de um fenômeno literário de dimensões e expressão muito maiores. Com efeito, a sensibilização dos nossos escritores pelos fatos de natureza militar da nossa formação histórica, tem conduzido a criações que, pela importância, pelo vigor e até pelo estilo, vieram a constituir-se em verdadeiros marcos da cultura brasileira.

Ao lado, porém, dessas criações exponenciais do pensamento brasileiro, calcadas em fatos de natureza militar ou criadas sob as inspirações da formação militar, haverá os autores militares cujas obras, por uma ou outra característica relevante, se projetam singularmente nas nossas letras.

Para um levantamento, acode-me em primeiro lugar, pelo critério cronológico, a curiosa, a sugestiva, a desconcertante figura do Gen. José Inácio de Abreu e Lima, em quem há a ascendência ilustre no seu pai, o padre Roma, a inteligência privilegiada que o fez professor, logo ao concluir o curso da Academia Real Militar, aos 17 anos, o idealismo libertador documentado no revo-

lucionário de 1817 e no combatente voluntário das campanhas de Bolívar, o polemista contudente por trás do qual estava o homem impetuoso e passional.

Do ponto de vista cultural, a importância do Gen. Abreu e Lima decorre de duas iniciativas pioneiras, pois foi autor do primeiro livro brasileiro sobre socialismo (1855) e do primeiro "Compêndio da História do Brasil", publicado entre nós. Esse "compêndio" lhe valeu, aliás, um incidente que ficou famoso, motivado pelo desfavorável "juízo" emitido por Varnhagem. De qualquer sorte, é indubitável o valor do "Compêndio" como obra precursora, primeira tentativa coordenadora, esforço de sistematização dos acontecimentos históricos, fixação de um critério para grupá-los.

Assinala-se, por outro lado, que o "Compêndio de História do Brasil" teve carreira vitoriosa perante o público. Ao ser lançado em 1843 fizeram-se duas edições em dois volumes, com notas, documentos e estampas, outra resumida, em um só tomo. Pois bem, esta edição popular foi reproduzida ainda em 1882, "continuada até os nossos dias", como informavam os editores.

De categoria completamente diversa é Joaquim Gomes de Souza, o genial Souzinha do Maranhão, de quem disse Euclides da Cunha que era "a nossa mais completa cerebração do século". Jurista, médico, poeta e sobretudo matemático, o que dele se conta é realmente assombroso, a começar pelo espetacular episódio com que se revela, aquele de quando cursava o 1º ano de Escola Militar, em 1848, e requereu exame vago do restante do curso. Dir-se-ia coisa de louco, mas concedida a licença, Gomes de Souza conquistou, num só lance, o grau de Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 1855 já era em Paris, perante a Academia de Ciências, que causava sensação ao apresentar três memórias, uma das quais, sobre o cálculo infinitesimal, oferecia páginas que, no parecer de Euclides da Cunha, "ainda hoje sobranceiam toda a matemática". Ainda na Europa, nessa época, escreveu espantosa obra cujo conteúdo se denuncia no próprio título: "Dezessete Literaturas, de Dezessete Estados Diferentes da Europa em Dezessete Línguas Diferentes".

Assim foi Souzinha, como era chamado, o genial matemático brasileiro que cursou a Escola Militar e dela se tornou professor aos 19 anos.

Dionísio Cerqueira, esse homem múltiplo, pois além de militar foi geógrafo, engenheiro, diplomata, político, Ministro de Estado, produziu as famosas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, nascidas de notas compostas para a revista *Anais*, que se editou no Rio de Janeiro, sob a direção do escritor Domingos Olímpio. Foi somente a muita insistência de amigos e admiradores

que se dispôs a coordená-las, ampliá-las e dar-lhes unidade para convertê-las em livro. Tanto tempo, entretanto, consumiu nessa relutância que não chegou a ver o volume impresso. Revia as provas quando morreu, em 15 de fevereiro de 1910, em Paris, onde se encontrava como chefe de uma Missão Militar Brasileira de Estudos na Europa. O livro já estava, porém, quase pronto, de modo que foi lançado em meados do mesmo ano de 1910.

As *Reminiscências da Campanha do Paraguai* teceu-as Dionísio Cerqueira com sinceras confidências, sugestivas lembranças de pessoas, de coisas, de fatos, com observações e impressões pessoais, com o registro dos ditos, das opiniões, das anedotas, que circulavam nos acampamentos. O memorialista daqueles remotos e austeros tempos não impugnou nenhum material útil à compreensão da quadra que reconstituiu, e as suas "Reminiscências" são, dessa forma, o melhor manancial de documento humano da nossa maior campanha externa.

Do mesmo teor, na verdade, é *A Retirada da Laguna*. A única diferença será no sentido, que na narrativa de Taunay é o épico, como convinha àquela tragédia. Mas, à semelhança das "Reminiscências", o predominante em *A Retirada da Laguna* é o documento humano, aí tecido de dor, fome, desgraça, desespero, esperança, resignação. Quando acaso reponta o fato militar, a análise dos chefes, o balanço dos erros, esse desvio é mais aparente. Bem examinado, verificar-se-á que tudo isso é aduzido ou apreciado em função do humano — o drama, o sacrifício da coluna. Em vários livros posteriores Taunay prolongou o seu depoimento desse lance e de outros em que foi parte, na Guerra do Paraguai. Depoimentos de certo muito valiosos do ponto de vista dos episódios históricos, mas, sobretudo, e nisto insuperáveis, depoimentos emotivos.

Assim, as "Reminiscências" se inferiorizam, seguramente, à comparação com *A Retirada da Laguna*, na intensidade emotiva, mas superam-na, francamente, no interesse geral. E nada mais compreensível. Esta fixa um breve e isolado episódio. Grandioso, épico, mas tão somente um episódio. Aquelas, as "Reminiscências", retratam a intimidade da vida de um estirado período de luta, num amplo cenário. Numa somente há lugar para o drama, que é esmagador; nas "Reminiscências" há lugar para tudo... Estão presentes as almas sob as suas paixões, estão presentes os costumes, os sentimentos que nos guiaram: estão presentes o pitoresco e o trágico, a verdade e o erro, o grande e o mesquinho, a vida e a morte.

A nossa maior campanha externa responde ainda por uma das culminâncias da historiografia nacional, a obra clássica de autoria do Gen. Tasso Fragoso. Na verdade, será difícil, senão impossível, exceder a *História da Guerra entre a Tríplice Aliança*

e o *Paraguai* na profusão documental, na reconstituição episódica, na crítica técnico-profissional, na fixação do jogo político ligado à campanha que estudou o mesmo na sondagem de certas relações geográfica, econômica e social.

Lembrado também deve ser, pela importância da sua contribuição de geógrafo e etnógrafo, o Gen. Couto de Magalhães (1837-1898), autor da *Viagem ao Araguaia* e de *O Selvagem*, além de ter sido, no campo prático, o criador da navegação no Araguaia, para onde transportou, por terra, em carros-de-bois, vindos de Mato Grosso, dois navios.

Mas o nome de Couto Magalhães sugere logo o do sertanista máximo, o nosso Rondon, cuja obra se conta por 2268 quilômetros de linhas telegráficas, 25 estações e para mais de 23 mil exemplares de Botânica, Zoologia, Etnografia, Minerologia, ora recolhidos ao Museu Nacional. Esse prodigioso impulso de desbravamento e ocupação do nosso "hinterland" teve origem, convém recordar, nos trabalhos encetados por outro grande militar, o então Major Gomes Carneiro, que viria a sucumbir heroicamente, comandando a defesa da Lapa contra as forças de Gumercindo Saraiva. Rondon, que era auxiliar de Gomes Carneiro, substituiu-o a partir de 1892, quando já haviam sido construídos 500 quilômetros de linhas telegráficas ligando Cuiabá ao Araguaia. Daí por diante é Rondon quem vai atuar, para realizar a obra "científica e social" que, na abalorada opinião do mestre Roquete Pinto, "não pode ser assaz admirada". E, caracterizando-a: "Em cinco anos de trabalho ele conquistou, pacificamente, alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo".

"Abriu à ciência campo enorme de verificações e descobertas: à indústria, todas as riquezas de florestas seculares. Soube coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, que os Parecis chamam língua de Mariano, em homenagem a seu grande amigo, entre pontos extremos da sua pátria que ligou por uma gigantesca estrada de rodagem".

"E mostrou à humanidade irmãos primitivos, que mais uma vez lhe recordaram a modéstia da sua origem".

Não haverá, portanto, entre os brasileiros de todos os tempos quem represente mais do que o Mal. Rondon para a cultura nacional, quem tenha criado mais rico acervo de elementos decisivos para o exato conhecimento do Brasil, quem melhor o tenha servido, algum dia, ao mesmo tempo pela inteligência, pelo denodo e pelo sacrifício.

E assim, chegando aos nossos dias, cumpre referir algumas expressões da intelectualidade militar mais próxima de nós e mesmo em plena atenção. São, por exemplo: o Gen. Inácio José

Veríssimo, anotador do *Diário* de André Rebouças, o biógrafo de Rosas, que interpretou como personalidade e como fenômeno político; o Gen. Mário Travassos, cujo livro *Projeção Continental do Brasil* impôs nova concepção do destino do Brasil em face da Geografia; o Gen. Lima Figueiredo, falecido prematuramente, deixando numerosos estudos de geografia em que colocou preciosas contribuições pessoais recolhidas ao longo do roteiro do sertanista que também foi integrado, aliás, na "Comissão Rondon"; o Gen. Jaguaribe de Matos, outro colaborador de Rondon e, nessa qualidade, autor da *Carta de Mato Grosso*, e também de aprofundados estudos sobre o aproveitamento das nossas vias fluviais; o Gen. Bertoldo Klinger, que depôs sobre significativa fase da vida do Exército, através das suas *Narrativas Autobiográficas*, mas cuja expressão cultural é dada, principalmente e imprevisivelmente, pelo sistema ortográfico que criou e por cuja implantação manteve luta indomável durante cerca de 16 anos, sem pausa, enfrentando, bravamente, ora a indiferença, ora o ridículo; a verdade é que, se o Gen. Klinger não conseguiu vencer a batalha "osbriana", também ninguém conseguiu derrotá-lo, tornando-se invencível guerrilheiro da *Ortografia Simplificada Brasileira*; o Cel. J. B. de Magalhães responde por substanciosos estudos históricos, voltados, quase sempre, para a participação das Forças Armadas na formação nacional; Cavalcanti Proença alcançou posição das mais prestigiosas no cenário literário nacional, graças aos seus estudos críticos, entre outros os laureados ensaios interpretativos da poesia de Augusto dos Anjos e do *Macunaima* de Mário Andrade. Entre os já desaparecidos está ainda o Marechal Leitão de Carvalho. Este se colocou eminentemente, tanto na vida profissional, como no plano intelectual. Foi dos melhores generais que o nosso exército teve em todos os tempos, incluindo-se naquele grupo de oficiais que estagiaram no exército do Kaiser e de lá trouxeram as grandes reformas que marcaram a modernização da nossa organização militar. A obra intelectual do Marechal Leitão de Carvalho reflete, por isso mesmo, essa formação e tem como expressão maior as *Memórias*, de leitura obrigatória para o conhecimento da história do Exército e de alguns lances decisivos da nossa história política.

Dos valores vivos e atuantes há de ser lembrado, em primeiro lugar, o Gen. Golbery do Couto e Silva, erudito que impressionou e mereceu o definitivo respeito da crítica logo ao aparecimento dos seus primeiros livros, *Planejamento Estratégico* um, *Aspectos Geopolíticos do Brasil* outro, ambos poderosos e desbravadores estudos; outro o Cel. Francisco Ruas dos Santos, que se coloca entre os melhores pesquisadores da nossa história. Na *Coleção Bibliográfica Militar* (edição da Biblioteca do Exér-

cito 1960) fixou os resultados de uma das suas pesquisas, completo levantamento bibliográfico nas revistas militares brasileiras. A importância desse trabalho não foi ainda devidamente apreciada, mas o nome do Cel. Ruas como pesquisador já está consagrado.

Em quem, todavia, o Exército tem, no presente, a sua expressão intelectual mais alta, é no Gen. Aurélio de Lyra Tavares. Com ele e graças a ele a Academia Brasileira de Letras pode retornar a linha, há tanto tempo abandonada, de ter nos seus quadros um expoente da cultura militar. A verdade é que a Acadêmia, acolhendo o General Lyra Tavares, incorporou um escritor autêntico, cuja obra, altamente idônea, se distribui pela história, pela geografia, pelos estudos sociais e políticos. *Quatro Anos na Alameda Ocupada, Território Nacional — Soberania e Domínio do Estado, Política Nacional de Transporte, Segurança Nacional — Antagonismos e Vulnerabilidades, A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, são alguns dos seus livros.

E vale lembrar, finalmente, esse inteligentíssimo Otávio Costa (coronel). Projetou-se através de magistras artigos estampados semanalmente nas páginas do JB, para consagrar-se à frente da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Desde o Governo Médici veio dele uma orientação avançada e lúcida, já vitoriosa, pois que foi através dela que se criou, na opinião pública, uma imagem tão simpaticamente humana do ex-Presidente Médici, identificando-o com o gosto brasileiro do futebol, com os sofrimentos dos nordestinos e com o engajamento otimista e agressivo no desenvolvimento nacional. Ao lado disso, atribui-se a Cel. Otávio Costa a beleza literária e o sabor poético do que se apresentavam impregnadas as falas presidenciais no período Médici.

Tudo, em última análise, resultado da formação intelectual daquele militar, o Cel. Otávio Costa, com o qual ora se reativa, tão expressivamente, a tradicional posição de prestígio cultural do Exército.

UM MONUMENTO À MEMÓRIA DE DOM PEDRO II

MARIA BERNARDETE FERNANDES GONÇALVES

Conservador do Museu Histórico Nacional

“Petrópolis a encantadora cidade dos jardins, a pérola das nossas montanhas, a filha do rei filósofo, poeta e cavalheiro, que, a poucos passos desta casa, contempla tranquilo de sua cadeira de bronze, o rolar de nossa decadência...”¹

O uso da Humanidade de perpetuar, através de um monumento, seus heróis e seus feitos notáveis, muitas vezes não consegue transmitir à posteridade o seu verdadeiro intuito. Entretanto isto não aconteceu na homenagem que o povo de Petrópolis se propôs, erigindo, num espírito de justiça e gratidão local, uma estátua em memória de seu fundador, um dos mais ilustres brasileiros, o Magnânimo Imperador Dom Pedro II.

Sendo a primeira iniciativa nacional este monumento originou o mais belo movimento de reparação e reconhecimento a um homem, modelo escrupuloso de tolerância e bondade, um estadista que nos legou a mais nobre lição de amor à pátria, honradez, e humildade.

Dom Pedro II amava verdadeiramente esta cidade serrana, onde durante o longo período de seu reinado encontrou por diversas vezes, a paz, a tranquilidade que sua índole de filósofo, cientista e literato tanto ansiava. Em seus atos deixou sempre patente o carinho que dedicava à cidade e ao seu povo, este mesmo sentimento lhe tributava a população petropolitana que num gesto de respeito, admiração e saudade aderiu espontaneamente à idéia de eternizar, em uma de suas praças, a imagem deste governante.

A Campanha, de caráter absolutamente particular, teve início a 18 de dezembro de 1904 através da Ata redigida na Casa Olive à Av. Quinze de Novembro nº 116, assinada pelos Srs.:

1. Rui Barbosa, em discurso proferido na Cruz Vermelha de Petrópolis, 1917.

Cap. Gustavo Caheins, Cap. Henrique F. G. Viard, Cap. José Lopes Castro, Cap. João Napoleão Olive e Dr. Ernesto Paixão, pela qual se comprometiam a promover festivais, conferências, teatros e concertos a fim de angariar donativos para a realização do projeto.

Embora obtivesse a simpatia da Imprensa, das Associações e a adesão popular a Comissão, então chamada "Comissão Executiva do Monumento à Memória de Dom Pedro II", composta pelos Srs: João Werneck, Cap. Gustavo Caheins, João Guilherme Pinto de Souza e Cap. João Napoleão Olive, somente conseguiu a 5 de dezembro de 1908, assentar a pedra fundamental na então praça Dom Pedro de Alcântara.

Esta praça data de 1845 portanto da época da fundação da colônia, aparecia na primeira planta da cidade feita por Koeler com o nome de Dom Pedro II mas a 5 de dezembro de 1889 passou a chamar-se Dom Pedro de Alcântara e somente em 1920 retoma o seu antigo nome.

Com a devida permissão da Municipalidade que prestigiou a cerimônia com o comparecimento de membros da Câmara, de nomes ilustres e do povo em geral, a Comissão depositou sob a lápide de mármore, uma urna de zinco contendo jornais do dia, cartões e coleção de moedas. Mas foram precisos mais dois anos e uma nova Comissão eleita a 25 de janeiro de 1909, presidida pelo Conde Affonso Celso assessorado pelos Srs: Dr. Alcebíades Peçanha, Cap. Henrique Viard, Cap. Gustavo Caheins, João Guilherme Pinto de Souza e Major João Napoleão Olive que tomaram a seu cargo a realização de mais alguns festivais e arrecadações públicas para que fossem ultimados os recursos para a conclusão da obra. Graças à perseverança, à dedicação destes homens e ao empenho dos ricos e dos menos favorecidos habitantes de Petrópolis que, imbuídos do mais alto significado moral, colocaram à parte suas convicções políticas unindo-se neste objetivo único e assim conseguiram a quantia necessária para encomendar o Bronze.

Alcançada esta primeira etapa, passou a Comissão a estudar vários projetos, Artistas brasileiros como o paulista A. Zani, o professor Rodolfo Bernardelli foram consultados, bem como o célebre escultor francês Charpentier, mas a maquete vencedora foi a do jovem artista francês, 1º Prêmio de Roma, Jean Magrou.

Através do Sr. Eugênio Ferraz de Abreu foram acertados os detalhes para a execução da estátua cuja fundição começou em agosto de 1910, no atelier do escultor, no Boulevard Val de Grace nº 6, Paris.

Magrou esmerou-se empregando o máximo em técnica e perfeição de detalhes, contando para isto com a simpatia da própria Princesa Isabel que além de lhe fornecer diversas fotogra-

fias do Imperador, consentiu em posar algumas vezes, pois segundo a opinião do artista, sua semelhança fisionômica com a de seu pai era extraordinária.

O pedestal em granito, planta do arquiteto parisiense Félix Debat, seguindo as especificações do escultor, foi rigorosamente executado pelo construtor Heitor Levy, estabelecido à rua da Carioca no Rio de Janeiro. Foi previsto para o conjunto artístico um orçamento de 25\$000 contos de réis.

Era plano inicial da Comissão inaugurar o Monumento a 2 ou 5 de dezembro, datas de grande importância biográfica pois marcam respectivamente o nascimento e o óbito de Dom Pedro II, mas uma série de imprevistos impediram esta realização. A estátua pesando 1.800 quilos foi despachada a 16 de novembro de Paris para o porto de Havre. Devido a uma greve só a 7 de dezembro foi ela embarcada no vapor JUNIN com destino ao Rio de Janeiro. As providências alfandegárias ficaram a cargo do despachante Arthur Ivens da Silva que requereu isenção de taxas por se tratar de obra de arte. Lamentavelmente apesar dos esforços do Dr. Pedro Teixeira Soares, Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda, este Ministério não se pronunciou a respeito e o bronze do Soberano ficou retido no Armazém Fiscal por mais de um mês, no fim do qual foi concedido o pedido mas cobrada a importância de 540\$800 réis pela armazenagem.

A esta altura muitas críticas começaram a surgir contra a tão nobre Comissão que entretanto não media energias para solucionar os contratemplos e ver realizado o seu grande sonho. Oportuna se fez nesta ocasião a oferta da Leopoldina Railway Company Limited de transportar gratuitamente a estátua da Praia Formosa para Petrópolis e assim a solenidade de inauguração oficial pode ser fixada para 5 de fevereiro de 1911.

Expedidos os convites às mais altas autoridades, ao Corpo Diplomático, às diversas Agremiações, à Imprensa e ao povo de Petrópolis, tratou então a Comissão de organizar com esmero o cerimonial para que o ato fosse revestido da maior pompa. Contou para isto com a colaboração do 52º Batalhão de Caçadores do Exército, da Banda Municipal e da Câmara que além de embandeirar todo o local, armou ao redor do monumento, dois tablados para os convidados. A ornamentação foi entregue à Flora Del Bosco que usou cravos de Petrópolis artisticamente distribuídos pelo floricultor Oster Wohlt e, para completar, o sol se fez presente emprestando maior brilhantismo a este domingo festivo.

Com a praça literalmente tomada pelo povo, às 15 hs. teve início a solenidade de inauguração. Na presença do Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, de seus Ministros e Secretários, das inúmeras autoridades civis e militares, o Conde

Affonso Celso, num breve discurso de engrandecimento à personalidade do Imperador, entregou o monumento à Municipalidade de Petrópolis, representada por seu presidente Coronel João Werneck que, em agradecimento, enalteceu uma vez mais a iniciativa, dizendo-se possuído do mesmo sentimento de orgulho da Comissão e da leal e sincera aspiração popular de imortalizar a imagem de Dom Pedro II.

Ao som do Hino Nacional, o Marechal Hermes da Fonseca dando prova de absoluta isenção de preconceito partidário, desatou o pano verde e amarelo que cobria a estátua, surgindo diante de todos, imponente, o vulto do ex-Chefe de Estado.

De impressionante beleza e simplicidade esta obra, de inegável valor artístico expressou com exatidão a intenção que a determinou. Discreta, sem proporções grandiosas, sem alegorias, ela apreendeu e conservou para a posteridade a atitude de serena meditação, a mais característica do velho Imperador.

Sentado numa cadeira, com as pernas cruzadas, rosto de olhar distante e pensativo apoiado numa das mãos, enquanto a outra, repousada no braço da cadeira, segura um livro entreaberto. Assim foi representada a figura de Dom Pedro II, num misto de distinção, nobreza e austeridade.

Portanto, foi muito válida a manifestação de contentamento do povo ao ver concretizado no bronze, o retrato fiel que seus corações guardavam da memória do Imperador.

Como um documento vivo e indelével deste acontecimento, foi cunhada uma Medalha Comemorativa que contém em detalhes a glória deste gesto patriótico, social e artístico.

Cunhada em Paris, no Boulevard Malesherbes, esta medalha é de autoria do medalhista húngaro Tony Antoine Szirma²

2. Segundo um levantamento feito por Artur Lamas junto a Medalhística Portuguesa, são de autoria deste medalhista as seguintes peças:

Representação Portuguesa na Exposição Universal do Paris — 1903

Entrevista do rei D. Carlos com Eduardo VII — 1903

Visita do rei D. Afonso XIII da Espanha a Portugal — 1903

Representação Portuguesa no Congresso de Agricultura em Roma — 1905

Visita do rei D. Carlos a Madri — 1906

XV Congresso do Instituto de Medicina de Lisboa — 1906

Representação Portuguesa na 2.ª Conferência Internacional de Paz — 1907

Aclamação do rei D. Manuel II, — 1908

O estudioso Kurt Prober atribui a Szirmai as medalhas:

Homenagem à Rui Barbosa e Santos Lisboa-Conferência de Haia — 1907

50º Aniversário do Colégio Abílio — Bahia. Barão de Macahubas — 1908

Inauguração do Monumento a Ferreira Lage — Juiz de Fora, Minas Gerais — 1912

que se especializou em fabricar peças comemorativas de fatos ocorridos em países estrangeiros visando sua posterior venda aos colecionadores locais. Usando o cunho ou o processo da galvanoplastia, ele criou inúmeros exemplares relativos a Aclamações Reais, Inaugurações, Centenários, Conferências e Congressos Internacionais, sendo nítida, em muitos destes, a repetição de elementos e figuras embora sejam trabalhos distintos.

Apesar de ser fruto de pura especulação comercial, a medalha sobre a Inauguração do Monumento à Memória de Dom Pedro II constitui um importante marco histórico, dada à exatidão de informações que oferece.

Desta feliz composição de Szirmai, a Divisão de Numismática do Museu Histórico Nacional possui dois exemplares, um em prata e outro em bronze, medindo 60 mm de diâmetro e pesando 80 e 77 gramas respectivamente, tendo ambos contraste no bordo. Fazem parte também da coleção os cunhos em aço do anverso e reverso desta medalha, que passamos a descrever:

Anverso:

Na orla a legenda separada por pontos D. PEDRO.II.O. MAGNANIMO.IMPERADOR.DO.BRASIL.

No campo, o busto do Imperador Dom Pedro II, ligeiramente voltado para a esquerda. Acima do ombro direito a assinatura do gravador SZIRMAI.

No exergo, sobre folhas de louro, as datas, entre pontos 2. de.DEZEMBRO 1825/5.de.DEZEMBRO.1891.

Reverso:

No campo, coroado pela alegoria da Glória, a réplica do Monumento à Memória de Dom Pedro II. Sobre um pedestal, com a inscrição em três linhas DOM PEDRO II / 2 DEZEMBRO 1825 / 5 DEZEMBRO 1891, a figura do Imperador, sentado com a perna direita cruzada sobre a esquerda, braço esquerdo levantado a altura do rosto sustenta a cabeça levemente voltada para à direita, mão direita repousada sobre o braço da cadeira segura um livro entreaberto. Ladeando o tipo, a inscrição: Comissão Executiva do Monumento/Conde Affonso Celso — Presidente/Dr. Alcebiades Peçanha — vice-Presidente/Capitão Henrique Viard.

Capitão Gustavo Caheins/João Guilherme Pinto de Souza/
/Major João Napoleão Olive.

No exergo, sobre estrelas o topônimo PETRÓPOLIS e a data entre pontos.5 de fevereiro de 1911.



Anverso e reverso da medalha comemorativa da inauguração do monumento à memória de Dom Pedro II, pertencente a coleção do Museu Histórico Nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Medalhas Comemorativas — Major Zeno Zielinski — 1947 — Casa da Moeda — Rio de Janeiro.
- Catálogo de Medalhas da República — Kurt Prober — 1965 — Gráf. Portinho Cavalcante — Rio de Janeiro.
- Dom Pedro II em Petrópolis — Alcindo Sodrê — Anuário do Museu Imperial — 1940 — Ministério Educação e Cultura — Petrópolis.
- O Imperador no Exílio — Affonso Celso de Assis Figueiredo — Ed. Francisco — Rio de Janeiro.
- Medalhas Portuguesas — Artur Lamas — 1916 — Tip. Adolpho de Mendonça — Lisboa.
- Rui Barbosa e o Imperador — Lourenço Lacombe — Anuário Museu Imperial — 1949 — Ministério da Educação e Cultura — Petrópolis.

CAMINHOS DE SOFRIMENTO

AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO

Chefe da Seção de Sigilografia,
Condecorações e Filatelia do M.H.N.

Animou-nos escrever este trabalho os diversos instrumentos de suplicio, contenção e aviltamento para escravos, existentes no Museu Histórico Nacional e em vários outros no Brasil.

Os visitantes que ali vão, e não raros, além da natural curiosidade, demonstram claramente por meio de palavras, gestos, expressões faciais, etc., o horror e o espanto que sentem ao imaginarem ou ouvirem alguma explicação sobre o emprego e uso de tão nefastos objetos. Ficam talvez a imaginar o quanto sofriam os africanos reduzidos ao cativeiro qualquer que fosse sua idade, sexo, posição social, etc., quando homens livres vivendo nos mais diversos rincões do Continente africano.

Não sabe talvez, a grande maioria dos frequentadores de Museus, que o horror que imaginam, começava bem antes do negro chegar ao Brasil e por conseguinte aos locais onde desempenhariam as mais diversas funções e atividades, ocasião em que lhes aplicavam tais instrumentos. O uso dessas peças estava generalizado por todo o Brasil, entretanto muitos senhores de escravos, como é sabido, jamais fizeram uso desses objetos.

Seu sofrimento tinha início nas suas próprias aldeias e choupanas na África, quando eram aprisionados ou traídos para serem vendidos e transportados para os tumbeiros, (navios de transporte de escravos) que os trariam para a América.

Pretendemos pois neste rápido relato dar uma idéia generalizada talvez, das diversas etapas por que passava o negro desde sua captura até ser alforriado ou morrer como escravo nos duros trabalhos a que eram submetidos ou pelos crueis castigos que recebiam.

A Captura ou compra

Vários eram os processos: inicialmente, ou melhor, no início do comércio humano destinado à América, já que a escravização

negra é muito antiga, eram comprados por qualquer tipo de quinquilharias, como espelhos, contas de vidro colorido, campainhas, chocalhos, aguardente, panos coloridos, etc. Eram comprados de outros negros, régulos, chefes e de qualquer indivíduo, que em troca desses objetos vendiam seus pais, irmãos, mulheres, filhos, parentes, e, conforme o caso, seus súditos.

Usavam também o fumo, velhas roupas, fieiras de miçangas e até trapos, para atrair aqueles que poderiam oferecer-lhes a mercadoria ou peça.

Outras vezes os mercadores de escravos usavam o artifício da música que, tocada em frente as lojas das pequenas vilas já existentes no século XVI em alguns pontos da África negra ou em aldeamentos nativos, servia, para atrair famílias ou grupos inteiros, que aprisionados eram reduzidos ao cativoiro.

Mais tarde, além de continuarem usando os processos acima referidos, praticavam verdadeiras "razzias" através de diversos processos de pilhagem, tais como ataques de soldados ou de grupos armados. Isso quando não incentivavam lutas entre tribos para aprisionar os vencidos e sobreviventes.

Quando comprados, a operação comercial se efetivava através do escambo. "Trocavam-se negros por tecidos, macuta e biramas". Macuta era uma peça de roupa tecida de certa fibra indígena. A birama equivalia a uma peça de algodão grosseiro de cinco varas (5,50m). (Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil Colonial — Affonso Taunay).

O ferro era também usado na compra de uma "Peça das Índias", nome dado por Alvará de 12 de fevereiro de 1682 aos africanos escravizados por Portugal.

E ainda, por conchas univalves, chamadas de "zimpos" (*Olivancillaria Nona-Lamarck*), encontradas na costa africana e que serviam de moeda, devido ser a moeda metálica raríssima no litoral da África, principalmente no século XVII e parte do XVIII.

Vinda para os portos de embarque

Comprados ou aprisionados iniciava-se o martírio a que seriam submetidos até a morte, conforme o caso, ou seja, dependendo do tratamento que lhes ofereciam seus senhores.

De suas aldeias ou dos locais onde eram apanhados no interior da África, eram os negros acorrentados com pesadas correntes que os ligavam uns aos outros pelos pulsos ou tornozelos e com "gargalheiras" de ferro no pescoço e conduzidos para os portos de embarque no litoral.

Vinham amarrados uns aos outros, homens, mulheres e crianças. As vezes no lugar das "gargalheiras" colocavam seus apressores uma canga de madeira, que tinha feitio variado. "Uma

canga única com buracos para o pescoço ou uma outra espécie, que tinha uma forquilha numa extremidade, que prendia o pescoço de um negro e terminava na outra em ponta que repousava sobre a espádua do escravo que vinha atrás, assim por diante." (Castigos de Escravos — Arthur Ramos — Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — XLVII — 1938).

Vinham a pé ou por via fluvial, deitados no fundo de uma canoa e também amarrados pelos pés e mãos, uns aos outros, por meio de tiras de couro retorcido.

Além do incômodo e do sofrimento de viajarem dessas maneiras, eram constantemente açoitados para não esmorecerem.

A morte por suicídio, fome e sede, pela falta de resistência e até por assassinato consentido entre eles, ceifava o grupo transportado, e os esqueletos insepultos, um grande número as vezes, indicavam as rotas percorridas até aos locais onde lhes esperavam os transportes para as terras americanas.

Nessas viagens pouco tempo lhes sobrava para alimentarem-se ou mesmo para cumprirem suas necessidades fisiológicas.

Terrível e trágico o da coluna, passo a passo seguindo para o cativo, sem as mínimas possibilidades de fuga. Choro, gritos, lamentações, ecoavam como um hino de tristeza e dor.

Nos locais de embarque

Enfim após a penosa viagem chegavam ao litoral onde deveriam aguardar os navios para onde eram transportados, afim de realizarem outra viagem, mais cruciante ainda.

Nesses pontos da costa eram colocados em alojamentos (barracões), amontoados, homens, mulheres e crianças. Estes alojamentos eram construídos de bambus e palha, onde permaneciam algum tempo, não só para esperarem os navios como também para se recuperarem da fadiga ou de doenças adquiridas, devido ao desgaste físico que sofriam na marcha, até chegarem ali. Recebiam na ocasião uma esteira e eram alimentados, inclusive com óleo de côco para restaurar as forças perdidas.

Muitos sucumbiam nesses barracões, de fome, sede, doenças e principalmente por ferimentos ulcerados ou gangrenados, abertos pelas correntes, tiras de couro ou pelo chicote, durante a marcha. O suicídio também ocorria entre os mais desesperados.

Nestes alojamentos eram ainda inspecionados em todas as partes do corpo, pois qualquer ferimento, doença ou defeito físico, diminuía o valor da "mercadoria" na hora da venda aos comandantes dos navios ou às Companhias escravagistas.

Testemunhas da época deixaram impressionantes relatos desses locais. São unânimes em seus comentários quanto ao sofrimen-

to que esses infelizes passavam, do odor insuportável exalado desses compartimentos, provocados pelas feridas e pelos excrementos amontoados dentro do recinto, já sufocado pela quantidade excessiva dos indivíduos ali jogados.

Antes de embarcarem para os navios, eram marcados com ferro em brasa, contendo uma marca ou as iniciais das Companhias de escravo. Eram marcados no braço, no estomago, na face ou nas espáduas.



“Ferros para marcar escravos” — Acervo do Museu Histórico Nacional.

Da praia até os navios, eram transportados em canoas ou em jangadas das mais diversas proporções, acomodados de qualquer maneira e amarrados uns aos outros.

Os que conseguiam se libertar dos grilhões ou amarras, suicidavam-se jogando-se ao mar.

O transporte nos tumbeiros

Outra etapa do caminho de martírios que eram obrigados a cumprir, a viagem nos tumbeiros se constituíam na pior das que já haviam realizado.

Nas embarcações que faziam o nefasto transporte de carga humana, os escravos eram colocados sempre em excesso. A lotação dos tumbeiros variava de 300 a 1.000 africanos. Para melhor aproveitamento de espaço, eram amarrados dois a dois, por meio de algemas e grilhetas colocadas nos pulsos e nos tornozelos de cada um.

Dentro dos navios, os homens eram empilhados no fundo do porão; as mulheres eram depositadas na segunda coberta, sendo que as grávidas eram colocadas na câmara da popa. Às crianças (exceto as de colo) ficava reservada a primeira coberta.

Como nos depósitos dos portos do litoral, as necessidades fisiológicas eram feitas no estreito lugar em que ficavam. O calor abafado e a terrível fedentina que exalava, praticamente tornava

insuportável a permanência nesses lugares. E note-se que as viagens duravam geralmente de trinta a trinta e cinco dias, e conforme o vento até mais tempo.

Eram transportados despídos e acorrentados, conservando apenas uma tanga.

Diariamente tinham licença para passar 1 hora no tombadilho para respirar ar puro. Eram então obrigados a dançar, bater palmas, gritar ou cantar, insuflados geralmente pelo chicote que os dilaceravam. Essa horrível cena era realizada, sempre que possível, para exercitá-los, afim de evitar maior número de mortes que ocorriam com elevados índices devido as epidemias de escorbuto, febre amarela, lepra, tifo e desinteria, que causavam grandes baixas e por conseguinte enormes prejuízos ao comércio escravagista.

Quando no tombadilho, ficavam sempre bem vigiados, pois quando um marinheiro se descuidava um ou outro negro se atirava ao mar normalmente infestado de tubarões que seguiam os navios durante dias, atraídos pelos despejos normais ou pelas carcaças dos que morriam e eram jogados ao mar.

Os porões e os compartimentos onde eram colocados, ficavam fechados com enormes ferrolhos, grades de ferro xadrezadas e espessas. Nestes recintos se sucediam os suicídios sempre que possível, as vezes de maneira cruel como o de virar a língua contra a epiglote provocando a morte por asfixia.

Alimentavam-se parcamente com arroz, inhame, milho e feijão. Forneciam-lhes também aguardente para reanimá-los.

Nos navios iam grande quantidade de limões e de alvaiade usados contra a verminose, além de vários remédios.

Os castigos em caso de rebeldia eram terríveis. Citam os cronistas da época casos de mutilações, decapitação e de despedaçamento. Cortavam-lhes em certos casos o corpo com tesoura e escariavam-lhes em várias parte. E pior ainda, obrigavam aos outros a provar da carne do companheiro morto.

Os tumbeiros, quando perseguidos pelos ingleses, jogavam toda carga ao mar para desfazer qualquer prova que os implicassem na justiça inglesa.

O sofrimento psicológico era também terrível. Em certas épocas, navegavam tensos, devido a crença que tinham de que seriam trucidados para, com seus ossos carbonizados, fazerem pólvora.

Assim, viajavam, com o sofrimento lhes acompanhando, ceifando vidas, provocando mortes e mutilações, suicídio e agonia.

O desembarque e a venda

Logo após a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil, antes mesmo da criação do Governo Geral em

1548, chegaram os primeiros escravos negros. Supõe-se que os primeiros negros desembarcaram na Bahia, trazidos por Jorge Lopes Bixorda, um dos arrendatários do comércio do pau-brasil, em 1538, o qual foi possivelmente o primeiro a estabelecer o tráfico entre a África e o Brasil.

Já em 1549, logo após a chegada de Tomé de Souza, D. João III recomendava a introdução de escravos africanos no Brasil, por um Alvará de 29 de março de 1549, pelo qual cada Senhor de Engenho, estabelecido e capaz de funcionar mediante o favor da redução dos direitos, teriam o direito a uma cota de 120 escravos africanos anualmente.

Com o progresso da cultura canavieira e, por conseguinte, do aumento cada vez maior da necessidade de braços para a lavoura, a importação de escravos africanos cresceu vertiginosamente.

Os holandeses quando no Nordeste brasileiro importaram também grande número de escravos para atender as exigências de suas plantações de cana.

Portanto no segundo século de colonização no Brasil, acredita-se já ser de grandes proporções o número de escravos negros espalhados pelas áreas canavieiras de todo leste e nordeste brasileiro, bem como pelas diversas vilas e cidades do litoral.

A proteção jesuítica aos nossos índios, impedindo os colonos de escravizá-los, incentivou de certo modo a importação de "Peças das Índias". O Padre Antonio Vieira, por exemplo, recomendava a importação de negros, quando defendia os índios da escravidão.

Com o ciclo do ouro os escravos eram em grande parte enviados às minas. A procura era tanta para as regiões de mineração, que o preço do escravo foi elevado de 50 para 200 mil réis aproximadamente.

Devido a isso o Rio de Janeiro no século XVIII foi o grande entreposto de escravos pela proximidade das zonas de mineração. A atividade mineira ainda estabeleceu o comércio de escravos entre diversas circunscrições do Brasil.

Acreditamos ser impossível calcular com exatidão o número total de escravos desembarcados no Brasil nos quase 3 séculos e meio de tráfico constante entre a costa da África e os nossos principais portos, dado principalmente às entradas clandestinas ou mesmo a insuficiência de documentos que registrem essas importações.

Os mercados ou entrepostos de escravos no Brasil se distribuíram principalmente pelo Rio de Janeiro (Pedra do Sol e Valongo), pela Bahia (Água de Meninos, Mandragoa e Unhão) e no Recife (nos largos fronteiriços aos fortes).

Os escravos logo após desembarcarem eram novamente marcados com ferro em brasa pelos mercadores nas espáduas ou em outras partes do corpo. Essas marcas gravadas a fogo nos escravos serviam ou funcionavam como sinais de posse e eram geralmente constituídas pelas iniciais do comerciante ou por algum símbolo próprio das Companhias que se dedicavam ao comércio humano.

Desembarcados eram colocados nos armazéns de venda, que eram interiormente uma reprodução dos africanos.

Em interessante gravura, Debret retrata o interior de um desses armazéns no Rio de Janeiro, o que nos permite avaliar mais uma etapa desses caminhos de sofrimento por que passava o escravo africano.

Mas o caminho ainda não estava concluído, vinha agora a venda para os que lhes iriam usufruir durante o resto de suas vidas.



Mercado de escravos no Rio de Janeiro
— Gravura inglesa publicada no livro
"Sketches of Portuguese Life" — 1821.

No Rio de Janeiro, como já foi dito, o grande mercado de escravos estava na rua da Praia do Valongo, manipulado principalmente por ciganos. Mas havia também mercadores ambulantes que corriam as cidades e lugarejos do interior, levando atrelados uns aos outros a carga de tão monstruoso comércio.

Como verificamos na gravura citada de Debret e pelos relatos de época, os escravos homens, nesses armazéns, usavam apenas um pequeno pedaço de pano azul em torno da cintura, passado entre as pernas e amarrado atrás, as mulheres recebiam retalho maior enrolado como saio, e as vezes outro menor para cobrir os seios.

Para a venda eram colocados diante das portas de seus mercados em grande número para facilitar a escolha.

O comprador para escolher uma "peça", fazia-lhe uma minuciosa inspeção como se estivesse escolhendo um animal. Examinava-se a robustez, a dentadura e toda a superfície do corpo.

Do mercado, logo depois de comprados, seguiam para as casas, fazendas, minas ou para qualquer outro lugar levados por seus definitivos donos, onde passariam à exercer as mais diversas atividades. Eram então separados de seus parentes, filhos, esposas, maridos e irmãos, para talvez nunca torná-los a ver.

Não raras vezes podiam ser revendidos para outrem, pois não passavam de mercadorias comerciáveis, variando o valor, pela idade, força física ou conhecimento de qualquer ofício.

O fim do caminho

São unânimes os tratadistas do assunto acharem que os portugueses eram os que melhor tratavam os escravos, haja visto as descrições do tratamento dispensado aos escravos por holandeses, ingleses e franceses. Esses chegaram a ter um "Código Negro".

No Brasil não tivemos um "Código Negro». As leis portuguesas permitiam ao escravo o direito à instrução religiosa, a guarda dos domingos, o casamento religioso, o direito de comprar sua própria libertação, a liberdade à mãe de dez filhos, o recurso ao juiz no caso de castigos injustos, etc....

Os negros no Brasil podiam reunir-se em sociedade, onde tinham reis e vassallos, e constituírem irmandades religiosas (S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário).

Koster, visitante inglês no início do século XIX, afirma em suas impressões sobre o Brasil, que "a vida dos escravos no Brasil é muito menos dura, muito menos intolerável que a de outros infelizes que arrastam a mais triste das sinas sob o jugo de outras nações e o modo pelo qual são tratados é infinitamente mais suave que o observado nas colônias britânicas."

Maria Graham deixou importantes impressões sobre o tratamento de escravos em fazendas que visitou. Exemplo a do escravo beijar a mão do dono dizendo — sua benção meu padre ou — Louvados sejam Jesus, Maria, José. E o dono respondia — Deus te abençoe ou — para sempre.

Por Carta Régia de 17 de março de 1693, os escravos logo que chegavam recebiam os sacramentos. Por outra Carta Régia de 23 de janeiro de 1694, recomendava o monarca que fossem to-

madras providências para que o sepultamento do escravo se fizesse com decência. Em 18 de janeiro de 1695 outra Carta Régia estabelecia por contrato que o sepultamento de escravos deveria ser feito pela Santa Casa de Misericórdia.

No Brasil trabalhavam de oito da manhã às 20 horas na maioria dos casos com 2 horas de jantar das 12 às 14 horas. O almoço era feito antes das 8 horas.

No trabalho eram fiscalizados pelo feitor, homem livre branco ou mulato, ou por outro escravo da confiança do senhor. Os negros livres também podiam possuir escravos e as vezes tomavam parte no tráfico.

As vezes cumpriam tarefas noturnas suplementares de trabalho, usado por alguns senhores de escravo, a que chamavam de quingungo.

O naturalista Martius deixou-nos a seguinte observação sobre as condições de vida do escravo no Brasil. "As condições sociais desses escravos não são absolutamente tão tristes, como se pensa na Europa. Não sofrem falta de alimentos, vestem-se tanto quanto exige o clima e, raramente, são sobrecarregados de trabalho"....

Em algumas regiões, entretanto, os escravos recebiam somente farinha, mas podiam cultivar milho, vegetais para seu uso e recebiam também pólvora e chumbo para caçar. Podiam também ganhar algum dinheiro fazendo e vendendo cestos de palha e outros pequenos artesanatos, bem como vendendo peles de animais que caçavam. Possuiam as vezes animais domésticos para uso próprio e lhes eram respeitados os domingos, dias santos e a liberdade de rezarem juntos.

Podiam ainda ser libertados por seus donos através de "Cartas de Alforria" e à custa do seu esforço podiam também comprar a liberdade própria e a de outros. Havia ainda a "alforria na pia" mediante uma espórtula de 5\$000 a 50\$000, pois no Brasil eram batizados. Era costume por outro lado a alforria por testamento. A emancipação autônoma portanto não era proibida ou regulada por lei como nos Estados Unidos por exemplo.

Quando um escravo era escolhido para feitor, prontamente recebia a alforria para melhor exercer suas funções. Mas quando cometiam qualquer delito, crime ou simplesmente não trabalhavam a contento, eram-lhes aplicados severos castigos e para tal usavam seus algozes os mais diversos e requintados instrumentos de suplicio, contenção ou aviltamento.

Os mineradores segundo A. E. Taunay foram os mais desalmados possuidores de escravos. Nas regiões das minas viviam

os escravos em miseráveis alojamentos, onde passavam a noite em completa promiscuidade.

Não raras vezes os feitores à revelia dos senhores aplicavam terríveis castigos aos infelizes escravos.

Quando conseguiam fugir tinham a seu encalço os não menos ferozes "Capitães do Mato" ou "Capitães do Campo", que os caçavam e traziam amarrados ou acorrentados para seus donos à guiza de algum prêmio em dinheiro ou por qualquer outra vantagem. A captura entretanto era feita também por forças policiais ou militares deslocadas para esse serviço.

Por fim aqui citaremos exemplos dos terríveis instrumentos de tortura que lhes aplicavam, senhores ou feitores, para castigá-los mais ainda, pondo fim muitas vezes a esses caminhos de sofrimento.

Instrumentos de Contenção

TRONCO — Consistia num grande pedaço de madeira retangular, aberto em duas metades, com buracos maiores para o pescoço e menores para os punhos e para os tornozelos do escravo. Para colocar-se o negro no tronco, abriam-se as duas partes e se colocava nos orifícios o pescoço, os tornozelos ou os punhos. Eram então fechados por meio de um cadeado ou fechadura colocados numa das extremidades.

Foi utilizado em quase toda a América escravocrata. Sua principal finalidade era a de contenção, não deixando entretanto de ser também um instrumento de suplício, haja visto a posição de imobilidade por que ficava dias o escravo.

VIRAMUNDO — Era uma variedade do tronco de madeira, para fins idênticos, feito de ferro.

Com a finalidade de contenção, prendia os tornozelos ou pulsos dos escravos. Abre-se em três partes que se fecham por meio de parafuso ou chave.

ALGEMAS, MACHOS E PEIAS — Eram também instrumentos de contenção. Prendiam os pulsos ou tornozelos dos escravos. Existiam de vários feitios e tamanhos. A peia era quase sempre usada numa só perna, colocada ao nível do tornozelo. O seu peso e proporções dificultavam o andar do escravo e impediam que ele corresse.

GARGALHEIRA, GORILHA OU GOLILHA — Eram instrumentos de contenção com as mais diversas finalidades. Consis-

tiam em argolas articuladas de ferro, usadas no pescoço e ligadas a outras colocadas noutros escravos por meio de correntes. Serviam para o transporte coletivo de escravos atrelados ou para trabalhos em conjunto.

CINTO DE FERRO — Outro instrumento de contenção. Constituía-se num largo cinto de ferro com uma alça. Quando colocado na cintura do escravo, servia para prendê-lo através de correntes em estacas ou no próprio pelourinho.

Instrumentos de suplicio

ANJINHOS — Eram instrumentos de suplicio feitos de ferro. Prendiam-se os dedos ou extremidades do corpo do escravo por meio de duas pinças, as quais se comprimiam gradualmente por intermédio de uma pequena manivela que movia um parafuso ligado às duas pontas em forma de pinças.

PALMATÓRIAS — Castigo de "bolos", feita de madeira, composta de uma parte circular presa a um cabo. Aplicava-se tal castigo nas palmas das mãos. Foi usado também como método pedagógico, no passado.



"Anjinho" — Acervo do Museu Histórico Nacional.



"Tronco" — Acervo do Museu Histórico Nacional.



"Viramundo" — Acervo do Museu Histórico Nacional.

BACALHAU — Era um chicote de pequeno cabo de couro ou de madeira, a que se seguia um pedaço de couro retorcido terminado em cinco pontas livres. Seu emprego variava de intensi-

dade conforme a falta cometida. Após sua aplicação e dependendo da intensidade, as costas dos escravos ficavam totalmente lanhadas e em carne viva. Era então jogado sobre as feridas sal ou pimenta pilada; a esse suplício dava-se o nome de "salgadura".

Nas cidades a pena do açoite era aplicado em praça pública, nos pelourinhos, ou no recinto das prisões.

Instrumentos de Aviltamento

LIBAMBO — Constituído de uma argola de ferro (gargalheira) articulada, de onde sai uma haste longa também de ferro, dirigida para cima, ultrapassando o nível da cabeça do escravo. Na extremidade da haste era colocado um chocalho ou pequeno sino, podendo em vez disso ter uma trifurcação de pontas retorcidas de ferro. Era empregado em escravos presos após terem fugido.

MASCARA DE FERRO — Ou mordança, usada em escravos que furtavam ou que comiam terra. Por meio de orifícios a vítima podia respirar sem entretanto poder comer ou beber. Teve grande emprego nas zonas de mineração, nos escravos que engoliam pepitas de ouro ou pequenas pedras preciosas.



"Libambo" — Acervo do Museu Histórico Nacional.



"Máscara de ferro" — Acervo do Museu Histórico Nacional.

PLACA DE FERRO — Também de aviltamento. Pequena placa de ferro, contendo inscrição como "Escravo fujão", presa a uma gorilha e pendida sobre o peito. Servia para indicar escravo ladrão ou fujão.

FERROS PARA MARCAR ESCRAVO — Usado como carimbo ou marca de posse. O escravo era marcado no peito, no braço ou nos ombros com ferro em brasa. Podia se constituir por um sinal ou letras, dependendo do proprietário ou mercador.



“Bridão” — Acervo do
Museu Histórico
Nacional.

BRIDÃO — Outro instrumento de aviltamento que também pode-se considerar de suplicio. Consistia de pequena lâmina de ferro ligada pelas extremidades a duas pequenas correntes. A lâmina era colocada dentro da boca do escravo afim de prender-lhe a língua e as correntes prendiam-se pelas pontas na nuca. Usado a fim de torturá-lo ou para impedi-lo de comer terra ou esconder engolindo algum pequeno objeto de valor.

E ainda além de todas essas atrocidades, usavam-se as vezes, mutilações físicas ou a própria condenação à morte.

A morte dessas ou de outras formas era sempre o final do caminho de sofrimentos, da prisão ou captura na África às terras Americanas, até que outro final passou a existir através da Lei Aurea, assinada pela Redentora.

SÃO SEBASTIÃO — A PRIMEIRA

AUGUSTO MAURÍCIO

Do Instituto Histórico e Geográfico
da Guanabara

Até o ano 1872, quando foi inaugurada a Escola S. Sebastião, na Praça Onze de Junho, os colégios da municipalidade, de ensino gratuito, ditos escolas públicas, funcionavam em prédios alugados a particulares, quase sempre sem as necessárias e imprescindíveis condições de conforto e comodidade para os alunos. Assim, a escola acima referida foi o primeiro estabelecimento de ensino entregue ao público, como propriedade da então capital do país.

A idéia nasceu de um fato que deve ser mais uma vez relatado, jamais esquecido, dada a sua importância, e que põe em evidência a bondade, a compreensão, o intuito patriótico marcado de S. M. o Imperador D. Pedro II, ocorrido precisamente no dia 19 de março de 1870. Dezoito dias antes, isto é a 1 de março daquele ano, terminara a guerra do Paraguai contra o Brasil, a Argentina e Uruguai. Foram seis anos de lutas incessantes que trouxeram às nações nela envolvidas, momentos de incertezas, de luto, de dor, pela perda de seus entes caros. No dia 29 de abril chegava ao Rio de Janeiro o Conde d'Eu (Luís Felipe Maria Gastão Ferdinando de Orleans) esposo da Princesa D. Isabel Cristina, herdeira do trono. À recepção do Comandante-em-Chefe das Forças Brasileiras compareceram os Imperadores, os Príncipes, membros da nobreza, além de muito povo, para apresentar à S. Alteza o testemunho do seu apreço e sua admiração.

Mas, como dizíamos: em regozijo pelo final da guerra, pelo interesse demonstrado pelo monarca, pelo desprendimento e coragem provados em face do perigo a que muita vez se expôs frente ao inimigo, resolveu o povo do Rio de Janeiro homenageá-lo com a ereção de uma estátua, que seria fundida com o bronze dos canhões tomados aos soldados de Francisco Solano López, conforme fora publicado no Jornal do Comércio daquela data — 19 de março. D. Pedro II, ao invés de orgulhar-se pela homenagem espontânea com

que seus súditos pretendiam honrá-lo, dirigiu-se, no mesmo dia em carta ao Ministro dos Negócios do Império, Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza), a cuja pasta estava afeto o assunto, agradecendo a lembrança, mas abrindo mão do prêmio. O documento de S. M. Imperial é do seguinte teor:

Sr. Paulino:

Leio no Diário que se pretende fazer uma subscrição para elevar-me uma estátua. O Sr. conhece bem os meus sentimentos, e desejo que declare, quanto antes, à comissão, de que fala o mesmo Diário, que se querem perpetuar a lembrança do quanto confiei no patriotismo dos Brasileiros para o desagravo completo da honra nacional e prestígio do nome brasileiro, por modo que não me contrarie na minha satisfação de servir a minha Pátria unicamente pelo cumprimento de um dever de coração, muito estimaria eu que só empregassem seus esforços na aquisição do dinheiro preciso, para a construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias, e o melhoramento do material de outros estabelecimentos de instrução pública. O Senhor e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação pública, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz firmada sobre o conceito da dignidade dos Brasileiros, começar por um grande ato de iniciativa deles a bem da educação pública.

Agradecendo a idéia que tiveram de estátua, estou certo de que não serei forçado a recusá-la. — D. Pedro II. — 19 de março de 1870.

O belo gesto de D. Pedro II, a sua sincera modestia, a visão larga do que era mais importante no momento, penetraram fundo no entendimento da gente carioca, de todos os níveis sociais e culturais. Era uma demonstração viva do quanto se interessava o monarca pela instrução dos seus patricios. Toda a gente se manifestou sobre o assunto, toda a imprensa aplaudiu, exultante, a régia resolução. Os intelectuais, inclusive, não ficaram silenciosos, e através de conferências e publicações escritas, expandiram sua alegria. A propósito, aqui transcrevemos a estrofe de um poema intitulado *Gratias agamus*, de autoria de Rozendo Moniz, relativamente ao fato:

*Quando ao findar-se a luta, o povo agradecido
Quiz numa estátua dar-lhe o prêmio merecido,
"Votai-me — disse o Rei —
Monumento maior, fecundo monumento:*

*Em cada escola aberta a meu contento
Um pedestal terei".*

A sugestão do Imperador foi devidamente estudada, e logo aceita e aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal, em reunião verificada no dia 4 de abril, ficando determinado, nessa ocasião, que a primeira escola seria construída "na Praça Onze de Junho¹, no terreno limitado pelas ruas do Sabão e Euzébio de Queiroz e Canal da Cidade Nova". E que, "por edital se faça público que recebe para a edificação das escolas municipais, em outras paróquias, os donativos com que os municipes quizerem concorrer para a realização pronta de tão fecundo quanto patriótico pensamento do primeiro representante da Nação".

Imediatamente foi dado início ao resolvido pela Câmara, baseado no plano do Diretor de Obras Municipais, Dr. José Antônio da Fonseca Lessa. E aqui transcrevemos o discurso pronunciado pelo Sr. Antônio Ferreira Viana, Presidente da Câmara Municipal da Corte, na ocasião do lançamento da pedra fundamental da construção da escola pelo próprio Imperador, no dia 7 de setembro de 1870, cerimônia realizada com a maior solenidade, a ela comparecendo, além da família imperial, o Ministro do Império, o Ministro dos Estrangeiros (José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco) e muito povo, e mais as bandas de música dos Colégios S. Pedro de Alcântara, das Duas Coroas, e do Instituto de Cegos, que entoaram juntos o Hino Brasileiro. Aqui vai o discurso:

Senhor:

A Câmara Municipal da Corte, compreendendo o vosso elevado pensamento, exatado na carta de 19 de março, que Vossa Majestade Imperial se dignou dirigir ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, julgou que era seu dever realizá-lo, e animada pela patriótica coadjuvação do nobre ministro que tem hoje a especial honra de assistir, acompanhada por cidadãos de todas as classes, a consagração de uma grande e generosa

1. A Praça Onze de Junho teve esta denominação em homenagem à data da batalha travada em Riachuelo, durante a guerra com o Paraguai, no dia 11 de junho de 1865. Fora, anteriormente, Rocio Pequeno. As ruas do Sabão e Euzébio de Queiroz, nos trechos referidos, passaram a ser Visconde de Itaúna e Senador Euzébio. A escola dava fundos para o Canal do Mangue, e frente para o jardim da praça, um lindo local, com árvores frondosas, um coreto onde, em alguns domingos e feriados havia banda de música para divertir a população da vizinhança, e no centro, um chafariz — obra de Grandjean de Montigny. Este chafariz encontra-se, atualmente no jardim do Alto da Boa Vista (Praça Afonso Vizeu).

idéia de progresso e civilização. São os primeiros raios da aurora que vão aclarar uma longa noite! Terminada gloriosamente a dura e prolongada guerra contra o ditador do Paraguai, a instrução popular é a bandeira das generosas e viris agitações da paz, fecunda recompensa do heroísmo de nossas valentes legiões e do patriotismo dos cidadãos. Santa cruzada de que V. Majestade Imperial é o iniciador, e a Ilustríssima Câmara Municipal o primeiro soldado. Por falta de escolas em um país como o nosso, tão vasto e de população dissiminada, a ignorância tem sido, antes, uma fatal desgraça do que culposa incúria. "O ignorante — como disse um belo escritor, é um vivente, não um homem; entrevê-se apenas ao espelho da própria alma, como o viajante pode, ao atravessar um rio, entrever sua figura refletida nas águas". A escola forma a alma, a família, o coração. Não será possível fundar a liberdade, nem assegurar a ordem, enquanto, néscio, o povo facilmente se deixa seduzir por falsas promessas, e se presta, em boa fé, a servir de instrumento de ambiciosos. A ignorância é a fonte mais abundante dos vícios e dos crimes que estragam as forças físicas e degradam a alma. A instrução eleva o homem e forma o cidadão. Como poderá ter consciência de seus direitos, quem não conhece seus deveres?!...

E o discurso prossegue em tom de considerações diversas a respeito da educação social, da formação política e humana das gerações.

A Escola S. Sebastião foi, assim, criada por proposta de 4 de abril de 1870, assinada pelo Presidente da Câmara, Dr. Antônio Ferreira Viana, e vereadores Dr. Antônio José Gonçalves Fontes, Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, Dr. Manuel Joaquim Fernandes Eiras, Dr. Joaquim Antônio de Araújo Silva, Manuel Dias da Cruz e E. Xavier da Veiga. O estabelecimento tomou o título de S. Sebastião *em louvor do padroeiro da cidade*, e a sua construção foi confiada a Pedro Bosisio, custando aos cofres públicos a quantia de Rs. 118.000\$000 (cento e dezoito contos de réis). Começou a funcionar em 4 de agosto de 1872, e a escolha do seu primeiro diretor recaiu no Professor Cândido Mateus de Faria Pardal. O nome da escola foi, depois da proclamação da República, mudado para o de Benjamin Constant — um dos baluartes do novo regime, pelo Decreto n. 51, de 23 de janeiro de 1897.

Contava a escola três grandes salas, quatro outras menores, podendo atender a 1.200 alunos.

Da Escola, nascida S. Sebastião, e que passou a ser Benjamin Constant, hoje só resta uma saudosa lembrança, um pensamento, todavia sempre carinhoso. Foi demolida em 1938, quando da abertura da Avenida Presidente Vargas.

* * *

O historiador Carlos Sarthou, em seu belo livro "Relíquias da Cidade do Rio de Janeiro", referindo-se à atitude sincera e humana de D. Pedro II, tem esta feliz expressão: — "*A carta do Imperador foi uma verdadeira clarinada. Despertou todo o mundo. Organizaram-se várias comissões afim de angariar donativos para a construção de escolas nos diversos bairros da cidade*".

No Campo de S. Cristóvão (então Campo D. Pedro I), no dia 21 de dezembro de 1870, era lançada pelo próprio Imperador D. Pedro II, a pedra fundamental para a construção da Escola S. Cristóvão, que, mais tarde, passou a denominar-se Escola Gonçalves Dias, em homenagem ao poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias, autor de famosos poemas, inclusive os denominados "Primeiros Cantos" e "Os Timbiras". Faleceu ele em novembro de 1864, quando o navio em que voltava da Europa, o "Ville de Boulogne", naufragou, já em águas brasileiras.

Da elevação do prédio para a escola, à custa dos negociantes locais, estava encarregada a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Um prédio amplo, arejado, claro, bem mobiliado, com capacidade para atender a cerca de 200 alunos. Na fachada há a inscrição:

— *O Imperador D. Pedro II, aos 21 de dezembro de 1870, colocou a primeira pedra deste edifício. — J. Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade, Ministro do Império.*

— O Campo de S. Cristóvão, depois de haver sido Campo de D. Pedro I, passou a ser Praça Marechal Deodoro (Dec. 1726, de 15 de junho de 1922), e voltou a ser Campo de S. Cristóvão, a partir de 16 de novembro de 1937.

* * *

A terceira escola, atendendo ao interesse demonstrado pelo Imperador, foi levantada por proposta em sessão da Câmara Municipal, em data de 21 de abril de 1871, e executada pelo construtor Pedro Bosísio. Teve a denominação de São José, e era situada no antigo Largo da Mãe do Bispo, em terreno cedido graciosa-

mente pelas freiras do Convento de N. S. da Ajuda, estabelecimento que ocupava todo o lado da atual Praça Floriano, isto é, desde a Rua dos Barbons (atualmente Evaristo da Veiga) até a Lagoa do Boqueirão (Rua do Passeio, hoje). O terreno compreendia 22 braças de frente por 18 de fundos, e havia a condição de manter na escola uma aula de religião católica.

A pedra inicial da construção da escola foi colocada em presença do Imperador, do Conde d'Eu, do Presidente da Câmara, Dr. Antônio Ferreira Viana, e vários vereadores, além de muitos convidados. Após a cerimônia, Ferreira Viana ofereceu ao Convento da Ajuda a colher e a bandeja, ambas de prata, que serviram ao ato. Aberta a escola em 10 de janeiro de 1875, apresentava ela, na fachada, em estilo gótico, 8 portas no primeiro piso, ao centro, e mais três outras de cada lado, também na frente. Acima, no andar superior, havia 4 janelas. Entre as duas portas aparecia um relógio, e mais alto, o símbolo da cidade do Rio de Janeiro. Na parede da frente do prédio, a inscrição carinhosa: *A INFANCIA, O POVO*.

A S. José funcionou no local que foi Largo da Mãe do Bispo, posteriormente Praça Ferreira Viana, e, atualmente Praça Floriano, até 1897, quando o prédio passou a ser a sede do Conselho Municipal (agora Assembléia Legislativa).

A antiga casa que serviu ao colégio e ao Conselho Municipal, foi demolida, e em seu lugar levantada a que ali está atualmente, cuja construção teve início em 1920, tendo terminado três anos após, seja em 1923. No ano 1933, no alto da escada principal, com frente para a porta de entrada, no vestíbulo, foi inaugurado um busto, em bronze, do Dr. Pedro Ernesto Batista, eminente médico pernambucano, que, na ocasião ocupava o cargo de Prefeito da cidade, e no qual se conservou desde 30 de setembro de 1931 até 3 de abril de 1935. Com a colocação ali do busto da então primeira figura da administração municipal, a sede da Assembléia passou a ser conhecida como Palácio Pedro Ernesto. Este título somente por Resolução Legislativa n. 688, de 1971, foi oficializado, atendendo a proposta do Deputado Francisco da Gama Lima Filho, conforme consta do Diário da Assembléia Legislativa, de 29 de novembro daquele ano (1971). O povo carioca, no seu perene bom-humor, seu espírito sempre voltado à pilhéria, logo apelidou o prédio de "Gaiola de Ouro"...

Foi planejador do edifício o engenheiro Heitor de Melo; internamente apresenta bela decoração de artistas famosos, inclusive Elizeu Visconti.

* * *

No velho Largo do Machado, que já foi Campo das Pitangueiras, Campo das Laranjeiras, Praça da Glória (Portaria de 19 de maio de 1843) mas que em 23 de setembro de 1869 passou a ser Praça Duque de Caxias, denominação que conservou até que se tornou, novamente, a ser Largo do Machado. Em 1933, porém, voltou a ser Praça Duque de Caxias, e afinal por Dec. 9875, de 25 de agosto de 1949, foi restabelecido o nome de Largo do Machado, quando, a estátua do Duque de Caxias foi transferida para um trecho da Praça da República, naquela data, e pousada sobre o Panteão do Exército, local que tomou o nome do Patrono do Exército Brasileiro.

Mas, como dizíamos, no velho Largo do Machado também existe uma escola, fundada como Escola Pública da Glória, e que, mais tarde tomou o título de José de Alencar. Foi construída pelo arquiteto Francisco Joaquim Betencourt da Silva, a custa da bolsa do povo. Tempos depois o nome passou a ser Escola Amaro Cavalcanti, após a construção levantada nos fundos, que aumentou, em muito a dimensão do prédio. Em 16 de março de 1932 o título foi ligeiramente alterado, obedecendo ao Dec. 3804, daquela data, sendo então denominada Escola de Comércio Amaro Cavalcanti. Novos nomes, porém deveria ter a escola municipal, no decorrer do tempo. Assim, pelo Dec. 10.566, de 6 de outubro de 1950, ficou sendo Escola de Educação Geral e Técnica Amaro Cavalcanti; em 16 de fevereiro de 1963, pelo Dec. 1552: Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, e atualmente, de acordo com o Dec. E. 6071, datado de 28 de fevereiro de 1973, isto é, dez anos após, é Centro Interescolar Amaro Cavalcanti.

O prédio é soberbo, de estilo renascentista, com portadas e molduras de pedra lavrada nas janelas, situado num belo local, com vista para a praça que lhe fica em frente, ajardinada e com grandes palmeiras reais. Conta cerca de 3.500 alunos, em vários cursos, em horários diversos.

Foi o colégio inaugurado no dia 9 de abril de 1875, tendo tomado parte na solenidade S. M. o Imperador e muitos membros da Corte, além de numeroso público. Na fachada do prédio, sobre as três portas que lhe dão acesso, vê-se gravado na pedra o oferecimento: *AO POVO O GOVERNO*. Na base da escada estão dois leões, em mármore branco (um de cada lado), com a assinautra: Pieroni e Cresta — Ajuda 33.

No interior da casa, no primeiro lance da escada que leva ao andar superior, encontra-se, virada para o vestibulo, uma grande placa de mármore verde, com letras em bronze, lembrando o feito:

*NO REINADO DE S. M. O IMPERADOR D. PEDRO II,
O MINISTRO D'ESTADO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO,
CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORRÊA D'OLIVEIRA
MANDOU FAZER ESTA OBRA — 1974.*

No saguão vê-se, também, uma belíssima estátua de mármore branco, obra de L. Pasquarelli, datada de 1876.

* * *

No ano 1877, no dia 14 de março, abriam-se as portas de um novo estabelecimento de ensino — Rua da Harmonia (atual Rua Pedro Ernesto), Dec. 8451, de 26 de Janeiro de 1946, no bairro da Gambôa, e cuja pedra angular havia sido plantada em 17 de fevereiro de 1871. Surgida a custa de donativos particulares, teve como planejador o mesmo engenheiro que levantou a escola do Largo do Machado — Francisco Joaquim Betencourt da Silva. Como aquela, sua fachada é de estilo renascentista, com as demais características, de belo e simpático aspecto.

Essa escola tomou o título de Santa Rita, trocado, mais tarde pelo de José Bonifácio, o grande paulista, patriarca da independência do Brasil em 1822. Acima da porta principal do colégio vê-se a inscrição: *AO POVO O GOVERNO.*

O estabelecimento conta, atualmente, cerca de 600 alunos, que ocupam 10 salas de aula, e possui um auditório para 140 assistentes, um pátio destinado a educação física, e uma biblioteca.

Não podemos deixar de mencionar duas belas figuras existentes no sopé da escada que leva ao sobrado: são dois grandes dragões, esculpidos em madeira, colocados junto aos primeiros degraus, sobre os quais pousa a referida escada.

Esta escola, atualmente Ginásio Estadual José Bonifácio, e a Amaro Cavalcanti, foram os dois edifícios construídos com os meios arrecadados, e que seriam destinados à estátua do Imperador, se ele houvesse concordado. Foram dádivas espontâneas, atendendo ao apelo do saudoso monarca.

* * *

A seguir, outros estabelecimentos de ensino foram surgindo, a expensas oficiais e com donativos do povo, que acoirria, feliz, pelo fato de poder ser amável e compreensivo para com o monarca. Entre eles estão: a Escola Luís Delfino, na Rua Marquês de S. Vicente, no bairro da Gávea; a atual Rivadávia Corrêa, na Praça da República, que durante muito tempo foi Escola Normal; o Asilo dos Meninos Desvalidos, atualmente Instituto João Alfredo, a existente na Rua da Matriz, em Botafogo, fun-

dada com o nome de Escola Basílio da Gama, e que hoje é Escola México.

Agora, em nossos dias, todas, ou quase todas as escolas públicas estão estabelecidas em prédios de propriedade do Estado.

Bendita seja, pois, a lembrança, o desprendimento, a inexistência de orgulho ou vaidade na personalidade de D. Pedro II!

* * *

Tendo falado linhas atrás em guerra do Paraguai e em estátua, vamos encerrar esta crônica com um assunto que lembra aqueles dias já longínquos. Queremos nos referir à rendição da vila de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, que havia sido ocupada pelas forças inimigas. Não se estendeu por muito tempo, todavia, a presença dos Paraguaiois naquela terra gaúcha. Logo as tropas aliadas, tendo à frente o Imperador D. Pedro II, do Brasil, o General Venancio Flores, do Uruguai, o General Bartolomeu Mitre, da Argentina, cercaram as forças de Francisco Solano López, comandadas pelo General Antônio de la Cruz Estigarribia, que se renderam, afinal, incondicionalmente, ao comando aliado, trazendo seis canhões e três bandeiras paraguaias, além de numerosos soldados. Estavam presentes ao ato, além do nosso Imperador e dos Generais aliados já citados, mais o Marechal Conde d'Eu, o Almirante Duque de Saxe — genros de D. Pedro II, o Marechal Marquês de Caxias², o Almirante Marquês de Tamandaré e o Barão de Itapagipe, General que era o Comandante da Força Brasileira, além de personagens ilustres do lado dos nossos aliados.

Das três bandeiras entregues em mãos do nosso Imperador, este, muito delicadamente, ofereceu uma ao General Flores, outra ao General Mitre, ficando com a terceira como trofeu do grande feito, que teve lugar no dia 18 de setembro de 1865.

Somente em novembro daquele ano chegava, de volta ao Rio de Janeiro, o Imperador D. Pedro II. Várias solenidades, tanto oficiais como populares, foram promovidas para receber festivamente o nosso monarca. Nessa ocasião, e para marcar o feito heróico de Uruguaiana, o escultor patricio Manuel Chaves Pinheiro imaginou e realizou, em gesso, um belo modelo para uma

2. O Marquês de Caxias (Luís Alves de Lima) teve o título de Duque em 23 de março de 1869, por serviços prestados durante a campanha do Paraguai, e quando, enfermo, tornou ao Rio. Foi o único brasileiro que obteve o título de Duque. O primeiro Duque foi o Príncipe Augusto de Leuchtenberg, de nacionalidade bávara, irmão de Dona Amélia Augusta, segunda Imperatriz do Brasil. Recebeu ele, de D. Pedro I, o título de Duque de Santa Cruz.

estátua, no qual fizera a figura do soberano em trajes gaúchos, montado num soberbo corcel. Essa estátua, que esteve exposta no Rio de Janeiro, em 1866, nunca foi fundida. Durante largo tempo a *maquette* se manteve depositada na Escola de Belas Artes, de onde foi transferida para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus. Mal cuidada, abandonada mesmo, em breve estava quase toda partida. Em 1922, porém, Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional, e seu diretor, mandou buscar a obra de Chaves Pinheiro e, após promover a sua restauração, fez colocá-la no referido Museu, na sala que lembra a guerra do Paraguai.



Fachada da Escola Benjamin Constant (antiga S. Sebastião), na velha Praça Onze de Junho, e que foi o primeiro estabelecimento de ensino municipal que funcionou em sede própria.

Para escrever esta crônica, valemo-nos de preciosos documentos existentes nos arquivos da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, do Museu Histórico Nacional, e de livros de Vieira Fazenda, Noronha Santos, Nelson Costa, Carlos Sarthou, Brasil Gérson, notáveis escritores, dedicados à história do Rio de Janeiro, e também colhidos no volume Ensino Popular no Distrito Federal, de Otacílio Augusto da Silva, editado em 1936, existente na Biblioteca Estadual.

PEDRO II E OS PARTIDOS POLÍTICOS

LAURYSTON GUERRA

A crise revolucionária que culminou com o gesto da abdicação, e só então efetivando em termos políticos a independência do Brasil — colocando-o às margens de uma possível transformação radical, a qual, em sua primeira etapa, foi tentada pelo Ato Adicional de 1834 propiciou também a genese das correntes políticas que, organizando-se em partidos, em 1837, conduziram até 1889, os destinos do Império.

Como bem analisa Américo Brasiliense: “feita a revolução de 7 de abril de 31 apareceram na arena do combate os partidos Restaurador, Republicano e Liberal... Dividiu-se logo este partido em Moderado e Exaltado, assinalando-se este por vistas mais democráticas e principalmente pela idéia da Monarquia federativa...”

Antes do próprio gesto do Ipiranga já é possível alinhar no Brasil algumas correntes de pensamento político cujo objetivo principal consistia na conquista da independência e logo em seguida na organização do Estado sob a égide das idéias filosófico-políticas da época. Assim sendo, podemos, exemplificando-as, anotar: nacionalistas, desde a Insurreição Pernambucana, que não alcançou a independência em virtude das condições especiais do colonialismo europeu da época, já no século seguinte os favoráveis em Minas e na Bahia, à independência e República; finalmente envoltos pelo pensamento liberal-burguês do início do século XIX, arrolamos liberais, constitucionais e republicanos democratas. Sem constituir, é bem verdade, partidos, comportavam-se como livres e atuantes grupos e pessoas como bem acentua Tarquínio de Souza, examinando a ausência dos partidos nos trabalhos da efêmera constituinte: “Não existindo organizações partidárias definidas, os seus trabalhos se processavam sem uma orientação mais firme, conforme o predomínio ocasional dos grupos formados à feição de tendências individuais ou doutrinárias.”

O movimento político em 1831 e a sua seqüência, tumultuada por quase dois lustres, permitiu que a consciência nacional brasi-

leira se ocupasse dos fatos da década anterior ou seja o grito do Ipiranga, a dissolução da Assembléia Constituinte e a derrota imposta à Confederação de Pernambuco 1824.

Realmente, considerando de uma ótica bem nacional, parece-nos fácil constatar a marginalização a que ficaram relegados todos aqueles que a algum tempo, desejavam conquistar a independência fora de um contexto europeu, principalmente o econômico, o que não foi possível, em virtude dos tratados assinados pela metrópole com a Inglaterra em 1810 e, completando a posição assumida por D. Pedro, que não só manteve o Brasil, por um lado preso a casa de Bragança e por outro, o mais forte, dependente da economia inglesa.

É evidente que o controverso governo do nosso primeiro imperador conduziu as correntes políticas a determinadas posições, das quais o período regencial será um perfeito retrato, na medida em que sentimos com nitidez que as correntes econômico-políticas procuram uma posição definida na dinâmica nacional.

O aparecimento em 1837 dos partidos Liberal e Conservador resultaram, realmente, da famosa declaração de Bernardo de Vasconcelos: "Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria o risco pelo poder corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. . . Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade?" Embora não se singularizassem programaticamente, vão se comportar durante o pálido segundo reinado com uma estudada tranquilidade, quebrada apenas em alguns momentos pela ala extremada dos liberais, como em 1848 com a Praeira, e em 1869, de maneira menos violenta, com o programa do novo partido Liberal. Embora um pouco mais viril em termos da batalha política, os liberais, mais flamantes, não possuíam uma posição definida no campo sócio-econômico, ao contrário, por exemplo dos conservadores eram egressos também do latifúndio e da escravidão. Assim sendo, somente quando terminada a guerra do Paraguai, e, quando liberais e republicanos, estes ainda engatinhando, vão conduzir, embora sem muito entusiasmo, sua campanha voltada para uma classe média, e só então a partir deste período começa a buscar e tentar desempenhar o seu papel. Ainda em tempo, no curso destas nossas considerações, devemos dizer que o período da *Conciliação* foi o mais retrógado

em termos da evolução ideológica dos partidos imperiais, na medida em que, praticamente, apagou da lide política o debate, a luta partidária, eliminando de todo a participação e reformulação das linhas programáticas de cada corrente.

Os partidos em geral inorgânicos viveram durante o segundo reinado sem perspectivas, ao sabor, principalmente a corrente conservadora, dos acontecimentos, ou então, aproveitando as oportunidades para aparecer, como foi o caso das leis abolicionistas de iniciativa liberal, concretizadas pelos conservadores. Nem se caracteriza a existência dos partidos que ornamentaram a vida do segundo reinado pela luta sem desfalecimento em defesa de certos postulados políticos a que se subordinassem, que marcassem a trajetória de cada um deles."

Situando-os assim na linha meramente do comportamento e condicionados a compromissos fortes com o latifúndio, a escravatura e a uma política de empréstimos constante e sempre contrária ao nosso processo de desenvolvimento, devemos agora situar cada um deles ante não apenas a figura do Estado Imperial, mas também da pessoa daquele que, exercendo o Poder Moderador, não encarou de fato, a nosso ver, as suas perspectivas.

O Poder Moderador, racionalizado pelo constitucionalista francês Benjamin Constant, é aquele destinado a não só estabelecer o equilíbrio entre os demais, mas, como na definição do próprio texto constitucional, "é a chave de toda a organização política". O Poder Moderador, entretanto, não encontrou no Brasil, logo à sua implantação, uma total concordância. Frei Caneca, a grande figura do liberalismo defendido no *Typhis Pernambucano* e principalmente na Confederação do Equador, assim, definiu: "O Poder Moderador de nova invenção maquiavélica, é a chave-mestra da opressão da Nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o Imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do Imperador."

Em recente conferência no Museu Histórico Nacional, ao ensejo do sesquicentenário da Carta de 1824, o mestre Affonso Arinos, considerando a dinâmica e o exercício do Poder Moderador, condiciona a sua validade às virtudes do seu detentor, achando até que com Pedro I ele foi duvidoso nos seus resultados, o que não ocorreu com Pedro II, dado ser um homem moderado e de grandes virtudes.

Como então situar D. Pedro II no quadro dinâmico da política de seu reinado? É o que pretendemos fazer, partindo do que acima adiantamos, não ter o Imperador, realmente procurado ape-

sar das suas moderações e virtudes, exercer um papel de líder, na medida em que, se o fizesse, não estaria contrariando nem as disposições constitucionais, quanto mais a própria política. Não queremos de forma alguma fazer uma afirmativa carente de base, pois outro não foi o pensamento de Joaquim Nabuco quando, já quase no ocaso do Império, condenou como sabemos o Imperador por este não exercer de fato o poder moderador voltado para o desenvolvimento econômico-político do Estado.

Corroborando com o ilustre abolicionista, acrescentamos que D. Pedro, sem lhe negar outra virtude, não compreendeu o seu papel político e assim não consolidou uma posição, mesmo na tônica do seu século, de agente do nosso processo de evolução. Pelo contrário, quedou-se numa cadeira de homem de letras, sem perceber que um Imperador no exercício do poder pessoal que lhe era inerente, deixou escapar, fugir-lhe entre os dedos, todas as oportunidades de ser o sujeito do processo histórico de seu reinado, deixando-se ficar como observador das decisões políticas.

Estes partidos na medida em que o reinado foi se desenvolvendo com a Augusta presença, principalmente os conservadores, não procuravam assimilar a temática conjectural, enquanto os liberais jogavam incertamente com temas que não concretizavam e propiciavam dissidências como a Liga Progressista que se constituiu pela fusão um pouco estranha, a nosso ver, de conservadores progressistas e liberais moderados.

“O partido progressista é um partido novo. Não toma sobre si a responsabilidade das crenças e tradições dos extintos partidos, a que pertenceram os indivíduos, que o compõem, e aceita sem distinção, e qualquer que fosse o seu passado, o concurso de todos os que o quiserem acompanhar no pensamento de fazer realizar na administração pública do país os princípios e regras consagradas no seguinte programa.”

“O partido progressista não quer:

“1º A reforma da constituição política, á qual, como ao imperador e á sua dinastia, consagra o maior respeito e adesão...”

“2º A eleição directa.

Não sendo possível realizá-la por meio do sufrágio universal, à base do imposto, ou de qualquer outra distinção de classes sociais, privaria a muitos cidadãos brasileiros do exercício de seus direitos políticos.

3º A descentralização política, que considera incompatível com a integridade e força do império.

4º O exclusivismo nos cargos públicos.

Reconhece que todos os brasileiros têm a eles direito igual, sem outra distinção mais que a proveniente de seus talentos, salvos os de confiança necessários à manifestação e execução de seu pensamento político.

5º A jurisdição administrativa em matéria penal, nem nas questões cíveis concernentes à propriedade.

O partido progressista quer:

1º A regeneração do sistema representativo e parlamentar pela sincera execução e amplo desenvolvimento do dogma constitucional da divisão dos poderes políticos para que não sejam uns absorvidos ou anulados por outros.

Assim tem como maxims sagradas:

A responsabilidade dos ministros de estado pelo atos do poder moderador;

A verdade do orçamento.

2º A realização prática da liberdade individual em todas as suas relações.

Assim consagra a liberdade individual como regra e as atribuições da autoridade, a tutela do estado e as restrições no interesse coletivo como exceções, que só devem ser determinadas por evidente utilidade, expressas e literais.

3º A defesa dos direitos e interesses locais da província e do município.

Assim tem como máximas sagradas:

A sincera e efetiva execução do Ato Adicional;

A descentralização administrativa necessária à comodidade dos povos.

4º A economia dos dinheiros públicos combinada com as necessidades demonstradas do serviço e sem prejuizo da honra, crédito e dignidade nacionais.

5º A responsabilidade efetiva dos empregados públicos.

6º A sêvera punição dos crimes.

7º A reforma e sincera execução da lei eleitoral de modo que as qualificações sejam verdadeiras e a eleição a expressão real da vontade nacional.

Como meios tendentes a este fim:

As incompatibilidades;

A representação necessária das minorias.

8º A reforma e organização judiciária sob as seguintes bases:

- 1º Julgamento definitivo dos juizes de Direito no crime e cível — Por consequência julgamento em 2ª instância competindo exclusivamente às Relações — Relações em em todas ou na maior parte das províncias.
- 2º As funções dos juizes municipais reduzidas ao preparo e execuções dos processos crimes e cíveis.
- 3º Garantias necessárias para a nomeação, substituição e independência pessoal dos magistrados.
- 4º Criação e organização do ministério público no crime e no cível.

9º Separação da polícia e justiça neste sentido. A polícia prende o criminoso, faz o corpo de delicto, colige as provas e remete-as á autoridade judiciária. Os juizes municipais formam culpa exclusivamente nos crimes inafiançáveis, e nos afiançáveis cumulativamente com os juizes de paz — O juiz de direito pronuncia e julga.

10º Competência do Juri para julgar todos os delictos, comprehendidos os dos empregados públicos não privilegiados e os excetuados pela lei de 2 de Julho de 1850.

Excetua-se desta regra aqueles, cuja pena no máximo não exceder a 1 ano de prisão, desterro ou degredo, e a 1:000\$000 de multa. Os crimes de responsabilidade, porém, e os de abuso de liberdade de imprensa, qualquer que seja o máximo da pena, serão sempre julgados pelo Juiz.

11º As absolvições do juri, vigorando, não obstante as nulidades do processo, cujo efeito será somente no interêsse da lei, para correção e responsabilidade dos que a elas derão causas salva, todavia, a disposição do art. 79 § 1º da lei de 3 de Dezembro.

12º Código civil. É disposição do art. 179 § 18 da constituição. Organizar-se-a quanto antes um código civil.

13º Reforma hipotecaria e sucessivamente a organização do crédito territorial.

14º Revisão do Código Commercial, especialmente na parte relativa ás falências, ás sociedades e aos seus julgamentos.

15º Reforma municipal, separando-se a deliberação da execução, pertencendo aquella á câmara e esta ao seu presidente.

16º Nos municípios cuja renda exceder a 100:000\$, as assembleas provinciais, e na Côrte a assemblea geral, poderão criar e retribuir administradores municipais pagos pelos cofres das câmaras, eleitos como os vereadores e substituidos por estes. Art. 10 § § 4º e 7º do Ato Adicional.

17º Reforma da guarda nacional para que seja devidamente qualificada, sem prejuizo do exército e armada, e aliviada quanto ser possa de serviço ativo.

18º Em favor da liberdade individual: Prisões preventivas, decretadas somente no caso facultativo do art. 175 do código do processo e pelos juizes de direito.

As fianças reguladas por uma tabela calculada somente na proporção da pena do crime, na qual se fixe o máximo e o mínimo, dentro dos quais e atendendo a possibilidade dos réus e as condições domiciliárias deverá o juiz julgar a fiança.

Ficam salvos os meios cíveis quanto ao valor do dano causado e das custas do processo, o qual é demandado por ação cível, conforme a lei de 3 de Dezembro.

O tempo de detenção computado na pena, logo que exceder de 3 mezes.

A fiança mais extensiva para os domiciliários.

19º A educação e regeneração do clero.

Finalmente o partido progressista aceita a administração pública como um fato comum e respeitável para todos os partidos, salvas as alterações que a conformidade dos princípios políticos, e experência do serviço público e as necessidades occorrentes houverem de justificar."

A nossa estranheza advem da própria leitura do programa progressista, pois quer nos parecer ter havido uma adoção dos princípios liberais defendidos desde a regência ao lado de um conservadorismo. Razão teve então Torres Homem que, condenando a Conciliação, é também incisivo quando afirma sobre o período da Liga: "uma fase sem fisionomia, sem emissões, sem crenças entusiásticas, possuindo entretanto a inestimável vantagem de romper a continuidade de cadeia de tradições funestas e de favorecer por sua calma e pelo seu silêncio a faina doméstica da reorganização administrativa e industrial do Brasil."

Ainda estando no poder o Partido Progressista, os liberais radicais lançam em 1868 um veemente programa de reforma através da "*Opinião Liberal*" assim Sintetizado:

"Descentralização;

Ensino Livre;

Polícia Eletiva;

Abolição da Guarda Nacional;

Senado temporário e eletivo;

Extinção do poder moderador;

Separação da judicatura da policia;

Sufrágio direto e generalizado;

Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre;

Presidentes da província eleitos pela mesma;

Suspensão e responsabilidades dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo;

Magistratura independente, incompatível e a escolha de seus membros fóra da ação do governo;

Proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações;

Os funcionários públicos uma vez eleitos deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional."

Em 1869, um ano antes do lançamento do manifesto Republicano, o Partido Liberal lança a 14 de maio o seu programa sintetizado pelo dilema "Reforma ou Revolução".

"O Centro Liberal não se propõe a fazer um programa doutrinário para o partido liberal, cujos princípios característicos são conhecidos em toda parte, aonde há regime constitucional representativo.

Os partidos naturais ou pré-constituídos pelos elementos constitutivos de nossa forma de governo não carecem de programas fundamentais: a missão deles bem explícita pela sua denominação, está também assinalada pela sua natureza. Assim é que no Brasil a missão de partido liberal tem por objeto a realidade e desenvolvimento do elemento democrático da constituição; e a maior amplitude e garantia das liberdades individuais e políticas.

Não será pois necessário dizer que o partido liberal consagra entre os seus princípios fundamentais:

1º A responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador;

2º A máxima — o rei reina e não governa;

3º A organização do conselho de ministros como meio prático das duas idéias anteriores;

4º A descentralização, no verdadeiro sentido do *self-government*; realizando-se o pensamento do ato adicional quanto as franquezas provinciais, dando ao elemento municipal a vida e a ação de que carecem, garantindo o direito e promovendo o exercício da iniciativa individual, animando e fortalecendo o espírito de associação e restringido o mais possível a interferência da autoridade;

5º A maior liberdade em matéria de comércio e de indústria e conseqüente derrogação de privilégios e monopólios;

6º Garantias efetivas de liberdade da consciência;

7º Ampla faculdade aos cidadãos para estabelecerem escolas, e propagarem o ensino, alargando-se, no entanto, aquele que o Estado oferece presentemente, enquanto a iniciativa individual e de associação não dispense este auxílio;

8º A independência do poder judiciário, e como meio essencial dela a independência pessoal dos magistrados;

9º A unidade da jurisdição do poder judiciário criada pela constituição e por consequência a derrogação de toda a jurisdição administrativa;

10º O conselho de estado como auxiliar da administração e não político;

11º A reforma do senado no sentido da supressão da vitaliciedade, como corretivo da imobilidade e da oligarquia, e como o meio essencial da justa ponderação e recíproca influência dos dois ramos do poder legislativo;

12º Redução das forças militares em tempo de paz.

São as necessidades e condições sociais que vão dando objeto e oportunidade para aplicação dos princípios liberais, criando novas situações, exigindo novos programas.

Não cabe no possível fazer tudo a um tempo.

A máxima — ou tudo ou nada — não convém mesmo ao radicalismo o mais profundo.

A pretensão de programas doutrinários suscita muitas divergências individuais, exclue o concurso de muitos liberais, é um erro fatal para a unidade e para a força do Partido Liberal, ao qual compete a iniciativa do movimento político.

O Partido Liberal da Bélgica, como outrora o Partido Liberal da França, foi sempre infeliz nessa pretensão de programas doutrinários e circunstanciados.

Em 1846, porém (14 de Julho) um congresso liberal reunido em Bruxelas adotou como programa as seguintes resoluções:

1º A reforma eleitoral.

2º A derrogação das leis revolucionárias de 1836 e 1842.

3º A independência real do poder civil e do poder eclesiástico.

4º A organização do ensino público.

5º O aumento do número de representantes e Senadores em proporção da população.

6º O melhoramento da sorte das classes operárias e indigentes.”

Este dilema bem caracterizou o programa partidário, consubstanciando a tradição das reformas do ato adicional de 1834. Demonstrava, assim, que o regime necessitava ainda de reformas radicais e estas deviam abranger, desde o seu aspeto centralizador à provável ativação das forças económico-políticas das províncias,

além de acompanhar as grandes modificações que já se avizinhavam naquele final de século. Assim não sendo, de outra forma não podemos entender a expressão "Revolução". Uma rápida vista pelo panorama brasileiro e mundial dos anos 70 mostra-nos a acentuada expansão das grandes potências buscando não apenas o seu lugar na História como a Itália e a Alemanha, ao mesmo tempo em que Inglaterra, França e USA desencadeiam a corrida de conquistas econômicas, na África e na Ásia, enquanto no Brasil, dia a dia, as forças da pequena e média burguesia procuram capitalizar, à sua maneira, as novas investidas, já agora do imperialismo, buscando assim encontrar os meios necessários à luta contra a latifúndio, a monocultura e a escravidão e o que é mais importante tentar forjar, na medida do possível, uma nova mentalidade econômica, pois, a existente, isto é, a supremacia agrícola-pastoril havia destruído o industrialismo protecionista de Mauá e Alves-Branco.

Essa nova camada social (a classe média), que se avoluma nos anos do acaso da monarquia, traz consigo um destino, um imperativo vital, que se levanta contra as formas obsoletas da sociedade que a contem. Industriais, e negociantes a classe média civil, ligados ao exército nacional — a classe média militar — podem ter entre si discordâncias de idéias, antagonismos, mas estão ligados pelo mesmo imperativo de alteração dos quadros vigentes e por isso geram e executam a república.

Obedecendo a esta ordem de considerações, podemos aferir uma série de dados que permitem analisar não apenas as relações mas a não atuação positiva, enérgica e ambiciosa do Imperador junto aos elementos e as forças condutoras do país.

O primeiro indicativo é de que os partidos e mesmo as correntes políticas esporádicas que buscavam, primeiro na ciência política européia e depois no constitucionalismo americano, seus ensinamentos, eram vítimas deste próprio embasamento cultural-político que os desligava da realidade brasileira, de tal forma que as soluções encontradas, na maioria das vezes, refletiam apenas o interesse de uma elite latifundiária a que pertenciam sem que atentassem para a realidade brasileira. Outra não pode ser a nossa conclusão neste primeiro tópico quando vemos a batalha descentralizadora visando apenas aspectos regionais e pessoais. Um segundo dado diz respeito à irrealidade econômica, não apenas no campo prático, mas também dos programas partidários.

Estes, por sua vez, estão aquém do pensamento econômico-real da época, permanecendo os seus quadros dirigentes apegados a uma filosofia econômica que no momento, últimas décadas do século XIX, não estava mais encontrando defensores.

Mais significativo é ainda o pouco entendimento da ciência econômica do tempo, uma vez que, já nas últimas décadas do século, mostrava-se refratário à indústria, ao trabalho livre, à introdução de nossas técnicas agrícolas, como, por exemplo, os fazendeiros de S. Paulo. Conseqüentemente, portanto, produtos dessas condicionantes, esses partidos, apesar das grandes figuras, não possuíam uma base ideologicamente forte para manter o regime e assim reagir ao golpe militar de 15 de novembro.

E o Imperador? Sua Majestade foi, a nosso ver, um governante que procurou sempre, amparado no poder moderador, uma posição cômoda no debate político. Creio que D. Pedro II não tinha uma sensibilidade acurada para os grandes problemas nacionais. Foi um homem que não conduziu, pelo contrário deixou-se levar ao saber dos acontecimentos ou então deixava que o capricho imperial se fizesse sentir, como por exemplo na crise de 1868. D. Pedro II via no político e este no Imperador o respeito moral e a ordem jurídica do Estado e ambos não considerando este como um organismo motivador do desenvolvimento.

A crise de 1868 que teve o seu nascedouro com o pedido de demissão de Caxias, que foi rejeitado, mas culminando com a substituição do Gabinete Zacarias, não só deixou em má posição a figura do Imperador, como, e aí o mais grave, revelou para o Estado imperial a ascensão da classe militar representativa da classe média, cujo papel já linhas atrás salientamos e que conduziria seus elementos fardados ao pronunciamento de 1889.

As posições assumidas pela classe média e que não foram capitalizadas nem pelo Partido Republicano, não encontraram nos quadros monárquicos a mais leve sensibilidade.

E não se diga que a doutrina liberal fosse contrária a esta intervenção. É sabido que o Estado, embora teoricamente afastado da intervenção direta, compunha-se entretanto com as forças econômicas, amparando-as e procurando, outrossim, sustentar o seu domínio. A burguesia vitoriosa em 1688 e 1789, na tutela do Estado sentiu por sua vez que jamais poderia estar afastada dele.

No caso brasileiro outra não era a situação, embora sabendo-se que em realidade as nossas classes econômicas careciam realmente de uma mentalidade burguesa, deixando-se envolver pelo contexto, como já acentuamos, da Inglaterra. Assim sendo, os homens que representavam na Assembléia Geral as nossas classes produtoras amparavam as suas exigências e estas sempre vinculadas a um processo agrícola exportador, defendido e amparado pelo Estado imperial.

D. Pedro II nunca demonstrou possuir uma formação ideológica. A política sempre lhe pesou muito e assim sendo a sua imagem de Chefe de Estado era muito pálida, não tinha colorido.

Não soube viver o seu momento político. Carecia o nosso Imperador de uma maneabilidade política, de uma ambição e vontade inerentes a pessoa do governante em busca de um destino histórico.

“Como nos ensina Sodré, D. Pedro II foi sempre um neutro. Não possuía a vivacidade do pai. Era o triste produto de uma educação em que não houve outro princípio senão ensinar e ensinar. Encheram a sua cabeça infantil de meios-conhecimentos e abriram perspectivas para aquela sua constante e ingênua preocupação pelos conhecimentos vulgares e pelas aparências... Foi um tímido e um retraído”.

Entretanto, foi Basílio de Magalhães que, numa tese apresentada ao Primeiro Congresso de História Nacional, realizado em 1914, salientou a extraordinária importância da bandeira de Fernão Dias Pais: — "...nula embora quanto às riquezas que procurava, é assombrosa quanto a outros aspectos". E acrescentou o historiador mineiro que a bandeira de Fernão Dias "permitiu a revelação dos tesouros que estavam escondidos".²

Hoje, são unânimes os autores em reconhecer a extraordinária importância da bandeira esmeraldina, que abriu as portas do território mineiro às expedições paulistas descobridoras de ouro.

A bandeira de Fernão Dias Pais, realmente, apresenta aspectos e características que a distinguem de todas as demais:

I — Pela primeira vez, em nossa História, o Governador das Esmeraldas, num excepcional espírito de previsão, criou postos, ou estâncias, ou feitorias, ou pousos, com plantação de roças e criação de porcos e aves, para sustento dos homens da jornada. Na direção dessas estâncias, ou feitorias, deixava algum capitão com seus soldados, além de vários negros e negras, nomes com que se designavam índios e índias.

Diversas dessas feitorias transformaram-se em arraiais e chegaram até nossos dias, como veremos adiante. Nesse sentido de povoamento, a bandeira de Fernão Dias se diferenciou das demais, que eram bandeiras de despovoamento, de destruição.

II — Hoje, é unanimemente aceito por todos os historiadores, o papel da bandeira esmeraldina de descobridora do território do atual Estado de Minas Gerais. Esse aspecto foi, aliás, salientado por Southey: "... conquistou, como se dizia, todo o país que atualmente forma a província de Minas Gerais, abrindo estradas, fundando povoações".³ Desta forma, foi ela a causa primeira do nascimento das Minas Gerais, como novo centro populacional e comercial, no interior do Brasil.

III — Fernão Dias ligou a Mantiqueira ao Rio das Velhas e ao Nordeste Mineiro. Ora, como até aí, ou bem próximo daí, vinham as estradas dos currais da Bahia, pode-se afirmar que ligou São Paulo ao Nordeste do Brasil, concorrendo desta forma para a integração territorial do Brasil.

Hoje, a rodovia Fernão Dias liga Minas e os mineiros a São Paulo; assim, bem podemos exclamar com Bilac, que foi verdadei-

2. Magalhães, Basílio de -- Rev. do Inst. H. Geog. Brasileiro, tomo especial consagrado ao 1º Congresso de História Nacional, 1955, parte II, pág. 89.

3. Southey, Robert — HISTÓRIA DO BRASIL, Terceira Edição Brasileira. Obelisco, 5º vol. pág. 48.

ramente profeta quando, depois de descrever a agonia do sertanista, assim se exprime: "Morre! Tu viverás nas estradas que abriste!"

IV — Fernão Dias foi o precursor de uma era de notáveis transformações sociais e econômicas, que êle não atingiu, mas de que participaram diversos dos componentes de sua bandeira; Calógeras relacionou três que não apenas participaram das pesquisas do ouro, mas foram parte integrante do que poderíamos chamar a loucura do ouro: Matias Cardoso de Almeida, que se estabeleceu no Norte de Minas, tirando partido do comércio intenso que surgiu entre as minas de ouro e a Bahia; Manuel de Borba Gato, cujo nome, queiram ou não alguns autores, como Taunay, está indissolúvelmente ligado às primeiras descobertas de ouro, no Rio das Velhas; e Garcia Rodrigues Pais, a quem se deve a abertura do caminho ligando as minas ao Rio de Janeiro.

Além desses três relacionados por Calógeras, poderíamos mencionar ainda Antônio do Prado da Cunha que, em pleno apogeu das minas de ouro, dirigia suas lavras em Pitangui; Francisco Pais de Oliveira Horta, também genro do Governador das Esmeraldas, e que só regressou a São Paulo, depois de se locupletar de ouro; Antônio Gonçalves Figueira, que se estabeleceu, como seu cunhado Matias Cardoso, no Norte de Minas, onde criou diversas fazendas, para fornecimento de gado aos mineiros, sobretudo da então vila de Pitangui; entre as fazendas criadas por Antônio Gonçalves Figueira e mais tarde vendidas, quando regressou a São Paulo com sólida fortuna, figura a de Montes Claros, que deu origem à atual cidade desse nome.

V — Todos os bandeirantes, raça de gigantes e de heróis, foram homens capazes de todos os sacrifícios, sóbrios no comer e no beber, destemidos, verdadeiros condutores de homens; mas Fernão Dias a todos se sobrepôs: abandonado por quase todos os amigos e companheiros de jornada, "por lhes impedir o cativarem o índio", segundo declaração de Garcia Rodrigues Pais⁴, inclusive por seu adjunto e sucessor, Capitão Matias Cardoso de Almeida, o último que o deixou, depois de acompanhá-lo por seis anos; traído pelo próprio filho bastardo, José Dias Pais, que se dispôs a assassinar o pai, se preciso fosse, a fim de regressar a São Paulo; desamparado até dos dois capelães da jornada que, no Sumidouro, abandonaram a bandeira e voltaram a Piratininga; Fernão Dias Pais, têmpera de aço, vontade inquebrantável, manteve firme sua aspiração de chegar à sua Vupabuçu, onde jaziam suas sonhadas esmeraldas; tão logo recebe as armas e munições mandadas pela esposa, marcha para o nordeste de Minas.

4. Rev. do Arq. P. Mineiro, vol. XIX, pág. 12.

VI — A bandeira de Fernão Dias foi, de todas, a que se constituiu de maior número de capitães experimentados e concededores do sertão; além dos seis mencionados no item IV, podemos citar ainda: Francisco Pires Ribeiro, sobrinho do grande sertanista; Domingos Cardoso Coutinho, um dos poucos que se mantiveram fiéis a Fernão Dias, até o fim e, anos depois, escreveu a *RELAÇÃO PANEGÍRICA*, poema em que decantou os feitos do sertanista; infelizmente, ao que nos consta, nem um só exemplar se conhece dessa obra; José de Castilhos que, com seus soldados, ficou dirigindo o arraial da "Tucambira", depois do regresso do bandeirante; João Carvalho da Silva, não mencionado por Taunay, nem por Carvalho Franco e que, segundo patente encontrada por Basílio de Magalhães, acompanhou o sertanista por cinco anos, abandonando-o no Sumidouro; Baltasar da Costa Veiga, que veio juntar-se à bandeira em 1676, Pedro Leme do Prado, seu irmão Diogo Barbosa Leme, Marcelino Teles, Manuel da Costa e Belchior da Cunha, que se mantiveram fiéis ao Caçador das Esmeraldas, até sua morte; Manuel de Góis, um dos primeiros a desertar; João Bernal, um dos que desertaram no Sumidouro etc.

PLANTADOR DE CIDADES

Foi como Bilac chamou o Caçador de Esmeraldas: plantador de cidades. Eis os belos versos do Príncipe dos Poetas Brasileiros:

"Violador dos sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da Pátria viverás!"

Dando a Fernão Dias a antonomásia de plantador de cidades, criou Bilac um conceito verdadeiro e historicamente certo. Robert Southey, citando um manuscrito redigido pelo neto do grande bandeirante, Pedro Dias Pais Leme, menciona Vituruna, Paraopeba, Sumidouro, Roça Grande, Itacambira, Itamarandiba, Esmeraldas e Mato das Pedreiras (Mato das Pedrarias escreveram Taunay e Derby).

Dessas feitorias fundadas, algumas se transformaram em arraiais e chegaram até nossos dias.

Vituruna que, em alguns documentos aparece como *Bituruna* (é sabido que os portugueses trocavam o *v* por *b*), transformou-se na atual cidade de Ibituruna, no Sul de Minas.

Paraopeba é o arraial citado em diversos documentos, como São Pedro do Paraopeba, topônimo que foi mudado para Santana do Paraopeba; não era raro esse caso de uma fazenda, um lugarejo qualquer, ou mesmo um acidente geográfico mudar de nome, de conformidade com a devoção dos novos proprietários ou moradores. Manuel Teixeira Sobreiro e seu sócio, Manuel Machado,

estabelecidos em São Pedro do Paraopeba, requereram e obtiveram, em 1750, provisão para levantar a capela dedicada à santa de sua devoção, Santa Ana; com o tempo, o lugar passou a chamar-se Santana do Paraopeba. Entretanto, devido à decadência do lugar, antigo distrito de Bonfim, foi a sede do distrito de Santana do Paraopeba, já no município de Belo Vale, transferida para a localidade de Costas, "que passará a denominar-se Santana do Paraopeba". O topônimo atual, pois, é artificial; não deve ser confundido com o histórico arraial.

Sumidouro é a atual vila de Fidalgo, sede de distrito do município de Pedro Leopoldo. Havia o distrito de Fidalgo, no município de Lagoa Santa, perto do local onde foi assassinado o fidalgo D. Rodrigo Castelo Branco; a vila entrou em decadência e, hoje, ali se encontra a fazenda do Fidalgo, com sua capela antiga e histórica, dedicada a Santana; vêem-se também restos de muitos alicerces de boas construções da antiga vila. E o governo do Estado, com a eterna mania de trocar nossos topônimos, deu o nome de Fidalgo ao antigo Sumidouro, onde Fernão Dias residiu por quatro anos.

Roça Grande, a pequena distância de Sabará, chegou a ser o mais importante dos arraiais fundados pela bandeira das esmeraldas. Foi elevado a paróquia, por ato episcopal de 1707; e a paróquia tornada colativa, por alvará régio de 1724. No entanto, o sr. Orville Derby, não familiarizado com a história mineira, chegou a escrever que "o quarto pouso, Roça Grande, não pode ser identificado".

Ibituruna, o antigo arraial de São Pedro do Paraopeba, denominado depois Santana do Paraopeba, Fidalgo (antigo Sumidouro) e Roça Grande são os únicos vestígios que restam da bandeira das esmeraldas, com certeza absoluta. Com relação às cidades de Itacambira e Itamarandiba, estão realmente na região percorrida por Fernão Dias, mas não há elementos que nos assegurem tenham essas localidades sido fundadas pelo Caçador das Esmeraldas; Itamarandiba é nome artificial, dado por lei estadual à comarca, ao município e ao distrito de São João Batista, onde existe a tradição de ter sido o primitivo arraial fundado pela bandeira esmeraldina. E Itacambira originou-se de um arraial aurífero, surgido em 1702.

NAS PEGADAS DO GRANDE SERTANISTA

Fernão Dias morreu em 1681. Já vimos, entretanto, que seis capitães da sua jornada tiveram seus nomes ligados à fase da exploração do ouro: Matias Cardoso de Almeida, Manuel de Borba

Gato, Garcia Rodrigues Pais, Antônio do Prado da Cunha, Francisco Pais de Oliveira Horta e Antônio Gonçalves Figueira.

Pouco depois da morte de Fernão Dias, tem início a exploração do território mineiro, pelas expedições paulistas descobridoras de ouro. Lourenço Castanho Taques, o moço, ainda em vida do Caçador de Esmeraldas, percorria o sertão mineiro; seguiram-se aqueles que são apontados como os primeiros descobridores de ouro, isto é, Antônio Rodrigues Arzão (bacia do Rio Doce), Antônio Gonçalves Viana e Pedro Avo (Rio das Mortes), Bartolomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira (Itaverava), Francisco Rodrigues Penteado e Manuel Correia Penteado (considerados os fundadores de Roça Grande, mas não a Roça Grande da margem esquerda do Rio das Velhas, onde morou Borba Gato), João Lopes de Lima, João de Lima Bonfante, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Antônio Pires Rodovalho, Antônio Pereira Machado, Manuel Ortiz de Camargo, Sebastião Preto de Camargo, Francisco Bueno de Camargo, Manuel Lopes de Medeiros, João Pedroso, Paulo Rodrigues Durão, Bento Leite da Silva, Domingos Dias da Silva, Bernardo Mendes da Silva, Francisco Bueno da Silva, Gonçalo Lopes de Camargo, etc.

O OURO E O "RUSH"

Há quem defenda a primazia dos baianos, na descoberta do ouro no Rio das Velhas. Entretanto, C. R. Boxer, historiador inglês e, por isso mesmo, isento de qualquer possível visão regionalista do problema, sintetizou em poucas palavras todas as pesquisas realizadas antes, sobre o assunto. Depois de esclarecer que "a data e o lugar exatos da primeira descoberta realmente rica, provavelmente jamais serão conhecidos", apresenta o resultado a que chegou, depois de analisar as várias, contraditórias e fragmentárias informações existentes sobre o assunto: "... o ouro foi encontrado quase simultaneamente em diversas regiões da zona que é hoje Minas Gerais, e por pessoas diferentes, ou diferentes grupos de paulistas, nos anos entre 1693 e 1695".⁵

Pouco adiante, o mesmo autor registra algumas considerações sobre a pretensão de atribuir aos baianos a primazia da descoberta do ouro no Rio das Velhas. E esclarece: "Isso é admitido como possibilidade, mas o peso da evidência parece confirmar a prioridade tradicional dos paulistas, embora apenas por uma pequena margem de avanço".

5. Boxer, G. R. — A IDADE DO OURO DO BRASIL, Comp. Ed. Nac., S. Paulo, pág. 49.

Não há dúvida de que os paulistas seguiram o caminho aberto por Fernão Dias. Exatamente doze anos após a morte do grande bandeirante, expedições paulistas estavam extraíndo ouro no Rio dos Montes e no Rio Doce. Outras minas foram surgindo em seguida, como as do Tripuí, Pe. Faria, Antônio Dias, Ribeirão de N. S^a do Carmo, Itaverava, Rio das Velhas etc. Seguiu-se o "rush", a impressionante corrida de forasteiros vindos do Rio, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, de Portugal e até da Índia. Tão grande multidão de gente veio de Portugal que, numa consulta do Conselho Ultramarino, na qual se pedia ao rei uma providência legal contra tamanha evasão de portugueses, foi empregada essa sugestiva frase: "... e por este modo se despovoará o reino".

Rocha Pita, que vivia na Bahia, referindo-se à corrida provocada pelo ouro, escreveu que "o ouro das minas do Sul foi a pedra imã da gente do Brasil".

A INTEGRAÇÃO NACIONAL

Já salientamos que Fernão Dias ligou a Mantiqueira ao Rio das Velhas e ao Nordeste mineiro. Ora, os currais da Bahia já avançavam pela margem direita do São Francisco e praticamente colocavam o Norte de Minas em contato com a Bahia. Desta forma, pode-se dizer que a bandeira das esmeraldas ligou o Sul do Brasil ao Nordeste, concorrendo indiscutivelmente para a integração nacional.

Outra circunstância que os escritores antigos não vislumbra-ram é a seguinte: Fernão Dias não deu esmeraldas ao Brasil, mas proporcionou abundância de ouro, com todas as suas conseqüências. O filho do sertanista disse-o muito bem: "E ultimamente consta por uma certidão dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro que estes campos gerais, donde se está tirando tão grande quantidade de ouro, são os mesmos que o suplicante com o dito seu pai, Fernão Dias Pais, descobriram, quando foram na diligência das minas das esmeraldas".⁶ Salienta o filho do sertanista, pouco adiante: "... podendo-se dizer que ele e o dito seu pai por descobridores foram a causa primária e total de se achar a fazenda de V. Majestade com a utilidade de tanta quantidade de ouro".

O descobrimento das minas de ouro, seguido daquela invasão, o "rush", de que resultou o povoamento rápido do território mineiro, veio unir as capitanias do Brasil em torno desse polo de atração que era o ouro.

Até então, o Brasil era o Nordeste, era o açúcar, a grande fonte de riqueza. Mas a situação, nos engenhos, no final do Sé-

6. Rev. do Arq. P. Mineiro, vol. XIX, pág. 16.

culo XVII, apresentava-se desalentadora. O preço do açúcar caíra bastante, pois os grandes centros consumidores, a Inglaterra sobretudo haviam introduzido a cana em seus domínios. Ao redor dos engenhos, uma turba de vadios, desempregados e negros forros causava preocupação. O comércio entrara em franca decadência. Chegou a haver fome na Bahia. Em carta de 1689, o Governador Geral informava que, naquele ano, não havia aparecido nenhuma proposta para a arrecadação dos dizimos, e a cobrança desse imposto teria que ser realizada pelos próprios funcionários. Como tentativa de minorar a situação calamitosa, um edital de 1691 estipulava novos valores para as moedas em circulação. Referindo-se especialmente ao Estado do Maranhão, no final do Século XVII, informa Southey que as "Câmaras eram tão pobres, que tinham a cada momento de valer-se dos seus meios privados". Segundo escreveu o Governador Geral, Francisco Barreto, comentando ordens régias sobre execução de dívidas, "os vassallos do Brasil se achavam tão debilitados, que move à lástima qualquer execução que contra eles se use".

Pois bem, foi nessa fase de desalento, quando capitais estrangeiros começavam a ser transferidos para a metrópole⁸ é que aparecem as minas de ouro, descobertas pelos paulistas, inicia-se a corrida, o "rush" para o novo Eldorado, uma era nova de esperança se abre para os portugueses e naturais da América; impressionante migração em massa tem início para o território das Minas Gerais. Um novo centro populacional e comercial desportia quase de repente; um novo mercado se constitui para o gado da Bahia e do Piauí, para os escravos de Pernambuco, para o açúcar do Nordeste, para os produtos desembarcados no Rio e, logo depois, para os animais do Sul.

Criando novos interesses do Leste, no Nordeste e no Sul, as Minas Gerais realizaram o milagre de unificar o Brasil. Se até então era a América Portuguesa um conjunto de pequenos países, que outra coisa não eram as Capitanias, cada uma delas subordinada diretamente a Lisboa, as Minas Gerais concretizaram o prodígio de congregar e entrelaçar os interesses de todas elas, promovendo a integração do Brasil.

Segundo Caio Prado Júnior, como resultado da mineração, verifica-se "o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitanias, que hoje são os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual

7. Southey, Robert — ob. cit., 4º vol. pág. 268.

8. Lobo, Eulália Maria Lahmeyer — PROCESSO ADMINISTRATIVO IBERO-AMERICANO, Biblioteca do Exército Editora, 1962, pág. 415.

diretamente a Lisboa) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro".⁹ A situação modificara-se por completo. A pecuária tomou um impulso que jamais conhecera antes. Um boi, segundo Antonil, era vendido em Minas, em 1703, por 100 oitavas de ouro, o que corresponde, ao preço atual do precioso metal, em mais de nove mil cruzeiros. Caminhos novos se abriram, um para o Rio, por iniciativa oficial; outros para a Bahia, de onde vinham produtos secos e molhados, apesar das tentativas frustradas de impedi-lo; para Pernambuco e para o Piauí; e para o Sul, proporcionando a vinda de animais. Surgiu a Picada de Goiás. Um intercâmbio de que antes jamais se tivera notícia passou a ligar os moradores das Minas aos da Bahia, do Rio, de Pernambuco, de São Paulo e, em seguida, aos dos campos de Curitiba e Viamão. Até os contratos de arrematação da Alfândega passaram a ser mais rëndosos, pois que outro era o poder aquisitivo proporcionado pela nova moeda em circulação, o ouro.

Unificando o Brasil, as Minas Gerais proporcionaram também os meios de a Coroa conseguir a centralização administrativa. Com a renda proveniente dos quintos do ouro, dos subsídios "voluntários", do direito das entradas (com inúmeras contagens dentro da Capitania, não apenas na periferia), dos dízimos, dos direitos das passagens, do subsídio literário etc., além dos donativos "voluntários" criados periodicamente, pôde a Coroa adquirir as Capitânicas do Espírito Santo, Marajó, Itamaracá, S. Vicente e S. Amaro, Itaparica, Ilhéus, Campos dos Goitacases, Paraíba do Sul e teve forças bastantes para confiscar a de Porto Seguro.

As outras capitânicas criadas no século do ouro já não foram doadas a donatários, como as primitivas, mas confiadas ao governo de um delegado do rei: em 1709, a de São Paulo e Minas do Ouro; em 1720, São Paulo e Minas tornam-se capitânicas separadas; em 1748, são criadas as de Goiás e Mato Grosso, separadas da de São Paulo; a do Rio Negro (Amazonas), em 1757; a do Piauí, em 1758 etc. A verdade é que, na segunda metade do Século XVIII, não havia mais nenhuma donatária, nenhuma Capitania que não tivesse à frente do seu governo um homem nomeado pela Coroa.

A situação de Portugal transformara-se. Seu comércio com a Inglaterra se intensificara a ponto de o ouro de Minas ser apontado como um dos fatores da Revolução Industrial daquele país. Com os novos recursos de que passou a dispor, provenientes sobretudo do quinto do ouro — a quota exigida de Minas atualmente ultrapassava até 1763, as cem arrobas de ouro, ou 1.468 quilos — pôde também a Coroa nomear Juizes de Fora para cidades e

9. Júnior, Caio Prado — HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL, 1945, pág. 73.

vilas; e esses Juizes de Fora, com a função de presidir as Câmaras, em substituição aos juizes ordinários, passaram a limitar a autonomia dessas corporações. Aos poucos se foi conseguindo a centralização completa do poder. Se, por um lado, alguns historiadores lamentam a perda da antiga e tão decantada autonomia municipal, por outro lado, esse fato representou a verdadeira integração do povo brasileiro, debaixo de um poder central. Se não foi esse o principal, foi um dos grandes fatores da unidade nacional e nos ajuda a entender esse milagre único na América. Enquanto os quatro vice-reinados espanhóis subdividiram-se em duas dúzias de Estados, a América Portuguesa se manteve unida, apesar de todas as crises que ameaçaram a unidade brasileira.

Assim, pode-se dizer que Minas Gerais, possibilitando a centralização administrativa, realizou realmente o prodígio de salvar a unidade do Brasil, constituindo-se verdadeira força integradora da unidade nacional.

Desta forma, o grande sertanista Fernão Dias Pais, devassando os sertões de Minas Gerais, ligando por caminho o Sul ao Nordeste, abrindo as portas do território mineiro às expedições descobridoras de ouro, constituiu-se um legítimo fator da integração nacional.

MOEDAS DO BRASIL-REPÚBLICA

1889-1942

LUIZ MARQUES POLIANO

A queda da monarquia não afetou, desde logo, o sistema monetário nacional. Apenas no seu aspecto externo, a partir do primeiro ano, introduziram-se na moeda as diferenças necessárias, decorrentes da nova forma de governo.

A adoção de novos metais ou ligas, a outros títulos e valores, foi-se operando aos poucos, conservando-se embora até o advento do cruzeiro, a unidade básica do real e do seu múltiplo — o mil réis.

Analisemos por partes a moeda metálica do Brasil a partir de 1889

TIPO PRIMEIRO

PRIMEIRO PADRÃO DO OURO, DA PRATA, DO CUPRO-NÍQUEL E DO BRONZE

I — MOEDAS DE OURO

O ouro conservou-se na República intrinsecamente o mesmo, variando apenas no tipo. Foi cunhado nos valores de 20\$000 e 10\$000, de 1889 a 1922 inclusive, com o título de 917 mm, à razão de 1\$115 — 5/10 a grama, ou 4\$000 a oitava. Pesavam, as moedas de 20\$000, 17,9296 gramas e as de 10\$000 8,9648 gramas, com o módulo, respectivamente, de 30mm e 22,5 mm. O poder liberatório desse numerário era limitado, admitindo-se, como tolerância para mais ou menos, no peso, 0,050, e 0,025 g. e na composição, 2 milésimos, respectivamente, para cada valor.

Os dois valores oferecem ligeira diferença no tipo:

20\$000

Busto da liberdade, com o barrete frígio, à esquerda. Em orla, a legenda REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO

BRASIL. Entre cruzetas, a data. Sob o busto, as iniciais F.C., do gravador Francisco Carneiro

Reverso — Armas nacionais incompletas: em campo azul, a constelação do Cruzeiro do Sul, em prata. Bordadura também de azul, carregada de 21 estrelas de prata, representativas dos Estados da União. Na orla superior, a legenda ORDEM E PROGRESSO; na inferior, a data 15 DE NOVEMBRO DE 1889, separadas em flanco por duas estrelas de cinco pontas. Sem valor declarado. Serrilha estriada.

10\$000

Mesmo tipo da peça de 20\$000, com a diferença de que o busto da liberdade aparece dentro de um círculo linear.

Reverso — Armas completas da República, isto é, o escudo redondo sobre a estrela radiante, com cinco pontas partidas de verde e amarelo, e demais elementos externos das armas nacionais. Na orla superior, a legenda ORDEM E PROGRESSO. Em baixo, o valor 10.000 réis: nos flancos, duas estrelas de cinco pontas, separando a legenda e o valor. Serrilha estriada.

Embora dos mapas da Casa da Moeda¹ conste a cunhagem, em 1889, de 73.494 e 4.182 moedas de 20\$000 e 10\$000 respectivamente, não se deve inferir daí que se trate da primeira data das moedas republicanas. A cunhagem, com o ano de 1889, só se deu em começos de 1890. Também do referido mapa constam moedas de ouro em 1923, mas a última data das moedas de metal precioso batidas no Brasil é de 1922. Houve, como se vê, a preocupação de deixar numismaticamente assinaladas as duas efemérides: Proclamação da República e Centenário da Independência.

Eis as datas das moedas em estudo:

20\$000 — 1889, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1917, 1918, 1919, 1921, 1922.

10\$000 — 1889, 1892, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1914, 1915, 1916, 1919, 1921, 1922.

II — MOEDAS DE PRATA

Estas moedas, como as de ouro já descritivas, e as de cuproníquel e bronze, a seguir, obedecem ao estipulado no decreto n. 54 B de 13 dezembro de 1889, que aprovou os desenhos e autorizou a cunhagem de peças nos referidos metais.

1. Legislação sobre moeda metálica. (1889-1935). Oficina da Casa da Moeda, Rio, 1936.

Prendem-se todos ainda ao sistema monetário imperial, por trazerem peso, título, módulo, tolerância e valores idênticos, tendo sido mesmo o expressamente observado a esse respeito, o disposto no decreto N. 1817, de 3 de setembro de 1870.

Foram batidos:

1\$000 e \$500 — 1889

2\$000 — 1891,¹ 1896 e 1897

1\$000

Busto da liberdade, com o barrete frígio, à esquerda. Em orla, a legenda REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No exergo, a data, entre duas estrelas de cinco pontas. Sob o busto à direita, a sigla do gravador Francisco Carneiro.

Reverso — Escudo nacional: em campo azul (estriais horizontais) a Constelação do Cruzeiro do Sul em prata. Bordadura daquela cor, carregada de vinte e uma estrelas deste metal. Em orla, na parte superior a legenda ORDEM E PROGRESSO e, na inferior, o valor 1.000 réis, separadas em flanco por duas moletas de oito raios. Serrilha estriada.

\$500

Mesmo tipo da peça anterior, com a diferença do valor.

2\$000

Cabeça laureada da liberdade, à esquerda. Em orla, a legenda REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Entre duas estrelas de cinco pontas, a data.

Reverso — Em campo azul, a constelação do Cruzeiro do Sul, em prata, circundado por uma bordadura de vermelho, (estrias verticais) carregada de vinte estrelas de prata. Abraçado por dois ramos frutificados de carvalho e louro. Encimado por uma estrela radiante de cinco pontas, representativa do Distrito Federal. Em orla, na parte superior, ORDEM E PROGRESSO. Na inferior, DOIS MIL REIS, serrilha estriada.

Nestas moedas, o que há de particular é que o reverso, descrito, reproduz a parte principal de um projeto de armas da República, desenhado pelo aquarelista alemão Benno Treider, a mando do diretor da Casa da Moeda, Dr. Antonio Ennes de Souza.¹

1. Julius Meili dá para esta peça maior raridade que a de 1896. Hoje, cabe a esta a prioridade entre as peças de prata, de maior valor numismático da República.

1. V. "Moedas de Curso legal oficializam um projeto de armas da República, *in* Revista Numismática Brasileira, N. 1-4, 1943.

O gravador Girardet, cingindo-se àquele projeto, que ainda hoje existe em original no arquivo da «Casa de Ruy Barbosa», colocou no escudo nacional a bordadura em *vermelho*, assim perpetuando em moedas de curso legal um simples estudo de brasão de ordens da República.

Meili² atribui a raridade destas pratas ao fato de não terem sido lançadas em grosso na circulação. A particular, que levasse à Casa da Moeda uma certa quantidade de prata, recebia em troco as ditas moedas, proporcionalmente ao metal entregue, despontada a importância da senhoriagem.

Nas peças de 1891, sob o busto, nota-se com alguma dificuldade a assinatura do gravador, enquanto nas de 1896 e 1897 nada se percebe. Pelo mapa da Casa da Moeda, foram batidas: em 1891, 40.000; em 1896, 10.000; em 1897, 160.000 moedas.

III — MOEDAS DE CUPRO-NÍQUEL

A cunhagem do primeiro «níquel»³ republicano compreende dois valores apenas: 200 e 100 réis. As datas vão de 1889 a 1900, inclusive. Nos dois valores, a peça de 1900, principalmente em bom estado de conservação, é muito estimada. A composição é de 25% de níquel e 75% de cobre, tendo as moedas de 200 réis 15 gramas, e 32 mm, e as de 100, 10 gramas, e 27 mm, respectivamente, de peso e módulo. O poder liberatório era limitado a 2\$000.

Os tipos eram idênticos para os dois valores: sobre fundo negro (quadriculado), contornado por um círculo linear, o algarismo de valor e a palavra *réis*, em duas linhas. Na orla superior, ORDEM E PROGRESSO; na inferior, 15 DE NOVEMBRO de 1889, separadas por duas estrelas de cinco pontas.

Nos começos da República, verificou-se um acalorado debate na imprensa a respeito destas moedas. O caso envolvia a administração pública, o *Jornal do Comércio* e até a polícia, que também tomou a sua parte.

Em 13 de setembro de 1892, o velho órgão publicava, sob o título «Muito Grave», o texto de uma consulta do ministro interino da Fazenda Serzedello Correia ao Dr. Ennes de Souza, diretor da Casa da Moeda, no qual o titular das finanças referia que, tendo o seu ministério «sérias desconfianças de que, atenta a desvalorização da nossa moeda, a moeda de níquel estava sendo desmoedada para misteres diferentes, e mesmo exportada», pedia lhe informasse com a máxima urgência qual o valor intrínseco que

2. Op. cit., II parte, pg. 302.

3. Aceitamos para esta liga a denominação adotada pela Casa da Moeda — cumpro-níquel, justificada mais adiante, ao tratarmos do «cruzeiro».

possuía, a fim de ver se havia fundamento na suspeita, advertindo que a pequena moeda de troco deveria ter condições que impossibilitasse «o comércio de fazer jogo com ela, considerando-a mercadoria, a fim de não trazer perturbação às transações.»

Dir-se-ia, hoje, que a publicação do documento reservado fora devida a «um esforço de reportagem». Veremos mais adiante como foram ter, à redação do jornal, esse e outros dados e documentos de que se utilizou o redator, e as conseqüências que do fato advieram para o seu portador ou informante.

O «Jornal do Comércio», divulgando o documento oficial, abordou considerações de acerba crítica ao governo, concluindo que de seu «inquérito» resultava à evidência «um gravíssimo abuso da parte do poder executivo, contra o qual protestava em nome da lei», porque, documentadamente, poderia provar «haver o governo nos últimos dias, feito cunhar moeda falsa de níquel!»

Sem dúvida — esclarecia — «para o fim de impedir a sua desmoedagem, o Sr. Vice-Presidente ordenou que a Casa da Moeda fabricasse ditas moedas de níquel com bronze das moedas de 10 réis (contendo 95% de cobre, 4% de estanho e 1% de zinco), contra disposição da lei.»

Um protesto do ministro da Fazenda, logo no dia seguinte, reptava o *Jornal do Comércio* para, «por honra sua, por honra de toda a nação, vir declarar de que fonte colheu as informações e requerer logo o exame minucioso das moedas falsificadas para proceder contra quem de direito.»

A questão apaixonou a tal ponto que até um *meeting* se formou no largo de São Francisco, no qual falaram alguns oradores. Logo depois, a multidão desceu a Rua do Ouvidor, parando em frente ao *Jornal do Comércio*, destacando-se um grupo que subiu à redação para exigir a exibição das provas da acusação. O redator, Dr. José Carlos Rodrigues, segundo informaram então aos exaltados visitantes, encontrava-se justamente no momento no Palácio Itamaraty, aonde fora levar as provas em questão...

Nesse mesmo dia, 14, o Chefe de Polícia Bernardino da Silva convidava o Dr. Rodrigues para depor no inquérito mandado instaurar, para apuração da acusação de seu jornal ao governo, de fabricar moeda falsa.

Entrementes, o Dr. Ennes de Souza providenciava junto aos técnicos da sua repartição no sentido de esclarecer a matéria. Laudos periciais foram publicados, procurando mostrar que a «liga de níquel até hoje produzida na Casa da Moeda encerra exatamente a mesma quantidade de níquel (25%), nada absolutamente tendo sido alterado neste conteúdo até agora, desde o tempo do Dr. Azeredo Coutinho».

E acrescentava: «liga de cobre (75% no máximo) somente encerra em sua conta as impurezas que são contidas no níquel

metálico (95,5% de níquel e 4,5% de ferro e outros metais inferiores ou impurezas em média) e cerca de 1 a 2% de ferro contido no cobre velho de moedas do antigo cunho, que serviam para a liga do níquel. Ora, é nas impurezas do cobre (o ferro, o carbono, etc.) que numa percentagem de 1 a 2 ou pouco mais por cento tem sido trocado entre o ferro (metal inferior) por idêntica quantidade de estanho (metal muitas vezes superior, muitíssimo mais caro que o ferro) e isso acha-se plenamente dentro da tolerância de lei, que é de 2% para o peso, e de 1% para a constituição da liga; ou 3% na soma».

Esse depoimento foi aproveitado pelo *Jornal do Comércio* que em resposta insistiu em que a moeda estava fora de lei pela sua liga:

«Já dissemos que o Sr. Dr. Diretor alega que o cobre na moeda de níquel (75%) encerra, além das suas próprias impurezas, as impurezas do metal níquel na proporção de 4,1/2% em 25%, o que deve elevar a mais 1,12%, além dos 1 a 2% de ferro contido nas moedas velhas, ferro que ele troca por estanho, estando, note-se bem, que existe, segundo o laboratório, na média de 2,25%. De modo que somando estes 2,25% com o 1,12 das impurezas do níquel, tem ele, realmente, 3,37 de metais estranhos introduzidos ilegalmente na composição da moeda».

Já antes estranhara o redator que o Dr. Ennes de Souza, na sua justificativa, para chegar à conclusão de que a liga estava dentro da lei, houvesse somado quantidades heterogêneas, isto é, os 2% da tolerância no peso com o 1% da tolerância na liga. E tinha razão.

Não é sem um objetivo que nos dispusemos historiar este caso, que já vai longe.

Quem hoje coleciona moedas do Brasil sabe que as peças de «níquel» dessa época não apresentam a mesma resistência ao giro que as de idêntico tipo do Império. As da República, de que a data de 1900 nos dois valores é a mais estimada, são sempre raras quando bem conservadas. Dificilmente se consegue um 100 ou 200 réis em bom estado, não se falando em peças à flor de cunho. Isto vem corroborar as alegações do *Jornal do Comércio*. Talvez não houvesse outra intenção que a do aproveitamento ao máximo do material na Casa da Moeda, mas manda a verdade que se diga que as moedas desse período são ora porosas, ora quebradiças, como se pode ver de 100 réis que reproduzimos. Sem dúvida, porque a percentagem de estanho entrou na composição em dose talvez mesmo mais alta do que aquela de 3,37%, achada pelo *Jornal do Comércio*, utilizando os próprios dados dos laudos da Casa da Moeda.

Para finalizar, referimos que as informações e documentos, de que se serviu o *Jornal*, lá foram levadas pelo ensaiador José

Manuel Pádua e Castro, inclusive o «falso algarismo de 2,8% de níquel de liga reprovada na liga aprovada, em vez de 1,8%.» O funcionário foi logo suspenso e para ele pedida «a mais severa punição pelo crime de calúnia, de insubordinação e deslealdade.»

Fechemos o parêntesis e descrevemos estas peças.

Reverso — Escudo nacional: em campo azul, a Constelação do Cruzeiro do Sul em prata; bordadura carregada de vinte e uma estrelas, na mesma cor e metal. Em orla, e legenda REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. No exergo, a data entre duas estrelas de cinco pontas. Sob o escudo, à direita, as iniciais do gravador Francisco Carneiro.

IV — MOEDAS DE BRONZE

No bronze (95 de cobre, 4 de estanho e 1 de zinco), foram batidos, sob o regime do decreto 54 B dois valores: 40 e 20 réis.

40 réis:

Dentro de um círculo de pontos, o valor em duas linhas; em orla, a legenda A ECONOMIA FAZ A PROSPERIDADE, limitada no exergo por uma estrela de cinco pontas. Sob o círculo, em baixo, a sigla do gravador Francisco Carneiro.

Reverso — escudo nacional: em campo azul, a constelação do Cruzeiro do Sul em prata; bordadura carregada de vinte e uma estrelas, na mesma cor e metal. No exergo, a data entre duas estrelas de cinco pontas. 12 gramas de peso e 30 mm de módulo. Datas: 1889, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1900, 1901, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912.

20 réis:

O mesmo tipo de 40 réis, com diferença na legenda que é VINTÉM POUPADO VINTÉM GANHO.

Reverso — Armas nacionais completas; em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL; no exergo a data entre duas estrelas de cinco pontas. 7 gramas de peso e 25 mm de módulo. Datas: 1889, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1904, 1905, 1906, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912.

As datas de 1896 e 1898, nos 40 réis são raras, especialmente a primeira. Nos 20 réis, também a data de 1896 é estimada. As peças de 1889 foram batidas a partir do ano seguinte, anotando os colecionadores as variantes quanto à posição do reverso: invertido, vertical, oblíquo, horizontal.

SEGUNDO TIPO

SÉRIE COMEMORATIVA DO 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Pela Lei n. 559, de 21 de dezembro de 1898, e «afim de auxiliar a realização do programa organizado para comemorar o 4º centenário do Descobrimento do Brasil», foi concedido à respectiva Comissão Central a «emissão de moedas comemorativas, de prata, do valor de um mil réis (1.000) e de seus múltiplos e submúltiplos». A emissão poderia ser feita em parcelas, entregues exclusivamente à Comissão, indenizando-se o Estado tão-somente do custo do metal empregado. Os cunhos seriam destruídos, terminadas as solenidades da comemoração (Art. 15, § 2º).

Tais moedas, batidas na composição de 917 mm de prata e 83 de cobre, não circularam. A Comissão Central do 4º Centenário cedia-as mediante os seguintes preços:

4\$000, 10\$000; 2\$000; 5\$000; 1\$000, 2\$000 e \$400, 1\$000. A aquisição, no valor de 1:000\$000, gozava de um desconto de 10%, e de 20% se a compra fosse a 4:000\$000.¹

São estas as primeiras moedas comemorativas do Brasil e, embora não tragam assinatura, os seus cunhos foram gravados por Francisco Carneiro, sugeridos por desenhos de Hilarião Teixeira. A peça de 4\$000 é a moeda de maior módulo do Brasil, embora não seja a mais pesada.

4\$000

Dentro de um círculo linear incompleto, a figura de Pedro Álvares Cabral, em pé, sobre um rochedo, empenhando a bandeira da Ordem de Cristo com a mão esquerda e, com a direita, segurando o gorro, num gesto de saudação à terra.² Sob este, uma estrela irradiante.³ Sustentando o rochedo, num fitão semicircular, em letras incusas, PEDR'ALVARES CABRAL. No campo, à esquerda, sob o gorro, uma estrela irradiante. Em orla, 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. No exergo, 1900 entre duas estrelas de cinco pontas.

1. Julius Meili, *op. cit.*, pg. 324.

2. É a reprodução da estátua então erguida nesta Capital, da autoria do escultor Rodolfo Bernardelli. Uma réplica desse monumento foi oferecida a Portugal pelo governo brasileiro, e inaugurada numa das praças de Lisboa em começos de 1941.

3. Normalmente, contam-se 16 raios nesta estrela; há uma variante de 20 raios, possuindo a Casa da Moeda uma outra, com 14.

Reverso — Dentro de um círculo linear, dois ovais sustentados e santes de um fitão de três planos, com as datas 1500 e 1900, com as armas de Portugal ao tempo de D. Manuel e do Brasil republicano, completas. No espaço superior, entre os ovais, 4.000 RÉIS em duas linhas e, embaixo, uma estrela irradiante de cinco pontas. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No exergo, quatro estrelas de cinco pontas em linha. Peso, 51 gramas. Módulo, 56,6 mm.

2\$000

Dentro de um círculo linear, uma nau portuguesa singrando águas da nova terra, sobre as quais voam gaiivotas, e tendo nas velas enfumadas a Cruz da Ordem de Cristo. À esquerda, a silhueta do Monte Pascoal; à direita, o sol nascente. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, limitada, no exergo, por uma estrela de seis pontas.

Reverso — Sobre uma coroa de carvalho e louro, no alto, em superfície lisa, a data 1500; embaixo, no mesmo modo 1900. No campo, ao centro, o valor 2.000 réis em duas linhas. Em orla, 4º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL, limitada, no exergo, por uma estrela de seis pontas. Peso, 25,500 gramas; módulo, 42 mm.

1\$000

Cabeça laureada da liberdade, de perfil, à direita, num círculo linear, encimado por um fitão farpado com a legenda LIBERTAS. À esquerda, um navio a vapor, navegando; a direita, uma locomotiva; embaixo, um arado — tudo dentro de um círculo linear. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, limitada no exergo por uma estrela de cinco pontas.

Reverso — O mesmo da peça de 2\$000 diferindo apenas no valor.

\$400

Dentro de um círculo linear, a cruz da Ordem Militar de Cristo, cantonada de quatro estrelas de seis pontas, circundada pela legenda IN HOC SIGNO VINCES, separadas por outras estrelas idênticas exceto a inferior, que tem cinco. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, limitada, no exergo, por uma estrela de cinco pontas.

Reverso — O mesmo da peça anterior, com a diferença do valor. Peso, 5,100 gr.; módulo, 22,8 mm. As moedas desta série tem, todas, a orla pontilhada e a serrilha estriada.

SEGUNDO PADRÃO DA PRATA E DO CUPRO-NÍQUEL

1.º TIPO

I — CUPRO-NÍQUEL

As leis Ns. 559, de 21 de dezembro de 1898 (art. 3º, IV); 640, de 14 de novembro de 1899 (Art. 2º, III); e 741 (Art. 2º, VI), de 26 de dezembro de 1900, autorizaram a cunhagem de moedas de níquel de 400, 200 e 100 réis. A composição seria a mesma das moedas anteriores: 750 de cobre e 250 de níquel; o peso de 12, 8 e 5 gramas e o módulo de 20,25 e 21 mm.

TIPOS E LEGENDAS

A figura da Liberdade, à direita, com um diadema em que aparece LIBERT, parte da palavra LIBERTAS. Em orla, vinte e uma estrelas de cinco pontas. Embaixo, próximo ao bordo, as letras P T em monograma (iniciais do abridor Paulin Tasset, de Paris).

Reverso — No campo, à direita, e um pouco abaixo do centro da moeda, as armas nacionais completas, apoiadas num ramo de oliveira. Por cima, o valor em tipo grande e por baixo deste, em caracteres menores, a palavra réis. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO e, no exergo, entre dois pontos, BRASIL, encimada pela data em romano — MCMI.

O tipo é o mesmo para os três valores.

A cunhagem desta série foi realizada por conta da Bélgica em diversas oficinas monetárias da Europa (Birmingham, e Hamburgo primeiro e Bruxelas, Paris e Viena depois), em virtude de contrato com o governo brasileiro, nas seguintes quantidades:

\$400	—	26.250.000	peças
\$200	—	60.000.000	»
\$100	—	75.000.000	»

É por esta razão que se notam, tanto no aspecto do metal como até no peso e no diâmetro diferenças às vezes sensíveis à primeira vista: nos 400 réis, 11,60, 11,77, 11,90, 12,00, 12,03, 12,05, 12,20, 12,28 g. no peso; 30, 31, 32 mm no módulo, sendo que as duas últimas peças são muito raras.

Nos 200 réis, 25 e 27,5 mm no módulo; e no peso, 7,80; 7,92; 8,00; 8,03; 8,08, 8,10 gramas.¹

Os monogramas do gravador também variam, como se vê:

1. Exemplaes do M.H.N.

II — PRATA

A partir de 1906, a prata sofreu modificações no peso e no título, e também no seu tipo. Foi esta alteração determinada pela Lei N. 1453, de 30 de dezembro de 1905 (Art. 30 e §§). Por ela, a moedagem neste metal obedeceria aos seguintes preceitos:

<i>Valor</i>	<i>Peso</i>	<i>Título</i>	<i>Módulo</i>
2\$000	20,0	900	33 mm
1\$000	10,0	900	26 mm
\$500	5,0	900	22 mm

O tipo, pelo parágrafo 2º, deveria ter no anverso a efígie da República com o barrete frígio, o ano no exergo, e a inscrição REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No reverso, em algarismos romanos, o peso, o valor e a inscrição ORDEM E PROGRESSO e a data da fundação da República.

Colimava o governo, com essa cunhagem, a substituição das notas do Tesouro de idêntico valor (Art. 31), desmonetizando-se toda a prata da emissão anterior, do título de 917 mm. Sobre este particular veja-se a Lei N. 2.524, de 31 de novembro de 1911. Ainda a respeito desta emissão, existem mais os seguintes diplomas. Lei N. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, (Art. 33); 2.221, de 30 de dezembro de 1909 (Art. 40), esta incluindo já na substituição o papel moeda de 20, 10 e 5 mil réis; Decreto N. 9.281, de 30 de dezembro de 1911.

Esta série compreende as datas extremas de 1906 a 1912.

Efígie da República com o barrete frígio, à esquerda. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No exergo, a data entre duas estrelas de cinco pontas.

Reverso — no campo, entre dois traços horizontais, o valor 2.000 réis em duas linhas. Na orla superior, ORDEM E PROGRESSO. Na inferior, XX GRAMMAS. Orla pontilhada. Serrilha estriada.

Mesmo tipo para os três valores.

2\$000, 1906, 1907, 1908, 1910, 1911, 1912; 1\$000, 1906, 1912; \$500, 1906, 1907, 1908, 1911, 1912.

Nas moedas de \$500, há exemplares nas datas de 1906 sem acento na palavra réis. As datas de 1911 e 1912 deste valor são um tanto raras, especialmente a segunda.

SEGUNDO TIPO

I — PRATA

O Decreto N. 2.544, de 4 de janeiro de 1913 (Art. 94) autorizou o Executivo a cunhar moedas de prata «a fim de subs-

tituir as médulas do Tesouro Nacional do valor de 2\$000 e 1\$000 e facilitar o troco das cédulas de 20\$000 10\$000 e 5\$000», bem como a «modificar o cunho das moedas de prata». Essas moedas obedecem ao sistema da Lei N. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, e a elas se referem também as Leis Ns. 2.719,, de 31 de outubro de 1912, 2.738, de 4 de janeiro do mesmo ano e 2.841, de 31 de janeiro de 1913.

Foram batidos os mesmos valores, nas datas de 1912, e 1913.

A efígie da República, à direita, dentro de um círculo de vinte e uma estrelas de cinco pontas, separadas por traços. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No exergo, a data.

Reverso — No campo, ao alto, as armas nacionais completas; por baixo, o valor 2.000 réis em duas linhas, entre dois ramos de café e tabaco; no exergo, um ornato. Em orla, a legenda ORDEM E PROGRESSO, interceptada pelas armas. Orla pontilhada, serrilha estriada.

Mesmo tipo para os três valores.

II — CUPRO-NÍQUEL

Este segundo tipo de «níquel» ficaria melhor enquadrado na categoria dos «ensaios». Invariavelmente, porém, é encontrado nas coleções como *moeda circulada*. Acompanhamos aqui os colecionadores porque, se em favor da primeira teoria militam alguns fortes argumentos, outros, não menos ponderáveis, assistem à segunda.

Antes da aprovação pelo Ministro da Fazenda Pandiá Calógeras, dos cunhos respectivos, foram batidas pela Casa da Moeda, então novamente sob a direção do Dr. Ennes de Souza, 610.000 exemplares em 1914 e 932.250 no ano seguinte. Mesmo assim, ordenou o ministro fossem as moedas levadas ao cadinho, proibindo a sua circulação, o que não impediu que muitas delas saíssem da Casa da Moeda.

Eis a sua descrição:

A figura da República com barrete frígio à direita, segurando a Constituição, na qual se vê o palavra LEX. No campo, na mesma posição, a Constelação do Cruzeiro do Sul. Em orla semi-circular, vinte e uma estrelas de cinco pontas.

Reverso — Armas nacionais completas, tendo por baixo um feixe de varas e, por cima, em orla interna, réis 400 réis. Na orla exterior, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL; no exergo, entre duas estrelas de cinco pontas, a data 1914. Desta peça existe uma variante.

TERCEIRO TIPO

I — PRATA

Embora este terceiro tipo se assemelhe muito ao anterior, apresenta diferenças características. No anverso, o círculo é somente de estrelas, sem os traços intercalados, sendo os caracteres mais grossos e menores. A palavra Brasil é gravada com z. No reverso, as armas da República ficam mais ao centro e não interrompem a legenda ORDEM E PROGRESSO, que é composta de letras maiores e mais espaçadas. Gravura toda mais grossa. A cunhagem destas peças foi feita na Alemanha.

Todos os valores (2.000, 1.000 e 500) trazem a data de 1913.

II — CUPRO-NÍQUEL

No orçamento geral da República para o exercício de 1918 (Lei N. 3454, de 6 de janeiro) foi o governo autorizado a cunhar moeda divisionária de níquel e cobre na Casa da Moeda (Art. 162), revogando o de N. 89, N. XXI, da Lei N. 3232, de 5 de janeiro de 1917, que autorizou o governo a «substituir as cédulas do Tesouro Nacional de 1.000 e 2.000 réis e facultar o troco das cédulas de 5 a 2.000 réis onde escasseassem essas moedas, e a retirar da circulação as moedas de prata e níquel do antigo cunho e as de cobre (bronze), marcando um prazo razoável para a sua substituição, podendo empregar o cobre recebido na liga de outras moedas.»

As moedas autorizadas teriam os valores de 100, 200 e 400 réis.

O Decreto N. 3. 545, de 2 de outubro do mesmo ano completou essa providência, com a autorização da cunhagem, nas mesmas bases, de moedas de 50 e 20 réis, com 3 e 2 grammas respectivamente.

400

Busto da República com barrete frígio à direita, ornado na base com um ramo de carvalho, dentro de um círculo de vinte e uma estrelas com cinco pontas.

Reverso — REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Dentro de um círculo de pontos, o valor 400 sobre a palavra réis. Em baixo, entre duas estrelas e de cinco pontas, a data.

Mesmo tipo para os demais valores.

Os diversos valores trazem as seguintes datas:

400 — 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1925, 1926, 1927, 1929, 1930, 1931, 1932, 1935.

200 e 100 — 1918 a 1935.

50 — 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1925, 1926, 1931, 1935.

20 — 1918, 1919, 1920, 1921, 1927, 1935.

Neste último ano, data extrema da série, não houve cunhagem dos 50 e 20 réis. A Casa da Moeda, porém, em janeiro de 1937, mandou cunhá-las com essa data, tirando de cada valor apenas cinqüenta exemplares, destinados ao seu medalheiro e eventualmente aos dos colecionadores que os quisessem adquirir. Foram aí inicialmente vendidos ou trocados na base de 50.000 réis, porém o seu preço hoje, vai para cada peça, além de 1.000 cruzeiros. Aí está como a Casa da Moeda — fato inédito — contribuiu deliberadamente para a *criação de uma raridade numismática*. Pena é que, tendo já a série republicana, naturalmente, as suas raridades, venha o fato influir para que, somente uns poucos, consigam fechar as suas séries, retirando aos iniciantes o estímulo pela certeza de que apenas meia centena de colecionadores o poderão fazer. O que não deixa de ser um prejuízo para a maior difusão do entusiasmo pela numismática.

3º PADRÃO DA PRATA ¹

TIPO ÚNICO

Dentre as comemorações da data do 1º Centenário da nossa emancipação política, não foi esquecida a numismática, como documento dos mais duradouros. E assim foram emitidas em 1922 e 1923, com a primeira data, moedas de prata e bronze de alumínio alusivas à efeméride. Das primeiras, no valor de 2.000 réis, o metal apresentava inicialmente o título de 900 milésimos (Decreto nº 15.728, de 12 de outubro de 1922, art. 1º), ou seja o mesmo que vinha vigorando desde 1906. O padrão foi modificado apenas no peso, que diminuiu de 20 gramas para 10. O tipo dessa peça será descrito mais adiante.

4º PADRÃO DA PRATA E 1º DO BRONZE DE ALUMÍNIO ²

PRIMEIRO TIPO

I — PRATA

Tendo o governo verificado que as moedas subsidiárias inglesas dessa época já eram batidas ao título de 500 milésimos, seguiu o exemplo e no ano seguinte, determinou a adoção daquele

1. Comemorativas do Centenário da Independência do Brasil.

2. Comemorativas do Centenário da Independência do Brasil.

título para o numerário nacional, procurando por tal forma impedir a fatal emigração da nossa moeda divisionária, como já vinha acontecendo (Art. 127. N. 10, da lei nº 4.632, de 6 de janeiro de 1923).

É esta a razão por que, nas moedas de prata comemorativas do centenário, sob a mesma data de 1922, existem dois tipos de liga acentuadamente diferentes. Contudo, é certo que apenas as de 900 milésimos são de 1922. As demais foram batidas por força de uma lei do ano seguinte.

Eis o tipo da prata:

Bustos conjugados de D. Pedro I e do Presidente Epitácio Pessoa, à esquerda. No alto, o Cruzeiro do Sul, separando as legendas em orla: D. PEDRO I/Aclam. da Ind., à esquerda; à direita, EPITÁCIO PESSOA: X Presidente da República. No exergo, Brasil.

Reverso — Armas completas do Brasil República e do Brasil Império, sobre uma cartela, encimando as datas: 1822 — 1922. Ao alto, em quatro linhas, 1º/Centenário/da/Independência. No exergo, 2 mil réis, em duas linhas; à direita, a sigla do gravador J. Vargas. Orla pontilhada. Serrilha estriada.

II — BRONZE DE ALUMÍNIO

1.000

O anverso desta peça é o mesmo da anterior.

Reverso — Facho irradiante, sustentado por dois ramos de café e fumo, em santor, de que pendem fitas carregadas, à direita e à esquerda, da coroa imperial do Brasil e do barrete frígio; nos flancos, as datas 1822 e 1922. No alto, 7 DE SETEMBRO e 1.000 réis, em duas linhas. Na orla inferior, 1º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA.

500

Mesmo tipo da peça descrita.

Os cunhos do anverso foram gravados pelo artista Augusto Giorgio Girardet, e as do reverso, pelo gravador Arlindo Bastos. A primeira tiragem saiu com um engano na palavra BRASIL — BBASIL — logo corrigida nos cunhos. Este incidente motivou a retirada de Girardet da Casa da Moeda¹ e as ditas peças, as chamadas BB, pelo fato de todo mundo, colecionar ou não, ter reservado um exemplar, é o que paradoxalmente se poderia chamar a *raridade mais comum de República*.

1. Yolanda Marcondes Portugal. "Moedas Comemorativas do Brasil", in-Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. I, p. 139.

Sem falar nos reversos horizontais distinguem os colecionadores o B mudado em R nos cunhos, a falta de pontos na legenda e a posição dos mesmos (acima ou abaixo em D. Pedro I); o acento da palavra PESSÕA mais para um lado e outras pequenas diferenças, que não escapam ao colecionador ávido de variantes.

SEGUNDO TIPO

I — PRATA

A Lei N. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, orçada a receita geral da República para o ano seguinte, autorizou o governo a cunhar até 20.000 contos de moedas de prata e mais 15.000 em «cobre-alumínio», «podendo alterar os cunhos atuais» (Art. 109).

De posse dessa faculdade, expediu o governo o Decreto N. 16 409, de 12 de março de 1924, em virtude do qual foram cunhados, a partir dessa data e até 1931 inclusive, moedas de prata e bronze de alumínio nos valores, respectivamente, de 2.000 e 1.000 e 500 réis. Obedeciam todas ao sistema da emissão anterior.

2.000

A efígie da República à direita com barrete frigio, laureado, dentro de um círculo linear. Em orla, vinte e uma estrelas de cinco pontas.

Reverso — Entre dois ramos de café e tabaco, atados em ponta, o valor 2.000 réis em duas linhas, separados ao alto por um feixe de varas em pala. Em orla, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. No exergo, a data. Orla pontilhada. Serrilha estriada. Datas: 1924-1931 e 1934.

II — BRONZE DE ALUMÍNIO

1.000

Entre dois ramos de café e algodão, atados em ponta, o valor 1.000 réis em duas linhas, separados ao alto por uma estrela de cinco pontas. Na orla superior, BRASIL. No exergo, a data.

Reverso — A figura da abundância, com o joelho apoiado em terra, tendo na dextra uma cornucópia; no campo, ao lado, a constelação do Cruzeiro do Sul. Em orla, vinte e uma estrelas de cinco pontas. Datas: 1924, 1925, 1927, 1928, 1929, 1930 e 1931.

500

Mesmo tipo da peça descrita. Datas: 1924, 1925, 1928, 1930, 1931.

Existem em algumas coleções a data de 1926 no 1.000 réis e as de 1926 e 1929, no 500 réis. Não as mencionam os mapas da Casa da Moeda, tratando-se, com toda a certeza, de falsificações. Uma diretamente nas peças legítimas, a buril; outras, falsificadas inteiramente. Nos exemplares bem conservados, nota-se bem distinta a sigla do gravador J. Vargas, no pé do ramo à esquerda. Há moedas cujos ferros não trazem assinatura.

TERCEIRO TIPO

Pelo Decreto N. 21.358, de 4 de maio de 1932, o governo autorizado a cunhar moedas divisionárias de prata, «cobre de alumínio» e cupro-níquel, em comemoração ao 4º Centenário da Fundação de S. Vicente, início da colonização do Brasil. É a chamada série Vicentina. Os motivos históricos que constituem o seu tipo foram sugeridos pelo Instituto Histórico de São Paulo.

I — PRATA

O valor de 2.000 foi batido em prata, cuja composição difere da anterior, embora mantido o título de 500 de metal fino. A liga ficou e se conserva mais clara, porque do cobre, se retirou 100, distribuídos em partes iguais por zinco e níquel.

2.000

Busto de D. João III a três quartos para a direita; no campo, em sete linhas interrompidas pela efígie, IV/CENTENA/RIO. DA/COLONIZA/ÇÃO. DO./BRASIL/ 1532-1932. À direita, as iniciais do gravador Leopoldo Campos.

Reverso — Escudo real de D. João III (orla de 8 castelos) posto ao balão, com elmo coroado e paquife. Em orla, ao alto, 2.000 réis. No exergo, em caracteres góticos, REI DPORTUGALL. Serrilha estriada.

II — BRONZE DE ALUMÍNIO

1.000

Efígie de Martim Afonso de Souza em corpo quase inteiro, a três quartos para a esquerda. No campo, a inscrição em sete linhas, interrompida pela figura: IV CEN/TENARIO DA/COLONI/ZAÇÃO / DO / BRASIL 1532 — 1932. Sob a última data, o monograma do gravador Leopoldo Campos.

Reverso — Armas de Martim Afonso de Souza escudo ao balão com elmo e paquife, esquartelado de Souzas e Portugal. Na orla, 1.000 réis. No campo, inferiormente, à esquerda, a inicial H, do gravador Hermínio Pereira. Serrilha estriada.

Busto de João Ramalho, a três quartos, à direita. No campo, em sete linhas, IV/CENTENA/RIO DA/ COLONIZA/ÇÃO DO/ BRASIL/ 1532-1932. Sob a última data, o monograma do gravador Calmon Barreto.

Reverso — Sobre o campo azul (traços horizontais) um gibão bandeirante, entre o valor 500, na vertical, e a palavra *réis*, em cruz. Cunho do gravador citado.

III — CUPRO-NIQUEL

Três, foram os valores batidos nesta liga:

400

O mapa da América dividido pelo meridiano de Tordesilhas, ladeado pelas datas 1532 — 1932. Na orla, IV CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL, entre pontos. No campo, em baixo, à esquerda, o monograma do gravador Walter Toledo.

Reverso — Cruz da Ordem Militar de Cristo. Na orla, 400 réis. No quarto cantão da cruz, o monograma do gravador Basílio Nunes.

200

Esfera armilar. Na orla, IV CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL. Na esfera, à esquerda, o monograma do gravador Calmon Barreto.

Reverso — Caravela quinhentista. Na orla, 1532-1932. No exergo, o valor 200 réis em duas linhas e, à direita, a sigla do gravador Arlindo Bastos.

100

Busto do cacique Tibiriçá. No campo, em sete linhas interrompidas pela figura, IV/ CENTENA/ RIO DA/COLONIZA/ÇÃO DO/ BRASIL/ 1532 — 1932. À esquerda, sob a primeira data, o monograma do gravador Leopoldo Campos.

Reverso — No campo, ao alto, uma panóplia indígena. Por baixo, 100 réis em duas linhas. Sob a panóplia, à direita, a sigla do gravador Walter Toledo.

QUARTO TIPO

O Decreto N. 24.257, de 16 de maio de 1934, continuando o movimento renovador iniciado em 1932, com a série já descrita, veio modificar por completo o aspecto das nossas espécies cir-

culantes, adotando novos tipos monetários, constituídos pelas efígies de grandes vultos da história nacional. É a série a que chamaremos dos «Varões ilustres do Brasil.»

O mencionado decreto diz o seguinte: «O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto N. 19.398, de 14 de novembro de 1930, e atendendo ao que lhe representou o ministro da Fazenda sobre as vantagens técnicas de alterar a tolerância da atual moeda de 2.000 e a composição das de 1\$000 e \$500, decreta:

Art. 1º — As moedas de prata de 2\$000 e as de bronze de alumínio de 1\$000 e \$500 que doravante se cunharem, terão as características constantes do quadro seguinte: ¹

METAL	VALOR	TITULO	Composição	Peso Mod.		Tolerância	
				Grm.	m/m	Tít.	Comp.
PRATA	2\$000	0,50		8.000	26	0,0005	5%
BRONZE DE ALU- MÍNIO	1\$000		90,00 cu.	8.000	27,7		
			8,00 Al.			2%	2%
	\$500		1,70 Zn. 0,30 Imp.	4.000	22,5		

Art. 2º — São mantidos, na amoedação dessas peças, até o dia 31 de dezembro próximo, os cunhos atuais.

Art. 3º — As três moedas supra-referidas, que se cunharem dessa data em diante, trarão, além das indicações legais do costume, os seguintes motivos:

A de 2\$000, no anverso, a efígie do Duque de Caxias e no reverso uma espada batalhante;

A de 1\$000, no anverso, a efígie de Anchieta e no reverso um livro;

A de \$500, no anverso, a efígie do Regente Feijó e no reverso uma coluna».

De acordo com as bases estabelecidas neste decreto, foram, em 1935, lavrados os seguintes valores:

1. Entre este quadro e o que vem publicado a página 29 da “Legislação sobre Moeda Metálica” da Casa da Moeda, verifica-se pequena diferença na liga. De qualquer modo, a parte principal da composição (90 de cobre e 8 de alumínio) está inalterada em ambos.

I — PRATA

2.000

Sobre um fundo negro (quadriculado), a efígie do Duque de Caxias, com chapéu armado, à esquerda. Na orla esquerda a inscrição CAXIAS.

Reverso — No centro, uma espada desembainhada e em pala, separando o valor 2.000/réis. Por cima, dois filetes. Na orla inferior, BRASIL — 1935. Sob o filete que precede a data, as iniciais do gravador Walter Toledo. O cunho do anverso é do gravador Leopoldo Campos.

II — BRONZE DE ALUMÍNIO

1.000

Em campo de negro, a efígie do Padre José de Anchieta, de perfil, à esquerda, onde se ostenta a inscrição vertical ANCHIE-TA. Em baixo, junto à gola da roupeta, as iniciais do desenhista e gravador Calmon Barreto.

Reverso — Ao centro, um livro aberto, encimado pela indicação do valor em semicírculo — 1.000 réis — entre dois filetes. Sob o valor, a data 1935. No exergo, a palavra BRASIL. No campo, à esquerda, sob o livro, as iniciais do gravador Walter Toledo.

500

O busto do Regente do Império Diogo Antônio Feijó, a três quartos, à esquerda, tendo a cabeça circundada pela inscrição REGENTE FEIJÓ. Na gola da vestimenta, à direita, em letras incusas, as iniciais do gravador Calmon Barreto.

Reverso — No centro, uma coluna coríntia encimada pela inscrição circular BRASIL entre dois filetes. À esquerda do campo o valor 500 e à direita, a palavra réis, em posição horizontal. No exergo, a data, 1935 e as iniciais do desenhista e gravador Walter Toledo.

5º PADRAO DA PRATA, 2º DO BRONZE
DE ALUMÍNIO E 3º DO CUPRO-NÍQUEL

TIPO ÚNICO

O Decreto N. 565, de 31 de dezembro de 1935, veio modificar e completar a série das nossas moedas divisionárias e auxiliares. Criou a moeda de 5\$000 em prata de 600 milésimos de fino; determinou a cunhagem dos 2\$000 em bronze de alumínio.

e não mais em prata; diminuiu o peso e o módulo da peça de 1\$000 naquele metal, com a efígie de Anchieta; reforçou, dando-lhe mais uma grama, o disco da moeda de \$500 com o busto de Feijó, que devido à sua excessiva tenuidade, provocava no fabrico a ruptura dos cunhos, com prejuízo na produção e encarecimento no custo. Finalmente, alterou o peso e o diâmetro das moedas de cupro-níquel, criando na série um novo valor — os 300 réis. Os tipos adotados nas novas espécies em níquel e em prata são todos igualmente tirados à nossa galeria histórica, escolhidos entre os nossos próhomens.

Foram cunhados cinquenta mil contos de réis, sendo 20.000 em prata; 20.000 em bronze de alumínio e 10.000 em cupro-níquel, a fim de substituir uma soma correspondente de papel moeda em circulação. A cunhagem iniciou-se em 1936 e se estendeu até 1938 inclusive.

I — PRATA

5.000

Busto de Santos Dumont, de perfil, à esquerda, ladeado pelas inscrições verticais — SANTOS — à esquerda e — DUMONT — à direita. No exergo, sob o mento da figura, o monograma do gravador Calmon Barreto.

Reverso — Uma asa aberta em vôo, da direita para a esquerda, tendo por cima a inscrição BRAZIL e por baixo o valor — 5.000 — sobreposto à palavra — réis — entre dois pontos. Sob a extremidade da asa, à esquerda, a data (1936, 1937, 1938) e no exergo, a sigla do gravador Walter Toledo.

II — BRONZE DE ALUMÍNIO

2.000

O busto do Duque de Caxias, de perfil e chapéu armado, à direita, onde sobressai a inscrição vertical trissílaba — CA — XI — AS.

Na parte inferior do campo, à direita, o monograma do gravador Prof. Leopoldo Campos e, à esquerda, uma coroa ducal. Circunda a composição um filete denticulado.

Reverso — Ao centro, um punho de espada com guarda, encimado pela inscrição circular — BRASIL — entre dois filetes. Indicam o valor: um — 2 — incluso no copo da arma, um ponto saliente no punho e três zeros entrelaçados, em seguimento. Acima dos zeros, a data — (1936, 1937, 1938) — e em baixo a abreviatura — Rs. — No exergo, o monograma do desenhista e gravador Walter Toledo.

1.000

Mesmo tipo dos de 1935. As iniciais do gravador são um pouco maiores, e menor o diâmetro da peça.

500

Mesmo tipo dos de 1935. O disco é como se disse mais espesso e mais acentuado o relevo do cunho.

III — CUPRO-NÍQUEL

400

A efígie de Oswaldo Cruz, à esquerda, a três quartos, separando a palavra — OSVALDO — gravada em duas linhas sobrepostas, à esquerda, da palavra — CRUZ — à direita. Debaixo desta, o monograma do desenhista e gravador Calmon Barreto.

Reverso — Entre dois filetes, uma lâmpada acesa, encimada pela inscrição circular — BRASIL — sobreposta à data (1936, 1937, 1938). No exergo, entre dois pontos, 400 RÉIS, seguido pela sigla do desenhista e gravador Walter Toledo.

300

A efígie de Carlos Gomes a três quartos (à esquerda, separando a palavra — CARLOS — à esquerda, da palavra — GOMES — à direita, ambas escritas horizontalmente. Sob a última, o monograma do desenhista e gravador Leopoldo Campos.

Reverso — Uma lira encimada pela inscrição em círculo BRASIL, sobreposta à data (1936, 1937, 1938). No campo, à esquerda, o valor 300 e à direita, a palavra réis — escritas em sentido curvilíneo-vertical. No exergo, a mesma sigla do anverso.

200

O Busto do Visconde de Mauá, de frente, dividindo em duas partes a inscrição horizontal — MA-UÁ — Sob as duas últimas letras, o monograma do desenhista o gravador Leopoldo de Campos. Circunda a composição um listel denticulado.

Reverso — Entre pontos, uma locomotiva sobre trilhos, encimada pela inscrição em círculo — BRASIL — sobreposta à data (1936, 1937, 1938). No exergo, o valor — 200 sobreposto à abreviatura — Rs. — e, sob o pára-choque da máquina, à direita, a mesma sigla do anverso.

A efígie do Almirante Marquês de Tamandaré, de frente, com a inscrição — TAMAN-DARÉ — horizontalmente traçada e dividida em duas partes pela figura. Em baixo dessa inscrição, à esquerda, a sigla do desenhista e gravador Calmon Barreto.

Reverso — Ao centro, uma âncora enlaçada por uma corrente presa ao arganêu. No campo, à esquerda, o valor — 100 — e, à direita, a palavra — réis — ambos em posição vertical. Em curva, no alto, a palavra — BRASIL — entre um arabesco e a data (1936, 1937, 1938); em baixo, à esquerda, entre os braços da âncora e o planete, o monograma do desenhista e gravador Walter Toledo.

Nesta série, a peça de prata e as de bronze de alumínio têm serrilha estriada e as de níquel, o bordo liso. A de 2\$000, em outubro de 1938, modificou a serrilha, que passou a ser poligonal, sob a mesma data.

SEGUNDO TIPO

I — BRONZE DE ALUMÍNIO

Assinalando o ano de 1939 o centenário de três grandes figuras nacionais, resolveu o governo, pelo Decreto Lei Nº de de, consignar as efemérides fazendo cunhar moedas alusivas.

2.000

Busto de Floriano Peixoto, de frente, em trajos civis. Em orla, interrompida pela figura, a legenda FLORIANO/PEIXOTO. Sob a primeira palavra, a data 1839 e 1939; sob a segunda, a sigla do gravador Orlando Maia.

Reverso — No campo, o valor em sentido horizontal e em duas linhas: 2.000/réis. Ao alto, em círculo, a palavra BRAZIL. Em baixo, a data — 1939. Em orla, um ornato marajoara.

1.000

Busto de Tobias Barreto, a três quartos, para a direita, ladeado pela legenda TOBIAS/BARRETO, inscrita verticalmente. Sob a primeira, as datas — 1839-1939 em duas linhas. Sob a segunda, o monograma do gravador Benedito Ribeiro.

Reverso — Indêntico ao da moeda anterior.

500

Busto de Machado de Assis de três quartos para a esquerda, circundado da inscrição MACHADO DE ASSIS. Ladeando a

figura, as datas 1839-1939, internamente. Em seguida à última data, o monograma do gravador Benedito Ribeiro.

Reverso — No campo, ao centro, o valor 500, superposta à palavra réis, que por sua vez encima a data — 1939. Em cima, BRASIL. À volta, em orla, um ornamento marajoara.

4º PADRÃO DO CUPRO-NÍQUEL

TIPO ÚNICO

Para comemorar o primeiro aniversário da Constituição de 10 de novembro, foram cunhadas moedas subsidiárias com os valores de 400, 300, 200 e 100 réis, cujo tipo é o seguinte:

Busto de perfil, à esquerda, do Presidente Getúlio Vargas, interrompendo a legenda do seu nome.

Reverso — No campo, o valor e a data em três linhas, tudo encimado pela palavra BRASIL, inscrita circularmente. Em orla, um ornamento marajoara.

Se bem que se trate de moedas comemorativas, foram elas repetidas em 1940 e 1942, sendo que, neste último ano a liga apresentava-se com um maior teor de cobre.

Os cunhos do anverso de todas as peças¹ são de autoria do gravador Leopoldo de Campos. Os reversos do 200 e do 300 réis foram feitos por Walfrides Trindade, Benedito Ribeiro, Basílio Nunes e Orlando Maia.

Na emissão de 1940, os reversos foram feitos por Walfrides Trindade, Benedito Ribeiro, Basílio Nunes e Orlando Maia, respectivamente do 400, 300, 200 e 100 réis.

NOVO SISTEMA MONETÁRIO — O CRUZEIRO

1º Padrão do bronze de alumínio

1.º TIPO

O *cruzeiro* é uma idéia de mais de meio século. A 8 de agosto de 1891, apresentou Amaro Cavalcanti ao Senado um projeto de reforma monetária, pelo qual «a unidade mínima ou básica do sistema monetário brasileiro» seria o *real*, e o menor valor estampado o *vintém*, ou 20 réis, como moeda divisionária ou de troco. O *real* corresponderia à grama 0,00073 de ouro puro, ou à grama de 0,00088 de ouro amoedado ao título de 900 milésimos.

1. Yolanda Marcondes Portugal, op. cit., pág. 143.

Seriam batidas:

A *libra brasileira*, como o valor de 10\$000; a *meia libra*, valendo 5\$000 e a *dobla (sic)*, valendo 20\$000, com os pesos, respectivamente, de 8,064, 4,032 e 16,128 gramas.¹

O projeto foi aceito pelo Senado com algumas restrições, entre as quais a que se referia à denominação da nova moeda, que passaria a ser: *cruzeiro*, *meio cruzeiro* e *duplo cruzeiro*, ao invés de *libra*, *meia libra* e *dobla*, alterando-se ligeiramente o peso: 8,065, 4,03250 e 16, 130 gramas.

Foi o Sr. Ramiro Barcelos o autor da emenda aprovada, que substituiu a libra pelo cruzeiro — desde há muito adotado como símbolo da nacionalidade, e logo acolhida pelo Dr. Amaro Cavalcanti. Seria de ouro, e teria o valor de 10\$000. Durante as discussões no Senado, também os Srs. Américo Lobo e Eliseu Martins propuseram a substituição da unidade básica libra, por cruzeiro. O primeiro, sugeriu essa denominação para a unidade de 200 réis acompanhando o segundo, o Sr. Ramiro Barcelos, inclusive quanto ao valor da unidade básica, 10\$000, em ouro.

Continuaria o sistema millesimal da moeda brasileira, embora o autor da idéia vencedora houvesse, sem resultado, sugerido o *cruzado* como unidade básica, valendo pois o cruzeiro 25 cruzados.

Não teve, porém, prossecução esse projeto.

Em 22 de maio de 1925, voltou o assunto da reforma monetária ao Congresso, com o projeto Camilo Prates, inspirado num estudo do Professor Juscelino Barbosa, da Faculdade de Direito de Belo Horizonte.¹ O artigo primeiro adotava a designação de cruzeiro para a nova moeda, cunhando-se peças de 5, 10 e 20 cruzeiros em ouro.

Pelo artigo segundo, tais moedas apresentavam a inovação, na série brasileira, de trazerem gravado, além do peso, o título. O cruzeiro dividia-se em 10 tostões e estes em 5 vinténs. Em prata, seriam cunhados os dois cruzeiros ou 20 tostões; em alumínio, 1 cruzeiro ou 10 tostões; em níquel, 4 tostões, dois tostões, um tostão, meio tostão, dois vinténs, um vintém e meio vintém ou cêntimo.

Apesar de ficarem mantidas antigas designações na moeda divisionária ou de troco, mudava-se o sistema, de millesimal para centesimal. Todas essas moedas deveriam trazer, como símbolo bem visível, a constelação do Cruzeiro do Sul numa e, noutra face, «a imagem da República ou alguma alegoria artística», vedando-se a aposição, nas mesmas, de «efígie de pessoa viva, salvo expressa deliberação do Congresso Nacional.»

1. Amaro Cavalcanti, "A Reforma Monetária, Imp. Nac., Rio, 1891.

1. Mansueto Bernardi, "Estudos Monetários", P. Alegre, págs. 145 e segs.

Também o Sr. Ferdinando Laboriau, ao findar o ano de 1926, sugeriu a criação de u'a *moeda nova*, com a designação de *cruzeiro*, porém com a quebra do par legal no câmbio externo e, baseando-se na média dos últimos seis anos, que dava para o 1\$000 papel o valor de 643/64 dinheiros, aconselhava a adoção desse preço para vigorar como paridade cambial do novo sistema.

Era, como se vê, uma sugestão de ordem exclusivamente financeira, não interferindo com a designação da nova moeda em estudo, aceita plenamente pelo ilustre sucessor de Ennes de Souza na cátedra de Metalurgia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Ainda no mesmo ano, em 18 de dezembro, o Presidente Washington Luís, sendo Ministro da Fazenda o Sr. Getúlio Vargas, sancionava o Decreto N. 5.108, que alterava o sistema monetário nacional, e estabelecia medidas econômicas e financeiras. Por esse decreto, seria mantido o padrão monetário de ouro de 900 milésimos, e adotada a designação de *cruzeiro* para a nova moeda nacional, dividida em centésimos. A prata, o níquel e o cobre seriam empregados na moeda divisionária.

Essa lei não chegou a ser posta em prática e é durante os trabalhos da Constituinte que sucedeu a revolução de 30 que vamos encontrar o assunto novamente em foco, através da emenda Mário Ramos ao capítulo V da Constituição de 1934, emenda essa que não logrou aprovação:

«A Lei Federal sob a denominação de «Lei Monetária» determinará que a unidade monetária brasileira, mil réis, chamar-se-á *cruzeiro*, e conterà um peso de ouro fino e mais a liga na razão de 9/10 e 1/10, conforme for determinado. O *cruzeiro* será dividido em décimos; a moeda divisionária será um décimo, dois décimos do *cruzeiro* cunhados em níquel; um *cruzeiro* e dois *cruzeiros* cunhados em prata.»

Mais tarde, em sessão da Câmara ordinária, apresentou o referido deputado um projeto de lei, em cujo artigo primeiro estabelecia a substituição da unidade monetária brasileira — o 1\$000 — pelo *cruzeiro*, dividido em décimos, dois décimos, três décimos, quatro décimos cunhados em níquel; meio *cruzeiro*, um *cruzeiro*, dois *cruzeiros*, cunhados em prata.

No seio da comissão de finanças o próprio autor apresentou mais tarde um substitutivo, pelo qual se extinguiu o real, unidade monetária, e o seu múltiplo, o 1\$000, pelo *cruzeiro*, como unidade básica do sistema monetário nacional. O *cruzeiro* seria dividido em décimos, e as moedas divisionárias seriam de um décimo de *cruzeiro*, ou tostão, dois, três, quatro décimos em níquel; meio e um *cruzeiro* em bronze de alumínio e dois e cinco *cruzeiros* em prata.

A esse projeto, o deputado Vergueiro César ofereceu emenda, no sentido de ser a divisão do cruzeiro em centésimos e não em décimos, porque, assim, estaria de acordo com o Decreto Washington Luiz, que a seu ver continuava em «vigor».

Em 22 de março de 1939, o Sr. Mário de Andrade Ramos volta a pleitear a criação do cruzeiro em artigo publicado no «Jornal do Comércio», sob o título «Estudos sobre as leis monetária e bancária.»

Ali mantinha a mesma orientação de seu último projeto na Câmara, quanto às moedas do novo sistema, sua cunhagem e divisão, valores e metais.

* * *

Informa Mansueto Bernardi, antigo diretor da Casa da Moeda, em seu livro já citado, que a primeira tentativa de lançamentos do cruzeiro (com a *Brasílea* e o *Meio Cruzeiro*, tudo em ouro), se atribui ao fiscal da impressão daquela repartição, Alvaro Duque Estrada Bastos, ao sugerir a sua criação em 1911. No mesmo livro, dá este autor a íntegra do Projeto Amaro Cavalcanti, bem assim a Emenda Ramiro Barcelos, aprovada, que substituiu a libra, seus múltiplos e submúltiplos, pelo *Cruzeiro*. É evidente que a primazia cabe àquele congressista, e a outros que na ocasião o acompanharam na sua sugestão. É mesmo possível que a idéia seja ainda anterior pois, segundo Saturnino de Pádua¹ «este nome (cruzeiro) para o amedamento nacional foi em os primórdios da República lembrado pelo Sr. João do Rego,² da Biblioteca Nacional, como decorrente do próprio nome da República, que ele propunha se chamasse — do cruzeiro — tendo em vista a adoção oficial do estrelamento do Cruzeiro do Sul como símbolo da Pátria.»

A sugestão do Sr. Duque Estrada foi, não há dúvida, mais uma a se juntar a outras anteriores, em prol da criação do cruzeiro. Valeria 10\$000 e o seu lançamento se daria concomitantemente com a *Brasílea*, de 15\$000, e com o *Meio Cruzeiro*, de 5\$000, todos de ouro.

Aprovado, como já foi dito, o cruzeiro como moeda nacional no Governo Washington Luís, foram realizados na Casa da Moeda estudos que chegaram até à cunhagem de ensaios em ouro, hoje

1. Guia do Colecionador de Moedas Brasileiras, p. 170 e segus., Rio, 1928.

2. Diretor da Secção de Numismática da Biblioteca Nacional. Foi o primeiro professor desta matéria no Brasil.

existentes em algumas coleções particulares.³ Também de papel moeda se fizeram ensaios, tendo o Governo incumbido da impressão das notas de cruzeiro a Oficina Carte Valori Turati Lombardi & Cia., de Milão.

Os acontecimentos políticos, que culminaram com a implantação do governo provisório de 1930, não permitiram a prática da lei sancionada, e o velho e tão malsinado 1\$000 continuou imperando.

Assumindo a direção da Casa da Moeda, o Sr. Mansueto Bernardi, em exposição ao então Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha, encetou novas tentativas para a reforma monetária. A sua sugestão atribuía ao cruzeiro o valor de 1\$000 e, aos submúltiplos, a denominação de centavos, centésimos ou cêntimos, de preferência esta.¹

No seu combate ao mil réis, aludia esse alto funcionário ao fato de representar ele «um resquício da nossa sugestão ao reino de Portugal.» Advogava a adoção do cruzeiro como ideal, entre outras coisas «porque lembrava o cruzado colonial»... A nosso ver e no dos que, antes dele, lançaram a idéia, o principal motivo da denominação reside na alusão ao Cruzeiro do Sul, escolhido desde 1822 como símbolo da Nação.

Em Despacho de 12 de fevereiro de 1933 o Presidente Getúlio Vargas admitia a designação de *cruzeiro* para a nova moeda, bem como a de *Tupi*, *Guarani*, *Aimoré*, ou ainda outras.²

Em despacho de 12 de fevereiro de 1933 o Presidente Getúlio Vargas definia a sua preferência pelo *cruzeiro* como unidade monetária nacional, e pelo *centésimo* para suas frações.

Ainda nesse ano, o diretor da Casa da Moeda, por ordem do ministro, baseado nas considerações de sua anterior exposição, oferecia à deliberação do governo um anteprojeto «simplificando o sistema monetário e dando outras providências», segundo o qual seriam emitidos:

3. Na coleção oficial, a cargo do Museu Histórico Nacional, não consta essa peça, de grande valor histórico. É velho o problema da remessa, primeiro à Biblioteca Nacional, depois, ao M.H.N., pela Casa da Moeda, de exemplares ali fabricados. Desde o tempo do diretor José Alexandre Teixeira de Melo, no primeiro daqueles estabelecimentos, onde teve início a coleção, as reclamações se sucedem com o fim de obter da Casa da Moeda a entrega regular de pelo menos um exemplar de cada metal de moeda ou medalha ali cunhada. Essa exigência passou, depois, a constituir objeto de lei (que o Decreto N. 22.629 de 28.12.1932 confirmou), sem melhores resultados. Isto tem sido causa a que falem na coleção oficial peças que se tornaram hoje raras, talvez impossíveis de adquirir. (V. Relatório do diretor da B.N., 1898 "Anais". V. XXI; Relatório de 1900, "Anais, V.XXIII e outros).

1. Parecer da Casa da Moeda ao Ministro da Fazenda, 12 de maio de 1932, *in-op. cit.*

2. *in* — Mansueto Bernardi, *op. cit.*

Em ouro — 10, 20 e 50 cruzeiros;
Em prata — 2 e 5 cruzeiros;
Em bronze de alumínio — 1/2 cruzeiro e 1 cruzeiro;
Em níquel — 10, 20 e 30 centésimos;
Em papel — 10, 20, 50, 100, 200, 500 e 1.000 cruzeiros.

Por esse projeto tais moedas teriam em uma das faces, obrigatoriamente, a Constelação do Cruzeiro do Sul, rodeada de tantas estrelas quantas fossem as unidades da Federação, ficando o anverso livre a outros motivos, tendentes a diferenciar cada um dentre todos os valores.

Somente em julho de 1934 voltou o Ministro da Fazenda a cogitar da matéria, com a instituição do Conselho Administrativo da Casa da Moeda, dentre cujas atribuições figurava o da elaboração do projeto definitivo da reforma monetária.

O Conselho se compunha, além do diretor da mais antiga das nossas Repartições, dos Srs. Marcos de Souza Dantas, autoridade em assuntos bancários e financeiros; José Raul de Moraes, Álvaro de Sales Oliveira e Guilherme Guinle, adiantados numismatas patricios. São da autoria deste Conselho as sugestões ao ministro da Fazenda para a «simplificação do sistema atual», datadas de 2 de dezembro de 1934, segundo os quais seriam batidos:

Em níquel — 10, 20 e 30 centésimos;
Em bronze de alumínio — 1/2 e 1 cruzeiro?
Em prata — 2 e 5 cruzeiros;
Em papel — 10, 20, 50, 100, 200, 500 e 1.000 cruzeiros.

Ainda desta vez o cruzeiro não haveria de sair. Um novo projeto foi determinado ao diretor da Casa da Moeda, já então pelo Ministro Souza Costa, em virtude da exposição de 28 de outubro de 1937.

Após estudos realizados naquela repartição com a assistência técnica do fiscal dos metais, Engenheiro Renato Vieira Wellington, foram feitas experiências de cunhagem em discos de níquel puro, «sendo certo número desses ensaios recolhidos ao Museu» da Casa da Moeda.¹

E assim, novo alvitro foi submetido ao Ministro da Fazenda para a cunhagem da nova moeda, aprovada deste 1927 pelo Sr. Washington Luís e adotada em 1933 pelo Sr. Getúlio Vargas.

O seguinte quadro mostra o plano do último projeto da Casa da Moeda:

1. Estes ensaios também não constam das coleções do M.H.N.

METAL	Valor em cruzeiros	Peso em gramas	Diâmetro em milímetros	Composição em milésimos
CUPRO- -NIQUEL	10 centésimos	3	12	750 de cobre 250 de níquel
	20 centésimos	4	20	
	50 centésimos	5	22	
NIQUEL PURO	1	8	24	Níquel puro
	2	9	26	
	5	10	28	
OURO	100	a fixar	a fixar	900 de ouro 100 de cobre

Seria, como se vê, abandonada a liga de bronze de alumínio e adotada a do cupro-níquel, além do níquel puro. O papel teria os mesmos valores do anteprojeto anterior.

Já é tempo de explicar que à moeda comumente designada de «níquel» desde a sua primeira cunhagem no Brasil ao tempo do provedor Azeredo Coutinho, temos preferido neste trabalho chamar de «cupro-níquel» pela razão simples de que, na sua composição, prevalece o cobre numa percentagem três vezes maior. Bem sabemos que não será possível, na linguagem vulgar, corrigir-se o vício, já tão antigo, como evitar que classificassem *cobre* ao bronze do Império e da República, e mais recentemente, que se chame «prata» aos 2, 1 mil e 500 réis emitidos em bronze de alumínio, em giro.

Mas, de moedas de níquel, no Brasil, houve apenas projetos.

O Sr. Mansueto Bernardi, ao tempo em que foi diretor da Casa da Moeda, bateu-se pela adoção do níquel puro nas moedas daqueles valores. Argumentava que, então, já trinta e dois países o utilizavam na moeda divisionária, entre eles a Alemanha, a Bélgica, a Áustria, a China, o Vaticano, o Canadá, a França, a Grécia, a Itália, o Japão, o México, a Irlanda, a Polônia, a Suíça. Isto, porque «a prata vale dez vezes mais do que o níquel, embora sua duração seja muito menor. A prata oxida, e tanto mais rapidamente, quanto maior a proporção de cobre que a liga contém, ao passo que o níquel puro permanece sempre claro e reluzente como quando sai da prensa.» «A produção de prata no Brasil é insignificante, sendo ao contrário inesgotáveis as nossas reservas de garnierita.»

O sucessor, Sr. Josué Seroa da Mota, retomou o assunto e projetou emitir, após terminar a cunhagem das moedas de 2, 1 mil e quinhentos réis em bronze de alumínio e das de prata de

5.000 réis ordenadas pelos Decretos 848 e 849 de 9 de novembro de 1938, moedas de níquel puro. Nesse sentido, organizara um projeto para ser submetido ao governo, segundo o qual seriam batidos os valores de 500, 1 e 2.000 réis e talvez de 3 e 4 mil réis, segundo informava esse funcionário em entrevista aos jornais.

O níquel puro não foi batido, e o próprio cupro-níquel deixou de o ser depois de 1943.

Finalmente, o Decreto-lei N. 4791, de 5 de outubro de 1942, instituiu o *cruzeiro* como unidade monetária brasileira, denominando-se a fração *centavo*. O cruzeiro corresponde ao mil réis e o meio circulante constitui-se de moedas metálicas e de cédulas.

Os valores em metal, são de 1, 2 e 5 cruzeiros, e as frações de 10, 20 e 50 centavos, tendo as seguintes características, imutáveis: 23, 25 e 27 mm, respectivamente, para as moedas de 1, 2 e 5 cruzeiros; 17, 19 e 21 para as de 10, 20 e 50 centavos.

Nas moedas de 1, 2 e 5 cruzeiros, o anverso se constitui de contorno de um mapa do Brasil, no qual aparecem o relevo das montanhas e o curso dos rios principais; sobre dois traços horizontais, à esquerda, a palavra BRASIL, seguida do monograma do gravador Walter Toledo; à direita, a continuação do traço horizontal inferior, interrompido pela parte sul do mapa do Brasil.

No reverso, o valor (5, 2 ou 1), sustentado por dois ramos de louro, saintes de um traço horizontal, sob o qual a palavra CRUZEIROS, apoiada num outro traço horizontal, à esquerda do algarismo do valor, a data. No exergo, o monograma do gravador Walter Toledo, à esquerda, e à direita, a Estrela Alfa, do Cruzeiro, com oito pontas. No campo, corretamente distribuídas, as outras quatro estrelas da constelação, com 4, 5, 6 e 7 raios. Orla pontilhada, serrilha estriada. Bronze de alumínio (900 de cobre, 80 de alumínio e 20 de zinco), 7, 8 e 9 gramas de peso e , , e mm de módulo.

As três moedas de fração também oferecem um tipo único:

Busto do Presidente Getúlio Vargas à esquerda, encimado pela legenda, em orla, GETÚLIO VARGAS — BRASIL, separada por uma estrela de cinco pontas, e seguida do monograma do gravador.

Anverso — Os algarismos do valor (50, 20 e 10), encimado por uma estrela de cinco pontas, acostado de dois pequenos traços, acompanhando a forma circular da moeda; em baixo, sobre um traço horizontal, seguida do monograma do gravador a palavra CENTAVOS. No exergo, a data. Sem serrilha.

As moedas divisionárias de 1942 e 1943 foram batidas em cupro-níquel (880 de cobre e 120 de níquel); as de 1943 e 1944, em bronze de alumínio, com a mesma liga das moedas de cruzeiro.

O artigo 4º do decreto estabelece a proibição, «sob qualquer pretexto, da cunhagem de moedas comemorativas.»

Terminemos com o quadro da cunhagem até 1944 inclusive:

1, 2 e 5 cruzeiros — 1942, 1943

50, 20 e 10 centavos — 1942, 1943 (cupro-níquel)

50, 20 e 10 centavos — 1943, 1944 (bronze de alumínio)

QUADRO SINÓTICO DO MEIO CIRCULANTE (METALICO) REPUBLICANO, 1889-1944¹

1º padrão do ouro, da prata, do cupro-níquel e do bronze

PRIMEIRO TIPO

METAL	Valor	Composição Milésimos	Peso Gramas	Diâmetro Milímetros	Datas de Cunho
OURO	20.000	917 Av.	17,9296	30,00	1889/1922
	10.000	83 Cu.	8,9648	22,50	
PRATA	2.000		25,500	37,00	1891/6/7
	1.000	917 Ar.	12,750	30,00	
	500	83 Cu.	6,375	25,00	1889.
CUPRO- -NIQUEL	200	750 Cu.	12,000	30,00	1889/1900
	100	250 Ni.	7,000	25,00	
BONZE	40	950 Cu.	12,000	30,00	
	20	40 Est.	7,000	25,00	1889/1912
		10 Zn.			

SEGUNDO TIPO

PRATA	4.000	917 Ar. 83 Cu.	51,000	50,60	1900
	2.000		25,500	42,00	
	1.000		12,750	30,30	
	400		5,100	22,80	

1. Organizado com dados extraídos da publicação da Casa da Moeda "Legislação sobre moedas metálicas — 1889-1935".

2º padrão da prata e do cupro-níquel

PRIMEIRO TIPO

METAL	Valor	Composição Milésimos	Peso Gramas	Diâmetro Milímetro	Datas de Cunho
CUPRO-NÍQUEL	400		12,000	30,00	1901
	200	750 Cu.	8,000	25,00	
	100	250 Ni.	5,000	21,00	
PRATA	2.000		20,000	33,00	1906/1912
	1.000	900 Ar.	10,000	26,00	
	500	100 Cu.	5,000	22,00	

SEGUNDO TIPO

PRATA	2.000	900 Ar.	20,000	33,00	1812/1913
	1.000	100 Cu.	10,000	26,00	
	500	750 Cu.	5,000	22,00	
CUPRO-NÍQUEL	400	250 Ni.	12,000	30,00	1914

TERCEIRO TIPO

PRATA	2.000		20,000	33,00	1913
	1.000	900 Ar.	10,000	26,00	
	500	100 Cu.	5,000	22,00	
CUPRO-NÍQUEL	400		12,000	30,00	1918/1935
	200	750 Cu.	8,000	25,00	
	100	250 Ni.	5,000	21,00	
	50		3,000	17,00	
	20		2,000	15,50	

3º padrão da prata

TIPO ÚNICO

METAL	Valor	Composição Milésimos	Peso Gramas	Diâmetro Milímetro	Datas de Cunho
PRATA	2.000	900 Ar.	8,000	26,00	1922

4º padrão da prata, e 1º do bronze de alumínio

TIPO ÚNICO

PRATA	2.000	500 Ar. 500 Cu.	8,000	26,00	1922
BRONZE DE AL.	1.000 500	910 Cu. 90 Al.	8,000 4,000	26,70 22,50	1922

SEGUNDO TIPO

PRATA	2.000	500 Ar. 500 Cu.	8,000	26,00	1924/31
BRONZE DE AL.	1.000 500	910 Cu. 90 Al.	8,000 4,000	26,70 22,50	1924/31

TERCEIRO TIPO

PRATA	2.000	500 Ar. 400 Cu. 50 Ni. 50 Zn.	8,000	26,00	1932
BRONZE DE AL.	1.000 500	910 Cu. 90 Al.	8,000 4,000	26,70 22,50	1932
-NIQUEL CUPRO-	400 200 100	750 Cu. 250 Ni.	12,000 8,000 5,000	30,00 25,00 20,00	1932

QUARTO TIPO

PRATA	2.000	500 Ar. 500 Cu.	8,000	26,00	1935
BRONZE DE AL.	1.000 500	900 Cu. 80 Al. 10 Zn. 10 Imp.	8,000 4,000	26,70 22,50	1935

5º padrão da prata, 2º do br. de al. e 3º do cupro-níquel

PRIMEIRO TIPO

METAL	Valor	Composição Milésimos	Peso Gramas	Diâmetro Milímetro	Datas de Cunho
PRATA	5.000	600 Ar. 400 Cu.	10,000	27,50	1936/1938
BRONZE DE AL.	1.000	900 Cu.	9,000	26,50	1938/1938
	2.000	80 Al.	7,000	24,50	
	500	20 Zn.	5,000	22,50	
CUPRO-NIQUEL	400	750 Cu. 250 Ni.	10,000	28,00	1936/1938
	300		8,000	25,00	
	200		6,000	23,00	
	100		4,500	20,00	

SEGUNDO TIPO

BRONZE DE AL.	2.000		9,000	26,50	1939
	1.000		7,000	24,50	
	500		5,000	22,50	

4.º Padrão do cupro-níquel (1)

TIPO ÚNICO

	400			23,00	1938/40/42
CUPRO-NIQUEL	300			21,00	
	200			19,00	
	100			17,00	

NOVO SISTEMA MONETARIO (CRUZEIRO)

1.º Padrão do bronze de alumínio

PRIMEIRO TIPO (2)

BRONZE DE AL.	5.00				1942...
	2.00				
	1.00				
CUPRO-NIQUEL	50				
	20				
	10				

1. Na emissão de 1942, esta liga é mais forte de cobre.

2. Na série de frações de 1943, a liga de bronze de alumínio toma o lugar da de cupro-níquel, a partir desse ano inclusive.

**Impresso pela GRÁFICA EDITORA DO LIVRO LTDA.
no ano de 1974.**